UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Maria Encarnación Moya Recio

**DESIGUALDADES NA POBREZA:
TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES EM UMA
FAVELA PAULISTANA**

Versão Corrigida

São Paulo

2010

Maria Encarnación Moya Recio

**DESIGUALDADES NA POBREZA:
TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES EM UMA
FAVELA PAULISTANA**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Área de Concentração: Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cesar Leão Marques

De acordo

São Paulo

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

*Aos meus pais,
Antonia e Ignácio*

Yo soy yo y mi circunstancia

Ortega y Gasset

Agradecimentos

Agradeço a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – não só pela concessão da bolsa de estudos como pela inestimável relevância pública no incentivo à pesquisa e ao ensino.

E a Secretaria de Habitação da Prefeitura do Município de São Paulo que me repassou materiais e dados sobre a Vila Nova Jaguaré.

Agradeço aos meus queridos entrevistados, que me abriram suas vidas e tornaram este trabalho possível. Desde nossos primeiros encontros, em finais de 1999, entre alegrias e sofrimentos, fui recebida sempre com enorme carinho e muitos cafezinhos. Não os esquecerei jamais!

Este trabalho também não teria se tornado possível sem o apoio incondicional de meus companheiros e companheiras de trabalho e amizade. Meu orientador, Eduardo Marques, soube acompanhar pacientemente meu percurso de pesquisa, abrindo horizontes. Igor Pantoja, Miranda Zoppi, Renata Bichir, Thais Pavez e, mais recentemente, Graziella Castello, também contribuíram enormemente, com interlocução e carinho. Durante os últimos anos tive o privilégio de participar como pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole, e de participar de inúmeros eventos nessa instituição, assim como no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. CEM, CEBRAP e todos os colegas, companheiros e amigos, sintam-se agraciados. Neste momento lembro a generosidade e o apoio incondicional de Nadya Guimarães, assim como o apoio, solicitado no calor da hora, e também de forma incondicional, de Edgar Fusaro, Daniel Waldvogel Alexandre Abdal, Carlos Eduardo Torres e Bruno Nadai. Imensamente agradecida pelo apoio profissional e pela amizade de Renata Bichir e Camila Saraiva.

Mas a aventura, que certamente não termina aqui, teve início muito antes, no grupo de pesquisa coordenado pelo professor Lúcio Kowarick, do qual participei entre 1998 e 2003, e que me lançou nesta empreitada. A ele e a Adrián Lavalle, Daniel Cara, Daniela Sequeira, entre outros companheiros e companheiras de pesquisa, eterna lembrança e carinho.

Aos membros e colegas do Departamento de Ciência Política, docentes e secretariado, pela dedicação e suporte ao longo destes anos.

Inúmeros amigos estiveram presentes nesse processo e devo uma paella a quase todos. Estiveram e estão presentes nesse processo todo.

À minha família aqui e na Espanha.

Aos que se foram e sempre permanecerão.

Resumo

RECIO, Maria Encarnación Moya. **Desigualdades na pobreza: trajetórias e transições em uma favela paulistana**. 2010. XXX f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São PAULO, São Paulo, 2010.

A tese analisa as práticas de sobrevivência e melhoria de vida entre moradores de uma favela paulistana. O objetivo é observar ao longo dos percursos de vida *como* evoluem suas condições de vida e bem estar, problematizando as desigualdades no interior da pobreza, com destaque para o papel exercido pelos vínculos sociais e pela sociabilidade na produção e reprodução desses fenômenos.

Palavras-chave: pobreza urbana, desigualdade, vulnerabilidade social, segregação, favela

Abstract

RECIO, Maria Encarnación Moya. **Desigualdades na pobreza: trajetórias e transições em uma favela paulistana**. 2010. XXX f. PhD Dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São PAULO, São Paulo, 2010.

This thesis analyses familial and individual practices of survival and life improvement amongst inhabitants of a favela in São Paulo city. The objective is to observe through life courses how their life conditions and well-being developed, making problematic the existence of inequalities in poverty and the role of social ties and sociability to the production and reproduction of these phenomena.

Key-words: urban-poverty, inequality, social vulnerability, segregation, favela

Índice

Parte I

Introdução	12
-------------------------	-----------

Capítulo 1: Desigualdades na Pobreza: Acúmulo de Desvantagens e Vantagens Comparativas.....	13
--	-----------

Capítulo 2: O “Complexo” Vila Nova Jaguaré	44
---	-----------

Parte II

Capítulo 3: A impossibilidade de sair da extrema pobreza	64
---	-----------

Capítulo 4: Contornando a extrema pobreza.....	93
---	-----------

Capítulo 5: Melhoria de vida I	118
---	------------

Capítulo 6: Melhoria de vida II	137
--	------------

Capítulo 7: Melhoria de vida III.....	171
--	------------

À Guisa de conclusão	193
-----------------------------------	------------

Bibliografia	199
---------------------------	------------

Parte I

Introdução

Nesta tese defende-se um quadro analítico no interior do qual a pobreza urbana possa ser deslindada a partir do mecanismo de acúmulo de desvantagens e de vantagens comparativas, um mecanismo geral que permite observar a produção da desigualdade de uma perspectiva temporal. Isso é feito no interior de uma abordagem abrangente da pobreza em termos de integração social, com foco privilegiado sobre a sociabilidade dos indivíduos em situação de pobreza.

As visões dominantes da pobreza, e particularmente da pobreza urbana, defendem em grande parte que indivíduos e grupos encontram-se em situação de pobreza pelo peso de distinções categoriais como classe, cor, sexo, às quais se incorporaram outros atributos hoje bastante em voga como a educação. Tais distinções são em geral tomadas como resultantes de macro processos sociais, econômicos e político-institucionais amplos, como a qualidade da divisão do trabalho, discriminações, segregação, entre outros, processos em geral considerados de forma imbricada. Ao mesmo tempo frente a visões dualistas do passado, hoje as visões sobre a pobreza urbana tendem a incorporar em larga medida o caráter heterogêneo das situações de pobreza, pela combinação desses processos, aliado a outros elementos como o momento do ciclo de vida.

Utilizando uma abordagem biográfica, e tendo por casos indivíduos e domicílios em diferentes situações de pobreza, moradores de uma favela paulistana, parte-se de situações em que se manifestam desigualdades de resultados, para observar ao longo de distintas trajetórias – família, trabalho, moradia – como se deu o acesso a diferenciadas oportunidades e, sobretudo, como se lograram realizar transições que estão na base de melhorias de vida, ou pelo contrário, da estagnação ou piora dessas condições.

Sete capítulos compõem a tese, seguidos por algumas sínteses conclusivas. No primeiro capítulo, além de balanço da bibliografia sobre pobreza e vulnerabilidade social, apresento a perspectiva teórico-analítica que orienta o estudo. No segundo capítulo, uma breve descrição histórica e espacial do contexto de moradia dos entrevistados. Nos cinco capítulos que se seguem, são apresentados cinco casos construídos a partir dos relatos de vida dos membros adultos – primeira e segunda geração -, seguidos das conclusões.

Capítulo 1

Desigualdades na pobreza:

Acúmulo de desvantagens e de vantagens comparativas

O objeto desta investigação insere-se no debate sobre a “nova pobreza” e a “exclusão social” que tem problematizado novas e diferenciadas formas de privação e desigualdades, resultantes das transformações nas relações Estado-mercado-sociedade nas últimas décadas. O presente capítulo busca apresentar os referentes conceituais e analíticos que possibilitaram a interlocução com as discussões mais gerais sobre esses fenômenos no mundo urbano, mas especialmente sua análise no contexto urbano brasileiro, marcado por especificidades. Destarte, utiliza-se uma abordagem multidimensional, dinâmica e relacional para abordar processos de diferenciação no interior da pobreza urbana, explicitada ao longo das seções que compõem este capítulo.

A primeira seção localiza o leitor no debate sobre pobreza urbana e vulnerabilidade social e seus desenvolvimentos recentes e situa a presente investigação, a qual parte da afirmação de que processos de desestabilização e precarização no âmbito do mundo do trabalho, assim como transformações em outras instâncias como o Estado, o mercado, sociedade e família, vêm criando cenários cada vez mais diferenciados de oportunidades e constrangimentos, tornando os percursos biográficos mais incertos e multifacetados, como sugerido por Saraví (2007).

A seção seguinte apresenta os referentes conceituais e analíticos utilizados na construção de uma abordagem que entende a pobreza como produto de processos de acúmulo de desvantagens e de vantagens comparativas, e que permite iluminar os processos e mecanismos que contribuem para a diferenciação das situações de pobreza no interior de uma trama complexa de combinações e encadeamentos ao longo dos percursos de vida dos indivíduos e seus grupos domésticos. São apresentadas orientações teóricas provenientes de diferentes campos de estudo que convergem teórica e analiticamente: os estudos sobre estratégias de sobrevivência e reprodução, os estudos sobre a relação entre redes sociais, pobreza e desigualdades; e ferramentas teóricas no interior do campo de estudos de percurso de vida.

Pobreza urbana, vulnerabilidade, exclusão social: o debate recente

A partir dos anos 90 uma nova terminologia tornou-se referencial no debate acadêmico sobre pobreza urbana e desigualdade na América Latina. Noções como *underclass*, *exclusão social*, *vulnerabilidade social*, *desafiliação*, *nova pobreza*, *nova desigualdade*, entre outros termos como *dualização*, *polarização* e *fragmentação*, passaram a designar os efeitos das transformações econômicas, sociais e político-institucionais, tomando como questão central as novas formas de integração social dos que seriam os segmentos mais desfavorecidos da população. Em parte, essas noções apareceram sob a influência do debate internacional, em especial o diálogo com a produção acadêmica norte-americana e francesa, mas também pela disseminação e produção de estudos no âmbito das instituições de pesquisa européias e de diversas organizações internacionais voltadas para a pesquisa e a formulação de políticas públicas, assim como pela crescente demanda por instrumentos teóricos e analíticos capazes de descrever e explicar os efeitos das aceleradas mudanças, que também estariam se consubstanciando em processos de segregação sócio-espacial (RODGERS; GORE; FIGUEIREDO, 1995; FARIA, 1994; VÉRAS, 2004; KOWARICK, 2009).

Em termos sintéticos, e tomando-se como referência os países ditos centrais, o epicentro dessas mudanças e seus efeitos em termos da fragilização de amplos segmentos da população se concentraram nas transformações do mundo do trabalho e da organização econômica das cidades. Processos de reestruturação modificaram a estrutura do emprego assalariado, com a queda do emprego industrial especialmente para pessoas com baixos níveis educacionais, crescimento de ocupações no setor de serviços caracterizadas pela precariedade, instabilidade e insegurança do trabalho e baixos salários, e a emergência simultânea de empregos com altas exigências em termos de qualificação. Paralelamente a essas transformações, mudanças sociais em outro eixo central de integração social, como a família, também teriam contribuído para a fragilização dos indivíduos. Esses processos teriam se associado ainda a rebatimentos espaciais, com a concentração espacial dos segmentos mais fragilizados mediante processos de segregação sócio-espacial e fragilização de instituições locais, podendo configurar-se mesmo situações de *isolamento social* (WILSON, 1987; WACQUANT, 1996, DUBET; LAPEYRONNIE, 1992).

O tema central que emergiu dos debates em diferentes contextos nacionais foi o da integração social dos diversos segmentos da população, isto é, da emergência de processos que estariam levando a formas de integração social mais instáveis e inseguras, frente a um passado onde mercado e instituições de proteção haviam convergido para a estabilização das sociedades. Em qualquer caso, a dimensão dos vínculos sociais desenvolvidos em diferentes esferas – Estado, mercado, sociedade, família – foi alçada ao primeiro plano de modo a retratar a qualidade da integração social dos indivíduos, não só com respeito a perdas materiais, mas também sociais e simbólicas, em função da participação instável nesses espaços, em seus grupos e instituições. Isso tenderia a minar formas positivas de reconhecimento, contribuindo no limite para a *desfiliação social*, ponto culminante de sucessivas e múltiplas desfiliações (CASTEL, 1998). No interior de um *continuum* de formas de integração social, Robert Castel (1998) chama a atenção no caso francês para a uma crescente zona de *vulnerabilidade*, marcada pela inserção instável na divisão social do trabalho e pela fragilização das relações sociais próximas e dos suportes institucionais de proteção.

E com a noção de *marginalidade avançada*, termo subsidiário do debate latino-americano sobre pobreza e desigualdades urbanas nos anos 60-70, Wacquant (2006) aponta para a emergência nos países desenvolvidos de novos constrangimentos, separações espaciais, estigmas e dependência negativa em relação ao Estado, como características do novo modo de funcionamento da economia capitalista na contemporaneidade. Quatro *lógicas* estruturais levariam a formas renovadas de privação e mesmo a uma situação de polarização social: a ressurgência da desigualdade no seio de um contexto de prosperidade global com a eliminação dos trabalhadores sem qualificação; situações de pobreza persistente com a emergência de *sobrantes*, aqueles que nunca conseguirão trabalhar; a retração do Estado de Bem estar, com programas focalizados no controle desses *sobrantes*; a fixação desses segmentos em locais marcados pela estigmatização territorial.

Em uma versão mais radical, essas dinâmicas corresponderiam a um processo de individualização onde seria cada vez mais difícil, frente aos novos riscos, identificar categorias sociais como grupos ou classes, mas apenas indivíduos particulares, de modo que os *excluídos* se definiriam hoje mais pelos acidentes que marcam suas trajetórias, como rupturas sociais, familiares e profissionais. Desse modo, características mais diretamente biográficas seriam mais operantes para analisar as mudanças em curso e

seus efeitos do que categorias tradicionais como sexo, idade, classe (ROSANVALLON, 1995).

Destaque-se que os processos globais de reestruturação econômica, como mostra Gosta-Esping Andersen (1999), não tiveram o mesmo impacto nos diferentes contextos nacionais em virtude dos arranjos institucionais que caracterizam cada país e que, nesse sentido, a questão da integração social pensada a partir das instituições básicas da sociedade – Estado, mercado, família – tem variações. Em seu modelo dos diferentes regimes de bem estar, Esping-Andersen mostra que diferentes sociedades produziram, historicamente, distintos regimes previdenciários, produto de conflitos entre diferentes classes, e que se diferenciariam quanto à maior ou menor capacidade de reduzir a dependência dos indivíduos em relação ao mercado. Cada modelo (liberal, corporativo, social-democrata) operaria diferentes tipos de estratificação social.

Mas se os diferentes regimes de *welfare* traduzem-se em diferentes fórmulas de integração social, as transformações, sobretudo no mundo econômico, reatualizaram os riscos sociais em novo patamar. Gosta Esping-Andersen oferece uma interpretação sobre as novas desigualdades – também elas forjadas a partir dos legados institucionais dos diversos 'regimes' –, em termos de uma *disjunção* decorrente das transformações de dois dos pilares institucionais: o mercado e a família. Segundo o autor, a crise contemporânea reside essencialmente na "crescente disjunção entre os arranjos institucionais existentes e o perfil dos riscos emergentes" (1999, p. 145), decorrentes fundamentalmente das transformações no mundo do trabalho - a desindustrialização, a expansão de um setor de serviços que exige altas qualificações - e da família - o envelhecimento, e a desestabilização e alteração dos arranjos familiares tradicionais.

Em qualquer caso, as investigações e análises produzidas no bojo da crise instaurada pelos processos de reestruturação, associados a mudanças sociais e a processos de segregação sócio-espacial, colocaram em foco o fato de que as formas de integração social têm sofrido alterações – segundo as especificidades de cada contexto nacional. Não por acaso grande parte do debate consistiu na revisão das teorias e métodos com que até então pobreza e desigualdades haviam sido analisadas. Em grande medida, o conceito de pobreza pensado até então numa dimensão normativa de privação absoluta e/ou relativa, mensurada indiretamente pela renda ou diretamente pelas condições de vida – como trabalho, moradia, educação, entre outras condições –, foi considerado como uma perspectiva demasiado estática para analisar os efeitos dos processos em curso. O economista e filósofo Amartya Sen, que avançou no

desenvolvimento de conceitos e formas de mensuração da pobreza, reconheceu, por exemplo, que o debate sobre a exclusão social teria trazido uma importante contribuição: o foco central nas *conexões relacionais* (SEN, 2000).

No âmbito do debate latino-americano o tema da integração social e sua associação com a pobreza urbana não é de fato novo e chegou a ser analisado a partir de abordagens abrangentes englobando diversos processos. Nos anos 60 e 70, as discussões em torno dos intensos processos de industrialização e urbanização, em análises inspiradas no marxismo estruturalista e centradas na problemática das classes sociais, ofereceram uma interpretação alternativa a um conjunto variado de teorias e análises que a partir da noção de “marginalidade” tiveram por objeto a integração dos migrantes rurais ao meio urbano, sua pobreza, formas de trabalho e de moradia, e seus modos de vida.

Não obstante a diversidade que marcou essas análises histórico-estruturalistas, elas se opuseram às visões mais otimistas da “teoria da modernização” e das teses desenvolvimentistas cepalinas que viam no avanço do processo de industrialização a possibilidade de superação dos obstáculos ao desenvolvimento e à inserção econômica das populações da região. As análises dividiram-se quanto ao diagnóstico da capacidade dos países latino-americanos de absorverem economicamente boa parte da população que chegava às cidades, mas superaram a dicotomia “atraso” x “moderno” da teoria da modernização, mostrando que os migrantes se integravam sim à economia e à cidade, mas de forma extremamente precária e subalterna.

No Brasil, estudos clássicos como *São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza* (1976) e *Espoliação Urbana* (1979) documentaram as condições de vida dos migrantes e suas famílias na cidade, alimentadas pela lógica da acumulação capitalista: baixos salários que obrigavam a inserção de mais membros da família em ocupações informais; segregação das classes trabalhadoras na periferia como fator de estruturação do espaço urbano – um *padrão periférico de crescimento urbano* viabilizado pelo trinômio ‘loteamento periférico-casa própria-autoconstrução’ que contava com o ‘sobre-trabalho’ de familiares e vizinhos através de mutirão e ajuda-mútua.

Mas estudos etnográficos questionaram em parte essa visão e, de uma perspectiva cultural, mostraram que para os que tinham origem rural a chegada à cidade, alicerçada em redes de parentesco, na mobilização dos membros da família no mercado de trabalho e na produção da moradia, representava um projeto familiar de melhoria de condições de vida: não só estratégias de sobrevivência, mas mobilidade social

ascendente ligada à crescente assimilação aos padrões de consumo urbano e à esperada extensão de infra-estrutura e serviços pelo Estado. Então, os moradores das periferias tinham a percepção de que participavam do “progresso urbano” (DURHAM, 1973, 1986).

Mais recentemente, o tema da integração social retornou às análises latino-americanas, como já apontado, em parte pela densidade e difusão que o debate sobre a nova pobreza e a exclusão social alcançou. É no bojo de algumas apropriações desse debate que ganharam fôlego novas abordagens abrangentes que buscam analisar o fenômeno da pobreza, particularmente da pobreza urbana, ao retomar novamente a dimensão dos processos. A apropriação da noção de exclusão social, mas particularmente da noção de vulnerabilidade social na última década, traz a necessidade de ir além de concepções estáticas e incorporar múltiplas dimensões em uma concepção dinâmica e relacional do fenômeno, tornando-se em parte uma noção substituta à noção de “marginalidade” na América Latina.

Cabe esclarecer que se a literatura tendeu a distinguir os estudos sobre pobreza dos estudos sobre vulnerabilidade social, aqui estes conceitos aparecem de forma complementar. Tal distinção decorre do fato de o conceito de pobreza estar ligado à idéia de um *limiar* que separa pobres de não pobres em razão da *falta* de renda, recursos, condições de vida adequadas, etc.; enquanto a idéia de vulnerabilidade social se insere na tradição dos estudos que analisaram *processos*. Em qualquer caso, considero importante o uso das duas distinções analíticas, pois contribuem para analisar uma dimensão central em tais fenômenos: o da instabilidade, aleatoriedade e insegurança na vida dos indivíduos e suas famílias. Ai reside sua complementaridade. Como lembrado por Sen (2002), a falta de um bem considerado essencial para a participação na vida social pode levar a um encadeamento de efeitos negativos. Por outro lado, a noção de vulnerabilidade social tornou-se uma referência para indicar processos que são desencadeados pela ruptura dos vínculos sociais de natureza primária ou institucional como demonstrado pelo trabalho de Castel (1998). Neste caso, a compreensão das situações individuais está intimamente ligada ao tema da integração social a partir pertencimento do indivíduo a diferentes espaços sociais e institucionais. A problemática das transformações dos Estados de Bem Estar ou em sentido mais amplo, os Regimes de Bem Estar, insere-se ai, e o papel da família tem recebido crescente atenção (ESPING-ANDERSEN, 1990, 1999.).

Implícita na noção de vulnerabilidade social está a emergência e a confluência de processos que levariam à fragilização dos vínculos que mantêm e definem a condição de pertencimento em uma sociedade, donde a centralidade da análise do fenômeno reside em focalizar, em termos gerais, a relação “indivíduo-sociedade” sendo inerente a essa noção a incorporação da dimensão relacional e a elucidação de processos e mecanismos que fragilizam a participação social e conduzem a situações de pobreza.

Também no contexto latino-americano, o epicentro das mudanças foi localizado no mundo do trabalho, nos fenômenos do desemprego de longo prazo, da precarização e fragilização dos direitos ligados ao trabalho, mas também nos efeitos e mudanças em outras instituições e dimensões da vida foram considerados como fontes de uma integração mais frágil – como a família, os serviços públicos e privados – com impactos sobre as condições de vida e o bem estar. Diferentemente do debate europeu, e considerando-se o contexto latino-americano, a integração social pode ser descrita nos termos de Saraví (2007) como um

(...) processo multifiliatório em que nenhum laço social tem a força que em outros contextos adquiriu a relação salarial, os direitos sociais, ou inclusive a participação no mercado, mas existem muitos outros laços sociais mais frágeis que oferecem um sentido de pertencimento (...) [a integração social] é dominada, em alguns países mais que em outros, por integrações parciais” (2007, p. 28).

Destarte, vulnerabilidade diz respeito a condições de precariedade, risco e incerteza que marcam diferentes âmbitos e esferas de pertencimento e que pode se desenvolver de forma cumulativa, isto é, por processos mais ou menos intensos de acúmulo de desvantagens. Toma-se como pressuposto neste trabalho que mesmo no contexto latino-americano vem se sobrepondo às velhas desigualdades estruturais novas desigualdades ligadas às mudanças em diferentes esferas e instituições que tendem a atravessar cada vez mais diferencialmente os indivíduos e os domicílios, ao longo do tempo. Assim, na sociedade contemporânea, as experiências biográficas são assumidas como um processo relativamente incerto, não inteiramente condicionado de antemão por definições categoriais clássicas como classe social, gênero, entre outras, já que mesmo estas se tornaram internamente mais dinâmicas. Desse modo, os diferentes tipos e graus de vulnerabilidade enfrentados pelos indivíduos e seus domicílios, e aos quais estes respondem a partir de suas possibilidades e circunstâncias, podem conformar-se a

partir de combinações e encadeamentos diversos, o que torna a compreensão da realidade e do fenômeno da pobreza urbana bastante desafiadora.

Considerando as instâncias em relação às quais os indivíduos forjam suas vidas – o Estado, o mercado, a sociedade-comunidade, a família –, e suas transformações, postula-se que o processo de diferenciação, permanência ou saída da pobreza, e mesmo a mobilidade social entre indivíduos em situação de pobreza, revelam maior complexidade e incerteza. No caso brasileiro, e especificamente pensando-se a cidade de São Paulo, é o caso de perguntar se no interior da rígida estrutura social que nos caracteriza não se podem observar situações de pobreza crônica, melhoria de vida ou mesmo mobilidade social que se devem a inusitadas combinações de processos e mecanismos que levam a diferenciados acúmulos de vantagens e desvantagens entre os indivíduos e suas famílias. A seguir exploro a possibilidade de construção de uma abordagem nesse sentido.

Acúmulo de desvantagens e de vantagens comparativas

Explorando as desigualdades na pobreza

A perspectiva do processo de acúmulo de desvantagens e de vantagens comparativas vem se desenvolvendo no âmbito dos estudos latino-americanos sobre pobreza e vulnerabilidade social para problematizar os impactos recentes de mudanças econômicas, sociais e políticas sobre grupos domésticos que contam com escassos recursos. De fato, a idéia de “acúmulo de vantagens” não é nova na sociologia e foi enunciada por primeira vez pelo sociólogo Robert Merton para explicar o desenvolvimento de desigualdades no interior das carreiras de cientistas, definindo o acúmulo de vantagens como um mecanismo de produção de desigualdade que atua no tempo e no qual uma posição inicial favorável se torna um recurso que pode produzir ganhos relativos futuros (DIPRETE, EIRICH, 2006).

Como ocorre com novas noções e categorias no âmbito das ciências sociais, também aqui se desenvolveram múltiplos significados, e hoje a literatura sobre pobreza também tem se voltado à investigação de mecanismos que produzem acúmulo de desvantagens, mas ainda com baixo grau de formalização da abordagem. Tal perspectiva é incorporada neste trabalho a partir de elementos teóricos e analíticos provenientes de três enfoques sobre a pobreza e a vulnerabilidade, que serão explicitados ao longo desta seção: os estudos sobre estratégias de sobrevivência e mobilidade, os estudos sobre redes sociais e pobreza e o enfoque do curso de vida sobre pobreza e vulnerabilidade social. Não se trata de negar a priori a ausência de condicionamento de categorias clássicas para pensar a pobreza e as desigualdades, mas de lançar um olhar mais transversal e na duração, como forma de entender diversos cenários de pobreza.

Nos trabalhos da antropóloga Mercedes de La Rocha (2007), baseados em pesquisas realizadas em cidades do México, o processo de acúmulo de desvantagens e vantagens comparativas sugere a existência de diferentes cenários domésticos entre os pobres devido à combinação de um conjunto multifacetado de fatores que ora podem levar a situações mais intensas de pobreza e vulnerabilidade por meio de “espirais de desvantagens” ora possibilitam atenuar ou mesmo escapar e superar essas situações. A perspectiva privilegia simultaneamente o nível dos indivíduos e de seus contextos

familiares, particularmente a organização social econômica dos grupos domésticos a que pertencem – mais especificamente, seus domicílios.

As desvantagens acumuladas aludem, assim, à vinculação de processos como o desemprego e a precarização do trabalho, a fragmentação das famílias e a relação desses fenômenos com a desvinculação de redes de apoio – em especial de parentesco e vizinhança – que levariam ao agravamento da pobreza e mesmo a situações de isolamento social. Nos termos de De La Rocha (2007), não se estaria diante de um processo “linear”, mas da necessidade de se atentar para desvantagens que se desencadeiam e levam a outras desvantagens e que podem gerar uma dinâmica na forma de “espiral”. Por outro lado, “vantagens comparativas” dizem respeito a outros cenários domésticos familiares diferentemente equipados para enfrentar as crises e processos de reestruturação econômica através, por exemplo, da capacidade dos domicílios em engajar mais membros no mercado de trabalho, de fases mais favoráveis do ciclo familiar (consolidação, com equilíbrio entre provedores e consumidores), da participação em redes de apoio que propiciam bens tangíveis e serviços, mas também apoio moral e emocional; vantagens que, em alguns casos, também podem ser anuladas por efeito de conjunturas econômicas desfavoráveis marcadas pela escassez de emprego.

A perspectiva do processo de acúmulo de vantagens e desvantagens assume aqui o caráter de uma “perspectiva horizonte” que permite incorporar diversos desenvolvimentos conceituais e analíticos provenientes de abordagens desenvolvidas mais recentemente. As abordagens ou enfoques privilegiados aqui se referem a desenvolvimentos no interior dos estudos sobre práticas ou estratégias de sobrevivência, sistematizados, por exemplo, na Abordagem da Vulnerabilidade de Ativos de Carol Moser (1996), com avanços a partir de estudos de González de La Rocha (2001, 2007) juntamente com a apropriação crítica feita por Kaztman e Filgueiras (1999) na formulação da abordagem de Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades (AVEO); a literatura sobre redes sociais que tem abordado a importância das redes de reciprocidade e de ajuda mútua para indivíduos e domicílios em situação de pobreza e vulnerabilidade em suas práticas de sobrevivência; e finalmente, orientações teóricas no interior dos estudos de percurso de vida, especialmente na vertente que tem usado o arsenal conceitual e analítico desse campo para pensar a pobreza e a exclusão social, como apresentado em Dewilde (2003).

Destacamos a seguir os elementos conceituais e analíticos dessas diversas perspectivas que convergem para uma análise em termos do processo de acúmulo de desvantagens e de vantagens comparativas, e que contribuem para precisar melhor processos e mecanismos que levam à diferenciação e a desigualdades no interior da pobreza.

***Estratégias ou práticas de sobrevivência,
reprodução e mobilidade social***

Sendo o grupo doméstico domiciliar pensado aqui como a instância mais importante de integração do indivíduo à sociedade, onde muitas decisões e ações individuais são tomadas com referência a este núcleo, marcado pela interdependência entre as trajetórias de seus membros (BERTAUX, 2006; CABANES, 2002), a literatura que focaliza essa dimensão de interdependência é central neste trabalho.

No contexto latino-americano, os estudos sobre estratégias de sobrevivência foram desenvolvidos durante os anos 70 e 80 como uma abordagem crítica das análises estruturais sobre pobreza urbana, centradas principalmente nas dimensões econômicas do fenômeno, sem considerar a agência dos indivíduos. Em estudos de caso baseados em métodos etnográficos foram especialmente os antropólogos que se debruçaram sobre o conjunto de práticas desenvolvidas por indivíduos e grupos familiares em situação de pobreza como forma de garantir sua subsistência em contextos urbanos caracterizados por limitada oferta de emprego formal e baixos rendimentos. As “estratégias” foram entendidas como padrões de ações que envolviam não só membros do domicílio, mas que engajavam também outros grupos familiares, vizinhos e amigos no interior de “comunidades”, em práticas de solidariedade e reciprocidade, compreendidas no interior desses estudos como um “sistema informal de proteção” capaz de compensar a instabilidade e os baixos rendimentos provenientes do mercado de trabalho.¹

Se em alguns casos as interpretações destacaram uma situação ecológica de coabitação de várias gerações na mesma casa ou o compartilhamento do mesmo pátio como mecanismo que favorecia um sistema de reciprocidade generalizada (LOMNITZ, 1975), os diversos estudos tiveram como achados comuns o que a antropóloga González de La Rocha (2007) denominou como *recursos da pobreza*: a intensificação do trabalho

¹ Alguns estudos clássicos: Lewis (1965), Lomnitz (1975), Perlman (1975).

doméstico, com a mobilização de mais de um membro do domicílio no mercado de trabalho formal ou informal; a pequena produção ou o pequeno comércio na própria moradia; a produção de bens e serviços para consumo próprio, ao invés de sua obtenção o mercado; a troca de bens e serviços dentro de redes de parentes, vizinhos, amigos e mesmo colegas de trabalho.

Diferenciações entre os pobres e no âmbito de seus grupos domésticos familiares eram concebidas em termos da organização dos domicílios segundo os diversos momentos do ciclo de vida, da coexistência de diferenças de geração e de gênero, que se traduziam em relações hierárquicas, onde a autoridade do chefe de família masculino era predominante – considerado o principal provedor. Apesar dessas diferenciações, a visão dominante produzida por esses estudos era a da existência de um mesmo modo de vida, onde se destacava a convivência de uma multiplicidade de fontes de renda associada a empregos assalariados dentro do mesmo domicílio; além da importância das trocas no interior das redes sociais, consideradas então robustas e funcionais – situações de isolamento social eram vistas como “casos desviantes”.

A mobilização das mulheres no mercado de trabalho ou seu engajamento na produção de rendimentos, bens e serviços encontrava-se presente nas análises, mas dominava o modelo do homem como provedor. Apesar da heterogeneidade nas formas de obtenção da renda, a visão final era, de fato, de uma indiferenciação dos pobres uma vez que

“(...) os domicílios abrangiam uma ampla variedade de tipos de empregos, trabalhos e trabalhadores, e a diferenciação social se desvanecia no nível do domicílio uma vez que nele se misturavam as diferenças encontradas no mercado de trabalho. (...) Os domicílios atuavam como melting pots onde a segmentação do mercado de trabalho se desvanecia sem produzir diferenças dentro da classe trabalhadora” (González de La Rocha, 2007; 51).

Domicílios chefiados por mulheres também não eram considerados algo comum, mas casos “desviantes”, prevalecendo famílias nucleares ou extensas. Como lembra De La Rocha (2007), não era possível falar então de “feminização da pobreza” nesse momento. Em qualquer caso, a heterogeneidade reconhecida, sobretudo, nas diversificadas formas de inserção no mercado de trabalho, nos diferentes momentos do

ciclo de vida ou nos diversos condicionamentos conforme sexo, gênero e geração, convergiam para um mesmo “modo de vida”, onde para além da sobrevivência, representações construídas na experiência do mundo urbano e transmitidas particularmente por meio de relações pessoais e primárias – principalmente a família próxima – norteavam a ação na busca da melhoria de vida e da mobilidade ascendente na cidade (DURHAM, 1973).

Mais recentemente, o enfoque das estratégias de sobrevivência voltou a estar no centro do debate sobre a pobreza e as desigualdades urbanas, ao incorporar elementos do debate mais recente acerca desses fenômenos em estudos que passaram a problematizar os efeitos das crises econômicas durante os anos 80, assim como os impactos dos processos de reestruturação econômica nos anos 90 sobre os segmentos mais pobres da população. Um trabalho considerado seminal nesse campo de estudos é a abordagem desenvolvida pela antropóloga Carol Moser, denominada “Vulnerabilidade de Ativos” (1996), a partir de pesquisas em áreas de concentração de pobreza em cidades de países em desenvolvimento.

A antropóloga retoma o tema das estratégias de sobrevivência realizando uma sistematização abrangente do que designa como “ativos”, definidos em sua abordagem como os recursos que os próprios indivíduos e domicílios em situação de pobreza possuem e que são capazes de mobilizar em situações de crise, de modo a enfrentar as circunstâncias de deterioração macro-econômica e das condições do mercado de trabalho. A noção de vulnerabilidade significa a “insegurança e suscetibilidade no bem estar dos indivíduos, domicílios e comunidades aos riscos durante mudanças negativas”, noção considerada mais dinâmica para a compreensão dos processos de mudanças e de entrada e saída da pobreza.

Moser classifica os ativos dos pobres urbanos em duas categorias: ativos tangíveis, entre os quais se encontra o trabalho, o capital humano e a moradia - esta considerada como principal ativo produtivo; e ativos intangíveis, que abrangem as relações no domicílio e o capital social – neste caso recursos provenientes de redes de trocas recíprocas. De fato, a descrição da dinâmica de mobilização desses recursos pelos pobres e seus domicílios reproduz em grande parte elementos já identificados em estudos no passado, como a intensificação e mobilização de mais membros no mercado de trabalho e em atividades produtivas – sempre a depender da composição, estrutura e das dinâmicas de reestruturação dos domicílios, assim como das desigualdades e conflitos existentes. A antropóloga também dá destaque a elementos que outrora

também foram considerados nas explicações, como o capital humano – educação e saúde como elementos que garantem maiores retornos por parte dos indivíduos –, e a moradia, considerado o principal ativo produtivo entre os mais pobres. O papel das redes de trocas e ajuda mútua, traduzidas em sua abordagem a partir da noção hoje em voga de “capital social” foi de fato, elemento central nas análises do passado. Moser oferece uma relativa formalização das práticas de sobrevivência.

Recebe menção especial em seu trabalho o papel da moradia dos pobres urbanos como meio de evitar maior pobreza ou obter bem estar, em especial pelo seu potencial uso como fonte de rendimentos através de atividades produtivas e comerciais realizadas no local, ou mesmo rendimentos provenientes de aluguel e venda. De fato, a moradia, já foi pensada no interior das práticas de sobrevivência dos mais pobres, especialmente em contexto urbano, como atestam estudos clássicos (DURHAM, 1973, 2006). Juntamente com o trabalho, a moradia pensada como ativo ganha hoje ainda mais centralidade na medida em que estudos têm atentado, por exemplo, que mesmo nas favelas desenvolveu-se um importante mercado imobiliário informal – como identificado em São Paulo (BALTRUSIS, 2005). “Ativo produtivo” posto que usado como local de produção doméstica, comércio, venda e aluguel.² Além disso, a expansão da moradia – os chamados “puxadinhos” – também continuaria servindo ao objetivo de garantir casa aos jovens casais aos mais velhos.

Cabe lembrar a já conhecida distinção entre as práticas de sobrevivência e de reprodução que integra esse campo de estudos. No primeiro caso, trata-se de repostas de curto prazo para um declínio imediato dos recursos, especialmente da renda em se tratando dos contextos urbanos. As estratégias de reprodução, por sua vez, tratam das atividades econômicas ou sociais que buscam assegurar a reprodução no longo prazo e o bem estar da unidade doméstica e seus membros. No entanto, é necessário considerar o caráter contraditório que estratégias de sobrevivência podem assumir, uma vez que certas repostas de curto prazo – o que pode englobar a sua constante replicação em constantes crises enfrentadas pelo domicílio e seus membros – podem comprometer ações de mais longo prazo não só no restabelecimento do bem estar como de uma situação anterior de pobreza e vulnerabilidade menos intensas. Respostas de curto prazo

² O comércio da terra e de barracos em favelas parece, no entanto, ter sempre estado presente, não só pela evidência do crescimento do número de favelas e de seu adensamento, mas porque morar na favela se apresentava, no caso de São Paulo, como trampolim para áreas melhores, e sair da favela implicou sempre vender a moradia precária, por vezes subdividindo-a, ou mantendo-a para aluguel, como muitos relatos mostraram.

que podem comprometer o futuro ligam-se a uma distinção analítica entre aquelas práticas que usam recursos para gerar renda e as que têm um caráter restritivo ou de modificação do consumo. Um exemplo perverso das primeiras é o uso do trabalho infantil ou mesmo de adolescentes que, se ajudam a atenuar situações de pobreza e vulnerabilidade no curto prazo, podem comprometer sua educação e saúde, contribuindo para a reprodução geracional da pobreza.

Se o trabalho de Carol Moser retoma de forma mais sistemática as diversas combinações de ativos passíveis de serem organizadas pelos domicílios de modo a enfrentar as adversidades econômicas, em um quadro que fornece elementos para problematizar a heterogeneidade dos cenários de pobreza, sua abordagem das estratégias de sobrevivência e reprodução dos pobres urbanos foi criticada por centrar excessivamente a ação dos pobres em suas próprias capacidades e recursos, sem problematizar como estes são de fato afetados pelas mudanças sociais e econômicas em curso. E, de fato, contradições aparecem ao longo de seu artigo seminal. Uma delas é que a própria autora destaca que o meio urbano comporta algumas características generalizadas: a mercadorização como fator dominante, sendo que o trabalho assalariado é a mais importante fonte de renda que dá acesso a recursos (comida, moradia, serviços, etc.); riscos ambientais, especialmente a precariedade das condições habitacionais e de infra-estrutura que comportariam sérios impactos negativos à saúde; e finalmente, a fragmentação social.

Não obstante, a autora chama a atenção para o fato de que no meio urbano encontram-se mais intensamente processos que geram heterogeneidade social e econômica, dada a ampla gama de distribuição de renda, oportunidades, acesso a infra-estrutura e serviços, o que toca no âmago da questão da diferenciação social nas cidades – e, por conseguinte, também entre os pobres.

É em parte nesse sentido que Kaztman (1999, 2006), por exemplo, postula que abordagem da vulnerabilidade de ativos de Moser ganha maior potencialidade se considerada a relação dos ativos com a estrutura de oportunidades aos quais os indivíduos e seus domicílios têm acesso, estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade. Segundo o autor, a “estrutura de oportunidades” alude ao fato de que “as rotas para o bem estar estão estreitamente vinculadas entre si, de modo que o acesso a determinados bens, serviços e atividades provêm recursos que facilitam por sua vez o acesso a outras oportunidades” (1999: 9). Acesso que tende a ser estratificado, sem esquecer que também engloba constrangimentos.

Isso monta um quadro ainda mais complexo para se pensar a heterogeneidade e os processos de diferenciação das situações de pobreza e vulnerabilidade, dada a necessidade de explorar também as mudanças nos requisitos de acesso a essas oportunidades, como atingem os indivíduos e os domicílios pobres, e como estes desenvolvem ações frente às opções existentes – ou reconhecidas como tais –, e finalmente como acessam essas oportunidades.

É nesse sentido que ganham destaque os trabalhos críticos da antropóloga González de La Rocha (2007), baseados em pesquisas realizadas em cidades do México, que também se centram nos efeitos das crises dos anos 80 e nos efeitos da reestruturação sobre a situação dos indivíduos e domicílios em situação de pobreza, acompanhando mudanças na natureza das estratégias de sobrevivência. Para De La Rocha, as mudanças no mercado de trabalho ganharam tal centralidade que passaram a afetar mais diretamente a própria organização social e econômica dos domicílios. O que se associa também a mudanças sociais, particularmente a mudança na situação da mulher e de seu lugar e papel nos domicílios.

De La Rocha (2007) analisa as transformações no interior do que denomina como uma transição dos *recursos da pobreza* para a *pobreza de recursos*, a partir dos achados empíricos provenientes de pesquisas realizadas no México durante as décadas de 80 e 90. Segundo a antropóloga, as crises tiveram um duplo efeito: do ponto de vista da pesquisa, tornar mais saliente o peso do trabalho assalariado mais estável, e dos rendimentos provenientes destes como forma de sustentação de outras práticas utilizadas pelos pobres para produzir recursos de sobrevivência; em segundo lugar, as possibilidades de combinações das quatro estratégias de sobrevivência (possibilidade de ganhar salários; trabalho investido em pequena produção pequeno comércio; produção de bens e serviços para consumo próprio; e rendimento proveniente das trocas sociais), dadas as mudanças no trabalho – desemprego, precarização, mais altas exigências educacionais – sofreram profundas alterações com a perda da importância do trabalho masculino, especialmente do chefe de família, com a crescente importância da inserção da mulher no mercado do trabalho, com a situação de inserção econômica dos jovens em momentos de crise.

Segundo a autora, num primeiro momento, como resposta às crises, que produziram quedas importantes dos salários reais, e ao ajuste estrutural, houve uma intensificação das tradicionais estratégias, num processo de reorganização dos próprios domicílios urbanos. Isso se traduziu, por exemplo, em uma participação maior e mais

permanente das mulheres no mercado. A seu ver, cresceu nesse momento a importância de participar em redes de trocas, e o fluxo de bens e serviços entre parentes, vizinhos e amigos intensificou-se – destacando-se também a importância das redes organizadas pelas mulheres.

Mas nos anos 90 teria havido uma mudança mais radical nesse quadro: o peso da chamada exclusão do mercado de trabalho – o desemprego de longa duração – e a precarização do trabalho teriam alterado profundamente as condições para a organização social e econômica dos domicílios urbanos pobres. A participação da mulher no mercado de trabalho continua a crescer, enquanto a masculina cai, conjugando-se a dificuldade crescente dos jovens de achar emprego; e há estagnação do rendimento do trabalho formal e do trabalho informal. É a partir daí que se sente com mais intensidade a importância que os rendimentos provenientes do mercado de trabalho tinham como recursos para alimentar as demais estratégias mais informais de produção de recursos. Assim, segundo De La Rocha:

“Em termos gerais, podemos argumentar que domicílios precisam de salários regulares de modo a obter recursos de sobrevivência de outras fontes de renda. (...) Mesmo redes de troca social dependem até um certo ponto de salários regulares: indivíduos com recursos necessários para participar de uma relação de reciprocidade terão condições de manter o vínculo, enquanto os que não tem recurso, não terão essa condição” (p. 25).

Um fenômeno social em curso: mais chefias femininas, por constrangimento ou escolha. No processo de reestruturação, a mulher assumiu os maiores custos nos processos de mudança; mas, também vem conquistando em alguns casos maior liberdade e poder. Hoje, domicílios chefiados por mulheres não são necessariamente os mais pobres; isso, claro, associado à estrutura, composição, momento do ciclo de vida e característica dos membros – mas não há pura “feminização da pobreza” (DE LA ROCHA, 2001). Olhando para o conjunto de mudanças, a antropóloga aponta para uma nova distinção entre os pobres: aqueles que conseguem manter empregos e rendas mais estáveis no mercado de trabalho e os que não conseguem, pois as demais estratégias de obtenção de recursos perderam o peso na composição de rendas e recursos para o

domicílio. Além disso, é necessário observar que aqueles domicílios que supostamente apresentam vantagens comparativas em relação a outros, em virtude de encontrar-se em fase de consolidação do ciclo de vida, com jovens disponíveis para o trabalho, não necessariamente mantêm estas vantagens se esses jovens não conseguem inserir-se no mercado de trabalho. Cabe lembrar que a clivagem em função de tipos de trabalho e natureza de seus vínculos, e a possibilidade do uso “instrumental” dos benefícios ligados ao trabalho contratual foram observados no passado, assim como a possibilidade de investir recursos de indenizações e de direitos sociais no momento da demissão em empreendimentos ou maior bem estar (DURHAM, 1973).

Trata-se, portanto, de um quadro mais complexo, que ao lado das dinâmicas e fatores domiciliares, mostra que as transformações no mercado de trabalho são centrais na abordagem das diferenciações no interior da pobreza em termos do acúmulo de desvantagens e vantagens comparativas. Por outro lado, é necessário apontar outras distinções no interior dessa literatura que são importantes para pensar as práticas de sobrevivência e reprodução e sua relação com o acúmulo de vantagens e desvantagens tanto no nível dos indivíduos como de seus membros. Kaztman (1999) acrescenta ao rol de estratégias as chamadas “estratégias de mobilidade e integração social”, pois para além da redução da vulnerabilidade a situações de risco que podem ser propiciadas ou não por certas estratégias de sobrevivência, as estratégias de reprodução social também implicam o engajamento dos domicílios pobres e seus membros no aproveitamento de oportunidades que, em processos de mudanças econômica, social e político-institucional, implicam investimentos em uma variedade de ativos e capacidades que possam levar mesmo à saída da pobreza. Algo que também não é novo na literatura (DURHAM, 1986)

Em síntese, olhar a dinâmica de mobilização de recursos e ativos concomitantemente no nível individual e do domicílio através das lentes conceituais e analíticas dos diferentes tipos de estratégias implica observar uma complexa seqüenciação e uma diversidade de encadeamentos possíveis que permitam analisar a pobreza e a vulnerabilidade de maneira dinâmica e multidimensional, vislumbrando a partir daí processos e mecanismos que levam ao acúmulo de vantagens e desvantagens entre domicílios e seus membros, identificando situações de estabilidade, retrocesso ou avanço frente às transformações econômicas e sociais que correm.

Ressalva seja feita, no entanto, à afirmação de Kaztman de que se devem considerar como ativos somente o conjunto de recursos cuja mobilização permite o aproveitamento

das estruturas de oportunidades no sentido de “recursos dos domicílios e das pessoas que facilitam alcançar níveis de bem estar próprios da sociedade moderna”. Embora a idéia de pobreza implique uma visão normativa relacionada a níveis dignos de participação social, uma idéia de integração em que recursos são ativos somente quando permitem o aproveitamento de oportunidades que levam à participação na “sociedade moderna” pode criar uma certa visão dicotômica dos processos de integração social.

Como visto, as formas de integração social, sobretudo se observadas do ponto de vista das complexas combinações no interior dos domicílios, e a partir destes, aparecem como formas mais ou menos precárias de integração social. Além disso, por vezes um acesso melhor à estrutura de oportunidades por parte de um membro – melhores qualificações educacionais, por exemplo – se realiza às expensas do sacrifício de outros membros do domicílio, no interior de múltiplas estratégias.

Mas se as problematizações expostas até aqui contribuem para uma visão mais abrangente e multifacetada da pobreza diante dos impactos das mudanças em curso sobre os domicílios e seus membros, a idéia de que o capital social ou as redes de relações sociais marcadas por reciprocidade, solidariedade e confiança são importantes ativos mobilizados não é problematizada de forma tão clara. Do ponto de vista da literatura sobre estratégias de sobrevivência, reprodução e mobilidade social entre os pobres, o tratamento dado à questão dos recursos provenientes das trocas tem caído no argumento de que ora existem situações de isolamento social ora são trocas densas no interior de redes de reciprocidade entre parentes, vizinhos e amigos as que compõem importantes fontes de recursos (DE LA ROCHA, 2007b). Continua, assim, a primazia dada às relações pessoais e primárias como forma de organização dos pobres (EICHNER, FONTES, 2004). Mas, se os indivíduos estão imersos em relações – e as relações domiciliares são apenas parte deste universo, marcadas como já observado não só por cooperação, mas por tensões e conflitos – e elas tornam-se uma condição primordial para o acesso de recursos, como postulado por Espinoza (1999) o padrão das conexões e relações sociais pode influenciar a “racionalidade” da agência dos indivíduos e seus grupos domésticos. Esse padrão imbrica indivíduos e domicílios com a sociedade mais geral através de múltiplas mediações relacionais, e isso também compõe um importante componente na produção de diferenças no interior da pobreza, como se verá a seguir.

Relações sociais e reciprocidade

Se os estudiosos das estratégias de sobrevivência tenderam a conferir centralidade principalmente às relações no interior do domicílio, pensado como ‘mecanismo’ de sobrevivência, essa literatura também passou a incorporar mais recentemente a noção de “capital social” de modo a considerar o conjunto das relações sociais e a sociabilidade como fontes de recursos e ajudas – ou mesmo como recursos em si.

Como a noção de exclusão social, o termo capital social tornou-se recorrente nas ciências sociais, também marcado por intensa polissemia, disputando explicações no campo de debate sobre pobreza e desigualdade, mas tendo em comum a crítica à excessiva focalização na noção de capital humano, centrada nos retornos advindos da melhoria dos atributos individuais, particularmente das habilidades e conhecimentos obtidos por meio da educação. A noção de capital social ganhou crescente popularidade a partir da obra Robert Putnam, especialmente a partir de seu livro *Bowling Alone* (2000). No entanto, derivações teóricas e analíticas tenderam a inspirar-se nas definições e desenvolvimentos realizados pelos sociólogos francês Pierre Bourdieu, na França, e James Coleman, nos Estados Unidos.

Em Putnam o capital social é “constituído pelas normas e redes que facilitam a confiança, a cooperação e a ação coletiva”, e sua análise centra-se no declínio observado no nível nacional e regional, tanto no que tange a participação política, cívica, religiosa e sindical quanto às relações informais – como os encontros familiares. Tal declínio teria provocado impactos negativos nos níveis de confiança levando a uma fragilização da ação coletiva, da democracia e ao aumento das desigualdades sociais. Tanto a noção como o tipo de explicação foram amplamente adotados por uma organização como o Banco Mundial, o que certamente ajudou a popularizá-las. Mas trata-se de uma definição que apreende o capital social no nível macrossocial, tratando-a como um bem público, e que, como atentado por Portes (1998), perde de vista as dinâmicas relacionais que a fundamentam, além de ser excessivamente normativa, considerando acriticamente o capital social como algo que teria apenas a dimensão positiva de garantir a coesão social – e no nível da sociedade como um todo.

São inteiramente distintos os aportes de Bourdieu e Coleman, ambos referindo-se ao capital social como recursos provenientes da estruturação das relações sociais, resultando em diversos benefícios para os indivíduos – ainda que a partir de diferentes perspectivas teóricas. Em qualquer caso, trata-se de uma definição que trata o capital social no interior de uma visão instrumental e “utilitarista”.

No caso de Bourdieu o capital social é “o conjunto de recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento; ou em outros termos, a pertencimento a um grupo enquanto um conjunto de atores que não são dotados apenas de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, por outros ou por eles mesmos), mas são também unidas por ligações fortes e úteis” (BOURDIEU, 1985). De fato, o capital social não parece ser uma noção que ocupe papel central em sua teoria sociológica dos mecanismos de reprodução social, apenas reforçando os efeitos de outros capitais como o econômico e cultural. Para Bourdieu a sociedade é um espaço social “definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais” (1998), e conceitos como campo, *habitus*, e principalmente o capital econômico e simbólico, ajudam a pensar a distribuição de recursos e oportunidades, conformando hierarquias pouco transponíveis por indivíduos de classes sociais mais baixas. O conceito de capital social acaba por reiterar o que os capitais econômico e cultural estruturam de fato.

Já em James Coleman, na obra *Foundations of Social Theory* as implicações microsociológicas são mais centrais, e o capital social é antes um recurso que pode ser mobilizado pelo indivíduo no interior de estratégias racionais, no interior da perspectiva da ação racional, não considerando tal recurso *a priori* como fonte de coesão, mas, antes, de desigualdades.

Mas ferramentas teóricas e analíticas foram especialmente desenvolvidas no âmbito do campo de estudo das redes sociais, que acabou por incorporar a noção de capital social de forma sistemática para estudar os padrões de relações entre os indivíduos e suas regularidades, focalizando sua formação, transformação e seus efeitos sobre os comportamentos dos indivíduos e grupos. No que se pode chamar, nos termos de Pierre Mercklé (2004), como uma “sociologia das redes sociais”, desenvolveram-se avanços conceituais e analíticos para pensar o papel das relações – e sua mobilização na obtenção de recursos –, como elementos chave na produção e reprodução da pobreza e

das desigualdades, produzindo-se em seu interior críticas às perspectivas puramente centradas no capital humano ou em visões normativas do capital social.

Os estudos sobre redes sociais encontram afiliações teóricas em um paradigma sociológico que, de fato, remonta ao início do século XX e tem como um de seus principais precursores o filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel. Simmel definiu a sociologia como “a ciência das formas de ação recíproca”, no interior de uma abordagem relacional e formalista, atenta às “formas sociais” que emergem das interações entre indivíduos ou “tipos” de relações sociais – como dominação, competição, conflito. Assim, como os estudiosos de redes sociais hoje, Simmel já afirmara que o objeto da sociologia não se encontra nem no nível microsociológico – do indivíduo – nem no nível macrosociológico – da sociedade –, mas num nível intermediário ou mesológico (EMIRBAYER, 1997).

Como outros fundadores da sociologia (Durkheim, Weber), a preocupação central de Simmel centrava-se na evolução histórica das formas de interdependência no sentido de um crescente processo de individualização inerente à sociedade moderna. Mas se a idéia do “vínculo” ou “laço” social entre indivíduos e grupos de pertencimento é comum, assim como a mudança social que transforma tais vínculos – tendo por cenário o mundo urbano –, isso aparece em Simmel de forma mais complexa, com a ênfase na pluralidade e diversificação de pertencimentos (os diversos “círculos”) e na relação do indivíduo com a sociedade como o entrecruzamento de vínculos diversos, não mais apenas relações pessoais e primárias, e próximas fisicamente. Se há interdependência e crescente consciência da individualidade, isso se dá pelo pertencimento do indivíduo a diversos “círculos” que se justapõem, e se reencontram no próprio indivíduo.

No interior da literatura de redes sociais, diversos autores vêm problematizando o papel das redes de relações sociais e da sociabilidade na produção e reprodução da pobreza e das desigualdades, destacando padrões, dinâmicas e mecanismos relacionais envolvidos tanto em práticas de sobrevivência como de mobilidade social (ESPINOSA, 1999; MARQUES, 2010, DOMINGUEZ, 2007, BRIGGS, 2003; LIN, 1999). Uma idéia básica é que no interior da sociabilidade e dos diversos vínculos sociais mantidos entre os indivíduos obtêm-se acesso a diferentes tipos de recursos. As relações sociais são ora tomadas como recursos em si ora como canais através dos quais indivíduos e domicílios trocam e tem acesso a informações, oportunidades de trabalho, dinheiro, bens e serviços diversos, apoio emocional e moral.

Antes de adentrar a literatura de redes e pobreza, é importante lembrar que na América Latina tradicionalmente um segmento da literatura sobre pobreza urbana focalizou o papel de redes densas de reciprocidade, constituídas principalmente por relações de parentesco e vizinhança, como importantes recursos sociais dos pobres urbanos e como sua forma de organização específica no enfrentamento das adversidades econômicas e mesmo de conquistas na cidade, o que em parte foi explicitado no item anterior. Essa abordagem emergiu na esteira da problematização dos efeitos dos intensos processos de urbanização e industrialização em países da região, desde a década de 50, e que resultaram na migração massiva de populações rurais para as grandes cidades e em sua concentração espacial em áreas periféricas dos centros urbanos, onde indivíduos e famílias viviam com escassos recursos dado as precárias e instáveis formas de inserção no mercado e moradia.

Um estudo clássico nesse sentido, e até hoje referencial na literatura sobre redes sociais e pobreza, é o trabalho de Larissa De Lomnitz, *Como viven los marginados* (1975), sobre uma *barriada* no México. A antropóloga mostrou a centralidade das redes de parentesco e de vizinhança para a inserção e sobrevivência na cidade. Proximidade social, econômica e espacial constituiriam a base para a *confianza*, fator que garantia um sistema de reciprocidade generalizada, isto é, a circulação de recursos no interior de redes extensas de parentes e vizinhos que não exigia contrapartidas imediatas, e sustentava todo o grupo. Essa reciprocidade generalizada baseada na *confianza* no interior de uma rede de relações cujos membros eram marcados por condições de igualdade social foi considerada pela antropóloga como um mecanismo que garantia a existência de um “sistema de segurança informal”: um modo específico de organização social no mundo urbano e de adaptação à falta de segurança econômica; redes de reciprocidade generalizada calcadas nos chamados laços fortes, isto é, um conjunto de relações primárias e pessoais que sustentavam trocas simétricas.

Mas se esse foi considerado o padrão dominante – até por pensá-lo a partir de migrantes rurais que se “adaptavam” à cidade –, a antropóloga também notou a existência de processos de distanciamento social provocado pela melhoria de vida e ascensão social de membros e famílias dessas redes, que tendiam a tornar as relações e trocas assimétricas, contribuindo para romper a reciprocidade mesmo entre parentes que em algum momento mantiveram trocas intensas. Por outro lado, também observou entre os moradores da *barriada* a presença de trocas no interior de relações diádicas – relações entre duas pessoas de grupos domésticos diferentes cujas trocas se

caracterizam por serem diretas e imediatas. –, situação bastante distinta da anterior, mas também marcada pela intensidade dos vínculos, em geral de amizade e baseados em confiança. Além disso, não deixou de reconhecer, no entanto, que o “sistema de proteção informal” baseado na reciprocidade generalizada tendia a barrar a mobilidade dado o “auto-encerramento” em redes de relações simétricas, entre iguais.

No estudo de De Lomnitz, o foco recai sobre redes baseadas em relações entre pessoas de iguais condições sócio-econômicas e próximas fisicamente, para “transformar em virtude” uma limitação, pois as trocas no interior da comunidade podem criar uma verdadeira “armadilha” de laços fortes que tendem a perpetuar a pobreza (Espinoza, 2003). De fato, parte das características do funcionamento das redes de relações identificadas por Lomnitz integram hoje o corpo teórico da literatura de redes sociais. Assim, considerando o tema da pobreza e o papel das relações enquanto recursos ou enquanto fontes de recursos em práticas de sobrevivência e reprodução, afirma-se que os chamados *laços fortes* – na nomenclatura criada por Granovetter (1973) –, tendem a associar-se à mera sobrevivência, enquanto os chamados *laços fracos* seriam mais propícios à obtenção de recursos diferenciados e, assim, a práticas de melhoria de vida ou mobilidade social – como a obtenção de melhores empregos (GRANOVETTER, 1973).

A idéia de perpetuação da pobreza em função do pertencimento a redes de relações marcadas pela força dos vínculos e pela igualdade de condições e recursos veiculados no interior dessas redes é um dos posicionamentos centrais na literatura de redes (GRANOVETTER, 1973). Segundo Granovetter, “a forte concentração de energia social nos laços fortes têm o efeito de fragmentar as comunidades em redes encapsuladas com pobres conexões entre si. Isto pode ser mais um dos fatores que faz com que a pobreza se autoperpetue” (Granovetter, 1982). Na continuidade dessa linha interpretativa, Briggs (2003) distingue conceitualmente dois tipos de vínculos ligados a distintos processos de obtenção de recursos: os vínculos/laços sociais que garantem apoio social e coesão (*bonding ties*) e aqueles que proporcionam mobilidade (*bridging ties*). Como em Granovetter, no primeiro caso há uma maior associação com laços fortes, como parentes, vizinhos ou amigos, e se permanece no nível da sobrevivência e da reprodução mais restRosa (*get by*). Mas avanços nas condições de vida e da posição sócio-econômica (*get ahead*) ligam-se particularmente a vínculos ou laços que fazem o papel de “ponte”, laços fortes ou fracos e que podem atravessar barreiras de raça ou classe social proporcionando acesso a diversos tipos de recursos.

A literatura que tem apontado para o papel das redes de relações e, em especial em locais de concentração de pobreza continua enfatizando que redes formadas por vínculos de parentesco e vizinhança são essenciais às práticas de sobrevivência, diferenciando os pobres apenas em termos do acesso ou não a redes dessa natureza. Assim, no pior dos casos, tais redes teriam conhecido limitações no seu potencial de engajamento em trocas e ajuda-mútua em virtude do esgotamento de recursos decorrente dos processos de precarização do trabalho e das rendas, o que tenderia a um auto-encerramento no nível do domicílio ou mesmo ao isolamento social, em um processo de acúmulo de desvantagens; ainda existiriam situações em que redes densas de troca recíproca operariam como característica da organização social dos pobres urbanos (González de la Rocha, 2007; Espinoza, 1999; Fontes e Eichner, 2006), o que se revelaria como uma vantagem comparativa (González de La Rocha, 2007).

Alguns trabalhos têm apontado, com maior ou menor intensidade, para processos e mecanismos relacionais associados à diferenciação entre os pobres. Segundo Espinoza (1999), a presença de redes mais especializadas entre os pobres, com a presença de laços fracos, estaria dando sinais de uma menor integração dos pobres na comunidade local, mas maior integração na sociedade mais global.

Marques (2008) mostra uma grande variabilidade das redes sociais nas situações de pobreza, destacando diferentes tipos de rede e de sociabilidade que se associam à possibilidade dos indivíduos em situação de pobreza obterem trabalho, trabalho com algum grau de proteção ou estarem submetidos a algum tipo de precariedade. O estudo, realizado em diferentes contextos locais de pobreza, indica que padrões relacionais e sociabilidades mais primárias, baseados na família, vizinhança e amizade, e marcados pela proximidade física – localismo –, tendem a se associar a piores condições; por outro lado, indivíduos em situação de pobreza cujas redes estão mais associadas a ambientes organizacionais, apresentam melhor condição sócio-econômica. Ressalta, no entanto, que entre indivíduos cujas redes caracterizam-se por sociabilidade mais local e primária, os que têm sociabilidade mais centrada na família apresentam menor precariedade.

A partir de entrevistas em profundidade, Marques (2008) também identificou mecanismos relacionais associados ao acúmulo de desvantagens e a vantagens comparativas, produzindo diferenciações entre os pobres. Por exemplo, os indivíduos que conseguem freqüentar cursos superiores, e em menor medida o ensino médio

profissionalizante, tenderam a se diferenciar não só pelo aumento da escolaridade ou da formação profissional, mas pela diversificação de suas redes.

Finalmente, Small (2007) sugere que em locais de concentração de pobreza, vínculos formais com instituições, e sobretudo as redes geradas em seu interior, podem propiciar acesso a recursos, o que é em certa medida condicionado pelas características da própria instituição. Já Espinoza (2003), por exemplo, aponta contatos com agentes sociais, pertencentes a agências governamentais ou não, contatos que podem ser mobilizados a favor dos indivíduos. Segundo o autor, “a confiança que se desenvolve entre o agente social de uma agência de desenvolvimento e os beneficiários se converte no elemento que realmente agrega valor à vinculação estrutural com um meio diverso e que converte um vínculo fraco em capital social” (2003: 93).

Nesse sentido, cabe abrir o leque de possibilidades relacionais a que os indivíduos tem acesso em seu cotidiano e que não se restringem às relações mais próximas social e espacialmente, podendo envolver vínculos e relações de diferente natureza e intensidade, em diferentes espaços – Estado, mercado, sociedade-comunidade, família -, pensando-se que nas práticas de sobrevivência, melhoria de vida e mobilidade social, indivíduos e domicílios beneficiam-se – ou não – de relações e contatos diversos em diferentes esferas.

Percurso de vida e desigualdades nas trajetórias

A abordagem de percurso de vida converge em muitos aspectos com as abordagens até aqui apresentadas, por um lado porque também incorpora a análise do ciclo de vida, mas principalmente porque permite agregar distinções teóricas e analíticas que conjugam uma análise sincrônica a uma análise diacrônica. Além disso, no âmbito desse campo de estudos mais recentemente constituído, sua peculiaridade é a de possibilitar pensar as práticas de sobrevivência no interior de um contexto histórico, social e cultural em transformação, ligando o nível do indivíduo e seu domicílio com o nível da estrutura de oportunidades cambiante no tempo. Assim, combinando elementos de diferenciadas perspectivas do percurso de vida como proposto por Dewilde (2003) – a perspectiva “tradicional” de Elder, a institucional européia e a “economia política” do percurso de vida –, também aqui se converge para uma abordagem da pobreza e da vulnerabilidade social mais flexível, complexa, multidimensional, onde diferenciação e heterogeneidade são centrais.

Isso significa que ao possibilitar olhar as práticas de sobrevivência, reprodução e mobilidade de indivíduos e famílias no tempo, estas se conectam e são influenciadas por transformações econômicas, sociais e político-institucionais que afetam os recursos e a forma de mobilização de ativos, transformações que também alteram normas em termos das necessidades e aspirações dos indivíduos e seus grupos domésticos, que buscam adaptar-se, logram ou não superar bloqueios ou acessar novas oportunidades.

Desenvolvimentos recentes nesse campo de estudos enfatizam, por exemplo, as mudanças que afetaram largamente a noção de ciclo de vida originalmente etapista e linear (Dewilde, 2003). Esse ponto de partida crítico é importante, embora os estudos de estratégias e sobrevivência já tenham avançado muito nesse sentido, mas o potencial desta abordagem encontra-se, antes, em oferecer um conjunto de orientações teóricas e de conceitos que permitem descrever as mudanças ao longo do tempo.

Dentro da perspectiva “tradicional” do percurso de vida (Elder, 2005), conceitos como *trajetórias*, *eventos*, *transições* e *passagens* são parte do vocabulário que tem sido apropriado para entender a dinâmica das práticas familiares de sobrevivência e reprodução, pois aqui a família aparece como “economia doméstica” e principal vínculo entre as mudanças no nível macro e o percurso de vida individual. Sobre tais práticas,

muito já foi dito no primeiro item desta seção. Importa enfatizar que o conceito de percurso de vida implica uma espécie de cruzamento de múltiplas e diferenciadas trajetórias, relacionadas com diferentes domínios da vida ou esferas institucionais da sociedade, como o trabalho e a educação, por exemplo, mas também a própria família.

Essas trajetórias que basicamente compõem o percurso de vida individual e, por extensão e interdependência, o domicílio, são marcadas por uma sequência de eventos e transições, mudanças no nível da vida individual e domiciliar que podem ocorrer de forma mais ou menos previsível. Atentemos para os significados destes conceitos junto com o de passagem. Um evento pode ser ora pensado no nível do indivíduo ora no nível mais macro e histórico, podendo ser mais ou menos previsíveis. A idéia de *transição* remete, nos termos de Elder (2005), a mudanças nas vidas dos indivíduos que podem ocorrer em um dos domínios particulares da vida. Pode-se pensar em termos mais gerais, na passagem de uma etapa da vida a outra, como da adolescência para a vida adulta, mas também transições mais específicas como uma transição para uma atividade de trabalho que coloca o indivíduo em outro patamar sócio-econômico. A *passagem* se traduz pela combinação de um conjunto de transições em diferentes domínios e que levam a um novo estágio de vida.

Como proposto por Dewilde (2003), outras contribuições para pensar a pobreza e a vulnerabilidade social provêm de outras perspectivas dentro deste enfoque, como a abordagem institucional do percurso de vida e a “economia política” do percurso de vida. No primeiro caso, trata-se do papel que o Estado de bem estar joga em “estruturar” os percursos de vida influenciando os padrões de desigualdades sociais, econômicas e de gênero mediante políticas que asseguram diferencialmente riscos sociais. Nesse caso, processos de desinstitucionalização estariam ocorrendo em virtude da emergência de novos riscos sociais não protegidos ou senão focalizados de forma assistencial mediante baixas transferências, ocasionando novas desigualdades. Mas como bem lembra a autora, tal tendência não se origina no Estado de bem estar em si, mas em mudanças em outros domínios de distribuição de recursos, como o mercado de trabalho e a família.

Nesse sentido, uma abordagem do percurso de vida enquanto “economia política” daria conta das duas perspectivas anteriores, pois incluiria a forma como o estado, o mercado e a família geram diferenciações sociais e desigualdades, dado que se tratam de diferentes “layers” produtores de desigualdades. Daí advém uma primeira idéia-chave, no interior de uma abordagem estrutural, a de *estratificação do percurso de vida*, mais centrada no impacto do sistema social sobre os percursos, do que nos atributos e

comportamentos dos indivíduos. Outra idéia-chave é a da *estratificação ao longo do percurso de vida*, inspirada na idéia do sociólogo Robert Merton de “acúmulo de vantagens e desvantagens”, onde às desigualdades iniciais devem se considerar outras desigualdades produzidas a partir das estruturas de oportunidades e circunstâncias históricas, sendo que “a posição do indivíduo em vários domínios da vida não depende apenas das primeiras posições, mas também contribuem para suas futuras posições” (Dewilde, 2003: 124).

Abordagem básica

A heterogeneidade de situações de pobreza e vulnerabilidade é o ponto de partida, e como se constituíram ao longo do tempo. Com base nos referentes conceituais e distinções analíticas de diferentes abordagens voltadas para o estudo da pobreza e da vulnerabilidade, na presente investigação não se buscam “variáveis independentes”, num modelo tradicional de explicação causal, mas a interrelação ou combinação de uma série de “variáveis dependentes”.

A questão é: como e porque indivíduos e domicílios em situação de pobreza e vulnerabilidade chegaram a diferenciar-se em suas situações, frente às adversidades enfrentadas nas últimas décadas? Busca-se responder a esta questão demonstrando que é possível identificar como e porque a pobreza torna-se menos persistente e em algum grau transitória para uns e para outros uma situação mais persistente, podendo mesmo passar à geração seguinte em virtude do acúmulo de desvantagens e vantagens comparativas que se desenvolveu em cada caso, considerando-se o nível individual, mas também a interdependência dos percursos de vida dos membros do domicílio mais diretamente mobilizados em práticas de sobrevivência, melhoria de vida e mesmo mobilidade.

Os relatos de vida (Bertaux, 2005) desses indivíduos são utilizados para o levantamento de eventos e circunstâncias chave em suas diversas trajetórias que permitem observar as condições de vida ao longo de seus percursos individuais e domiciliares, e suas mudanças. Frente a esses eventos - em domínios vitais como a família, o trabalho, a moradia, e a educação -, descrevemos as respostas em termos de práticas de sobrevivência, reprodução e mobilidade que os indivíduos dão no enfrentamento das adversidades, mas também na busca de maior bem estar, analisando transições e possíveis passagens. Também acidentes como doenças e fome são importantes marcadores na análise. Olhando as interações, combinações e encadeamento a partir desses eventos, e que se dão também entre os diferentes domínios, descrevem-se os diferentes processos de acúmulo de desvantagens e vantagens comparativas, entendendo-se que isto não ocorre de modo linear, mas entre altos e baixos que, no entanto, deixam entrever o porquê e como as diferentes situações

de pobreza e vulnerabilidade se configuraram. Mas estes processos são eles mesmos entendidos como inseridos no interior de “configurações relacionais”, que implicam que em eventos e circunstâncias são necessariamente mobilizadas relações em diferentes esferas – mercado, Estado, sociedade-comunidade, família -, considerando a afirmação de Espinoza (1999) de que as práticas de sobrevivência, melhoria de vida e reprodução estão incrustadas nas relações sociais.

Capítulo 2

O “Complexo” Vila Nova Jaguaré

O longo das últimas décadas, a Vila Nova Jaguaré refletiu, tal qual um microcosmo na cidade de São Paulo, um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, num locus definitivamente consolidado como lugar de moradia, mas sempre em transformação. As próximas seções descrevem a Vila Nova Jaguaré como contexto de moradia na cidade que, se não deixa de concentrar situações de pobreza e vulnerabilidade, é mais diverso internamente do que a homogeneidade com que as favelas tenderam a ser tratadas pelo senso comum e também pela literatura, situando temporalmente e espacialmente algumas de suas transformações, processos e atores envolvidos. Favela em “mutação”, agora especialmente pelo impacto da política de urbanização que tem alterado radicalmente sua fisionomia e fronteiras internas. Lugar que segue como fonte de estigma para seus moradores, estigma alimentado nas últimas décadas também pela escalada da criminalidade ligada ao tráfico. Mas, estigmas que também conhecem distinções internas, e vem conhecendo mudanças.

Carcará, Assum Preto, Três Arapongas, Asa Branca... Os nomes de aves comuns em diversas regiões do Nordeste nomeiam as principais vias de acesso e trânsito no interior da favela Vila Nova Jaguaré, gravando nas ruas a origem dos que se envolveram, junto com familiares, amigos e conterrâneos, no desafio de buscar “progredir” na cidade grande, em especial São Paulo. Na realidade, entre seus ocupantes também se encontram pessoas provenientes de cidades do interior de São Paulo e de diversas cidades de Minas Gerais, mas domina o reconhecimento entre os moradores de que a maioria veio do “Nordeste” ou do “Norte”. Comenta-se que começaram a chegar ainda nos anos 50, mas seu influxo mais forte teve início nos anos 60, atraídos pelo mercado de trabalho local e por melhores condições de vida. Durante os anos 80 e 90 ocorreu um intenso adensamento da Vila Nova Jaguaré, seguindo a tendência de

crescimento das favelas como fenômeno não só em São Paulo, como no Rio de Janeiro, e no resto do país.

Industrialização, urbanização e migração foram os grandes processos que marcaram o país no pós-guerra, e transformaram intensamente a cidade e a Região Metropolitana de São Paulo. Dirigindo-se especialmente para os espaços mais periféricos da cidade, os migrantes buscavam trabalho e terra em contextos urbanos muito diferentes dos de origem. Busca que envolvia a valorização e avaliação de muitos aspectos que, imbricados, eram tomados como claros sinais de melhoria de vida e mesmo de mobilidade social (Durham, 1976). Entre os que mais se destacam, as oportunidades de obter um trabalho com maior facilidade e melhor remuneração e a valorização dos direitos trabalhistas em contraponto às relações de exploração e dominação nas áreas rurais; a oferta de infra-estrutura hospitalar e educacional, benefícios urbanos mais acessíveis em São Paulo. E, finalmente, o acesso a terra na forma de um lote ou terreno na cidade para a construção da moradia e sua paulatina melhoria – num contexto em que o acesso à terra, particularmente nas zonas rurais era crescentemente inviabilizado pela crise nos sistemas de arrendamento e o processo de concentração fundiária. Por outro lado, se tudo isso foram fatores de atração, só o eram porque redes de familiares, amigos e conterrâneos operavam como suporte fundamental, tanto no local de origem como no de destino, a decisão de partir e instalar-se na cidade sendo um processo pensado e estruturado no âmbito da família e da comunidade, dos quais se dependia para informações sobre trabalho, estadia na cidade, e onde morar (Fontes, 2008).

Mas como atenta Fontes (2008), a migração, em especial para uma grande cidade como São Paulo e sua Região Metropolitana, não foi um processo homogêneo. Migrações sazonais, para pequenas e médias cidades, em regiões no próprio estado de origem, podiam ser tentadas, ou experimentadas como “estágios” para uma empreitada de maior envergadura, como enraizar-se, ainda mais se longe de familiares, em uma cidade como São Paulo. A migração também podia envolver um caráter pendular, sempre com a expectativa da volta para cidade natal ou a permanência definitiva, ou combinações de ida e volta e períodos de permanência. O processo podia ser iniciado pelos homens mais jovens e solteiros, casais novos, mas dificilmente a família como um todo, dado o caráter arriscado da empreitada. Mas envolvia na maior parte das vezes uma fragmentação, temporária ou definitiva.

A favela Vila Nova Jaguaré, no quadro de intensa industrialização da cidade, foi configurando-se a partir desses processos, tendo como principais atores os migrantes que para ai se dirigiam particularmente porque o distrito do Jaguaré constituía-se desde os anos 40 numa das principais áreas industriais da cidade de São Paulo, e porque ao longo dos anos 50 e 60 foram se constituindo na favela as redes de familiares, amigos e conterrâneos que propiciavam a chegada definitiva ou o “vai-e-volta”.

Favela, Favelas, “Complexo” Vila Nova Jaguaré

A Vila Nova Jaguaré situa-se no distrito do Jaguaré, zona Oeste da cidade, que inclui os bairros Centro Industrial Jaguaré, Conjunto Butantã e Jaguaré (onde hoje se localiza a favela). Na atual divisão administrativa da cidade, o Jaguaré pertence à sub-prefeitura da Lapa. Sua origem liga-se ao projeto de construção de um bairro industrial especializado, de autoria do engenheiro e urbanista Henrique Dumont Villares. Dono então de uma Sociedade Imobiliária, Dumont Villares iniciou ainda nos anos 30, a construção de uma área industrial e um bairro residencial operário, que seria servido por área comercial e de lazer. A favela nasceria nos anos 50/60 a partir de ocupações esparsas do terreno de 150 mil m² – uma “colina aprazível” – doado pelo engenheiro à Prefeitura para o estabelecimento de uma área de lazer junto ao Centro Industrial (Villares, 1939).

Uma das poucas áreas que contou com planejamento urbanístico na cidade de São Paulo, o Centro Industrial Jaguaré teve como modelo os exemplos europeus de bairros operários. O terreno de 15 alqueires, parte da fazenda adquirida por Dumont Villares, situava-se na então considerada “periferia” da cidade, mas próximo a um viário que dava acesso a bairros como Pinheiros, Lapa e Osasco, facilitando o acesso ao Centro da cidade. O Centro Industrial foi conectado através de um complexo ferroviário ao sistema ferroviário do país, encontrando-se também “junto ao cruzamento das principais estradas de rodagem que conduzem ao norte e ao oeste” e na confluência dos Rios Pinheiros e Tietê, para aproveitamento não só da navegação como meio de transporte, mas também para a “remoção do lixo e demais resíduos inúteis”. Por fim, a proximidade a distritos “onde residem as classes operárias, quer especializadas quer manuais” (Lapa, pinheiros e Vila Presidente Altino) e o acesso a trem foi tomado como mais uma vantagem, dada a consideração de que o custo de vida nesses bairros era baixo e assim “os salários também são inferiores”. A Universidade de São Paulo encontrava-se então em construção em bairro contíguo, o Butantã, e o Instituto Tecnológico de Pesquisas (IPT) era previsto como coadjuvante no “progresso dos processos industriais”.

O bairro residencial operário contou com uma área reservada de 800 mil m², e incluiu outras benfeitorias, entre elas uma escola, o Externato Jaguaré, ligada ao desenvolvimento de um programa social voltado para a educação e para a “orientação espiritual” dos moradores, e que ficou a cargo de uma congregação religiosa canadense, a Ordem de Santa Cruz. Em 1945 foi construída a igreja São José do Jaguaré, paróquia liderada pelos missionários canadenses, e o Externato Jaguaré tornou-se o primeiro colégio da congregação no Brasil. A ação dessa Congregação na região perdurou, como veremos na próxima seção, e se consolidou na própria favela Vila Nova Jaguaré.

A construção da ponte do Jaguaré, também por iniciativa de Dumont Villares, incentivou sobremaneira a vinda e instalação de indústrias na área, no bojo do intenso processo de industrialização e urbanização dos anos 50. A explosão urbana que acompanhou esse processo alimentou-se da migração de milhares de pessoas e famílias e estimativas apontam que entre 1950 e 1980 mais de 38 milhões de pessoas saíram do campo rumo às cidades. Entre 1950 e 1970 a cidade de São Paulo triplicou sua população, mas a presença de trabalhadores nordestinos cresceu pelo menos 10 vezes, trabalhadores que se nos mais diversos setores da economia local, entre eles setores

industriais em expansão na Região Metropolitana como a construção civil e a metalurgia, como também serviços (Fontes, 2008).

Não tendo sido utilizada pela Prefeitura para o estabelecimento da área de lazer, a “colina aprazível” acabou por ser paulatinamente ocupada por migrantes que a princípio chegaram sem condições de adquirir ou alugar uma moradia no entorno residencial. Cercados de uma área de residências modestas, de alvenaria, da então classe média em crescimento no bairro, que já contava com acesso a infra-estrutura e serviços básicos, os relatos dos que chegaram em meados dos anos 70, atraídos pelas oportunidades de trabalho e melhores rendimentos, mostram o enorme contraste existente com esse entorno, fruto de planejamento urbanístico.

Nos anos 70, a Vila Nova Jaguaré já se constituía em destino certo para muitos migrantes nordestinos, além de mineiros e migrantes do interior de São Paulo, período em que o fenômeno “favela” passou a ser oficialmente reconhecido pelos órgãos públicos da cidade, quando em 1973 foi feito o primeiro cadastramento das favelas da cidade de São Paulo, mostrando a existência de 542 assentamentos com uma população moradora de 71.840 habitantes.

Tabela 1. Evolução do número de favelas no Município de São Paulo

Ano	1973 (1)	1975(1)	1987 (2)	1991 (3)	2000 (3)	2008 (4)
Favelas	542	919	1749	1975	2018	1573

Fontes: (1) Cadastro de Favelas, PMSP, 1973 e 1975

(2) Censo de Favelas de 1987, PMSP

(3) Bases cartográficas SEHAB-PMSP/CEM

(4) Survey Seade - PMSP

Como os loteamentos clandestinos e irregulares nas periferias da cidade de São Paulo e os cortiços concentrados na zona central, as favelas ficaram conhecidas como territórios de concentração da pobreza, uma das alternativas ou soluções que os trabalhadores mais pobres encontraram para sua moradia e de suas famílias na cidade. Diferentemente do Rio de Janeiro, em São Paulo há notícias de poucas favelas ainda na década de 40, e mesmo no início dos anos 70, representavam apenas 1% da população do Município de São Paulo, concentradas em áreas centrais e residenciais de classe média e alta (Tashner, 2001, Pasternak, 2005).

Tabela 2. Evolução da população em favelas no Município de São Paulo, 1973-2000.

Ano	População Total	População em favelas	% População em Favelas	Período	Taxa de Cresc. Anual - favelas	Taxa de Cresc. Anual - total
1973	6.560.547 ⁽¹⁾	71.840 ⁽³⁾	1,1	--	--	--
1987	9.210.668 ⁽¹⁾	812.764 ⁽⁴⁾	8,8	1973-1987	18,92	2,45
1991	9.644.122 ⁽²⁾	891.673 ⁽⁵⁾	9,2	1987-1991	2,34	1,16
2000	10.338.196 ⁽²⁾	1.160.597 ⁽⁵⁾	11,2	1991-2000	2,97	0,78
2007	10.834.244 ⁽⁶⁾	1.539.271 ⁽⁶⁾	14,2	2000-2007	4,12	0,67

FONTES:

(1) Fundação SEADE.

(2) IBGE: Censo Demográfico 1991, 2000.

(3) PMSP / COBES. Equipe de Estudos e Pesquisas. Favelas no Município de São Paulo, 1973.

(4) PMSP. SEHAB. HABI. Div. Téc. de Planejamento. Coord. Inf. Téc. e Pesquisas. Censo das Favelas do Município de São Paulo. 1987.

(5) Estimativa CEM.

(6) Estimativa Fundação SEADE.

Mas também é ao longo dessa década que encontramos a maior taxa de crescimento populacional nas favelas da cidade de São Paulo, que se no início dos anos 70 ainda associou-se ao boom da industrialização dos anos 50 e ao “milagre”, no final dessa década já começou a resultar também da crise do modelo de desenvolvimento econômico vigente, e do empobrecimento que se seguiu, configurando-se a terra disponível nesse tipo de assentamento como alternativa à aquisição de lotes em loteamentos irregulares e clandestinos em locais mais distantes e dado a indisponibilidade de recursos para comprá-los. Por outro lado, uma favela como a Vila Nova Jaguaré sempre se tornou atraente por sua localização privilegiada, sendo ela própria parte de um distrito industrial, mas também próxima a outros bairros e distritos onde indústria, serviços e comércio, e uma população de classe média e alta, concentravam-se desde algumas décadas, como Pinheiros, Lapa, Osasco.

Das alternativas de moradia, a favela tem sido mais especificamente definida pela condição de ilegalidade da ocupação dos terrenos, ou seja, pelo seu estatuto jurídico, sendo consideradas aglomerados formados pela invasão de terrenos públicos de propriedade federal, estadual ou municipal ou de terrenos particulares, invasões que podem se dar de forma espontânea - gradual e sem organização - ou em processos organizados, o que no caso de São Paulo não foi tão comum, verificando-se alguns casos na década de 80 (Silva, 1997; Taschner, 2001; 2003; Marques e Torres, 2005: cap. 6). Isso significa que, diferentemente do loteamentos clandestinos ou irregulares,

onde o desrespeito com a legislação edilícia e de uso do solo, não obstaculizam inteiramente o acesso à posse e propriedade, na favela a posse nunca é uma garantia (Marques, Torres, Saraiva, 2003), embora isso não tenha impedido a emergência ao longo do tempo de mercados imobiliários informais nas favelas (Baltrusis, 2005).

Até os anos 80, particularmente até a Constituição de 89 – que institui a função social da terra –, e a chegada de políticas públicas às favelas, morar na favela aparecia como algo marcado pela insegurança e medo do despejo, sobretudo em se tratando de áreas particulares. Ainda que ocupando terreno público, do município, os relatos dos moradores da Vila Nova Jaguaré sugerem que essa insegurança sempre conformou um desestímulo a investimentos na moradia, na sua melhoria, ao mesmo tempo que indicam que entre os anos 70 e 80, os moradores que haviam acumulado recursos se sentiam mais motivados a investir fora da favela, no entorno ou em bairros próximos, onde construíram casas em terrenos particulares, marca de ascensão social associada à sua inserção na estrutura de oportunidades de trabalho da região. Se em alguns casos membros da primeira geração não o fizeram, foram os da segunda geração que empreenderam essa saída. Sem contar aqueles que previam ou desejavam sua volta para a terra natal, adquirindo propriedades imobiliárias ali, o que tinha como apelo o estar próximo de familiares e a segurança de uma propriedade onde esta era mais acessível – similar ao que já fora salientado por Fontes (2008) quando estudou os migrantes que se instalaram em São Miguel Paulista na década de 50. É comum ouvir que, em se tratando de moradores de mais longa data, o definitivo estabelecimento na favela, associado ao acúmulo de recursos financeiros, permitiu a muitos investir não só na própria moradia, mas em outras, na própria favela ou no entorno, como fonte de renda, para alugar ou vender.

Como indica a evolução da população favelada, seu crescimento foi menos intenso nos anos 90, mas não menos significativo, pois a população moradora nas favelas de São Paulo cresceu cerca de três vezes mais que a população do município, o que nesse período também se associou às mudanças estruturais que marcaram profundas transformações no mercado de trabalho ao qual as primeiras gerações de moradores das favelas tiveram acesso, e onde bem ou mal se inseriram logrando alguma ascensão social ou “melhoria de vida”, como é comum ouvir.

Nesse caso, para o conjunto das favelas, é plausível pensar ao menos em duas hipóteses para esse crescimento: o ingresso de pessoas muito pobres, paupérrimas, que passaram a ocupar as áreas remanescentes, o interstícios, as piores localizações da

favela, mas também indivíduos e famílias que não eram tão pobres, mas empobreceram pelo desemprego e precarização do trabalho nesse período, a ponto de vender seu imóvel ou fugir do aluguel, instalando-se na favela. Isso se associa, como bem sintetiza Tashner (2005) “à dificuldade de acesso à terra comercializada, aliada à pauperização dos moradores, à falta de provisão de moradia para baixa renda, a relativa melhoria nas condições de vida nas favelas”, pois, “morar em favela é menos inseguro agora”. [outra possibilidade é chegada via rede de familiares, ainda presente – lembrar conversa em frente à Diagonal]. Uma dinâmica muito provavelmente amparada por redes de parentes, amigos, conterrâneos.

Se nas últimas décadas o fenômeno de crescimento das áreas e da população favelada – bem maior que o da população municipal – se traduz na emergência de novas favelas e no adensamento das áreas já existentes, nestes casos com ocupações de seus interstícios mais precários ou áreas de risco, há também moradias que nasceram da verticalização dos imóveis – associado a um mercado imobiliário interno que funciona com preços diferenciados –, o que marca o uso da moradia na favela na obtenção de renda e a chamada “melhoria” de vida por parte de alguns moradores. Por outro lado, é verdade que se a crise econômica que marcou os anos 90 incentivou a busca de moradia na favela, isso também representou um movimento de mobilidade descendente (Kowarick, 2009).

Na Vila Nova Jaguaré, desde finais da década de 90 foi muito visível a intensa ocupação das áreas sobrantes, o que incluiu particularmente áreas com risco de desabamento, e áreas que se tornaram extremamente insalubres. Mas também houve verticalização das moradias, e uma intensa ocupação ao longo da velha linha ferroviária que circunda parte da favela – o que será mais detalhado na seção seguinte. Parte dessa ocupação mais recente, diga-se, misturava tanto barracos de madeira quanto de alvenaria, alguns muito bem acabados, sobretudo internamente.

Ao lado da ilegalidade na ocupação da terra, às favelas associam-se condições físicas específicas, como uma ocupação desordenada do solo, barracos de madeira. De fato, essa visão não deixou de ser reproduzida por definições oficiais, como a do IBGE, que a classifica como “aglomerado subnormal”, definição que ao longo de décadas manteve-se idêntica, embora, as favelas componham, como se verá a seguir, um fenômeno multifacetado e dinâmico. Assim, para o órgão oficial que realiza o Censo Demográfico nacional, principal fonte institucional de dados do país, o “setor especial de aglomerado subnormal”, é um “conjunto constituído por um mínimo de 51

domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (Marques; Torres, 2005). A isso, agregava-se o tipo de moradia, com a predominância de barracões e casebres rústicos.

Mas essa visão, persistente nas definições oficiais e no imaginário dos moradores da cidade, não corresponde mais a uma boa parte fenômeno favela, inserindo-se hoje no debate intelectual-acadêmico que busca combater as visões homogeneizantes e dicotomizantes da realidade social de uma cidade e de uma metrópole como a paulistana. O que os estudos têm mostrado, servindo-se largamente das bases estatísticas disponíveis – no caso, do próprio Censo do IBGE – e das cartografias de favelas, quando existentes, é que as favelas são hoje muito heterogêneas, não só em virtude de sua inserção e localização na cidade – ora em áreas mais nobres e ricas, onde marcam claros contrastes com o entorno, ora em áreas em que há maior convergência com seus indicadores – como de sua diferenciação interna, onde numa ponta há aquelas com condições sociais e de infra-estrutura pouco ou menos precárias e, noutra, favelas com péssimas condições em todos seus aspectos (Saraiva e Marques, 2005). Neste caso, como mostram Torres e Marques (2001), ainda continuam a reproduzir-se situações muito ruins, concentradas especialmente nas franjas da RMSP, mas também existentes em interstícios na cidade São Paulo, acumulando diversas carências, riscos sociais e ambientais, casos em que foram designadas *hiperperiferias* pela sobreposição cumulativa de riscos.³ Mas o que marca o fenômeno hoje é sua *heterogeneidade*.

Por um lado, parte das carências outrora apontadas não corresponde mais à realidade atual. Do ponto de vista das condições físicas, casas de material precário deram lugar predominantemente a casas de alvenaria em mais de 90% dos casos (Tashner, 2005), além da quase universalização do acesso a infra-estrutura básica, com exceção do esgotamento sanitário, um problema que na Vila Nova Jaguaré foi solucionado pelos próprios moradores com ligações clandestinas e cobertura precária do

³ Entre os estudos que vem problematizando a diversidade e heterogeneidade do fenômeno favela encontram-se Valladares, L. e Preteceille, E. 2000. “Favelas, favelas: Unidade ou diversidade da favela carioca”. In: Ribeiro, L. (org.) O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro, Observatório / Ed. Revan / Fase; Preteceille, E. e Valladares, L. 1999. “Favelas no plural”. Trabalho apresentado no XXIII Encontro da Anpocs, Caxambu; Valladares, Licia do Prado. Cap. III “A favela das ciências sociais” e Conclusão. In: A Invenção da favela – Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

esgoto – e com promessa de solução até 2010 no interior projeto de urbanização da favela.

Vila Nova Jaguaré: um “microcosmo” em mutação

Vila Nova Jaguaré: diversidade e distinções internas

Se, por um lado, a Vila Nova Jaguaré marca claras fronteiras físicas com o entorno urbanizado, sendo reconhecida por alguns moradores como “comunidade” e por outros como simplesmente “favela”, internamente ocorreram processos de diferenciação, reconhecíveis mais imediatamente pelas condições físicas de ocupação, que foram mudando ao longo do tempo. Processos de diferenciação resultantes ora da consolidação de algumas áreas ora da prevalência ou reprodução de situações de muita precariedade habitacional em outras, o que se de fato se combinou de diferentes formas em diferentes localizações da favela. Por outro lado, a diferenciações físicas também contribuíram para produzir espaços marcados por diferentes tipos de sociabilidade. Diríamos que a favela tem suas “centralidades” – espaços marcados pela concentração de fluxos em função da concentração do comércio e/ou serviços, em partes do viário principal -, mas também tem suas “vizinhanças”, pois dadas suas dimensões, muitos moradores por vezes não conhecem nem freqüentam todos os setores da favela e, por conseguinte, seus moradores – a não ser através da redes que os unem; e finalmente tem seus inúmeros “pedacinhos”, nas inúmeras vielas onde vizinhos se vêem todos os dias. Tudo isso fala sobre a diversidade interna, cujo primeiro aspecto, a diferenciação física, é explorado a seguir.

Historicamente, a Pça. Onze, localizada numa das partes mais elevadas da favela, uma espécie de pequeno platô da antiga colina, é um dos pontos iniciais de ocupação, área mais antiga e mais consolidada, onde ainda é possível encontrar moradores que chegaram na década de 60 e durante os 70, moradores que permaneceram e tem famílias na terceira e mesmo na quarta geração.⁴ Não obstante, é

⁴ De fato, a Pça Onze é conhecida como praça porque chegou a ser uma área arborizada com equipamentos para as crianças brincarem, mas acabou sendo intensamente ocupada em fins dos anos 80.

conhecido como um dos marcos de “centralidade” da favela, onde estão concentrados diversos pequenos comércios e alguns serviços como o Centro Profissionalizante que integra o projeto social mantido por uma congregação católica. Daí segue-se por ruas do viário principal que se conectam entre si – Assum Preto, Carcará, Bem-te-vi - dão acesso ao entorno residencial e urbanizado do bairro do Jaguaré, assim como a outros setores da favela. Ao longo dessas ruas, boa parte das casas conheceram muitas melhorias, tornando-se sobrados com bom acabamento interno e mesmo externo.

Descendo-se a rua Assum Preto, esta transforma-se na Três Arapongas e conhece uma bifurcação, que a conecta à Rua Asa-Branca. Nesse percurso, embora menos “privilegiado” que o espaço da Pça Onze, também nota-se a presença moradias que se assemelham a casas e sobrados do entorno de classe média da favela, mesclando-se com outras não tão bem acabadas externamente, mas também ampliadas e verticalizadas, e onde internamente o olhar indiscreto pesquisador percebe não só melhorias no acabamento, como mobiliário e bens de consumo durável diversificados. Nesse percurso, a presença de barracos de madeira é exígua.

Ao longo da Três Arapongas, que leva à base da favela, assim como ao final da rua Asa Branca, que tem como continuação a hoje chamada Av. José Maria da Silva, antiga avenida planejada, chega-se ao que até o início de 2006 foi uma das áreas de maior precariedade da Vila Nova Jaguaré, fruto de ocupação mais recente, particularmente de finais dos 90 e início dos 2000, ocupação que se deu ao longo do leito da ferrovia que integrava o complexo industrial do Jaguaré, e que foi desativada em 2002. Em 2006 teve início remoções nessas áreas, no interior do atual projeto de urbanização da favela – intervenção pública que será abordada na seção seguinte. Ao longo da linha do trem, a favela se conecta a outra área favelizada, a favela “Sambrinha” ou “favela da Diogo”, também incluída no projeto de urbanização como parte do “complexo” da Vila Nova Jaguaré. Nos espaços às margens dos trilhos, seus ocupantes se reconheciam e se reconhecem invariavelmente como habitantes da “Linha”.

Nessa área, acumularam-se intensamente barracos em sua maioria de madeira, em trechos sem qualquer iluminação, marcados por intensa insalubridade, posto que sujeitos a inundação, esgoto a céu aberto e intensa presença de ratos que costumam invadir as habitações precaríssimas de dia e de noite. Até 2002, o trem ainda passava a uma distância de meio metro dos barracos, transtornando a vida desses moradores dos trilhos, representando um fator de risco constante, sobretudo para as crianças que

brincavam no leito. O acúmulo de lixo nessas áreas não só se devia ao seu inadequado acondicionamento: em dias de chuva, a intensa impermeabilização de todo o solo da favela fazia com que o lixo de todas as partes descesse e se acumulasse nessas áreas ainda mais.

De forma simplificada, e à primeira vista, se poderia ter uma visão dualista da Vila Nova Jaguaré, onde no topo, na chamada Pça. Onze, estariam os moradores mais antigos, famílias mais “estruturadas”, num espaço mais urbanizado, seja pela ação dos moradores ou do Estado, com acesso razoável a infra-estrutura e alguns serviços públicos e mesmo a comércio; e embaixo, sobretudo na área dos trilhos, estariam concentrados os moradores mais recentes, mais pobres, em locais que se adensaram sobretudo a partir de meados dos anos 90, nas parcelas restantes do terreno passíveis de serem ocupadas. No entanto, também na Pça. Onze adentrava-se por vielas que davam acesso a áreas de risco, encostas ocupadas não só por barracos precários, mas onde alguns moradores chegaram a investir em casas de alvenaria, bem acabadas interna e externamente. É o caso da área conhecida como “Buracão”, que antes do atual projeto de urbanização já sofrera intervenções públicas por tratar-se de área de risco de desabamento. Durante a administração Luiza Erundina-PT (1989-1992), moradores foram removidos e realocados em conjuntos habitacionais no Jaraguá. Mas a área voltou a ser ocupada, por muitos barracos, e também por casas de alvenaria de melhor qualidade.

Da mesma forma, um trecho da Rua Três Arapongas, ao lado dos trilhos, acabou por tornar-se uma importante área comercial na Vila Nova Jaguaré, especialmente em frente ao Conjunto Cingapura construído na administração Paulo Maluf-PDS (1993-1996) – outro conjunto encontra-se em outra ponta da favela. Percorrendo-se a área da favela que segue os trilhos da ferrovia desativada, a diversidade também era e ainda é presente, pois também nesses trechos moradores mais antigos tinham boas casas e sobrados, com garagens, em alguns casos pontos de comércio – bares, pequenos mercadinhos. No trecho mais próximo à Marginal Pinheiros, já na “cauda”, essa área mais consolidada convivia com uma área de encosta e risco de desabamento, o Morro do Sabão, onde proliferaram os barracos de madeira, mas onde alguns moradores também avançaram em casas de alvenaria.

Assim, se nas áreas realmente mais precárias e de risco a presença de barracos era visivelmente maior, ao caminhar-se por toda a favela, nos diferentes setores, incluindo-se suas vielas, a diversidade das condições habitacionais era grande,

misturando-se casas melhor acabadas dentro e fora, casas de alvenaria que permaneceram em bloco aparente, mas por vezes amplas e verticalizadas, e os barracos mais precários.

Essa diversidade na favela deixa também entrever uma diferenciação entre os moradores no que diz respeito ao acúmulo de desvantagens e vantagens comparativas no eixo moradia, porque é visível que alguns puderam transformar suas moradias em ativos, pequenas poupanças, mesmo morando na favela, o que não é nada trivial, mesmo que os valores aí representem em média 25% do valor de um imóvel no entorno da favela (Pasternak, 2005). Outros não o lograram, seja porque sua migração é mais recente e são mais pobres, mas também porque se deram casos em que a localização extremamente precária desincentivou ou mesmo impossibilitou esse investimento; e porque também há moradores que hoje pagam aluguel para morar na Vila Nova. Mas em boa parte do território da Vila Nova Jaguaré as melhorias foram visíveis, e muito se comenta sobre moradores da favela que “vivem de renda” por terem mais de uma casa na favela, aproveitando o mercado imobiliário informal local.

Essa diversidade também deu lugar a distinções que os moradores da Vila Nova Jaguaré realizam dependendo de seu “ponto de vista”, isto é, dependendo de onde moram, o que tem a ver com a valorização ou desvalorização material e simbólica de seus lugares, o que se associa a diversos fatores. Para os moradores da Pça. Onze. a “Linha”, o Morro do Sabão, mas mesmo as encostas do Buracão, eram lugar dos “mais pobrezinhos”, da “gente mais humilde”. Moradores mais antigos das Três Arapongas, que no passado viveram situações de extrema precariedade habitacional, viram o intenso adensamento da “Linha” como chegada de “gente muito pobrezinha, que muda toda hora”. E opiniões sobre o conjunto Cingapura eram ambivalentes por parte de moradores tanto da Pça. Onze como da Rua Três Arapongas, que o viam ora como um lugar de “muita sujeira”, onde tem gente que “muda toda hora”, ou como um lugar “bom de morar”. Para moradores da “Linha”, na área da “favela da Diogo”, o conjunto Cingapura era “lugar de rico”, assim como a Pça. Onze. Outro fator que envolvia a desvalorização dos espaços era a violência praticada por traficantes. Assim, por exemplo, se a Pça. Onze é o “centro” da favela, em 2000 ouvia-se por parte de moradores da Rua Três Arapongas que também era “cheio de bandido”, leia-se traficantes, onde ocorriam assassinatos. E na Pça Onze. ouvia-se que a área ao longo das Três Arapongas, próxima à “Linha”, juntamente com o Morro do Sabão”, eram os lugares mais perigosos, por causa da ação dos traficantes e mortes ocorridas ali. O

discurso não deixava de encontrar justificativa na vida real, pois assassinatos envolvendo membros do tráfico de fato aconteceram em ambos os lugares, tendo ocorrido um movimento de certa “pacificação” por um movimento de centralização do tráfico em um único “chefão”, segundo se comenta, algo que vem sendo apontado pela literatura (Fetran, checar). Assassinatos impetrados por membros do tráfico, no entanto, ainda ocorrem, e em 2007, 2008 e 2009 as notícias de assassinatos se concentravam no trecho da “Linha” da ‘favela da Diogo’, onde se comenta que vivem os traficantes “pé-de-chinelo”. Mas em diferentes pontos, mantêm-se as “bocas”, onde “carrões de gente rica” aparecem para comprar drogas.

Associada à diversidade física dos espaços e da disposição das moradias nestes, também se observa na Vila Nova Jaguaré diferentes qualidades de sociabilidade dentro da favela. Quem anda pelo bairro do Jaguaré, no entorno da favela, nota que vizinhos se cruzam e conversam na rua. Ao adentrar-se na Vila Nova, esse tipo de sociabilidade é muito mais intensa, e andando nas vias principais, muitos moradores sentam-se na porta de casa, conversam com vizinhos, crianças brincam na porta de casa especialmente nos finais de semana. Isso aparece como algo muito intenso na Pça Onze, onde o espaço existente ainda permite mesmo a instalação de palcos para a realização de shows nos finais de semana. Mas também ocorre em outras partes que, como a Pça. Onze, e antes do processo de urbanização, concentravam famílias de mais de uma geração. Como sugerido, são diferentes as “vizinhanças” da Vila Nova, onde se desenvolvem “pedacinhos” em espaços que são intermediários entre o público e o privado. Se favelas são consideradas locais onde espaços são “desordenados”, sua forma de organização favorece uma maior proximidade, ao que se associa também a existência de redes de familiares e conterrâneos.

Mas na Pça. Onze e outros setores isso é muito mais visível, em outros locais como o trecho da Rua Três Arapongas em frente ao Cingapura, a dinâmica da sociabilidade nas ruas ganha outros aspectos. Uma das entradas principais da Vila Nova Jaguaré, no início da qual se encontra uma escola estadual, a área, muito comercial, costuma estar tomada de caminhões de entrega ou mesmo do tráfego de carros da própria favela, o que associado à urbanização realizada no interior o projeto do Cingapura, comprometeu a existência real de um espaço público e mesmo a dinâmica do “pedacinho”, como na Pça. Onze e em outros trechos.⁵ A rua deixou de ser uma

5 Há uma estimativa de um de nossos informantes de que para os cerca de 4 mil domicílios existem cerca de mil carros na favela. Fernando se autodenomina uma “liderança de conhecimento”, por conhecer e ser

extensão da casa, e passou a dominar. Ali, costuma-se ouvir que os moradores do conjunto habitacional mudaram muito, o que sugere alterações nas redes sociais primárias que, pelos relatos, pareciam estar mais presentes no passado.

Por outro lado, nas inúmeras vielas que saem do viário principal parece consumir-se, tal qual descrito por Espinoza (1999), os “círculos de viela”, uma sociabilidade centrada num espaço que gera muita proximidade entre pequenos grupos de moradores vizinhos, o que pode significar a existência de cooperação maior – especialmente entre mulheres –, mas também de conflitos.

Mas a favela guarda, em seus espaços mais precários, como os piores trechos da “Linha”, um contexto de sociabilidade muito afetado pelo exíguo espaço de circulação e pelas suas péssimas condições. Na “Linha”, não há propriamente uma extensão da casa de modo a conformar um “pedacinho” (Marcos Alvito), pois o privado parece tomar todo o espaço. É um local onde se ouvem intensamente boatos e fofocas, ouvindo-se mesmo tudo o que ocorre nos barracos contíguos. Tanta proximidade acaba estando na base de alguns conflitos na vizinhança, pela impossibilidade de ser preservar minimamente a privacidade. Áreas com precaríssima iluminação noturna, são espaços sentidos como de extrema insegurança à noite.

Por fim, em geral, os comentários sobre comportamentos mais “individualistas”, a partir de uma sociabilidade mais centrada no próprio domicílio também apareceram nos relatos. Distância social, o medo da violência e as mudanças de moradores ou a chegada de novos moradores parecem estar implicados.

muito conhecido na Vila Nova Jaguaré, sem, no entanto, envolver-se em atividades comunitárias de forma mais intensa.

Parte II

Nos capítulos seguintes realiza-se a reconstituição, na forma de relatos, das histórias de cinco grupos domésticos-familiares que desenvolveram situações diferenciadas de pobreza e vulnerabilidade. No terceiro e quarto capítulo, apresentam-se duas situações bastante adversas entre os moradores do complexo Vila Nova Jaguaré. No capítulo seguinte, três situações mais eloqüentes daquele que talvez seja hoje um “padrão” muito presente na Vila Nova Jaguaré: famílias que lograram melhorias significativas em suas condições de vida, não só em termos da moradia, mas por vezes na própria inserção de alguns de seus membros no mercado de trabalho, em alguns casos com sinais mesmo de mobilidade social. Não se trata da apresentação de uma “tipologia”, mas casos em diferentes patamares de pobreza que poderiam ser imaginados no interior de um “continuum” em termos da qualidade da integração social dos domicílios e seus membros no sentido da menor à maior vulnerabilidade social – considerando-se sempre as situações do grupos domésticos domiciliares como o “cruzamento” dos percursos de seus membros.

Assim, nestes capítulos capítulo buscar-se-á reconstituir os encadeamentos de eventos, situações, interações e ações mais diretamente ligados às condições de vida de modo a num capítulo posterior, de cunho mais analítico, construir hipóteses sobre as configurações de relações, os mecanismos sociais e os processos que estão implicados no acúmulo de vantagens e desvantagens comparativas.

Capítulo 3

A impossibilidade de sair da extrema pobreza

“São Paulo é ilusão”

Janete

Janete, 39 e Fabio, 30

O presente grupo doméstico caracteriza-se pela confluência de percursos de vida da primeira geração marcados por extrema vulnerabilidade social, que tende a prender a família em circuitos de desvantagens de difícil superação. Tal situação mostra repercussões na geração seguinte, especialmente no uso, em alguns momentos, do trabalho infantil.

Janete, 39

De Barbalha para São Paulo, à revelia

Depois, a vontade de ficar

Janete nasceu em Barbalha, Ceará, em 1972, sexta mulher de oito filhos, cinco mulheres e quatro homens – um deles *“Deus levou”*. Passou a infância e a adolescência com os pais e os irmãos em um povoado rural, o Sítio Macaúba, morando em uma casa de taipa, e onde vivia com a família da roça de subsistência, da produção caçuás⁶ e da coleta de cocos de macaúba para indústria local de produção de óleo. Ela e irmãos foram cedo mobilizados nesses trabalhos. Da infância e da adolescência guarda o trauma da violência paterna, sempre rememorado em momentos de sofrimento. Janete só estudou até a 1ª série do primário, pois ajudava na roça e no cuidado da casa.

O processo migratório da família foi iniciado pela irmã mais velha, Luciane que ao casar-se migrou primeiro para Pernambuco e, em meados dos anos 80, para São Paulo, vindo morar na “favela do Jaqueline”, no Jd. Jaqueline, situado no distrito da Vila Sonia, Sudoeste do município de São Paulo, próximo à rodovia Raposo Tavares.

⁶ Cesto de vime ou cipó que serve para carregar mantimentos e é transportado por animais de carga no interior do Nordeste.

Trabalhando como doméstica, e o marido como pedreiro, ambos conseguiram construir um grande barraco, onde receberam e apoiaram a vinda dos irmãos e dos pais. Assim, o grupo familiar original acaba por migrar em sua totalidade.

Janete veio pela primeira vez em 1987, aos 16 anos, contra a vontade e por temor ao pai. Instalaram-se durante alguns meses no barraco de Luciane. O pai passou a trabalhar na área de limpeza em edifícios da região, enquanto ela, a mãe e uma irmã tornaram-se num primeiro momento catadoras de papelão e ferro. O horizonte era, no entanto, o trabalho formal. Outro objetivo é a aquisição da moradia e com a ajuda do filho mais velho, seu pai compra um barraco, pago depois ao filho em parcelas, barraco que logo começa a ser cercado de blocos.⁷

Após quase um ano na cidade, Janete e uma irmã encontram trabalho em uma marcenaria – a rodovia Raposo Tavares é pontuada por lojas de móveis de madeira – emprego sem registro em carteira, ganhando menos de um salário mínimo, nem sempre pago em dia. Mas gosta da sociabilidade no ambiente de trabalho, de conversar durante o serviço, ao mesmo tempo que reclama do pó aspirado e do fato das unhas nunca crescerem. Permanece cerca de dois anos nessa ocupação, até que um conflito entre a irmã e outra companheira de trabalho as obriga a sair, sob ameaças.

O processo de integração social na cidade, centrado na rede de parentesco, é interrompido após quase três anos quando o pai sofre um assalto, e tem o salário e o relógio roubados. Segundo Janete, sentindo-se humilhado, o pai decide voltar para o Ceará. Menor de idade, o pai a obriga a acompanhá-lo. Quer permanecer, contribuindo para isso a existência de uma relação afetiva com um vizinho no Jd. Jaqueline, mas também a possibilidade de livrar-se da dominação patriarcal, pois a experiência de emigração para São Paulo afigura-se libertadora. Assim, ao não se acostumar mais à vida no povoado, e com a promessa de trabalhar e mandar dinheiro para os pais, ao completar 18 anos tem o consentimento paterno para voltar para São Paulo. O irmão mais velho manda o dinheiro da passagem, e é acompanhada por um primo. Nessa fase, os irmãos em São Paulo estão inseridos essencialmente como pedreiros, e no caso das mulheres, como domésticas.

⁷ Tal qual na periferia, ao longo dos anos 80, mas principalmente nos anos 90, as favelas crescem e vão ganhando a aparência de um canteiro de obras, sua terra e as moradias de alvenaria tornam-se mercadorias (Pasternak, 2005). No caso dos pais de Janete, o processo apenas é iniciado, seguindo o modelo “tradicional”, de subir paulatinamente a casa de alvenaria em torno do barraco, mediante auto-construção e ajuda de familiares. Como outros casos aqui relatados mostram a casa na favela também pode ser obra em grande parte contratada, por vezes o barraco sendo substituído em uma única empreitada.

Conflitos familiares e a conturbada formação da família nuclear

Na volta a São Paulo, em 1990, mora com a família do irmão mais velho, que adquire boa parte do barraco do pai. Em seguida, Janete retoma a relação afetiva com o vizinho, André. Mas a família não aceita o relacionamento e acabam fugindo. Com 18 anos, e nascida no seio de uma família católica e patriarcal, o caso leva a uma ruptura temporária com a família. Passa a morar na casa da irmã do companheiro, e esta a indica para trabalhar em uma casa de família, como doméstica. Trabalho sem registro, onde permanece cerca de 8 meses. Nesse ínterim, engravida do primeiro filho.

Tomás nasce em 1991, no barraco, após ser levada para a maternidade com dores, onde recebe orientação do médico para que aguarde em casa. Depois do nascimento do primeiro filho, Janete retoma relações com a família, e o pai cede o que lhe restou do barraco para ser dividido entre ela e outro filho mais novo. Vive aí com o companheiro, onde em 1992 nasce uma filha. Por um tempo trabalha cuidando dos filhos de uma irmã, recebendo alguma remuneração – embora seus relatos indiquem que toda a família é muito pobre nesse momento. Instaura-se um conflito com o irmão menor, com quem divide o barraco, que sempre a ofende chamando as crianças de “bastardas”. Também tem início as traições do companheiro, quem pouco contribui para o exíguo orçamento familiar, e que então já começa a ter envolvimento com o tráfico de drogas. Desempregada e contando com esparsos recursos, a fome é uma constante. Sem apoios, Janete também se encontra em etapa de expansão do ciclo familiar que dificulta sua inserção econômica.

Ainda que ajudas entre irmãs ocorram, parecem insuficientes, e mesmo com parte da família original próxima fisicamente, Janete vive uma experiência de intensa vulnerabilidade social. Na que é considerada a pior época de sua vida nos diversos relatos, o desespero a leva a pensar mesmo em suicídio.

“Eu só pensava coisa ruim, eu pensava em morrer, eu e meus filhos, eu falava, ‘Deus, se tiver que me tirar, me tire agora, mas me leve com meus filhos’. Todo mundo passava fome, daí, eu consegui creche para os dois lá no Jd. Jaqueline, e então eles comiam e eu passava fome (2000)

(...)Eu nem tinha nada para cozinhar dentro de casa. Lembro como se fosse hoje, os meninos me pediam alguma coisinha e eu não tinha para

dar, falava: ‘O que eu vou fazer? Não vou roubar.’ Eu não tinha. Nossa!!! Como eu sofria, prefiro que Deus me tire do que passar essa fase que eu passei. Nunca pensei de passar uma fase dessa, não por mim porque eu já era adulta e não tinha problema, mas era por causa das crianças.(2010)”

A creche irrompe como primeiro vínculo institucionalizado na cidade que permite solucionar em parte o problema da fome, assim como a libera para o trabalho. Relações familiares próximas estão presentes nesse acesso: Janete consegue a vaga através de uma irmã, Joana, que tem filhos na creche e que intercede junto aos funcionários para obter uma vaga para a irmã. Em seguida é indicada pela mesma irmã para trabalhar como doméstica em uma casa de família. Permanece quase um ano e sai por conflitos com a dona da casa que, segundo Janete, a testava em sua honestidade ao deixar dinheiro e objetos de valor à vista para verificar se sumiam.

É o ano de 1994, e as brigas com o companheiro se sucedem. Brigas violentas, que incluem violência física de ambas as partes. A razão é a traição do companheiro. Se segue uma definitiva separação, vivida com intenso sofrimento por Janete. Chegou a acreditar na promessa do início da união, de que se casaria na igreja, como ocorrera com todos os irmãos. É nesse ano, no entanto, que consegue seu primeiro – e único – emprego com carteira. Em outubro de 1994 uma perua passa pelo Jd. Jaqueline, agenciando trabalhadoras para uma empresa terceirizada de limpeza, a LSI, sediada em São Caetano do Sul. Janete e sua irmã Joana são levadas ao escritório, e os procedimentos de contratação são rápidos, incluindo o exame médico. Recebem os uniformes e são alocadas no INSS, no bairro de Pinheiros.

Se esse acontecimento serve para equilibrar um pouco sua vida, quase simultaneamente descobre que está grávida, uma gravidez indesejada, ao que se sucedem várias tentativas de aborto, sem sucesso. Além disso, já trabalhando, sua filha Alice cai doente com broncopneumonia, e é internada. O temor de perder o primeiro emprego “fichado” se dissipa quando a empresa autoriza a mudança de horário e pode ficar com a filha no hospital; paga a uma vizinha para que cuide do filho Tomas, enquanto no tempo livre cuida da filha. Em razão do conflito com o irmão, Janete decide que precisa de sua própria moradia. O ex-companheiro está envolvido com tráfico de drogas, considera seu dinheiro sujo, mas o coloca contra a parede, dizendo que por sua causa o filho Tomas fora ameaçado de morte por traficantes. Janete sai do

Jd. Jaqueline e muda-se para uma favela no Jaguaré, onde o ex-companheiro tem conhecidos e consegue-lhe um barraco.

***Empregada, com “barraco próprio”
E na extrema pobreza***

A terceira filha, Cecília, nasce pouco tempo depois da chegada ao Jaguaré. Janete pede socorro a um casal que vive em uma casa de alvenaria no melhor trecho da favela – a rua Diogo Pires – e que possui carro. O bebê acaba nascendo nessa casa e o acontecimento dá lugar a uma relação de compadrio. Ao chegar na então chamada favela “Sambrinha”, o barraco recém adquirido encontrava-se em péssimas condições. Além disso, a favela margeava uma linha ferroviária ativa, conectada ao complexo ferroviário da Jaguaré industrial, e o trem estreme os barracos noite e dia, ameaçando derrubá-los. Enquanto permaneceu ativo, o trem sempre representou uma ameaça para os próprios moradores, especialmente as crianças. Dada a situação de risco do barraco - o piso de cimento é instável, constantemente roído pelos ratos -, Janete decide reconstruí-lo.

A reconstrução do barraco, no início de 1995, é um evento que deixa entrever a mobilização de diversos vínculos e relações, e que mostra um quadro de integração social distinto de fases anteriores. Empregada, utiliza suas primeiras férias e 13º na compra de materiais e no pagamento de um vizinho, que repara e constrói barracos como “bico” na vizinhança e que conta com dois ajudantes, também da vizinhança. No local de trabalho Janete conta com a ajuda de uma funcionária do INSS que lhe compra outros materiais para a construção do barraco. Janete e os filhos permanecem uma semana em um barraco cedido por um vizinho próximo.

Solidariedade e reciprocidade calcada na convivência cotidiana em diferentes espaços sociais dão acesso nesse momento a recursos diferenciados. Vínculos no ambiente de trabalho com pessoas de classe média serão relevantes como fonte de ajudas no período que ali permanecer. Além da ajuda na reconstrução do barraco, ao menos duas funcionárias do próprio INSS sempre lhe dão roupas, sapatos, utensílios para a casa. Conflitos também estão presentes no local de trabalho, especialmente com encarregadas da empresa LSI e mesmo sua irmã, isto é, especialmente entre pessoas próximas socialmente, e pouco distanciadas em termos de hierarquia profissional. Nessa fase, vizinhos também são relevantes em pequenas ajudas no cotidiano, em trocas de

pequena monta, como pequenas quantidades de alimentos, embora em seus relatos isso ocorra entre algumas poucas relações, de maior confiança, onde se estabelecem relações de amizade. É o caso da vizinha Carmen nesta fase, a quem Janete retribui com uma indicação de trabalho como doméstica por solicitação de uma funcionária do local onde trabalha.

Na chegada ao Jaguaré, trabalhando de forma estável e vivendo só com os filhos, o cuidado das crianças é por vezes delegado a outrem. No período em que trabalha na LSI, diversas vizinhas, algumas bastante jovens, são pagas para cuidar de seus filhos, e por vezes levá-los e trazê-los da escola. Trabalho pago, pois “*ninguém faz isso de graça*”. Mas, em alguns casos, identifica mal tratos por parte de algumas dessas vizinhas – e mesmo furtos. Na situação de Janete, o cuidado infantil pago é esgotador de seus poucos recursos. Na LSI ganha um salário mínimo - em 1999 são R\$ 195, mais R\$ 10 de auxílio família, vale transporte e R\$ 25 de tíquete alimentação -, e paga quase um quarto do que ganha pelo cuidado infantil. Entre os gastos cotidianos, que além da alimentação também incluem pequenas parcelas de compras a prestação ou fiado de objetos e bens para a casa, a fome no final do mês é uma constante.

Em parte isso é aliviado pelo acesso dos filhos à creche dirigida pela Congregação Santa Cruz – atual CEI Vila Nova Jaguaré, muito próximo. E também porque quando os dois filhos maiores vão para a escola, fazem as refeições ali. Então, muito esporadicamente recebia algo da irmã, como uma cesta básica, em geral no final do ano, na época do Natal. O vínculo com a creche, através dos filhos, e as relações que Janete estabelece com funcionárias, em especial seus contatos com a diretora na convivência do dia-a-dia, tornar-se-ão em alguns momentos bastante relevantes do ponto de vista de ajudas e recursos para sua sobrevivência.

O CEI Vila Nova Jaguaré atende muitas crianças que vivem na “Sanbrinha”, e os funcionários estão atentos às situações mais vulneráveis, inclusive aos casos de violência doméstica, pois algumas crianças chegam com marcas de espancamento na escola. Janete, mesmo trabalhando de forma estável, é considerada uma das mães mais pobres. A creche, mantida pela Congregação Santa Cruz, organiza diversas atividades, e por meio de parcerias canaliza recursos através do Serviço de Assistência aos Necessitados. Quando a filha Alice, tem sua segunda broncopneumonia, em 1997, é encaminhada pela direção da creche ao Hospital da USP, onde fica internada por semanas; a creche também custeia os remédios, que Janete não tem condições de pagar

e não estão disponíveis no posto de saúde. Funcionários da creche advertem Janete algumas vezes porque as filhas chegam com marcas de surras.

Outro episódio desestabilizador é o incêndio de seu barraco em 1998, em um dia em que está no trabalho e suas filhas sozinhas. Ao ligarem a TV, um curto circuito inicia o incêndio; trancadas por fora, são socorridas por vizinhos. À extrema insalubridade da situação habitacional, soma-se o risco constante de um incêndio em função da “rede” precária de fiação que atravessa os barracos. Perdem-se vários bens – tv, aparelho de som, vídeo – comprados à prestação, assim como roupas, e o barraco precisa ser praticamente reconstruído. Após o incêndio, sua precariedade intensifica-se. As perdas de bens de consumo obtida através do crédito em lojas são repostas desta vez no ativo mercado de bens de consumo durável de segunda mão presente no local. Isso ocorre, porque seu nome ficou “sujo”, após ter comprado uma tv para uma vizinha, que não cumpriu com o pagamento das parcelas. A pobreza mostra-se aí esgotadora das próprias relações de troca na vizinhança. Por sua vez, o não acesso ao crédito faz com que tenha sistematicamente gastos com produtos que se estragam rapidamente – tv, geladeira, etc. – e que precisam ser repostos com mais frequência.

Nessa fase Janete mora só com os filhos e diverte-se alguma vez por semana em um salão de forró próximo à favela, na companhia de algumas vizinhas. Ali conhece seu segundo companheiro, Geraldo, com quem convive 6 meses. Mas a bebida, que leva a conflitos violentos entre os dois, e o fato de quase não aportar nada em termos materiais, leva-a a romper a relação e expulsa-lo. Existe a esperança de que um companheiro, em suas circunstâncias, traga maior segurança material, e mesmo física; mas a experiência da violência doméstica coloca em risco mesmo as crianças. E Janete também preza a liberdade que conheceu na cidade, fugindo à reprodução das relações patriarcais que conheceu no passado. Existe uma tensão aqui entre seu maior individualismo e demandas afetivas e materiais. O dilema de estar só ou com um companheiro aparecia em seus relatos em 2000.

Ah, morar sozinha é uma vida maravilhosa, você é livre, você pode pintar e bordar, você é dona de seu nariz, ninguém dá palpite na sua vida, só é ruim porque às vezes a luz queima, você tem de pedir pros vizinhos, às vezes o chuveiro queima, você tem de pedir pros vizinhos, às vezes faz falta o dinheiro. Mas a não ser isso é ótimo (...) Quero ser dona do meu nariz, sem precisar, 'Janete faz isso, faz o outro'. Morar

com alguém é bem pior, você não pode sair que fica pegando no seu pé, você não pode ter liberdade prá na hora que quiser ir no salão você dizer 'quero ir no salão'. Vai querer lhe proibir. Vou dizer com sinceridade eu já tentei morar com alguém e não deu certo eu, não quero mais não. Agora ficar ele no canto dele e eu no meu, tudo bem, quando quiser sair um convida o outro e pronto. Mas que ele me ajude, a não ser isso não quero não. (2000)

O percurso de vida de Janete e de seu grupo doméstico até então se evidencia como marcado pelo acúmulo de desvantagens em dimensões estruturantes como a família, a moradia e mesmo o trabalho, que mesmo estável nesse momento, é fonte de rendimentos que ficam muito aquém de suas necessidades. Assim, um encadeamento de precariedades em suas condições de vida, associadas a acidentes, e mesmo a algumas relações na vizinhança, fragiliza suas práticas de sobrevivência de forma crônica.

Isso é agravado com sua saída, em meados de 2000, da empresa terceirizada onde trabalha, a LSI, inaugurando uma fase de desemprego crônico. O trabalho assalariado com carteira (CLT) representa de fato o eixo mais estável e estabilizador de sua vida, e que a conecta a um espaço social diversificado. Janete já incorporara a regularidade do trabalho, assim como os direitos associados, e seus projetos na cidade associam-se a esse vínculo e às relações construídas nesse âmbito. No início de 2000 recebe a notícia de que a LSI perdera seu contrato com o INSS de Pinheiros. Deve optar por trabalhar em novo local, na Barra Funda, mas essa é uma mudança desestabilizadora, pois implica chegar mais tarde em casa e deixar as crianças sós. Decide deixar a empresa, não sem a expectativa de que encontrará algo similar ou melhor.

*Eu espero que eles mandem a gente embora até junho, em julho, que eles paguem todos os direitos da gente, e eu vejo se consigo arrumar um emprego nessa creche ou em casa de família (...) Agora tá bom, porque 13º, tudo, fundo de garantia, e eu sempre gostei mais de trabalhar em casa de família, foi a primeira firma que eu entrei foi essa, **que eu me decepcionei tanto**, ou então trabalhar para uma firma direto, sem essa estória de contrato, ou trabalhar numa casa de família ou trabalhar numa firma sendo diretamente contratada, porque sendo contratada paga uma mixaria e sem ser contratada paga normalmente.*

Uma comparação, em vez de pagar um salário mínimo, paga um salário e meio. Aí eles pagam R\$195,00, e se eu for trabalhar numa em que a própria empresa contrata, aí eles vão pagar bem mais. (...) Se eles não pagarem os direitos da gente eu vou no Ministério do Trabalho, não quero nem saber, porque tem mais de cinco anos que eu trabalho lá (2000).

Nos relatos de 2000, essa expectativa também estava atrelada à idéia de sair da “Linha”.

Eu mudaria de barraco, eu sairia da linha, só, ia procurar um lugar melhor, pras crianças poder brincar, poder se divertir um pouco.(...) É um perigo danado, uma criança lá embaixo morreu, eu tenho muito medo, quando ele[trem] passa que eu tô de longe eu fico morrendo de medo, fico preocupada. (2000)

Então, Janete não pensava em sair de São Paulo. Voltar para o Ceará, só a passeio. São Paulo é sinônimo de trabalho, apesar de sua precária independência. Ao sair da empresa, aguarda a promessa de um emprego como auxiliar na creche, comunicado pela diretora como uma possibilidade. Passar a viver do salário desemprego. O período seguinte, no entanto, será marcado pelo desemprego crônico. E uma nova época em sua vida, conformada pelo início de uma nova fase conjugal e a expansão da família, na repetição de uma etapa do ciclo de vida já vivida: a maternidade.

O companheiro Fábio, o desemprego crônico E mãe novamente

Desempregada, passa a maior parte do tempo na convivência com vizinhos na “Linha”, onde no final de 2001 conhece Fábio. Com 23 anos, nascido no interior da Bahia, saíra há menos de um ano da casa da mãe para morar com um irmão e cunhada, conhecidos de Janete. O namoro acontece, e poucos meses depois Fábio vai morar no barraco de Janete. Está desempregado, e nesse momento faz bicos entregando folhetos na rua.

A conjuntura econômica no início dos anos 2000 é particularmente ruim. Cronicamente desempregados encontram, a exemplo de outros moradores do local, uma oportunidade de ganhar dinheiro no mercado informal da reciclagem, que cresce muito no Jaguaré nesse momento. Tornam-se catadores de papelão e ferro, vendendo o material recolhido em empresas e comércio local para um entreposto que se encontra próximo. No caso de Janete, a vaga de trabalho na creche não se concretiza, não consegue indicações para o trabalho em casas de família, e a entrega de currículos em firmas locais não tem sucesso. Fábio se vira em bicos diversos - entregar folhetos, carregar caminhões. Em 2004 conseguirá empregar-se de forma intermitente em empresas terceirizadas que o alocam em supermercados da região.

Janete engravida em 2002. Seguirá catando papelão e ferro quase até o final da gravidez. Quando Fábio consegue outros bicos, o filho maior de Janete, Tomás, de 12 anos, é mobilizado para catar papelão. Ele estuda, mas não gosta da escola e acabará por deixá-la. Com o nascimento de Gabriel, em 2003, decidem “levantar” o barraco, que ganha mais dois cômodos – um quarto para o casal e o bebê, outro para os filhos de Janete. A motivação para a nova reforma, além da expansão da família, também é a situação de deterioração da moradia. Sobre um córrego, sob intempéries e com paredes e piso roídos por ratos, também necessita melhorias. Compram madeirite, caibros, recolhem pedaços de madeira e um vizinho, Virgílio, é contratado por R\$ 150,00, pagos por Fábio, com o dinheiro de bicos. A expansão da moradia e a melhor divisão dos espaços também seguem orientações dadas às mães na creche, pois em visitas realizadas pelas funcionárias, a falta de privacidade nessas condições é um aspecto observado.

Depois de Gabriel, em 2005 nasce Viviane. Nos dois casos, Janete logra rapidamente vagas na creche. Por essa época, o casal também toma “posse” de um espaço ainda livre no lado oposto da “Linha”, em frente ao barraco. A idéia de se apropriar desse espaço surge paralelamente à chegada de novos moradores que em 2003 foram removidos de uma área de risco na Vila Nova Jaguaré - o Morro do Sabão. Com a verba de apoio recebida, algumas pessoas passaram a comprar barracos e mesmo construir casas de alvenaria ao longo dos trilhos do trem, então já desativado. A ocupação desse espaço reverte-se em uma prática de sobrevivência na medida em que o utilizam para guardar um instrumento de trabalho – o carrinho de papelão -, e depois construir e vender um barraco, obtendo alguma renda.

O grupo doméstico de Janete e Fábio não logra escapar da extrema vulnerabilidade à pobreza, e um dos fatores centrais é que os dois combinam inserções

das mais precárias no mercado de trabalho. A garantia da creche para os filhos pequenos libera Janete para o trabalho, mas a reciclagem aparece quase como única alternativa nesse momento. Após o nascimento dos filhos menores, só duas inserções no mercado de trabalho são lembradas. A primeira, duas semanas de trabalho em uma casa de família por indicação de uma enfermeira do espaço de recreação frequentado pela filha Cecília. A segunda, a indicação de sua sogra para cobrir as férias de uma auxiliar de limpeza em um campo de golf no bairro São Jorge - bairro nobre do distrito do Jaguaré.

É Fábio, doravante, o membro mais mobilizado no mercado de trabalho, quem consegue combinar bicos diversos, e na melhor das hipóteses, por períodos nunca maiores que um ano, empregar-se em empresas terceirizadas que o alocam no hipermercado Extra, no setor de carrinhos – seu percurso de vida, especialmente sua trajetória ocupacional, são descritos abaixo. Em relação a sua família extensa, Janete praticamente só mantém ligação com uma irmã, Joana, em contatos por vezes esporádicos, marcados por desentendimentos. Contribui para isso não só a distância física, mas também o distanciamento social, pois a irmã alcança melhores condições de vida, já mora em casa de alvenaria e, segundo Janete, não gosta de frequentar lugar tão precário como a “Linha”. O orgulho de Janete também contribui para que não solicite sua ajuda. Com Fábio, agrega outras relações que eventualmente canalizam alguns recursos, como sua sogra, mas também os primos de Fábio, seus cunhados. Fábio obtém mais recursos de sua família extensa do que Janete.

Mas as ajudas provenientes daí participam de uma configuração mais ampla de relações onde se busca e obtém apoio e recursos no cotidiano. Outras práticas mostram que não é possível contar somente com as relações de vizinhança ou de parentesco como parte das práticas de sobrevivência. Estas relações não parecem poder suprir necessidades básicas de forma constante e estável, por diversas razões. No percurso de vida de Janete, há práticas que sempre foram mobilizadas, como catar alimentos na feira, no Ceasa, a busca de cestas básicas em igrejas no Jaguaré e na Lapa. A creche também se tornou uma fonte de ajudas por longo período, onde obteve além de alimentos, artigos de primeira necessidade, como cobertores – a umidade e o frio nos barracos são muito intensos no inverno, algo observado pelos funcionários da instituição. Janete consegue na creche até mesmo papelão reservado por funcionários.

Por outro lado, relações na vizinhança, especialmente com amigos, se canalizam algumas ajudas também são instáveis. Também o esgotamento de recursos caracteriza periodicamente alguns de seus vínculos mais fortes na “Linha”. E conflitos também

interrompem relações de troca. É caso de sua relação com os vizinhos Suzana e Ricardo, que em situação sempre melhor que a de Janete, costumavam dar-lhe as sobras do almoço e do jantar, quando ela não tinha o que comer. Mas ocorrem conflitos. Quando Janete se associou a Suzana para catar papelão, Suzana não quis dividir os lucros igualmente, alegando que já contava com seus “pontos” no bairro. Quando Janete e Fábio decidiram vender o segundo barraco construído, venda mediada por uma comadre de Janete, os compradores, também conhecidos da vizinhança, só pagam a primeira parcela. Isso dá ensejo a rupturas, mesmo com sua comadre – madrinha de Alice.

Em parte, contar com relações próximas socialmente e fisicamente parece esbarrar nos obstáculos que a igualdade de condições tende a produzir – entre eles, o esgotamento de recursos, mas também conflitos.

***Crise familiar, conversão religiosa
E o desejo de voltar para a terra natal***

“São Paulo não é pra mim.

Eu percebi isso. Não é.”

Janete

Em 2006 a família vive conflitos, pois Fábio bebe e há brigas violentas. Por vezes ele vai para a casa da mãe, leva os filhos, fica um tempo e volta. Fábio sofre quando não consegue trabalho, e sofre por ver os filhos pequenos passar necessidade; mas a crise também é do casal. Quando não consegue bicos, fica na “Linha” e bebe com vizinhos.

Em 2006 também tem início o processo de remoções na favela. Tornam-se cientes de que também a “Linha” será desocupada. Janete tem direito a um apartamento em conjunto habitacional ou a oito mil reais de verba de atendimento - foi cadastrada como moradora antiga em 2003. No final do ano, a irmã de Janete, Joana, paga passagem de ida e volta de ônibus para que ela retorne a Barbalha para ver os pais, depois de 18 anos - Joana lhe conta que o pai está doente, o que é falso. Janete leva a filha menor e fica quase um mês no sítio do pai, voltando à vida rural. Há uma reaproximação com a família. As casas não são mais de taipa, mas de alvenaria e a seu ver a vida na roça mudou para melhor, pois os pais estão aposentados, e os irmãos têm

suas casas próprias – um deles vive de aluguéis de casinhas construídas em São Paulo. Os pais querem que ela volte, dizem que talvez no Ceará finalmente consiga algo.

Mas quando volta em janeiro de 2007, descobre que a filha de 13 anos está grávida de um vizinho que acaba fugindo. E sabe que Fábio a traiu com a mulher de um vizinho que está preso. O choque a conduz a um estado de apatia, depressão; sofre críticas mesmo da irmã Joana pela gravidez de Alice. Deixa de comer e acaba sendo internada. Ney, primo de Fábio, e traficante – quem será morto a tiros na “Linha”, ainda em 2007 – a leva com seu carro para o Hospital da USP. Sempre convidada por vizinhos evangélicos para ir à igreja, Janete, que não imaginava tornar-se crente algum dia na vida, passa a freqüentar a pequena unidade da Deus é Amor, ao lado da favela. Em poucos meses sua linguagem sofre uma metamorfose. “*Me entreguei a Jesus*” é a expressão que anuncia o início de sua conversão. Na igreja recebe revelações de um “irmão”, também vizinho, de que a traição de Fábio deve-se a uma macumba feita pela amante. Acha na igreja sobretudo apoio moral e um sentido para o que está passando.

A entrada na igreja coincide com o distanciamento da creche, embora a filha menor, Viviane, continue ali por mais um ano. Há um esfriamento das relações com a diretora e outros funcionários, algo em parte associado a sua nova escolha religiosa, que a leva a estar cada vez mais integrada à igreja evangélica.

Ao longo de 2007 o mundo relacional de Janete sofre mudanças em virtude do processo de conversão. Diariamente, à noite, Janete passa a freqüentar a igreja, estreitando laços com “irmãs” e “irmãos” de igreja - a maioria moradores da “Linha”. Surgem conflitos com outros vizinhos porque se tornou crente, e vice-versa. Entre esses conflitos, o dilema de manter ou não sua amizade com uma vizinha mais idosa, Dona Sonia, que é umbandista e benzedeira, e a quem costuma dar ajudas miúdas, pois a considera mais necessitada que ela; mas a relação continua, embora visite Dona Sonia sobretudo quando se encontra doente. Distanciamentos e reaproximações ocorrem com diversos vizinhos, o tempo todo. Mas é na igreja que Janete passa a encontrar apoio emocional constante e também algumas ajudas materiais como alimentos e mesmo algum dinheiro – como quando um “irmão” desconhecido, de outra igreja lhe oferece R\$ 50,00, para que possa comprar “mistura”; em 2009, outro “irmão” vai ajudá-la a completar o dinheiro para a colocação de uma ponte nos dentes. Em julho de 2007, por intermédio de uma “irmã” da Igreja, consegue trabalho como mensalista em casa de família, sem carteira assinada.

Nessa fase, há o ingresso de um sobrinho seu no grupo doméstico, Renato, que se unira a sua filha Alice, adotando informalmente o filho desta. Com 19 anos, se vira com diversos bicos, e contribui na família. Quando Janete consegue o trabalho de doméstica, o grupo doméstico consegue por um período de seis meses maior segurança alimentar, ao lado da compra de alguns bens de consumo durável para a casa.

Desde a crise familiar vivida no início do ano, voltar para Barbalha, sua terra natal, torna-se uma idéia fixa, idéia que conta com o apoio de outros membros da família, como a filha Alice e seu companheiro, e primo, Renato. Mesmo o companheiro Fábio está disposto a tentar. Vários fatos e motivos se associam nessa decisão. Viver no barraco na “Linha” sempre foi o possível, mas nunca o desejado. “*Não é lugar de gente morar*”, frase dita em 2000 e também mais recentemente, expressa o malestar de morar ali, seja pelas precárias condições habitacionais, pela sujeira inevitável, pela presença constante dos roedores e insetos, que ameaçavam constantemente a saúde de seus familiares. Também a violência do tráfico, que vitimou o primo de Fábio, chefe local. E também pela vergonha. Continuar no barraco também é o sinal de que não conseguiu nada na cidade. As notícias de estupros são fonte de medo e insegurança, e teme pela filha do meio, Cecília, especialmente depois da gravidez da outra filha. Situação que piorou com o adensamento dos últimos anos, e a chegada de estranhos.

Frente a tudo isso, todos os membros passam a ter uma visão positiva da volta para Barbalha, pois o povoado teria melhorado em relação ao passado, vislumbrando-se mesmo a possibilidade de trabalho na indústria do óleo de macaúba e babaçu, ou simplesmente sobreviver da roça. As filhas de Janete concordam, assim como o sobrinho, que acha que com o segundo grau completo, e sua formação técnica no Senac – confeitaria – poderá competir por um emprego assalariado. Finalmente, na Igreja ouve a revelação de que Deus lhe dará uma benção, e tem certeza de que a benção é a volta para a terra natal, inclusive para ficar ao lado dos pais, que já são muito idosos. Apesar do cadastro que lhe dá direito a um apartamento no conjunto habitacional que fará parte da Nova Jaguaré, está decidida então a aceitar a verba de apoio da Prefeitura de R\$ 8 mil. Teme que não poderá arcar com o pagamento de contas fixas, como água e luz, assim como o futuro financiamento do imóvel. Até o medo de que os filhos pequenos caiam das janelas do apartamento é citado. A filha Alice também tem direito a verba de apoio de R\$ 5 mil, pois participou de um segundo cadastro, após a mãe ter-lhe cedido um pedaço de seu barraco, que é isolado e onde vive com o companheiro e primo Renato e o filho Lucas.

No início de 2008, certa de que voltarão todos para o Ceará, e irRosada pela exigência da patroa de que trabalhe das 9:00 até as 19:00 horas, deixa o trabalho. Os filhos Gabriel e Cecília também não são matriculados na escola. A sobrevivência volta a basear-se no papelão e no ferro, com um ínfimo retorno, porque a competição é grande. Ao longo de 2008 e 2009 o grupo doméstico de Janete conta com rendas instáveis, que provém dos bicos do marido. Em meados de 2008, Fábio consegue empregar-se pela segunda vez em uma empresa terceirizada que o aloca novamente no setor de carrinhos do hipermercado Extra, emprego com carteira assinada. A renda mais estável nesse período provém do Bolsa Família, benefício recebido por Janete desde 2007, sem que se lembrasse muito bem como o obteve, pois recebeu o cartão pelo correio. Janete não sabia se o benefício provinha da Prefeitura ou de outra esfera de governo, e supunha que a haviam cadastrado na igreja São José, ligada à Congregação santa Cruz. Único recurso realmente previsível, chegando sempre na mesma data, usado nas mais diversas necessidades: alimentos, roupas, remédios. Fica feliz de saber que pode receber o Bolsa Família no Ceará.

Na percepção de Janete, não há mais possibilidade para permanecer em São Paulo, percepção bastante distinta de 2000, quando ainda acreditava na chance de um emprego com carteira assinada, mesmo em casa de família. A linguagem adquirida na igreja, por vezes nebulosa para os ouvidos mal acostumados, convive sim com um discurso muito claro sobre os obstáculos e dilemas enfrentados na cidade. Janete tem plena consciência do seu crescente desenraizamento.

Por isso vale a longa citação a seguir.

Primeiro eu não quero ficar aqui e segundo porque não gosto de apartamentos. Quero morar no Ceará em um sítio. (...) é porque quero ir embora mesmo, não quero mais saber aqui de São Paulo, minha amiga. Porque aqui nunca consegui fazer um pé de meia, um pé de vida, é como meu pai, minha mãe e meus irmãos falam, que acham que eu só vou ter minhas coisas no Ceará. E pelo que estou vendo acho que sim, nunca tive nada aqui. Nunca saí do barraco, nunca consegui melhoria de vida e nem nada, nem sempre tem trabalho e quando tem não dá para comer. (...) Eu imaginava que ia conseguir arrumar um serviço, que ia trabalhar e arrumar meu dinheiro, que ia colocar um pouco no banco. Que eu ia arrumar um trabalho melhor e que meus filhos iam ter uma casa, que meus filhos iam comer sempre tudo do bom e do melhor, mas caiu a ficha que não é nada disso. Porque vi que aqui não tenho futuro nenhum. Sem ter um

trabalho, só levantando, comendo, bebendo e dormindo? Só meu marido trabalhando e eu nada? São Paulo não é pra mim, minha amiga. Eu percebi isso. Não é. São Paulo é ilusão, é uma coisa que para poder trabalhar tem que ter bom estudo, tem que saber ler e escrever porque se não souber... Não é todo mundo que vai arrumar um serviço, envergonha a gente vê as pessoa: ‘Será que ela vai conseguir?’ ‘Credo, uma mulher dessas...’ Não é só comigo, mas muita gente... E tem a idade também, depois de 40 anos fica difícil a mulher arrumar serviço, você está vendo isso, aparece até na TV. E lá eu criando porco, trabalhando lá, é pertinho de casa, posso criar meus bichos, fazendo meus óleos... Quero passar meus últimos diínhas que tiver lá. Lá dá pra trabalhar fazendo óleo de coco. Lá dá pra trabalhar sossegada porque não tem isso de não pegar pessoas de mais idade. Lá é melhor do que aqui, eles dão ajuda do negócio do Governo. Tem minha prima que trabalha em um serviço e falou que no tempo que eu for ela vai arrumar uma vaga para mim e eu falei que se ela arrumar não vai se arrepender porque eu não tenho preguiça de trabalhar, graças a Deus.

Na origem, rural, ajudava a família na roça, e foi mesmo quebradeira de coco. São Paulo, trabalho com carteira, o sonho da casa própria: nada se realiza, e quer voltar a ser quebradeira de coco, como na origem.

O incêndio na “Linha”

Em outubro de 2009, um incêndio destrói grande parte da favela da Diogo, atingindo a “Linha”. O barraco de Janete não é atingido pelo fogo, mas derrubado para evitar que este se alastre. Perdem boa parte dos pertences, alguns são mesmo roubados, como o dvd. No primeiro dia ficam ao relento, para vigiar os pertences; no dia seguinte, a sogra de Fábio oferece abrigo para os netos em seu apartamento no Jaraguá - mas não para Janete. Janete permanece durante um dia na casa de uma “irmã” da igreja, Socorro, que já mora no novo conjunto habitacional, recém construído e ao lado da área que se incendiou. Depois ficará uma semana na casa de cunhados, na Diogo Pires. Na semana do incêndio há reunião com assistentes sociais da empresa Diagonal, que realiza o gerenciamento social do processo de urbanização. Janete terá direito a receber o apartamento com antecedência, pois seu barraco foi derrubado, e assim tem direito imediato à bolsa aluguel.

Enquanto busca moradia, passa a viver em um barraco em péssimas condições emprestado por um “irmão” da igreja. O marido e o sobrinho voltam do Ceará para iniciar o processo de mudança. É difícil encontrar casa para alugar no Jaguaré, pois famílias com crianças costumam ser barradas.

O incêndio é um acontecimento que ganha centralidade nas discussões da igreja que frequenta, e ali recebe a “revelação” de que deverá permanecer na cidade e receber o apartamento primeiro, e só depois voltar para o Ceará. Janete decide ficar. De fato, no local do incêndio poucos têm cadastro e direito a apartamento, que passa a ser muito valorizado. O marido e o sobrinho retornam do Ceará, e finalmente, conseguem alugar um cômodo em um cortiço na Vila Nova Jaguaré. Janete deseja agora um emprego.

Fábio, 30

O percurso do companheiro e provedor

Fábio, 30 anos, nasceu em Jussara, interior da Bahia, filho mais velho de cinco irmãos, quatro homens e uma mulher. Criado pelos avôs, passou parte da infância e da adolescência trabalhando na roça de parentes. Quando veio pela primeira vez a São Paulo, em 1992, tinha muitos parentes na cidade. Sua mãe vivia então com seu padrasto e três de seus irmãos em uma pequena casa alugada no bairro da Lapa. Outros parentes, muitos tios e primos, já viviam então no Jaguaré, na favela da Diogo. Hoje, boa parte dos parentes já “fez a vida” e retornou para a Bahia. Outros se foram pela violência, como Nei, o primo de segundo grau, traficante assassinado em 2007, o que fez com que familiares deste também retornassem. Resta seu irmão, Jerônimo, a cunhada e três filhos, que ainda vivem na “Linha”. A mãe e o padrasto, após a aposentadoria deste, deixaram o aluguel no Jaguaré e compraram um apartamento em conjunto habitacional do CDHU no Jaraguá.

São Paulo e a migração pendular

Fábio não teve uma boa impressão de São Paulo quando chegou pela primeira vez para trabalhar como servente de pedreiro em obras no bairro nobre de Pinheiros. Veio porque seus “colegas”, conterrâneos, o avisaram e o indicaram para o trabalho. Ouvira dizer

que “São Paulo era bom”. Mas... *“Era ruim demais, era muita gente, só via morte... Por todo canto que a gente ia, só ouvia falar: ‘matô um lá’, ‘matô fulano’.* Assim, obteve algum dinheiro durante três meses e voltou para Jussara. Associado à violência da cidade, tem conflitos com a mãe, que a seu ver prefere seus outros irmãos, e delegara seu cuidado aos avôs; também o fato da casa ser pequena demais para todos que nela viviam.

Nessa fase, ainda muito jovem e solteiro, o horizonte era sempre retornar à terra natal. Até os 20 anos, sua vida se conforma em uma trajetória migratória e ocupacional de idas e vindas a São Paulo, para obter algum dinheiro em trabalhos temporários na construção civil, voltando em seguida para ajudar na roça. Agregam-se a isso algumas incursões a outros estados, quando entre 1997 e 1998 é contratado em sua cidade por agenciadores de mão de obra temporária para o setor agroindustrial. Trabalha três meses em Patos de Minas, em Minas Gerais, na colheita de café. E em outras duas ocasiões, é levado para Goiás, para colher feijão e alho. Sempre dois ou três meses, *“fichado”*, onde recebe por produtividade valores maiores que o salário mínimo.

Mas por essa época, na entrada da vida adulta, buscar emprego com carteira mais estável começa a tornar-se uma necessidade, para não depender dos parentes, nem da mãe. E em 1999, vai para São Paulo com esse objetivo.

A vinda “definitiva” e o papel de provedor

Em 1999 volta a morar com a mãe, o padrasto e os irmãos na Lapa. Não encontra o emprego almejado nesse momento, mas trabalhos temporários na construção civil, e depende da mãe. A família muda-se da Lapa para o Jaguaré em busca de aluguel mais barato, e da proximidade com os parentes. Um dos irmãos, Jerônimo, compra com a ajuda da mãe um barraco na “Linha”, e Fábio decide morar com o irmão. É a primeira vez que mora em um barraco, e a experiência é a princípio assustadora, pela presença dos ratos. *“Achei diferente, tinha rato... ficava com medo, estava dormindo e ouvia eles saírem correndo... e disse: Ai Meu Deus onde vim parar dessa vez!”*

Em 2001 trabalha entregando folhetos no Jaguaré. É no tempo ocioso passado na “Linha” que conhece Janete, então desempregada. Vizinha e companheira de ócio, interessa-se por ela, e poucos meses depois vai morar em seu barraco. A união e a chegada do primeiro filho definem uma transição em sua vida para a condição de principal provedor de um grupo doméstico. Com o dinheiro dos bicos, levantam o barraco.

O primeiro emprego vem em 2003, concomitantemente ao nascimento do primeiro filho, Gabriel. Então, busca trabalho em hipermercados no Jaguaré, e deixa seu currículo com encarregados das empresas terceirizadas que são contratadas para fornecer mão de obra em serviços gerais. Mas a prática eficaz para obter o trabalho é ir freqüentemente ao hipermercado, manter contato e conversar com os encarregados, cultivar um “conhecido” no local.

Não boto fé em currículo. Porque eles pegam e quando você vira as costas eu acho que eles jogam lá e não tá nem ai... Tendo um conhecido lá dentro sempre é mais fácil ... Qualquer um que tem lá dentro e que você conhece fica mais fácil ... Não é vizinho não, mas é sempre conhecido. Eu sempre ia lá e ele [encarregado] falava pra deixar o telefone e depois de duas semanas ele ligou para mim.

Entra como auxiliar de serviços gerais na terceirizada Tupi, que em sua carteira de trabalho aparece como AF Serviços Gerais e Transportes – sediada em Itapevi – permanecendo de abril de 2003 a janeiro de 2004, quando a empresa perde o contrato com o Extra e vai para o Carrefour. Fábio, entre outros, são dispensados. Temporariamente tem o salário desemprego, mas a sobrevivência da família depende de que retome os bicos ou de que encontre outra vaga em supermercados – não aventa outra possibilidade de emprego então, e no final das contas aprendeu como obter este tipo de emprego, não outro. Fábio passa cerca de um ano entre catar papelão e ferro com Janete e bicos como carregador-descarregador de caminhão. Neste caso, é na interação na “Linha” com outros vizinhos, conhecidos apenas, que descobre a possibilidade de trabalhar em uma empresa de mudanças, a Graneiro, localizada próximo à favela. Acompanhado de outros homens da “Linha”, encontra o apoio, sobretudo mora, para enfrentar a fila e aguardar ser chamado – o que nem sempre é certo. “Nós iam direto para a Granero e ficávamos lá perto de pé, aí tinha um gato que chamava para trabalhar (...) Tinha dia que se fosse trabalhava, mas se não fosse (...) Sempre trabalhava, mas tinha dia que não, só ficava bestando.”

Em dia de trabalho na Granero, sempre incerto, veste a camisa da empresa e carrega e descarrega móveis pela cidade, recebendo 15 reais de diária e 5 reais para o almoço. Outro bico instável e incerto que passa a exercer nessa época, e que enfrenta a mesma concorrência entre desempregados locais, é o de descarregar açúcar na Bunge,

fábrica situada próximo à favela. Neste caso, Fábio, e outros moradores da “Linha”, são chamados por um “gato”, morador da Diogo Pires, que “contrata” conforme a necessidade. Na Bunge, descarrega tambores de 200 litros, e chega a acidentarse, quebrando um dedo. Atendido no Hospital Sorocabana, fica com uma mão imobilizada durante 5 meses, sem condições para trabalhar.

De julho a dezembro de 2006 volta a trabalhar na Tupi, que em sua carteira agora se chama Nova Tupi Aparas e Reciclagem, novamente no setor de carrinhos do hipermercado Extra. Como na primeira vez, sempre vai ao local manter contato com encarregados e conhecidos para ser avisado de uma possível vaga, ou entra em contato por celular. Em dezembro de 2006 está de volta aos bicos incertos e ao papelão e ferro. Períodos de trabalho incerto são tensos para Fábio, permeados de crises de irrosabilidade. São períodos em que bebe mais, e conflitos com Janete são mais frequentes. Também são períodos em que sofre pelos filhos pequenos, pois são períodos onde necessidades básicas, mesmo alimentação, são menos garantidas. Durante crises familiares mais agudas, por vezes leva as crianças para a casa da mãe e fica ali algum tempo. No entanto, a pior crise familiar é vivida no início de 2007, após trair Janete com a companheira de um vizinho. É expulso de casa, mas volta poucos meses depois.

Um novo bico se afigura em meados de 2007: trabalhar como chapa, na Marginal Pinheiros. Descobre-o ao passar pela Marginal e ver homens se enfileirando, ainda muito cedo da manhã, esperando serem abordados por caminhoneiros de outras cidades que precisam de ajuda para se orientar pela cidade.

É muito diferente, trabalhar de chapa tem que levantar 2 hs ou 1:30 para ir lá para a Marginal, aí a gente fica lá até 3,4 hs ou até amanhecer e os caminhoneiros vem, param e perguntam se você sabe levar ele em qualquer canto, então, se você souber vai, senão já passa para outro que sabe (...). O motorista fala que precisa de um pra descarregar. Ele pergunta quanto você cobra, aí você fala que é 50, e ele fala que é 40, e aí você vai. A gente tá desempregado.

Passa a ir acompanhado por Renato, companheiro de sua enteada Alice, mas este tem claras vantagens em relação a muitos que fazem fila, inclusive Fábio. Fábio é analfabeto e Renato sabe ler o guia da cidade, é muito articulado e acaba montando uma “carteira” de clientes, que quando chegam a São Paulo ligam para seu celular. No caso

de Fábio, o trabalho de chapa não se diferencia muito de outros bicos, é extremamente instável e a concorrência é forte. Daí insistir sempre no esquema de visitar e contatar encarregados e conhecidos no hipermercado Extra, pois precisa de um emprego e alguma estabilidade, pois é o principal provedor de seu grupo doméstico. “É pouco, mas é registrado e é um serviço certo. Você entra duas horas [14:00], mas vai certo para trabalhar, e de chapa não é certo, tem dia que tem e tem dia que não tem.”

Em maio de 2008 volta para o hipermercado Extra, novamente no setor de carrinhos, onde fica até abril de 2009, quando passa a receber salário desemprego. Passou por dois contratos de experiência até ser efetivado, recebendo salário mínimo, e vale para comer no Extra. Sabe que esse tipo de empresa é instável, e cultiva a relação com “Alemão”, encarregado de outra prestadora de serviços no Extra, na área de segurança, para garantir novo trabalho. Como principal provedor da família, é um período de maior segurança alimentar. Desde que chegou a São Paulo, dada a associação entre seus atributos individuais e as configurações relacionais em que se apóia, além do aprendizado que teve na cidade em termos de inserção no mercado de trabalho – que reserva uma fatia para esse tipo de trabalhador – Fábio só pode encadear uma série de trabalhos marcados pela precariedade, instabilidade e contingência. Certamente um dos modos de integrar-se na cidade.

A volta para a roça, em Barbalha, Ceará

No início de 2008 casa-se no cartório com Janete. O casal tem testemunhas, mas o juiz averigua a assinatura de Fábio no documento de identidade e o considera analfabeto. Eu participo do evento, e assino como “responsável”. Para a pretensão de Janete de voltar à terra natal e morar no sítio dos pais, voltar casada com Fábio parece importante - além de ser estimulado na igreja. Todos os irmãos casaram-se.

Com a saída do trabalho em abril de 2009, passa a receber salário desemprego. Em setembro, os pais de Janete vêm para o casamento de sua irmã Joana, Fábio conhece os sogros, e fica decidido que ele e Renato vão tentar a vida em Barbalha, buscar emprego ou simplesmente ajudar na roça. A decisão, tomada em grande parte por Janete, de voltar para a terra natal com a verba que receberá da Prefeitura, no lugar do apartamento, ainda causa desconfianças em Fábio. Mas considera o “Norte” melhor, e está habituado ao trabalho na roça.

Eu não gosto muito da Linha não, o Norte é melhor. Janete quer me levar para o Ceará (...) Se for bom que nem ela fala, ninguém sabe, né? Aqui tenho conhecidos, mas lá não tenho ninguém. (...). Ela falou que quer pegar 8 mil aqui, eu não sei. Não sei como é a terra dela lá. Na minha terra dá para comprar uma casa e ir vivendo, mas na terra dela eu num sei, nunca fui lá.

Mas também esteve atento a boatos: a possibilidade de receber o apartamento, e repassá-lo por um valor maior. A seu ver isso tornaria mais factível comprar algo na terra de Janete. Após dez anos de permanência em São Paulo, Fábio viaja para Barbalha em agosto de 2009. Com a notícia do incêndio, ocorrido em outubro, e a decisão de Janete permanecer até receber o apartamento, retorna novamente para a “Linha”. Além dos conhecidos, em São Paulo pode contar com sua mãe e irmãos. Durante o incêndio, sua mãe buscou seus filhos – mas não Janete e os demais – para que ficassem em sua casa até esta encontrar um lugar.

Quando conseguem alugar um quarto em um cortiço na Vila Nova Jaguaré, em dezembro de 2009, Fábio começa a trabalhar como segurança por indicação da mãe, na casa de família onde esta trabalha há mais de dez anos. Mas em abril de 2010 já está novamente desempregado, aguardando uma vaga em uma empresa terceirizada para voltar a trabalhar em um supermercado do bairro.

Renato, 21, e Alice, 15

A reprodução geracional da extrema pobreza

Renato, 21, nasceu em São Paulo. Morou com os pais até a separação destes, quando ainda era pequeno. Antes de mudar-se para o Jaguaré viveu com a mãe e o padrasto em Embu. Mas não se afastou do pai, José, irmão de Janete, quem depois de construir algumas casinhas para alugar no Rio Pequeno, decidiu voltar para Barbalha, e viver em seu próprio sítio. Com o pai aprendeu a trabalhar ainda adolescente como servente de pedreiro. Concluiu o Ensino Médio, mas simultaneamente fez dois cursos técnicos pelo SENAI, confeitaria e panificação

Renato uniu-se a Alice, sua prima, no início de 2007, pouco antes de Lucas nascer. Reencontrou-a em uma festa de aniversário em casa de parentes e apaixonaram-

se. Soube que ela estava grávida, e quando Lucas nasceu, decidiu adotá-lo. Ela, com 14 anos, ele com 18 anos, formaram uma família.

Um jovem provedor

Renato deu seus primeiros passos como trabalhador ajudando o pai como servente de pedreiro, mas trata-se de algo esporádico na sua adolescência. Nesse período há de fato um investimento mais concentrado em sua formação educacional. Entre 2003 e 2005 está cursando o Ensino Médio, e completa os 11 anos de estudo. Nesse período, participa de um curso de culinária em uma ONG ligada ao SENAI. Ao finalizar o curso passa por um processo de seleção nessa mesma entidade, o que lhe garante a participação em dois cursos técnicos do SENAI ao longo de 2005, confeitaria e panificação. De manhã está na escola pública, à tarde realiza os cursos técnicos.

Mas a transição da escola para o trabalho, ainda que goste do ofício aprendido, se dá mediante escolhas que confrontam as circunstâncias que um jovem demandante de trabalho, sem experiência, encontra no mercado, com o acesso a outras opções onde possa auferir maior rendimento, e onde tenha maior autonomia e liberdade.

Não é que era difícil, mas o salário que eles pagam é muito pouco, padaria paga R\$ 650,00 por mês, não paga mais que isso. Eles descontam cento e vinte, então, tem um descontinho que ajuda, mas aí você vai ver que você recebe R\$ 700,00, mas desconta INSS, fundo de garantia, isso, aquilo (...) Porque para você arrumar um serviço desse tem que trabalhar registrado para valer alguma coisa, senão não compensa. Tem firma que não paga vale transporte, não dão cesta básica, então pra mim é melhor ficar dentro de casa. Tinha outra opção, ou seja, eu poderia entrar no comércio porque sei fazer salgados, bolos, então, poderia abrir um comércio, mas eu não tinha quem me mantivesse, alguém que entrasse com um forno, uma batedeira, e de preferência industrial, porque eu gostava de trabalhar com industrial... Para você arrumar um comércio que dê dinheiro em uma região que há movimento é bom, se eu tivesse esses materiais que te falei agora e pudesse utilizá-los para ganhar dinheiro eu ganharia lucros para mim, para o patrão e ainda sobraria dinheiro para ele investir em algo que quisesse.

A ainda curta trajetória profissional de Renato caracteriza-se por aspirações e mesmo uma visão de mundo que entra em contradição com a forma como de fato se insere no mercado, precariamente e de forma sempre instável. Se estágios não o atraem, por causa dos baixos rendimentos, entre 2006 e 2007 vira-se em trabalhos temporários como servente de pedreiro, aos quais tem acesso pelo pai que trabalha recorrentemente nessa área.

Quando reencontra a prima Alice, em finais de 2006, ganha cerca de R\$ 600,00, líquidos, vendendo milho cosido com um carrinho fornecido por vizinho que trabalha “alugando” vários carrinhos e ficando com parte do lucro. Em meados de 2007 passa a morar com Alice na “Linha”, no barraco de Janete. Com a união e a dedicação à nova família, assume os gastos para a sobrevivência desta, e por vezes contribui para o orçamento de todo o grupo doméstico que vive em comum no barraco. Um gasto central com Lucas nesse momento, a quem decidiu cuidar como se fosse seu filho, são fraldas descartáveis. Alice cuida do bebê, e abandona a escola, tendo concluído a quinta série do Ensino Fundamental.

Em 2007, Renato abandona o trabalho com o carrinho de milho e, andando pelo Jaguaré, encontra uma vaga na Colgate, como carregador de caixas. Trabalho com carteira assinada (CLT), em período de experiência, onde em menos de um mês é promovido a conferente, pois sabe ler e lidar bem com notas fiscais. Sai após três meses por conflitos com o encarregado.

Fizeram uma panelinha lá. O cara olha meu currículo e está: Ensino médio completo, ensino técnico, cursos no SENAI e essas coisas, ele fala: “Eu tenho 7ª série e esse cara vai tomar meu lugar.” Mas minha meta não era essa e sim buscar meus espaços.

Ainda em 2007 descobre o bico de chapa, que exercerá continuamente durante 2008 e 2009, intercalando-o com bicos de servente de pedreiro, um deles com carteira assinada, por cerca de 3 meses. Também acompanha Fábio no bico de chapa, que como já visto, consiste em guiar pela cidade motoristas de caminhão que vem de outras cidades e estados, o que pode incluir o trabalho de carregar e descarregar caminhões. É basicamente com esses trabalhos precários e instáveis que sustentará a família que cresce com o nascimento de sua filha com Alice, Helena, em agosto de 2008. A filha,

assim como Lucas nasceram no Hospital da USP. Alice está então inscRosa no programa “Mãe Paulistana” da Prefeitura, e recebe nas duas ocasiões um enxoval que para o jovem casal representa uma economia importante nesse momento.

Na época em que a filha de ambos nasce já vivem em um “barraco próprio”, pois por pressão de Alice, sua mãe cede um pedaço do barraco, que é reformado por Renato. Nesse período vão adquirindo bens de segunda mão – tv, fogão, geladeira, dvd – pois Renato não consegue acesso a crédito em lojas. Nesse momento, ser chapa é o que mais lhe traz rendimentos e tempo livre para ficar com a família.

Mas, além da concorrência com outros desempregados, o trabalho de chapa é desgastante, pois entre o horário em que começa a se formar a fila, a espera, a chegada dos motoristas, e todo o trabalho que se segue, o chapa fica quase 24 horas desperto. Renato ganha cerca de 700, 800 reais por mês. Considera-se um chapa diferenciado porque sabe usar o guia, o que muitos que são quase analfabetos, como Fábio, não sabem. Sabe rodar a cidade bem com a ajuda do guia, por isso muitas vezes os que se encontram em sua frente passam-lhe a vez. Com a ajuda do celular, forma uma carteira de clientes que ligam com antecedência para solicitar seus serviços. Entre prós e contras do trabalho tão precário, seu discurso sobre o ingresso em trabalho formalizado e estável e a permanência em bicos que garantam renda maior e mais liberdade mostram uma série de contradições, que junto com os constrangimentos do próprio mercado de trabalho para jovens como ele, contribuem para uma trajetória ocupacional errática.

Por que eu trabalho de chapa, de carga e descarga de carreta? Porque tenho prazer em trabalhar com peso, gosto de trabalhar com peso. (...) Aqui na Marginal Pinheiros você vai pegar uma carga, mas tem que ficar levantando o braço, chega lá meia noite, uma hora da manhã, só Deus sabe a hora que chega porque só seis, sete da manhã é que vai parar caminhão, e aí você vai chegar umas cinco, 6 da tarde. Então você chega e já vai dormir, ou seja, não tem um tempo para a família, você chega dá um cheiro na mulher, um cheiro na filha e desaba na cama (...) porque se chego lá às duas horas, três horas da manhã já tem cerca de 3 pessoas e começa a sair pessoas a partir das cinco da manhã, ou seja, vou chegar lá às duas da manhã e vou ficar seis horas parado, sem sair... Vale à pena porque trabalho por minha conta, não sou humilhado por ninguém.

Discurso mais articulado do que o de Janete ou Fábio, as contradições nele presentes são “coerentes” com o caráter errático de sua trajetória ocupacional e de decisões que seguem a percepção de custos e benéficos no interior de um mercado de trabalho no qual, apesar de sua formação, encontra bloqueios, conflitos e poucos incentivos para firmar-se em trabalho formal, com carteira. No entanto, comparativamente a Fábio, sua situação é mais avantajada, consegue quase o dobro da renda por mês em comparação a este e parece ter um maior grau de liberdade nas escolhas.

Em abril de 2009 um fato desequilibra suas relações doméstico-familiares: a morte da filha Helena por complicações respiratórias advindas de uma broncopneumonia. Tem 8 meses, e aos dois meses já ficara internada por broncopneumonia. A vulnerabilidade a doenças respiratórias em condições habitacionais tão precárias é algo sempre presente, como já ocorrera com a própria Alice em sua infância. Além disso, há muita poeira advinda da construção do conjunto habitacional, ao lado do barraco. Separam-se durante quase um mês após o choque.

Em agosto de 2009 Renato e Fábio voltam para Barbalha, na tentativa de preparar o retorno das duas famílias, e sua reintegração ao lugar de origem junto à família original de Janete, em quem se apoiarão. Fatos como a morte da filha, a piora das condições de vida e de segurança no local com o adensamento crescente da área, a insegurança na cidade – em 2008 Renato sofreu um assalto - e a perspectiva de encontrar trabalho no Ceará, estimulam a ida e a tentativa de reiniciar a vida ali. Renato espera contar com a ajuda do pai, que tem sítio, e que além dos aluguéis das casinhas em São Paulo, vende frutas no mercado local. Pensa que com sua formação e vindo de São Paulo tem mais chances de uma oportunidade de trabalho do que os moradores locais.

É mais fácil para mim, tem esse porém, eles dão mais oportunidade para quem chega de fora do que para quem está dentro. Lá o pessoal tem a preguiça de estudar porque trabalha na roça. Lá tem gente que tem Ensino Médio completo e dá aulas, mas não tem nem diploma de professor. Se eu ganho 500, 600 lá está bom, conseguiria manter minha vida, de meu filho e de minha esposa porque a qualidade de vida é baixa. (...) Meu pai até falou que se comprasse um caminhão pra mim eu ia

vender[banana] na região, no centro da cidade, mas eu disse que esse não seria um serviço pra mim, que posso buscar algo melhor. Ele ficou meio chateado”

Renato e Alice pretendem construir sua casa, no sítio do pai de Renato. Contam num futuro próximo com a verba de atendimento de R\$ 5 mil a que têm direito no interior do programa de urbanização da favela.

A volta depois do incêndio e a decisão de ficar em São Paulo

A imprevisibilidade de projetos futuros é algo intimamente ligado à imprevisibilidade do cotidiano em diversas dimensões, particularmente do trabalho. Logo que recebe a notícia do incêndio, Renato volta com a idéia de buscar imediatamente Alice e Lucas. Perdem seu barraco no incêndio, pois também fora derrubado para que o fogo não se alastrasse. Mas uma semana depois, depois de reuniões com assistentes sociais e técnicos ligados ao programa de urbanização, estão a par de que os que perderam os barracos terão pronto atendimento. Como possuem o cadastro de tipo “B”, devem receber R\$ 5 mil, enquanto Janete já tem direito ao bolsa aluguel, enquanto aguarda seu apartamento.

Com a perda do barraco, moram com Janete, em barraco emprestado a esta por um irmão da igreja. Mas querem seu próprio espaço. Volta a reconstruir o barraco onde viviam, e mudam-se para lá. Depois da experiência de cerca de um mês no Ceará, Renato pensa que é melhor ficar em São Paulo, ali não conseguirá o trabalho e a independência almejados.

Lá no ceará só vive aposentado. A compra mensal dele [pai] é questão de 400, 400 e pouco por mês, a compra dele, porque lá é ele, três filhos e a mulher dele.. Tem como você trabalhar, mas cadê o dinheiro para você ter uma casa, alugar uma casa, você tem que comprar as coisas mensal, ou seja, entre uma e outra, vai dar quase a mesma coisa... Aqui você aluga uma casa de 300 reais, arruma fácil, fácil um trabalho de 800, 750, arruma uma aluguel de 250, 300, faz a compra do mês de 300 a 400, já foram 700 reais, fora a água e luz, ou seja, aqui você já passa um aperto, lá você vai ganhar um salário em média que é 450, um

salário mínimo, não passa disso, tem pessoas que fizeram faculdade e tão trabalhando em uma empresa e não ganham mais do que 700 reais, o melhor que ganha lá é policial, que é 900 e pouco por mês.. ai você vai fazer a compra do mês, vai gastar uns 200 e pouco, sobra pra ti 200, você paga um aluguel que está em média 50 conto, já vai para cerca de 250, sobra 200 reais para pagar água e luz, pra bujão de gás, você tem veste, higiene pessoal, ou seja, a mesma coisa, a não ser que trabalhe as duas pessoas, mas mesmo assim passa aperto, porque tem o negócio dentro de casa, se eu e a Alice nós trabalha, quem vai fazer a comida dentro de casa? Quem vai comer bem dentro de casa? Vai aumentar mais a renda de casa, mas a gente vai se alimentar mal. Ou vai trabalhar em coisa lá tendo estudo, ou vai trabalhar na roça, pra ganhar 12, 15 reais por dia, a diária da roça... Eu tenho estudo, mas se eu chegar lá eu vou ganhar salário mínimo, vou viver apertado. Agora se eu chego e a Alice lá aposentado, a gente vive sossegado. Meu pai só vive sossegado porque ele recebe 800 reais de aluguel daqui.

A companheira Alice concorda. “Trabalha muito e ganha pouco. Se você chega lá sem nada, vai ficar se matando de trabalhar pra não receber nada”. Enquanto Janete e Fábio moram de aluguel em cortiço, o jovem casal voltou para a “Linha” e reconstruiu um barraco, em péssimas condições.

Capítulo 4

Contornando a extrema pobreza

“A gente é pobre, mas não estamos abaixo da pobreza”

José Rodrigo

José Rodrigo, 57

Nascido em Itapecuru, interior da Bahia, José Rodrigo é o segundo filho de Maria e José, que tiveram no total cinco filhos, três mulheres e dois homens – sendo ele o homem mais velho. De origem rural e muito pobre, desde os 10 anos ajudou os pais a criarem os próprios irmãos, trabalhando na roça de “outros”, na produção de farinha de mandioca. “A gente trabalhava alugado, vendendo dia, fazendo farinha, plantava mandioca, feijão, milho, sabe (...) Vendendo dia na roça dos outros”. Para ajudar na sobrevivência da família também chega a trabalhar com a “galinhota”, espécie de carrinho para fazer fretes na feira. Dos ganhos, sempre dá uma parte para os pais e fica com algum dinheiro “para comprar uma roupa”. Moram em casa rebocada com barro – “sopapo”⁸, no terreno de uma tia, onde “queimava bujão” e a luz era à bateria. Infância lembrada como muito pobre, mas onde o trabalho é referente central, sinônimo de dignidade e honestidade. “Toda vida fui trabalhador, e ainda hoje sou, honesto, sempre vivi com o próprio suor do meu rosto”. Também muito vaidoso, o cuidado de si e a conquista amorosa ocuparão centralidade em sua vida. “A vida da gente foi complicada, pelo menos a minha foi, mas era honesto, trabalhador, tinha dignidade, nunca tive nada na vida, mas andava bonitinho, bem vestido, tinha uma bicicletinha nova, paquerando as meninas, isso era o meu forte.”

É José Rodrigo que inicia o processo de migração entre seus familiares, na busca de melhores condições de vida.

⁸ Casa de “sopapo”: casas de taipa trançada com enchimento de barro.

Salvador, São Paulo, idas e vindas

E a instabilidade conjugal

No enfrentamento da pobreza local, segue a alternativa então existente de migrar em busca de trabalho. Em 1971, no lugar de uma rede de parentesco a sustentar a migração, José Rodrigo e alguns contrerrâneos são levados para Salvador por agenciadores que buscam mão de obra para obras urbanas na capital baiana (Fontes, 2008 – nota). Primeiro trabalho “fichado”, onde permanece durante quase um ano até o fim da empreitada, sempre enviando parte de seus ganhos para os pais. Em 1974 ocorre sua primeira vinda para São Paulo, também por meio de agenciamento, para trabalhar em uma empresa que atua na limpeza das marginais – a Verti. Alguns decidem não permanecer, pois “desnortearam por causa do medo de alojamento debaixo de viaduto”. Segundo emprego registrado, lembra-se que ele e os companheiros “*queimam lata*” no alojamento, isto é, preparam a própria comida no local.

Nesse emprego conhece a pernambucana Didila, companheira de trabalho na limpeza das marginais e “convive” com ela em quarto cedido pelos pais desta no bairro de São Mateus. Nesse período, o dono da Verti o chama para trabalhar na reforma de sua casa de veraneio, em Serra Negra. “*Em Serra Negra foi só alegria, porque os patrões gostavam muito de mim*”. Em 1976, após dois anos em São Paulo, se desentende com Didila, com quem já tem um filho, e sai da Verti para voltar à Bahia, pois o pai está doente, vindo a falecer logo após sua chegada. Como o pai ganhara um terreno perto da cidade de Tobias Barreto, divisa com Sergipe – a “*sete léguas*” de sua cidade natal, José Rodrigo acaba por construir uma casa para a mãe – também de “*sopapo*” -, e uma casinha para si, nos fundos.

Em Tobias Barreto conhece um revendedor de sapatos e decide trabalhar para este vendendo sapatos em feiras de cidades da região. Embora o patrão o pague semanalmente, estipulando um preço para os sapatos, José Rodrigo os vende por um preço maior, ficando com o lucro. Especialmente em época de safra, quando as pessoas têm mais dinheiro, ganha bem com esse esquema em relação aos padrões locais. Sobrevive e também mantém a mãe e o irmão caçula, João.

Nesse período, inicia uma relação com uma jovem de 17 anos, Helena, e a família desta força-o unir-se a ela. José Rodrigo não casa, diz que “convive”, pois o tradicionalismo patriarcal não o obriga a casar-se com uma mulher que não achou “moça”. Desta nascem dois filhos, Roberto e Renato. Mas durante os dois anos que

mora com Helena, na casinha no terreno da mãe, mantém noivado com outra moça da cidade de Ribeira do Pombal, onde costuma vender sapatos. Quando Helena descobre, separam-se.

É 1979, e animado pelo compadre Virgílio e com outro amigo, decidem tentar a vida em São Paulo novamente. Sem trabalho garantido, desta vez chegam por meio da rede de conterrâneos e familiares do compadre, e conseguem por meio de “gato” – novamente a figura do agenciador – emprego registrado em uma construtora, a Vale do Rio Verde. Terceiro trabalho com carteira, e segunda vez que mora em alojamento, continua a mandar “uns trocados” para a mãe, ficando com o suficiente para a subsistência. Reencontra a pernambucana Didila e reatam a relação. Morando no alojamento da empresa onde trabalha, de oito em oito dias “convive” com Didila em sua casa no Bairro das Pimentas, no Itaim Paulista - segundo José Rodrigo, uma “periferia”. Tem outro filho, mas após quase dois anos, desentendimentos levam novamente à separação. Segundo José Rodrigo, Didila tem um amigo que guarda na casa produtos roubados, e ele não aceita e brigam. Com o fim da empreitada na Vale do Rio Verde decide voltar para a Bahia, e abandona Didila e os filhos, para nunca mais voltar a vê-los – não registrou os filhos.

Em 1980, de volta a Tobias Barreto, retoma a venda de sapatos em feiras de povoados próximos – e muitos namoricos. Mas no mesmo ano inicia uma relação com Edite, que é praticamente sua vizinha e tem então apenas 15 anos. José Rodrigo tem 28 anos e a descoberta da relação na cidade torna-se um escândalo, chegando a ser preso. Por pressão de ambas as famílias, casam-se nesse mesmo ano. A primeira filha, Renilde, nasce em 1982. Continua em sua casinha de “sopapo”, vendendo sapatos até 1983, quando considera que o negócio está fraco e decide migrar outra vez.

São Paulo, o período de estabilidade familiar

E a continuidade do trabalho assalariado com carteira

Com o compadre Virgílio em São Paulo encontra incentivo para um novo retorno a São Paulo, desta vez com a intenção de trazer a jovem e ainda pequena família. Seu compadre já vive no Jaguaré, em um barraco na Diogo Pires, e trabalha em uma fábrica de peças concreto pré-moldado para edificações comerciais e industriais, a Consid. Acolhe José Rodrigo em seu barraco nos três primeiros meses. Através de um

“gato”, vizinho de Virgílio, consegue trabalho de ajudante geral na multinacional Roche. Poucos meses depois compra um barraco ao lado de Virgílio, vendido por um vizinho e companheiro deste na Consid. E em seguida José Rodrigo é indicado por ambos para um encarregado da fábrica que o contrata para uma vaga surgida na empresa, ingressando como ajudante de pedreiro, com carteira assinada.

Assim, poucos meses após sua chegada, traz a esposa e a filha. Na Consid começa como ajudante de pedreiro, trabalho de segunda a sábado, das 7:00 às 17:00, e fazendo horas extras. Recebe semanalmente seu salário, dinheiro que a seu ver chega e acaba rápido. Após quatro anos nessa função é promovido a pedreiro de acabamento, com aumento de salário, recebido agora mensalmente. Uma das principais indústrias do Jaguaré, José Rodrigo considera que na segunda etapa ganhava bem, dado que fazia muitas horas extras.

Durante o período de oito anos e quatro meses que trabalhou na Consid, nascem outros filhos: Rosângela, Rose, Regiane. Nunca passaram fome, e nessa fase sempre fazia sua compra mensal e, por trabalhar com carteira, conseguia comprar bens para a casa à prestação; às vezes realizava alguma permuta, mas seu negócio era sempre comprar “novo”. Nesse período chega a ajudar pessoas que vinha do Nordeste, recebendo-as em casa. Edite não trabalha, cuida da casa e das filhas. “Eu que sustentei, dava de comer, de vestir (...) [no início da Consid] era bem apertado, mas dava para sobreviver, ninguém dependia de nada”.

Mas nos dois últimos anos a Consid começou a atrasar os salários, e em 1991 Consid entra em falência. Após receber o que considerou uma baixa indenização, junto com FGTS e o seguro desemprego, decide voltar para a Bahia e trazer o irmão menor, João Rico. De setembro de 1991 a janeiro de 1992 permanece desempregado, vivendo do salário desemprego, realizando bicos para incrementar os ganhos – o que considera “elas por elas”, pois na empresa incrementava seus ganhos com horas extras. Mas logo descobre com a ajuda do compadre e amigo Virgílio, além de companheiro de trabalho na Consid, que foram ludibriados pela empresa que não havia depositado corretamente o FGTS. Virgílio lhe indica um advogado no Centro da cidade e José Rodrigo “pendura” a Consid. A empresa é processada e recorre, e José Rodrigo só receberá em 1996 o que lhe é de direito – pagando 30% do valor para o advogado.

Passa dois meses em uma firma de reflorestamento – onde sofre desconto no salário por na ter cumprido a “meta” de plantio de árvores – e em seguida retoma bicos. consegue uma vaga em uma empresa terceirizada de limpeza, a ISS, onde esse vizinho

trabalha. Ingressa na ISS em fevereiro de 1992, com carteira (CLT), e é alocado na então Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), produtora de óleos vegetais – atual Bunge Alimentos –, outra das principais empresas fabris do Jaguaré. Mas, pouco tempo depois, pela própria ISS, acaba cobrindo as férias de um funcionário que trabalha na Givaudan, fábrica de essências também nas redondezas de onde mora. Durante o mês que passa nessa empresa descobre que, por tratar-se de indústria do ramo químico, paga-se o adicional de insalubridade/periculosidade – o que garantiria 40% a mais de tempo trabalhado na empresa, adiantando sua aposentadoria.

E aí o pessoal ficou me dizendo que lá dentro pagava salubre. Aí eu troquei idéia com a chefe pra ver se ela me passava pra lá, a tal da Maurília, que era chefona da Givaudan, ela era chefe da limpeza, mandava na gente.”

Depois de dois anos e meio na Givaudan, sua esposa Edite o pressiona para voltarem para Tobias Barreto, pois quer ficar junto à sua mãe e familiares. José Rodrigo pede, a contragosto, para ser demitido, recebendo o FGTS, que segundo ele, é todo usado para a compra das passagens – além do casal, há seis crianças; Rubens nasceu em 1990, Rosana em 1993. Sai da empresa no final de dezembro de 1994 e a família fica sete meses na Bahia; o salário-desemprego mantém a família durante esse período. Mas logo José Rodrigo sente a necessidade de voltar a trabalhar em São Paulo. E dessa vez volta com uma vaga garantida na própria ISS, e comunicada pelo irmão João Rico. Coincidentemente, seu irmão é porteiro de um edifício do Jaguaré onde mora uma funcionária da Givaudan. Como havia saído à contragosto da empresa, quando seu posto vagou novamente tanto a chefe na ISS como a encarregada de seu grupo de limpeza na Givaudan lembram-se de chamá-lo por intermédio daquela funcionária. Seu irmão manda o dinheiro da passagem e José Rodrigo volta para a Givaudan em julho de 1995, no mesmo setor – aromas –, onde vai receber o adicional de 30% por periculosidade.

Quando chega, é acolhido na casa desse irmão e, após juntar dinheiro com suas horas extras, envia boa parte para Edite, que investe em uma pequena casa – sua “*toquinha de onça*” –, e que permita que volte com os filhos para São Paulo. Desta vez José Rodrigo adquire novo barraco não mais na Diogo Pires, e sim na “Linha”. Os preços na Diogo Pires tornaram-se proibitivos, pois a área já se transformou em uma

“vilinha”, com boa parte das casas já construídas em alvenaria. Seu próprio irmão João Rico comprara seu barraco na Diogo, e estava prestes a levantar a casa de alvenaria.

Em 1996 ganha a causa contra a Consid e recebe cerca de dois mil reais de indenização e cerca de dois mil pelo FGTS, parcelado em cinco vezes – cerca de 400 reais por mês. Permanece na ISS cerca de dois anos e meio, mas em 1997 a empresa terceirizada perde o contrato com a Givaudan, e outra terceirizada entra em seu lugar, a *Clean All*. Ele e outros companheiros são demitidos. No acerto de contas, vai ao Sindicato, onde lhe dizem que tem direito a mil e seiscentos reais; José Rodrigo é analfabeto, mas desconfia que o acerto de contas está incorreto. Andando pelo Centro da cidade consulta uma advogada, que refaz as contas: faltam mil reais. Processa a ISS.

Eu troquei idéia com uma advogada na cidade, estava passando ali na Av Ipiranga e tem aquelas pessoas que ficam chamando. Fui lá, troquei uma idéia com ela e paguei 5 contos na época para a advogada fazer as contas. Em dez minutinhos ela matou e ganhou 5 contos. Até hoje tem aquelas pessoa na avenida atraindo para advogados. Por sinal ganhamos esses 900 paus, eu recebi e dei 30% pra ela. E eu só sei assinar meu nome, mas eu sou burro por um lado e sabido por outro. Numa conta de cabeça, você que é chefona, não me passa a perna. Se você faz uma conta, quando você sai eu faço e dá certinho. A advogada foi 100%.

Quando sai da ISS, passa a receber o seguro desemprego. Ficaré desempregado quase um ano, voltando aos bicos – construir, reformar barracos, descarregar caminhões. Nesse período, realiza uma permuta com um conterrâneo, trocando a “toquinha de onça” que tem na Bahia por um barraco na “Linha”, uma TV no valor de trezentos reais, além de 700 reais em dinheiro. Como o barraco na “Linha” vale cerca de mil reais, e sua casa na Bahia também tinha esse valor, considera que lucrou. Logo troca esse barraco com o barraco de sua vizinha, podendo assim aumentar o tamanho de sua moradia, que chegará a ter 18 metros de frente.

Mas o desemprego pesa. É o maior período de desemprego em sua vida – nove meses seguidos. Busca novo trabalho, pois o dinheiro recebido nas causas ganhas se esgota, e os bicos são insuficientes para sustentar família numerosa. Por intermédio de um sobrinho, que mora na vizinhança e é encarregado em uma construtora, é contratado

por um “gato” para trabalhar em uma obra em Pinheiros, com carteira assinada. Ingressa na empreiteira Pimentel ganhando quase dois salários mínimos, o que inclui horas extras – há dias que trabalha até às 22 horas –, e recebe cesta básica. Permanece um ano e sete meses, e ao final da obra decide entrar na lista dos que serão demitidos. Ao receber o FGTS descobre que essa empresa também o ludibriou, deixando de depositar boa parte do fundo durante vários dos meses que trabalhou ali- MS desta vez não entra com processo. Com o dinheiro do FGTS vai readquirir a sua “toquinha de onça” na Bahia.

É o início 1999 e volta a receber salário desemprego e aos bicos de construção e reforma de barracos na vizinhança. Em abril de 2000 consegue voltar para a Givaudan, o que almejava há algum tempo. Havia trabalhado na Givaudan pela ISS, mas tinha um companheiro que continuou na fábrica pela terceirizada Clean All. Ex-companheiros de trabalho, os dois mantinham contatos esporádicos no bairro. Em um desses contatos, José Rodrigo é avisado de uma vaga na terceirizada para trabalhar na Givaudan. Na entrevista, contou que já trabalhara na Givaudan por duas vezes, fornecendo-lhe alguns nomes de funcionários, que poderiam recomendá-lo. Vínculos profissionais no passado, em relações que envolvem afeto, representaram um diferencial para que vieses seletivos, como idade – praticamente com 50 anos – ou mesmo sua condição de analfabeto não pesassem tanto. Trabalho almejado, porque além do salário mínimo, com benefícios como cesta básica, convênio médico, vale transporte, volta a receber 30% de adicional por periculosidade – o que também vai contribuir para agregar tempo de trabalho e adiantar sua aposentadoria.

Falei que conhecia o Porfírio, esse outro chefe que tinha trabalhado comigo (...) Falei para a Rose [encarregada da Clean All] que tinha experiência na Givaudan de 5 anos e quando ela perguntou quem eu conhecia falei: Porfírio, Alemão, dei o nome de uns 4 chefes. Aí ela ligou para o Porfírio e ele falou: ‘Rose, mande logo o caboclo pra cá porque nós estamos precisando dele.

Mas, por essa época, sua mulher o traiu, e decide separar-se.

“Fui largado”

Separação, trabalho estável e nova cônjuge: Sonia

Ao separarem-se José Rodrigo e Edite dividiram as responsabilidades com os filhos, que decidem com quem ficarão. Os dois filhos menores querem ficar com o pai, os outros quatro com a mãe. José Rodrigo permanece com o barraco, e continua ajudando a criar os demais filhos – informalmente paga uma pensão de 40 reais em 2000, em seguida 60 reais, e dobra para 120 reais nos anos seguintes. Edite passa a trabalhar como doméstica. Com a separação a ex-esposa leva o aparelho de som e a TV, que troca por um barraco na “Linha”. José Rodrigo incrementa seus recursos com a venda de parte de seu barraco. Volta a ter vida de solteiro.

No começo o homem fica meio muzambudo, mas não desesperado, como muitos ficam por aí, começa a crescer a barba, não faz cabelo, eu sempre andava bonitinho, cabelo bem penteadinho, barbeado, levantei a cabeça, dei a volta por cima e fiquei indo pra salão... Salão eu ia pra Santo Amaro, pra Pinheiro, mas ia sozinho, sempre gostei de andar sozinho, não gosto de companhia. Principalmente pra certos lugares que você tem que ir sozinho porque o que rolar lá com você ta entre você mesmo.

Vive com dois dos filhos, mas ainda em 2000, por intermédio da própria ex-mulher, Edite, conhece Sonia, que mora há menos de um ano na “Linha”. Sonia migrara de Alagoas um ano atrás fugindo da violência do marido. Com uma filha de 3 anos, Eliana, morava então em um pequeno barraco comprado com a ajuda de um namorado. Desempregada, fazia bicos como diarista. Sozinha, ia às vezes ao forró para se divertir, em salão próximo, acompanhada de Edite. Começam a namorar, e poucos meses depois Sonia vende seu barraquinho para viver com José Rodrigo. Com o dinheiro da venda do barraco, sobem o barraco de José Rodrigo, o que permite dividir mais adequadamente o local para conviver com os filhos de ambos, ainda pequenos. Fim da fase de solteiro, José Rodrigo inicia nova vida conjugal, o que tem impactos sobre seu modo e condições de vida.

Modifica porque o cabra solteiro vai pra todo canto, todo dinheiro que pegava eu estourava, mas depois que tem uma mulher você já vai pensar por outro lado, pensa diferente. Então, recebia o pagamento e já tava morando com ela, jogava um dinheirinho na mão dela pra comprar uma roupa.

Entre 2001 e 2009, trabalha continuamente na Givaudan, recebendo cerca de dois salários mínimos – montante que inclui salário, horas extras, e o adicional por periculosidade. Sonia intercala bicos e alguns empregos em empresas terceirizadas que não duram mais que um ano, além de tornar-se catadora de papelão e de ferro entre 2003 e 2006, fase em que se encontra mais cronicamente desempregada. Os dois filhos de José Rodrigo deixarão a casa em 2006. Quando vivem em três, José Rodrigo, Sonia e Eliana, a única cesta básica que ele ganha não alcança o final do mês. Mas, quando os dois estão trabalhando, além de gastos básicos com alimentação, roupas e sapatos, podem incluir parcelas de eletrodomésticos com mais folga.

Porém, um acidente com José Rodrigo em 2007 coloca temporariamente em cheque a sobrevivência do grupo doméstico e a mobilização de diversas relações nesse período de crise. Sofre um acidente, que o afasta cerca de 5 meses do trabalho. O exame de perícia médica demora, e só recebe o valor total do auxílio saúde no fim do período.. Enquanto isso, não pode trabalhar.

Recebi de uma vez, mas foi um bicho feio passar 5 meses porque tava acostumado a ter meu salarinho todo mês para fazer a compra (...) Já caí fazendo bico, barraco, fiz uns 5, 6 barracos durante esse período de 5 meses. Ganhava 200, 300 reais, e eles iam me pagando 50, 100... (...) Como não foi acidente de trabalho teve um mínimo de 30% do salário. Mas eu ainda recebi dois mil e pouco, parece que foi R\$ 2.400,00 e comprei uma geladeira, e essa TV nova, à vista.

Sem salário, o primeiro mês é difícil, faltando mesmo comida. Necessita remédios, antibióticos caros, que não são encontrados no Posto de Saúde. Sonia torna-se a principal provedora. Está empregada como doméstica, com carteira, mas pede demissão por causa de sua tendinite. Então, cata papelão, mesmo com as dores no pulso. De sua família, José Rodrigo obtém ajuda só de dois filhos e um sobrinho, que trazem comida. Ressente-se por não contar com os demais: uma filha que mora em frente, e não

ajuda. Um companheiro visita-o e empresta-lhe dinheiro. Nesse momento, o cartão de crédito também assume destaque na compra de antibióticos: compra os remédios parcelados. Após um mês, sem se recuperar inteiramente, volta aos bicos de construção e reforma de barracos. Nesse período crítico, recebe a visita de um funcionário da Clean All, que ao constatar que mora próximo ao trabalho, comunica a empresa terceirizada que acaba por tirar-lhe um benefício com o qual contava para aumentar o seu rendimento do trabalho: o vale transporte. Após cinco meses, relativos à concessão de auxílio doença, volta para a Givaudan.

Em 2008, José Rodrigo decide iniciar o processo de divórcio de Edite. Com informações que lhe ofereço durante uma entrevista, fica a par que pode consultar um advogado público, na Defensoria Pública de São Paulo, localizada no bairro da Liberdade. Inicia o processo, mas em 2009 decide aguardar que a filha, para a qual paga pensão, torne-se maior: o advogado lhe diz que para se separar de Edite precisa dividir os bens e pagar o dobro do que paga de pensão - até então, R\$ 120,00. Não quer, pois a seu ver a mãe não dá um centavo para a filha e gasta o dinheiro divertindo-se em salões de forró.

Desde 2006 José Rodrigo e Sonia aguardam um evento no nível da favela: a remoção dos moradores da “Linha” para efeito de urbanização do complexo Vila Nova Jaguaré. De fato, antes mesmo do programa de urbanização, em 2003, remoções em uma área de risco na Vila Nova Jaguaré, o Morro do Sabão, já trouxera novos moradores para o local. Em período em que a área da “Linha” vai cada vez mais se adensando, José Rodrigo e Sonia ficam cientes de que farão parte do processo, mas não sabem como e quando este irá de fato atingi-los. Em 2008, dado que José Rodrigo tem o cadastro que dá direito ao apartamento, e por cumprirem a condição de poder comprovar algum rendimento estável, decidem ficar com o apartamento. Também faltam poucos anos para almejada aposentadoria. Depois, quem sabe, voltar para a Bahia.

No caso eu tenho que aceitar porque não tenho como ir embora, estou fichado e só posso ir embora depois que me aposentar, então, eu mais a Nega e a menina vamos para o apartamento. (...) O medo é porque diz que só passa para os apartamentos se você tiver uma fonte de renda, ou é fichado ou trabalha por dia. Já foi comentado isso (...) Eu sou fichado, a Nega tá trabalhando, então, pelo menos para gente, a gente vai encarar, nem que depois de 2, 3 anos a gente faça um cambalacho,

vende e vai embora. Pode vender a chave para outro. (...) Você tem que ter uma fonte de renda de alguma coisa, ou trabalha com destino ou faz bico, mas que você mostre para a assistente social lá da prefeitura que você tem condições de pagar porque se não tiver como você vai pegar?

Há o temor de ir para o apartamento por causa das contas, que serão fixas. Mas a possibilidade de sair daquela condição de moradia é muito valorizada, sobretudo pelo acúmulo de desvantagens que o barraco representa, não só em termos de ameaças à saúde – frio, presença constante de roedores, insetos -, mas também pela vergonha de morar em um lugar tão precário e feio. Sem contar a discriminação e a vergonha sofrida por se morar ali.

É diferente de um barraco para um apartamento, um barraquinho de tábuas como esse que a gente tem aqui, e botando as mãos para o céu porque não pagamos aluguel, e ir para um apartamento. Certo que lá você vai pagar, mas também tem outro conforto. Você não mora em um apartamento ou em uma casa boa? (...) Não é para me exibir, mas aqui eu tenho vergonha até de chegar uma pessoa aqui, tem uns amigos que querem chegar aqui, mas eu fico botando fora devido o ambiente que a gente mora. É cheio de lama, principalmente aí na frente, aí eu fico confuso. É lá de onde trabalho, tem uns amigos e eu fico confuso: ‘Não dá agora, vamos dar um tempo.’ Devido a frente, a esse ambiente muito feio. (...) Depois desses barracos do lado de lá desgraçou tudo.”

E acompanha a opinião de José Rodrigo:

“Eu faço como ele, também tenho vergonha de trazer as amigas minhas para cá. Às vezes as meninas querem vir, mas tenho vergonha de trazer por causa da lameira. E em apartamento ou casa é diferente, é tudo calçadinho, bonitinho, é tudo diferente, nem se compara um apartamento com um barraco desse.”

Vergonha e discriminação que existe mesmo na proximidade, na distinção existente entre os moradores da Diogo Pires, que vivem em casas de alvenaria, onde não enche tanto de água durante as chuvas, e a “Linha” com esgoto a céu aberto e seus barracos de madeirite. Se José Rodrigo tivesse continuado na Diogo, teria transformado

o barraco em casa de alvenaria, mas nunca valeu à pena fazer isso na “Linha”, posto que vivem sobre um córrego – um investimento a seu ver a fundo perdido no local.

Porque lá não tem muita água e aqui tem bastante quando chove. Lá é como você morar nos Estados Unidos e vir pro Brasil. A vista de nós aqui é. Quem mora ali se considera que mora no centro e nós que mora aqui é na periferia. (...) Tem pessoas que acha que está no céu porque mora na Diogo e nós que moramos na Linha, estamos lá embaixo.”

Rumo ao apartamento:

o incêndio e a mudança radical nas condições de vida

Durante o incêndio, em outubro de 2009, José Rodrigo e Sonia perdem o barraco, que é derrubado para que o fogo não se alastre. Perdem também parte dos bens, como o guarda-roupa e a cama – comprada recentemente –, além da tv de 29 polegadas, adquirida com o dinheiro recebido do auxílio doença, após seu acidente em 2006, e dvd. A Prefeitura anuncia que adiantará o processo de mudança para os que perderam seus barracos e são comunicados pelas assistentes sociais da Diagonal de que terão direito imediatamente ao Bolsa Aluguel. Num primeiro momento, são acolhidos na casa de uma filha de José Rodrigo, Rosângela, casada com um filho de seu irmão João Rico, Lando. Mas na mesma casa também são acolhidos a ex-mulher de José Rodrigo, Edite, e outros filhos. Dormem na garagem durante três semanas, até a concessão do bolsa aluguel.

Antes mesmo de receber o bolsa aluguel conseguem alugar um quarto em uma casa localizada no próprio bairro, em área particular. Queriam sair o mais rápido possível da casa dos parentes, dado o mal-estar de conviver com a ex-mulher nesse período, além da falta de espaço. É Sonia quem acha o lugar. A proprietária é uma conhecida, Creusa, que conheceu logo que chegou a São Paulo em 2000; foram vizinhas e mantinham contatos esporádicos, encontrando-se na feira. Buscando moradia de aluguel, Sonia passa coincidentemente na frente da casa de Creusa, que lhe dá preferência.

Para José Rodrigo e Sonia, a saída da “Linha” representou uma virada radical em suas condições de vida. Antigo morador da “Linha”, há cerca de 20 anos no local,

José Rodrigo viu tudo aquilo metamorfosear-se ao longo do tempo: primeira fase com poucos barracos, mas com um trem que passava dia e noite na porta do barraco; depois, o adensamento da área particular em frente, e o acúmulo de dejetos na porta de casa. Mas além das condições precárias e do sentimento de discriminação: ultimamente também tinha muito medo, sobretudo de bandidos e da violência do tráfico na área.

“100%, porque as condições que a gente estava, a vida da gente mais a da Sonia já mudou 100%. Eu admito que já mudou 100%. A vista do que a gente estava lá, naquela situação que a gente morava lá, a gente praticamente com medo, devido o incêndio que teve, as vezes os bandidos lá na favela, eu mesmo não saía de casa, do serviço pra casa, tinha medo, né? Sabe que a gente que trabalha tem medo. (...) Sempre com medo, porque eu do serviço pra casa, pergunte a ela, eu não saía a lugar nenhum, às vezes lá na padaria, vinha no mercado, mas tinha medo, de tudo, você sabe que no ambiente que a gente morava era um ambiente pesado, então a gente não podia vacilar. Eu não saía de casa, pode perguntar a Sonia, nem ela também, era do serviço pra casa, a gente, de noite principalmente, pior ainda, de noite ninguém saía.”

Ser pobre, mas não paupérrimo

Entre altos e baixos, José Rodrigo, em seu percurso de vida, seja com o grupo doméstico anterior, e hoje com Sonia e a filha desta, considera-se pobre, particularmente pelas condições de moradia. Mas não recorda ter passado por momentos de privação em termos absolutos – a não ser quando do acidente que irrompeu em sua vida – e hoje tem acesso a bens materiais e simbólicos que aumentaram o seu bem estar. Melhoria de vida? Certamente conseguiu manter suas condições de vida, sem avançar significativamente. Pode avançar, com a moradia, o que será fruto de uma intervenção e uma relação com o Estado, sequer sonhada em sua vida. Ansioso pela aposentadoria, que virá em poucos anos, considera-se pobre, mas logrou afastar o fantasma da extrema pobreza.

“Também as condições de vida deles lá, a gente que morava do lado de lá, porque você sabe que a gente que trabalha, nós trabalhamos, todo mês nós temos aquele salário, fazemos nossas compras, e tinha pessoas, sei lá, viviam no Ceasa, pegando as coisas, no Ceasa. É a vida, a vida continua... Dizem que tem pessoas que vivem abaixo da pobreza, nós somos pobres, mas nós não estamos abaixo da pobreza(...). Eu mais a Sonia a gente trabalha, todo mês a gente tem o salário da gente, faz as comprinhas da gente normal, tem nosso cartão de crédito, a gente faz as compras, paga tudo bonitinho, ninguém vem nas nossas portas cobrar nada porque a gente leva tudo certinho, e é assim, a vida continua (...) Mas tinha outras pessoas, que nem eu falei, abaixo da pobreza, pior do que nós, porque ia pro Ceasa, pegar coisa no chão, por exemplo, não desfazendo dessas pessoas. (...) É o tal negócio, muitos desempregados, começa por aí, geralmente se você tá desempregado, de 80 cai pra 50, e aí vai, não tem jeito, se tá desempregado, tem pessoas que faz bico, as vezes semana acha, semana não acha. E a vida continua, não tem jeito. Tem muitas pessoas que vivem pior do que nós.”

Sonia, 41, e Eliana, 14

Nascida em Rio Largo, Alagoas, é a terceira filha de quatro irmãos. Seu pai deixou a mãe, Maria José, quando ainda pequena. Viveu com a mãe e os irmãos até os 16 anos, quando se une ao primeiro companheiro, com quem viveu quase cindo anos, sem ter filhos. Ainda na adolescência, e para ajudar a família, Sonia começou a trabalhar como diarista, em geral trabalhando por indicação de familiares, especialmente sua irmã mais velha, Vera. Em 1990 obteve seu primeiro emprego com carteira assinada, como “serviçal em Serviço Público” – assim consta de sua carteira. O emprego veio de uma promessa de campanha de um candidato à Prefeitura da cidade de Rio Largo. Durante a campanha, o candidato visitou sua casa e segundo Sonia “simpatizou” com sua família. E Sonia faz um pedido: um emprego. Promessa de

campanha cumprida com sua vitória, pois Sonia o cobrou. Além do trabalho, aos 24 anos, solteira, costuma frequentar o salão de forró com amigas, onde conhece Cícero. Vão unir-se, mas o companheiro logo se mostra um homem ciumento e violento, e Sonia busca esconder o fato da família.

Em janeiro de 1995 deixa de ser “serviçal” e muda de área. Após conversar com o então Secretário de Educação, este a anima a completar o 1º Grau para ocupar um posto de professora. Na verdade, em 1995 passa da limpeza para o cuidado de crianças em uma creche, sobretudo crianças especiais. Como cuidadora, trabalha pelo período de 4 horas. Em 1997 é demitida, sem receber seus direitos – anos depois entrará com um processo contra a Prefeitura, mas o advogado contratado a rouba. Chega a realizar um concurso público na Prefeitura de Rio Largo, mas não é chamada. Desempregada, volta aos bicos em casa de família, conseguidos através de familiares ou conhecidos. “Eu trabalhava na creche. Aí depois teve um concurso, a gente fez, eu tava parada né. Mas eu fazia bico, eu num ficava parada. Eu trabalhava em casa de família, o que aparecesse. Eu nunca fui de ficar parada.” Em 1998, com 28 anos, Sonia tem sua primeira e única filha com Cícero, Eliana, em 1998.

De Alagoas para São Paulo: fuga da violência doméstica

Sonia migra para São Paulo em 2000, com cerca de 30 anos, trazendo a filha de 3 anos, para fugir do marido que a espancava recorrentemente. Conta com o apoio moral e material tanto de sua própria família como da mãe do marido, que constata a violência do companheiro nesse final de ano, muitas vezes silenciada por Sonia. Sua irmã que mora em São Paulo, se encontrava em Rio Largo para o Natal e Ano Novo, e a convida para ficar em sua casa no bairro do Jaguaré. Ela vende bens como geladeira e televisão e sua mãe e também a sogra, mãe de Cícero, contribuem com dinheiro para as passagens. Chega a prometer para o pai de Eliana que o buscará em 6 meses, o que nunca fará; considera que saiu de lá “praticamente fugida”.

Ao chegar em São Paulo, fica na casa da irmã Sônia por cerca de 6 meses. A primeira fonte de renda mais estável vem 2 meses depois de sua chegada, quando consegue trabalhar como mensalista por 4 meses, em uma casa de família, no Jaguaré. Uma vizinha da irmã Sônia, manicura, a indica. Trabalha sem registro em carteira,

recebendo uma cesta básica. Mas, então, as irmãs entram em conflito. Desentendem-se e é expulsa da casa da irmã.

Nesse momento foi acolhida pelo pai da própria irmã, Expedito, ex-companheiro de sua mãe, depois que comunicara a esta por telefone o que havia ocorrido. Ele e sua companheira Nalva oferecem então moradia na laje recém-construída. Segundo Sonia, o ex-padrasto gostava mais dela do que da própria filha. Mora ali quase 6 meses, e além da moradia, a mulher do ex-padrasto cuida de sua filha enquanto trabalha. Assim, Sonia pode contar com membros de uma família ampliada, fruto de arranjos que agregam novos indivíduos, e que através de laços afetivos se constituem em relações de apoio vitais no momento de sua chegada.

Pai da minha irmã. Ele gostava mais de mim do que dela, que era filha! (...)Aí ficou sabendo dessa história, eu fui lá na casa dele, ele mandou me chamar, eu fui, a gente conversou, ele tava fazendo a casa dele lá em cima, tinha a laje, já tava praticamente feita, né? Havia quarto, tinha tudo, tinha uma caminha lá de solteiro, tinha um cozinha, ele botou lá uma televisãozinha. Aí ele convidou pra mim morar lá, com a minha filha! Aí a gente foi morar lá e foi quando eu arrumei esse serviço quem tomava conta da minha menina era a mulher dele, a Nava. (...)“E eu devo muito isso para ele. Eu sei que o que ele me fez eu acho que eu não vou pagar nunca.

No período em que trabalhou como doméstica – ao final já morava na casa do ex-padrasto -, Sonia dá sua cesta básica para o casal, retribuindo a ajuda como pode.

Eu ganhava cesta básica, eu dava para Nava, porque eu estava lá, comendo, lógico que eu tinha que ajudar, né? Eu não ia comer de graça! Aí eu recebia a cesta, dava tudo para ela, ajudava ela a comprar cigarro, dava dinheiro para ela comprar cigarro, só isso. Mas eles nunca me exigiram nada, dinheiro, porque você vai me ajudar a comprar tanto, pra comer, não.

Permanece apenas 4 meses na casa de família, pois a dona viaja. Fica desempregada e realiza bicos como diarista, obtidos através de indicação de outras filhas de Expedito, que segundo Sonia conheciam pessoas que queriam indicação de

faxineiras. Ao final de 2000, com uma situação ocupacional bastante instável, Sonia decide sair da casa do ex-padrasto para não abusar do favor. Por outro lado, há meses namora com um rapaz que a ajuda a comprar um pequeno barraquinho na “Linha”. Sonia muda-se para uma vizinhança onde não conhece ninguém.

***Mudança para a “Linha”, trabalho instável
E um novo companheiro, José Rodrigo***

Ao mudar-se para a “Linha” é a primeira vez que Sonia mora em condições tão precárias. Nunca morara em um barraco. Em Alagoas, a casa da avó fora de taipa, mas depois só conheceu casas de alvenaria. Mesmo em São Paulo, a irmã que mora em área invadida e o ex-padrasto moram já em casas de alvenarias. O barraco é comprado com a ajuda do namorado que paga metade de cerca de 400 reais, e têm muitos conhecidos ali.

Então, se ele gostasse mesmo de mim, eu queria que ele me ajudasse a comprar um barraquinho pra mim, nem que fosse um quartinho só, um quartinho só que coubesse uma cama de solteiro e... um fogão. Pra mim, eu tava satisfeita. Aí foi que ele veio prá cá, ele conhece muita gente, disse que encontrou esse barraquinho e perguntou o preço, me perguntou se eu queria, eu falei que queria. (...) O meu barraquinho só tinha um vãozinho, um banheiro bem pequenininho, só cabia mesmo uma cama, um fogão bem prensadinho, quase que não dava nem para se mexer.

Quando chega, não conhece ninguém. A primeira pessoa com quem tem mais contato na “Linha” é Edite, amiga de seu então namorado. Mas logo conta com a solidariedade de vizinhos, especialmente mulheres que têm uma situação próxima à sua. É o caso de Magali, primeira amizade mais forte que faz na “Linha”. Conhecem-se através das filhas pequenas, que começam a brincar em frente aos barracos. Magali trabalha como diarista em casas de família, nunca está desempregada, e passa a pagar 50 reais para que Sonia cuide de sua filha enquanto trabalha; mas também lhe dá alimentos, roupas e, quando decide sair do local, doa a Sonia móveis e objetos de casa.

Muita gente me ajudou. Uma me dava uma coisa, outra me dava outra,entendeu? Aí depois eu fiz amizade com uma menina que foi embora daqui, a Magali, era muito minha amiga, muito,tomei conta da filha dela, que ela trabaiaava. Ela foi embora, me eu lençol, forro de cama, me deu uma estante que até eu tenho ela, ta lá em cima, não desprezo ela por nada! Me deu panela, me deu tanta coisa! Uma cadeirinha que a minha menina tem, rosa, que tá aqui no quartinho dela, que até hoje eu tenho, que eu não desprezo. Não dou para ninguém! Me deu um bocado de coisa, a Magali.

Em seguida começou a fazer amizade com outras mulheres da “Linha”, mulheres que estavam desempregadas, e passaram a sair juntas na busca de trabalho. Trocavam apoio moral e emocional na busca de trabalho, embora para Sonia a importância de acompanhar e ser acompanhada por essas mulheres também se revelasse pelo fato de não conhecer tão bem o Jaguaré ou outros bairros, pois era recém-chegada. Em março de 2001, juntas, preenchem ficha em uma agência na Lapa, sendo empregadas com carteira assinada por uma empresa terceirizada de limpeza, a Hingilimp, todas alocadas no Sesc Pompéia. Trabalha no Sesc Pompéia das 14:00 às 22:00, e deixa a filha trancada no barraco parte do dia e da noite, pois não tem condições de pagar alguém para cuidar da menina, então com 4 anos e meio. Não conseguiu vaga na creche e muitas vezes não tem vizinhas amigas disponíveis para cuidar, pois trabalham. Pedia a algumas vizinhas que simplesmente dessem uma olhada. “Porque a menina ficou quase mais só do que com alguém. Eu não podia pagar. Entendeu? E a maioria do pessoal não fazia favor para ninguém de graça. A maioria do povo só quer dinheiro, né?” Assim, trabalhando um dia no SESC inicia-se um incêndio no barraco e um vizinho derruba a porta para salvar sua filha e debelar o fogo. Nesse dia, Eliana fica aos cuidados de uma vizinha mais chegada, Fia, até Sonia chegar.

O primeiro emprego com carteira, no entanto, só dura 6 meses por conta de problema de saúde adquirido nesse trabalho, em função do uso de uma máquina de vapor no serviço que acaba por afetar seus pulsos, originando uma tendinite crônica. É levada pela encarregada da empresa no SESC ao Hospital Público Sorocabano, onde engessam seu braço. E sai da empresa após fazer um acordo.

Por essa época, no entanto, já havia iniciado um namoro com José Rodrigo, morador da “Linha”. Foi a ex-mulher que o apresentou. Uniram-se ainda em 2001, e

Sonia e a filha mudaram-se para o barraco de José Rodrigo. Com o dinheiro da venda de seu pequeno barraco, levantam um andar. Sonia compra o material, José Rodrigo constrói a parte superior com a ajuda de um vizinho que recebe um “agrado”, cerca de 20 reais como pagamento pelo serviço. Nesse momento conta com a ajuda de duas vizinhas que guardam moveis e aparelhos domésticos.

Quando se une a José Rodrigo, Eliana vai completar 4 anos. Sonia só conseguiu vaga na escola para a filha quando esta completa 6 anos. Até então, sem vaga em creche, dificilmente podia pagar alguém para cuidar da criança, mantinha-a trancada no barraco para poder trabalhar, risco que se materializou com o início de incêndio. Mas quando conseguiu a vaga em escola – nunca em creche – esta era muito distante do local onde moravam. E então sim pagou para uma vizinha para levá-la e trazê-la, em fases em que trabalhava. Após um ano, consegue não só vaga em escola mais próxima, como em seguida, apela uma vaga para uma funcionária de instituição local que mantém as crianças em recreação após o período escolar, justificando-a com sua necessidade de trabalhar e não ter parentes com quem deixa-la. Para Sonia isso representou uma liberação tanto para buscar trabalho como para manter-se em suas ocupações e emprego

Aí a mulher falou que não tinham mais vaga, que eu tinha que ficar aguardando, então, comecei a conversar com ela, falei que trabalhava e que não tinha com quem deixar a LiSonia. Então, ela perguntou a mim se eu não tinha parente aqui e eu disse que não tinha e que eu queria muito conseguir a vaga porque para mim trabalhar seria mais fácil. Aí ela falou: ‘Não sei o que vou fazer com sua filha, mas vou tentar encaixar ela.’ (...)Eles só iam pegar se ela estivesse na escola porque se não tivesse ela não pegavam. Então, peguei a declaração na escola e levei de volta pra ela para confirmar que a menina estava na escola. E aí ela encaixou.

Os anos de 2002 e 2003, e seguintes, aparecem como anos muito difíceis, de desemprego. Sai acompanhada de vizinhas na busca de trabalho e preenchem fichas em agências na Lapa, Osasco, Vila Anastácia. Se recorda de perguntar mesmo para desconhecidos na rua. Realiza alguns bicos em casa de família. A próxima notícia de um emprego com carteira é em 2004: é contratada por uma empresa terceirizada de limpeza e alocada na Bunge. É o segundo emprego com carteira assinada, e conseguiu-o

por meio duma agência, onde deixara currículo. Mas não permanece mais de dois meses, pois, segundo Sonia, a empresa dispensa os trabalhadores depois de o encarregado de sua equipe sofrer um acidente e sai da empresa; o novo encarregado traz sua própria equipe. Segue-se o desemprego crônico, o que a leva à única alternativa que encontra então: catar papelão e ferro.

Catadora de papelão e ferro

A principal ocupação de Sonia entre 2004 e 2006 será a de catar papelão, pois mesmo trabalho em casa de família estava difícil de encontrar, por falta de indicação. Torna-se catadora de papelão pela dificuldade crônica nesse momento de encontrar trabalho, mas também porque a atividade traz retorno financeiro, pode realizá-la autonomamente, definindo seu horário de trabalho. Embora no início encontre resistência do companheiro, que acha a atividade humilhante, Sonia não quer depender inteiramente de José Rodrigo, e deseja ter dinheiro para comprar coisas para si e para a filha.

Eu comecei assim, via as pessoas catando, via as meninas falando que dava dinheiro, resolvi fazer uma experiência e comecei a catar no saco, trazia nas costas e comecei a vender. Então, gostei e fiquei, trabalhei quase 2 anos com reciclagem, depois fiz carrinho, que puxei por 2 anos. (...) Tinha dia que eu fazia R\$ 60,00 ou R\$ 50,00 por dia. A gente nunca sabe quanto dá porque tem vez que a gente vende e dá R\$ 30,00; R\$ 35,00; R\$ 40,00; R\$ 60,00... Entendeu? (...) Negócio de ferro, alumínio e essas coisas, então, a gente juntava tudo e vendia”.

Reserva segundas, quartas e sextas para catar. Não cata na rua a esmo, e acaba conseguindo alguns “pontos”. Uma padaria onde faz amizade com uma funcionária, Ciça, que passa a guardar papelão para Sonia. Mas também algumas firmas locais, cujos funcionários – vigilantes, porteiros - permitem que recolha material. Nesses contatos, parece desenvolver-se uma solidariedade derivada da compaixão. Segundo Sonia, chega a ouvir de algumas dessas pessoas que é uma mulher muito corajosa por trabalhar como catadora.

Mas catar papelão e ferro vai também se tornando algo competitivo, muitas pessoas na vizinhança começam a fazê-lo, e os carrinhos enfileiram-se na avenida Dracena, ao lado da “Linha”. Em agosto de 2006 é contratada como empregada doméstica, seu terceiro emprego com carteira, recebendo R\$ 350,00. Neste caso, a frequência esporádica a uma comunidade evangélica localizada ao lado da “Linha” joga um papel estratégico. Mesmo sendo e mantendo-se católica, Sonia participa de uma “campanha pelo emprego” onde o pastor da igreja abençoa as carteiras e garante que encontrará trabalho. Durante a participação na campanha trava contato com Vilma, vizinha, membro da comunidade evangélica local, quem a indica para um trabalho de doméstica.

Eu fui com a Tereza e estava tendo a campanha de negócio de emprego, aí eles mandavam a gente levar a carteira, então, a gente levou. Então, o pastor começou a orar e tinha um monte de carteiras, primeiro ele pegou a de Tereza e depois a minha, então, ele falou que a gente ia conseguir e arrumar emprego. Nessa época eu estava parada e foi quando a Vilma, que trabalhava em casa de família, e conheceu essa mulher no salão de cabeleireira, era amiga dela, e a mulher perguntou se ela sabia de alguém que queria trabalhar e ela se lembrou de mim. Então, ela me chamou e perguntou se eu não queria trabalhar e como falei que queria ela marcou comigo para me levar na casa da mulher e eu fui mais ela, no outro dia comecei a trabalhar.

Trabalha em uma casa de classe média no próprio bairro, próximo de onde mora. Mas o trabalho doméstico é vivido como exploração e humilhação, sobretudo quando volta a sofrer com sua tendinite, e a empregadora não aceita que falte ao trabalho. Entra em conflito com a dona da casa, e após oito meses deixa o trabalho.

Quando ocorre o acidente com José Rodrigo, em maio de 2007, está desempregada, e tem que voltar a catar papelão e ferro. É um período de crise, e apesar da ajuda de alguns familiares de José Rodrigo, e de um companheiro do trabalho deste, é sobre Sonia que recai a responsabilidade maior de garantir o orçamento doméstico para o mais básico. Além de catar papelão, busca cestas básicas em igrejas e chega mesmo a catar alimentos no Ceasa.

A crise instaurada com o acidente de José Rodrigo ainda não foi superada, pois ele ainda não voltou para a Givaudan, quando Sonia tem que deixar de catar papelão e ferro, pois sua tendinite volta a atacar. Em seguida tem uma pneumonia, e fica doente

durante um mês. As condições de habitabilidade contribuem para o quadro, pois é sensível à “friagem”. Ainda que José Rodrigo a ajude a custear parte dos remédios, Sonia recorre à sua mãe em Alagoas, que lhe manda 60 reais. Não recorre à irmã, com quem mantém uma situação de distanciamento. O episódio mostra que vínculos fortes de parentesco permanecem em seu caso, mesmo à distância, pois o contato com mãe e irmãos sempre se manteve. Por outro lado, não pode contar com a irmã que também vive no Jaguaré, e com quem mantém distanciamento há alguns anos. Ainda que a união com José Rodrigo a tenha de certa forma integrado a uma família extensa, não conta com esta, e evita solicitar qualquer tipo de ajuda. Assim, mesmo na doença, é no âmbito do domicílio e dos laços mais fortes de parentesco onde circula o apoio material nesse momento, pois neste caso os custos também são altos.

Ainda que o trabalho estável de José Rodrigo assegure a sobrevivência do grupo doméstico, sobrevivência abalada isto sim em situações de crise como acidentes e doenças que consomem os recursos disponíveis, as épocas em que Sonia não pode contribuir como provedora representam épocas de maior restrição de recursos. Com uma única cesta básica, e considerando eventuais gastos com compras a crédito – roupas, bens duráveis para a casa – pode-se alguma vez chegar ao final do mês sem recursos para o que é considerado básico: alimentação. No caso de Sonia, em termos das ajudas cotidianas, recorre-se mais a vínculos fortes de amizade na vizinhança. No passado o apoio e as trocas davam principalmente com amiga Magali, que depois mudou-se. No presente, com a vizinha e amiga Alaíde. Por outro lado, evita-se pedir aos membros da família extensa de José Rodrigo.

É, eu sempre precisei, preciso né, a gente sempre precisa de algo. Quando eu quero assim as ‘coisa’, minha pessoa que eu peço mesmo aqui só é Alaíde. ... E também a única pessoa que ela precisa quando ela pede é a mim. Ela me socorre e eu socorro ela.” (...) É... assim... tem vezes que ela me pede feijão cozinhado,... tem dia que ela vai trabalhar, quando chega num tem, eu dou. Eu peço pra ela assim, ela me dá mistura, que nem muitas vezes ela já me deu. Também eu dou pra ela quando ela num tem, que eu tenho. Eu dou. (...) Nem os parente de Zé Roberto, nem parente de Zé Roberto, as filha dele, eu num vou lá pedir açúcar, nunca fui pedir nada! Num sei, a minha amizade com Alaíde, eu num sei como é. (...) Agora eu tenho uma coisa, se ela tiver, ela num me nega, também se eu tiver também, eu num nego pra ela.

Nem se é carne... é qualquer coisa. Se for possível, até eu divido! (...) É a pessoa que eu conto mermo aqui, pra mim mesmo pedir as coisas aqui assim... nem as 'fia' dele, eu num sou de pedir. Nunca fui na casa delas pedir nada! Nunca.

Tão logo se recupera, Sonia volta a buscar trabalho. Em março de 2008 volta às faxinas. Como diarista, trabalha dois dias por semana em um apartamento no Jaguaré, por indicação de uma vizinha, Tereza, também considerada uma “grande amiga”. Três semanas depois consegue mais três dias em outro apartamento, desta vez por intermédio de Joana, que não mora na “Linha”, mas passa ali para vender produtos da Avon.

Mas no início de maio, um funcionário de uma empresa de limpeza terceirizada, a Antares, passa na “Linha” recolhendo currículos. Após dois meses do recrutamento de mulheres na “Linha”, Sonia é selecionada. Sonia tem 41 anos, o fundamental completo, a filha permanece na escola de manhã e à tarde na recreação. No Jaguaré, e especialmente na “Linha”, o agenciamento de trabalhos para funções de baixa qualificação, em situações mais ou menos precárias, é algo comum, conforme aparece nos relatos de Sonia e José Rodrigo. É seu quarto emprego com carteira, e passa a receber cesta básica, tíquete alimentação e vale transporte, tudo pago em dinheiro, o que totaliza cerca de 700 reais - próximo do que recebe José Rodrigo, entre 700 e 800 reais. Após o primeiro mês, busca seu PIS, um salário mínimo. É um período em que o consumo aumenta, e Sonia compra coisas para si e para a filha, que adolescente, demanda roupa, celular, já tem sua televisão particular, etc. São os momentos em que vão ao Centro fazer compras, e a família também sai mais frequentemente para comer fora.

Mas como costuma ocorrer com algumas empresas terceirizadas, por volta de novembro, a equipe é desfeita, e Sonia sai. Já no final do ano, consegue um trabalho em lanchonete que serve refeições para trabalhadores da construção civil que atuam nas obras de urbanização, ao lado da “Linha”. Desta vez, através de uma vizinha. Mas quatro meses depois sai, pois volta a ter pneumonia; além disso, os pagamentos começavam a atrasar. Após um mês, volta a trabalhar em empresa terceirizada de limpeza, próxima ao local onde mora, selecionada por seu currículo.

Após o incêndio, Sonia é comunicada pelas assistentes sociais da Diagonal que deve procurar uma casa para alugar. Logo que a encontra, recebe 5 mil reais que deposita em sua conta pessoal na Caixa Econômica. Não está satisfeita com o local, que

não tem divisórias internas, e não garante a privacidade para conviver com o companheiro e a filha. No momento de nosso último contato, está animada para buscar outra casa. Quer esquecer a “Linha”.

Capítulo 5

Melhoria de vida - I

Neste capítulo é retratado um dos dois casos em que o papel das mulheres se revelou preponderante nas práticas de sobrevivência e melhoria de vida em grupos domésticos que se não lograram superar a vulnerabilidade à pobreza, alcançaram ao menos uma situação mais amena, e onde a moradia, mesmo na favela, constituiu-se em projeto realizado.

Neste grupo doméstico, Joana, ocupa a posição de chefia, e seu percurso pode ser sintetizado pela transição que realizou entre o rural e o urbano, a libertação de dinâmicas patriarcais, uma trajetória ocupacional marcada por trabalhos fabris na fase áurea da indústria na zona Oeste, e a convivência com companheiros que representaram importantes apoios materiais, inclusive na construção da “casa-própria” na favela.

A educação universitária da filha também se converteu em instrumento de melhoria de vida.

Joana, 57, e Audrei, 28

Joana nasceu em Senador Pompeu, interior do Ceará, em 1951. Segunda filha de seis irmãos, duas mulheres e dois homens, sua mãe abandonou a família quando tinha seis anos para fugir com outro homem. O pai, trabalhador rural, encontrava-se praticamente sozinho para cuidar dos filhos, contando com ajuda de alguns parentes – outros, já haviam migrado para outras regiões. “Lá no Nordeste a gente passava necessidade, ele sozinho, ia trabalhar longe e deixava a gente abandonado”. Ainda criança, ajudava a cuidar dos irmãos menores. Em 1958, o pai decide migrar para Mirante de Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, para onde já haviam migrado muitos familiares, irmãos e primos, para trabalhar no campo, mas também em busca do acesso a propriedade de terras. Uma irmã, que vivia em terras de primos fazendeiros, estava designada para cuidar de Joana e dos irmãos pequenos. Foram 23 dias de pau de

arara. “Todos pobres lá no Norte, passando precisão, sabendo que os parentes tinham terra, tinham tudo, vieram trabalhar nas terras, arrendar”.

Vida itinerante e dinâmicas patriarcais

No processo de mudança, familiares e conterrâneos representam tanto na chegada como nos anos seguintes, uma rede articulada sempre mobilizada na busca de trabalho e moradia – no interior do sistema de arrendamento de terras –, e onde a ajuda mútua é constante. O pai de Joana torna-se colono e arrenda terra na fazenda de um primo, onde permanecem cerca de um ano. Em seguida, arrenda terras de um conterrâneo. Joana trabalha na roça desde os 8 anos, e em Mirante consegue estudar até a 6ª série do primeiro grau, sem completá-lo, pois tem que ajudar o pai e cuidar dos irmãos. Após 10 anos em Mirante de Paranapanema, parte da rede de familiares e conterrâneos decide mudar-se para a cidade de Santo Antonio do Caiuá, no Paraná, onde as terras são mais novas e produtivas. O pai de Joana continua como colono durante um tempo, mas adquire uma casa na cidade, tornando-se livre para arrendar terras em qualquer fazenda ou trabalhar como diarista. Joana continua trabalhando na roça e sua memória do trabalho no campo se afigura como algo bastante árduo, especialmente frente à experiência que terá de São Paulo.

Odiava trabalhar na roça, aquele sol quente, usava um chapeuzão desse tamanho na cabeça. Eu era bem vaidosa. Levantava 4 horas da manhã para fazer o almoço, não tinha panela de pressão, só fogão à lenha. Acordava cedinho, o mais tardar, para estar na roça com o almoço, era 8 e meia. Fazia café, eles iam na frente, 6 horas, 6 pouco, quando era 8 e meia tinha que estar na roça, mesmo que fosse longe, às vezes tinha que andar dois quilômetros. Meu pai arrendava terra de pessoas bem longe, porque perto não tinha.

Em 1970, pouco tempo depois de chegar ao Paraná, conhece um rapaz, lavrador, com quem se casa seis meses depois. Chega a trabalhar grávida na roça. Quando em 1971 nasce o filho mais velho, Adilson, deixa de vez a roça, pois o marido torna-se peão, passando a trabalhar só com gado em diversas fazendas entre Mirante do Paranapanema e Santo Antonio do Caiuá, parte dos trabalhos obtidos por rede de

familiares. “A gente vivia que nem cigano”. Na vida simples nas fazendas, não passavam fome ou necessidade, mas os irmãos do marido começam a migrar para São Paulo, e Joana sente-se fortemente motivada para ir para a capital paulista. “Ai ele não queria vir, não queria, ai eu fiquei toda! Ah! Morar em São Paulo, nossa eu fiquei doida, ai insisti até que ele resolveu vir, ai chegou lá e arrumou emprego”. Chegam à São Paulo pela primeira vez em 1975. Os irmãos do marido moravam então na Pça. Onze, em barracos construídos em um grande terreno que conformava um pátio, onde após poucos meses em barraco de parentes foi construído o barraco de Joana.

Os relatos sobre a chegada à favela e as condições desta comparadas às de moradia nas casas em fazendas aparecem como sofríveis à época, assim como a comparação do lugar social que passava a ocupar como moradora de favela.

Chegamos ali na Onze, não tinha água encanada, menina que sofrimento, era um morro tão alto para a gente subir, uma lameira, eu não tinha costume de andar assim, você precisa ver o sufoco para subir naquele barro liso (2008”) (...) “As casas aqui são de madeirite, no Paraná são de tábuas. Os barracos daqui são quentes, pequenos, abafados, lá são arejados, eram mais bonitos, até os fazendeiros moram na casa de madeira, até o prefeito. Lá a casa é de madeira, mas não chamava barraco, aqui qualquer casa de madeira é barraco. Lá não se sabe bem o que é favela, aqui faz diferença por morar na favela (2000).

A moradia é precária, mas nessa fase opera a assistência entre as famílias que partilham um espaço comum, como a construção de um poço e de escadas de cimento, ou mesmo a ajuda na construção do barraco de Joana e do marido, que são os últimos a chegarem. Por outro lado, o Jaguaré é lembrando nessa fase como local onde havia muitas indústrias, com constante disponibilidade de vagas. Morar na favela Vila Nova Jaguaré era praticamente morar ao lado do trabalho, e se a informação de oportunidades circulava entre familiares, vizinhos, conhecidos, era antes pela sua abundância em um mesmo espaço de circulação. “Naquela época tinha muito emprego, principalmente pra gente da favela, porque tinha muita indústria. Quando acabei de tirar o documento já tinha emprego. Precisava de bastante gente e foi bastante parente (...) Todo mundo no mesmo lugar, eles tinham entrado naquela mesma época. É, assim, antigamente, quando

uma firma abria vaga, eram sempre muitas vagas, ai os outros avisavam ‘fulano, ali tem uma firma que ta pegando bastante gente’, ai a gente ia lá”.

Joana conhece seu primeiro emprego com carteira assinada na Comerit, uma metalúrgica, enquanto o marido entra na Anderson Clayton, indústria alimentícia. É demitida por justa causa quase um ano depois, por faltar ao trabalho – vai votar no Paraná, com passagem paga pela Prefeitura -, mas quando chega, uma semana depois consegue o segundo emprego, na Supergel, empresa que fornece alimentação para presídios. Consegue-o por intermédio de uma cunhada que trabalha ali. O filho fica aos cuidados da sogra de um cunhado, que é vizinha. Entra grávida na Supergel e o segundo filho, Anderson, nasce em 1977. Mas, mesmo já bem estabelecidos, o marido decide voltar para o Paraná abruptamente. “Mas só para ver como o pai dos meus filhos era louco da cabeça, não tinha juízo, todo mundo trabalhando, eu trabalhando, a gente já tinha comprado as coisinhas para casa e tudo, televisão, guarda-roupa, cama, ai ele dá na doida, quando eu ganhei o Anderson, com dois meses, ‘vamos embora’ de novo para o Paraná.”

A volta inaugura um tempo de sofrimento para Joana. Embora o marido consiga comprar uma casa em Santo Antonio do Cauá, decide aluga-la e viver em uma fazenda. Joana preocupa-se com o filho maior, que tem que andar à pé cerca de oito quilômetros para ir e voltar da escola. Nos três anos que permanece ali, cai em depressão, inclusive pela sensação de isolamento. A situação melhora quando exige do marido a casa para morar na cidade e o filho fica mais próximo da escola. Então, o filho menor, Anderson, apresenta um problema grave de saúde, e como a cidade não tem recursos para o tratamento, a opção é ir para Curitiba ou São Paulo. Joana quer voltar para São Paulo.

É 1979 e apenas um irmão do marido ainda vive na Pça Onze. Começa o processo de dispersão do coletivo familiar que habitava a favela, pois o irmão mais velho já voltara para Mirante de Paranapanema em busca de terras. Joana é acolhida durante um mês na casa do cunhado. Num momento em que os serviços de saúde não são universais, o tratamento do filho exige que ela busque rapidamente um trabalho para ter direito ao INPS, e permanece dois meses em uma empresa terceirizada de limpeza, a São José – ficou a par porque várias mulheres na favela estavam sendo contratadas para trabalhar meio período nessa empresa. Em função da cirurgia do filho e do tratamento subsequente, o marido vende o que a família tem e vem para ao Paulo. E é comprado um novo barraco.

Era bem pequenininho, dois cômodos só. A gente chegou com pressa, pra não ficar na casa dos outros, a gente já tinha duas crianças. Eu fiquei na casa do meu cunhado quase um mês até ele chegar. Ai ele ficou, em um dia acharam esse barraquinho, compraram. Ai nós compramos umas besteirinhas, coisas usadas, pusemos lá dentro.

O marido de Joana logo consegue emprego em uma fábrica de computadores local, a *Scopus*, onde lixa gabinetes, onde permanece por 5 anos. Após a recuperação do filho é admitida como copeira na MoRosa, onde permanece 1 ano e 8 meses, seu quarto emprego com carteira assinada obtido através de uma vizinha, ex-companheira de trabalho na Comerit. que lhe avisa da vaga pois trabalha ali. Em 1981 nasce a filha Audrei e ao retornar da licença maternidade paga uma vizinha para cuidar da filha. Mas acaba tendo que pedir demissão para cuidar de Audrei, que sofre problemas respiratórios de saúde por alergia. Então já haviam adquirido um barraco maior. “*Com três cômodos, grande, tinha um quintalzinho para as crianças brincar, que o outro não tinha. Era bem melhor*”.

Em abril de 1984 vai trabalhar na CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia –, onde uma vizinha trabalha na faxina. Mas tem que pedir demissão novamente pela decisão do marido de voltar para o Paraná. Sem saber, ele já havia vendido o barraco para uma vizinha e em março de 1985 Joana acompanha o marido à revelia. Em 1988 decide separar-se e voltar para São Paulo trazendo a filha Audrei, então com sete anos. Separada, inaugura uma nova fase de sua vida, livre da autoridade do marido.

Em seu relato em 2000, vivendo há alguns anos com outro companheiro, sua percepção do casamento com os pais de seus filhos é a de um padrão patriarcal, sustentado pelo medo, sem ganhos pessoais duradouros ou qualquer suporte. A separação e a vinda para São Paulo aparecem como superação desse padrão e ganho de autonomia.

Vivo com essa pessoa porque eu comando, mas se fosse viver com uma pessoa que me comandasse eu não queria viver junto. Há um certo tempo eu podia ser comandada, tinha medo do meu ex-marido, desse não, faço o que quero, depois que separei nunca vou viver com uma pessoa que me comande, aquele traste não me deu nada, não me deixou nada.

Enraizar-se em São Paulo: trabalho, liberdade e conjugalidade

Em março de 1988, Joana, separada, chega com a filha de 7 anos, Audrei, à São Paulo. Chega num dia e no dia seguinte já consegue trabalho em uma loja de roupas, como fiscal, através de uma agência na Lapa. Mora durante uma semana na casa da irmã, no município de Osasco, próximo do Jaguaré, mas após conflito com esta, consegue abrigo na casa de uma ex-vizinha na favela. Nesse momento, a família do ex-marido, irmãos e cunhadas, já não moravam no local, no entanto, Joana ainda encontrou muitas amigas e conhecidos na área da Pça. Onze, sendo ainda comum nessa época vizinhos tornarem-se companheiros de trabalho nas fábricas e empresas da região do Jaguaré e de Osasco. Da loja de roupas, não se passa um mês, consegue emprego em uma fábrica de shampoo, a Persoap, onde ganha o dobro, e onde *“tinha um monte de gente conhecida trabalhando lá”*.

Nesse período está à busca de um barraco para alugar e acaba conhecendo o irmão de uma vizinha, que a convida para morar no barraco de que dispõe para aluguel, em troca de comida e roupa passada. Joana acaba iniciando uma curta fase conjugal e quando se separam poucos meses depois, esse companheiro a ajuda a comprar um barraco – onde futuramente construirá sua casa de alvenaria e um pequeno comércio na porta de casa. O barraco, “4 x 5” é muito precário e se encontra à margem da linha do trem. O reinício em São Paulo não é uma fase fácil. Se a Persoap paga o dobro do emprego anterior, após seis meses a empresa entra em falência. Em novo endereço na favela, Joana é *“novata”* ali. Mas consegue logo um novo trabalho em uma fábrica de rádios – a Diocon –, através da amiga de uma vizinha.

Ela que arrumou, ela morava aqui, e eu era novata aqui, tinha chegado há pouco tempo e ela vinha direto na minha vizinha, falou que tava pegando lá e consegui. Ela tava trabalhando lá. Eu nem conhecia ela direito, porque no tempo que eu tinha mudado para cá fazia semanas, né, aí eu fui trabalhar lá porque ela indicou”.

Sozinha com a filha – os dois outros filhos moram por curto período em seu barraco -, é uma fase em que passam “apertado”. O barraco exige melhorias e Joana compra bens de consumo durável, à prestação. Após meses na Diocon é demitida por justa causa ao bater o cartão de trabalho para uma amiga. É quando em meados de 1989 encontra o trabalho que será a melhor fonte de renda de sua vida, o ponto mais alto em sua trajetória ocupacional e de sua identidade como trabalhadora – fabril: a Cirumédica, fábrica de artigos médico-hospitalares. Nos diversos relatos em diferentes momentos, o Jaguaré ainda aparece nesse período como um lugar de trabalho fabril abundante e acessível a pessoas de baixa escolaridade como ela, obtidos por vezes sem mediações.

Ai eu vim, num temporal, me molhei toda, peguei ônibus, desci perto da Palmolive, na Av. Jaguaré, ai vinha vindo a pé, ai quando cheguei na Cirumédica, ali perto do Moinho Água Branca, olhei a portaria e vi um monte de gente. (...) E eu pedi para pegar a minha carteira, que eu precisava muito, ai vi que ele colocou no meio das outras.(...) Eu tinha falado que era pra faxina, porque a firma era multinacional, eu achei que não tinha como trabalhar na produção. Ai a hora que eu preenchi a ficha eu falei com a moça lá, ‘oh, moça, eu falei pro guarda lá que era pra faxina, mas se tiver pra produção eu preferia produção’. Nunca trabalhei na faxina... Daí na mesma hora eu fui aprovada, eles falaram pra eu fazer o teste três dias, eu fui boa nos testes e fui contratada” (2009).

O salário na Cirumédica permanece na memória como fonte de auto-estima, reconhecimento, retorno material e independência, e mostra Joana como uma trabalhadora competitiva.

Isso deve ser um grande defeito meu porque eu não queria ser a última ou a penúltima, mas sim a primeira, sempre fui assim, tanto que quando trabalhei na Cirumédica eu trabalhava com fio cirúrgico e eu era a primeira em tudo, tanto que devido eu querer ser a melhor em tudo eu era invejada (...) Tanto que a máquina que eu trabalhava era a 7 e tinha um quadro na parede que tinha vários tipos, excelente, bom e eu só tirava excelente. Todos os dias os encarregados marcavam o que foi

feito em cada máquina e eu só queria trabalhar na minha (...). Mas a Cirumédica foi a melhor porque é multinacional, o salário era ótimo, vamos supor, a Audrei trabalha em escritório e ganha novecentos e pouco, mas eu não tinha estudo, não tenho nem o segundo grau, tenho o primeiro grau incompleto, mas aprendi o serviço rapidinho, então, vamos supor que no meu serviço tivesse isso eu ganhava disso pra mais. Era uma empresa que pagava muito bem, tinha cesta básica, eram duas cestas, uma de produtos de limpeza e higiene e outra de mantimentos”.

“Quando comecei a trabalhar na Cirumédica comecei a comprar umas coisinhas, comecei a arrumar aqui e passei muito apertado também.” Nessa fase, uma vizinha lhe empresta dinheiro para comprar leite para a filha, e um vizinho que tem um bar vende-lhe pão fiado, o que retribui imediatamente ao recebimento do salário. A esse mesmo vizinho pede para olhar a filha e não deixa-la sair de casa e ficar na rua, depois que volta da escola. Após um ano na Cirumédica, realiza melhorias no barraco, e abre um barzinho na frente deste. Como trabalha ora no turno da manhã (das 6:00 às 14:00) ora no turno da tarde (das 14:00 às 22:00), o barzinho se torna uma segunda fonte de renda.

Joana considera os quatro anos seguintes uma das melhores fases da vida, fase de grande independência. “Na época que vivia sozinha eu andava muito, passeava, naquela época eu saía todo sábado, fazia pé e mão, escova no cabelo, sapato novo, roupa nova e a gente não tinha precisão, e também tinha prestação, porque comprava coisas por prestação”.

Como muitas firmas do Jaguaré, por volta de 1994 a empresa muda-se de São Paulo, começa a demitir antes e Joana sai da empresa ainda em 1993. Sustenta a família – ela, a filha Audrei, e Anderson, que nessa fase mora com ela -, com o que ganha no bar, além dos recursos provenientes das indenizações pela demissão da Cirumédica. Em 2000, quando as taxas de desemprego são altas a percepção das mudanças no Jaguaré aparecem de forma sensível contundente.

Daí começou, as empresas iam fechando, fechando e indo embora... como era fácil achar emprego aqui antes! Até 12 anos o Jaguaré era dos melhores lugares para procurar emprego, tinha tanta indústria, tanta firma, mas daí 80% das indústrias mudaram daqui, foram para Minas, Bahia, interior, aqui tá difícil emprego agora. Eu trabalhava sempre por aqui, todas as firmas acabaram, só fica a Comerit”.

Até 1995 o único emprego relatado são dois meses como copeira, em uma empresa terceirizada, Concha de Prata, que presta serviço na construção de um shopping na região. Mas cerca de três meses depois pede demissão porque é assaltada no caminho para o trabalho, que considera perigoso. Ainda nesse ano, nova busca de trabalho, desta vez em agência de emprego, na Lapa. Torna-se copeira, diretamente empregada em uma firma de representação de equipamentos suíços, a Tecnosuissa. No relato de 2000, sua percepção é claramente a de um descenso, de cargo e salário. Ganha mais de um salário, muito menos que na Cirumédica, mas trabalha três vezes por semana, quase meio período, e assim pode trabalhar no bar. Em 2008 e 2009, a experiência na Tecnosuissa já ganha outra conotação, pois os trabalhos que seguiram foram mais precários – o que inclui a crescente dificuldade de obter emprego em virtude da idade e situação de saúde.

A Tecnosuissa é o segundo trabalho onde relata ter se sentido discriminada por morar em favela.

Eles tinham medo de mim, não medo assim de mim, eles tinham desconfiança, achavam assim, né, eu percebia, porque quando eu saia, eles ficavam sempre olhando pra mim, dia de pagamento, se chegasse, se apertasse a campainha, porque lá era tudo fechado, nossa senhora! Se eu fosse abrir a porta, já podia olhar na pra escada, porque tinha alguém de olho na porta.

Nesse período, conhece Raimundo Nonato, que será companheiro por cerca de 8 anos, parceiro vital nas melhorias que realizará em sua casa – transformando o barraco em casa de alvenaria -, e também na manutenção do bem estar da família.

Conjugalidade e investimento na casa-própria

A importância de um parceiro como partícipe de estratégias de melhoria relativa de suas condições de vida aparece intensamente em sua união com Raimundo Nonato, em finais de 1995. Conhece-o porque ele e o irmão trabalham nas obras do Cingapura em frente a seu barraco, e fazem compras e bebem no bar de Joana. No início da ela vive com os filhos Audrei e Anderson; este, mais velho, mesmo quando consegue trabalho não contribui frequentemente para o orçamento da família. Com o apoio de Nonato as compras do mês passam a ser mais abundantes e sempre se compra algo para

casa, à prestação. O carnê sempre nome de Joana, as prestações são em geral pagas com dinheiro do companheiro. *“As coisas que eu tenho em casa daquela época, era quase tudo ele quem comprava, mas como ele não tinha nome, nós íamos na loja tirar e as prestações era ele quem pagava. Dormitório, que eu não tinha, esse armário de cozinha foi ele quem pagou, é daqueles sob medida, a pia velha que tem aí ... A mesa já tinha comprado assim que conheci ele. A TV ele comprou duas, uma para mim e outra para a Audrei.”*

Entre 1997 e 1999 Joana consegue finalmente transformar seu barraco em uma casa em alvenaria, inclusive com um piso superior, para que todos se acomodem melhor. O companheiro, pedreiro e carpinteiro, entra com a mão de obra e contrata ajudantes. Joana paga o material, calculando os gastos totais com a construção e as reformas em cerca de 6 mil reais na época.

Eu comprava o material e ele pagava a mão de obra porque quando ele veio morar comigo ainda não era construído, comecei a construir quando ele veio morar comigo, construímos tudinho, mas demorou porque primeiro ele levantou e o acabamento foi bem depois. Depois nós fizemos em cima e depois que fizemos o acabamento em baixo. Nessa época a Audrei trabalhava, então, ela deu o piso e o azulejo da cozinha e eu comprei as outras coisas. Mas a mão de obra era ele quem pagava”. Os dois empregados, contava-se com economias e recursos vindos do salário e de direitos como 13º.

As benfeitorias na moradia tinham como uma das razões a melhoria das condições de habitabilidade e salubridade. *“Os ratos entravam, comiam em casa, comiam madeira”*. O medo da leptospirose era um fato concreto que vitimara pessoas conhecidas na favela. Por outro lado, havia a questão da segurança em função dos tiroteios na favela, fato destacado em seus relatos em 2000. Mas também era uma decisão que comportava alguns riscos, especialmente o medo de que aquela área fosse removida em função da construção de uma avenida, e com indenizações abaixo dos recursos investidos – ao menos eram os boatos que ouvia então.

A gente sempre tinha essa dúvida, porque sempre falam, mas a gente tem aquela esperança, acha que não vai sair, aí um faz, aí um vê o outro fazendo, ‘a gente não vai sair não’, fulano tá construindo, vamos

construir, todo mundo quase construiu aqui, você pode ver que aqui onde a gente mora do lado tem pouco barracos, quase todo mundo construiu e a maioria alvenaria, gasta mais ainda, mas por segurança, vai que tem dia que tem um tiroteio aí, no barraco já sabe como que é, é o mesmo do que estar no meio da rua, então construído é mais difícil de atingir alguém, então a maioria das pessoas também fizeram não é só por isso, mas por causa disso também, eu mesma fui.(2000)

Contando com os recursos de Nonato, Joana ainda chegou a economizar os ganhos de seu salário para comprar um terreno no município de Rosana, divisa do Mato Grosso do Sul com o Paraná, onde moravam dois irmãos e o pai. Em finais dos anos 90, acalentava a idéia de poder mudar-se para lá em algum momento. Mas fez isso às escondidas, e quando Nonato descobriu exigiu o dinheiro que lhe cabia. Joana pagou, mas manteve o pequeno capital físico em Rosana.

A inserção dos dois cônjuges no mercado de trabalho, aliado aos pequenos ganhos na bar, também possibilitou a Joana investir na educação da filha, primeiro em curso de datilografia, depois computação e quase um ano de inglês; por fim, pagaria seu curso de auxiliar de enfermagem durante o ano de 2002. Até o início de 2000 Joana trabalhou na Tecnosuissa. Então decidiu realizar um acordo para sair da empresa e receber seus direitos, pois o pai viera de Rosana doente para ficar aos seus cuidados, falecendo logo em seguida. Joana não volta a procurar trabalho e a trajetória ocupacional dos filhos mantém-se incipiente e instável. Contava-se basicamente com os recursos do companheiro e do bar. Mas em 2002, o companheiro a trai e é expulso de casa. Tem início um período de crise.

Crise e Transições

No início de 2000, ao deixar o trabalho para cuidar do pai, e após a morte deste, Joana afirmava que deixar definitivamente de trabalhar dependeria da filha conseguir um emprego, o que via como difícil, ao considerar que a filha não tinha “garra” para passar o dia todo procurando trabalho. A conjuntura então também não era tão favorável. Se Audrei não conseguisse trabalho, estava disposta a trabalhar mesmo como gari, pois ouvira que o salário era bom – mais de um salário mínimo, vale alimentação e

vale transporte. Ouviu do filho mais velho Adilson, que evitava ir a sua casa por vergonha da favela, que aquilo não era trabalho para sua mãe.

O que, minha mãe varrendo rua?, disse meu filho. Mas eu acho que qualquer serviço não faz vergonha, qualquer trabalho é digno. Os trabalhos todos são iguais, é para sobrevivência, se a gente não tem chance de ser advogado, médico, eu faço o que eu sei fazer. Falta duas parcelas do meu seguro desemprego, se Audrei não arrumar emprego eu vou ter que procurar.” (2000)

Entre 2000 e 2002 o orçamento familiar dependia basicamente do salário do companheiro e dos ganhos de Joana no barzinho. Os filhos raramente aportavam recursos, pois Audrei mantém-se desempregada durante quase todo o período, apenas estudando. O filho Anderson também sai de casa para formar seu próprio grupo doméstico, ao unir-se e ter um filho. Nesse período, a linha do trem é desativada, e Joana e o companheiro contratam os serviços de um pedreiro para construir um “puxadinho” na casa, mais um cômodo com banheiro, e que venderá em 2002, para garantir o pagamento do curso de auxiliar de enfermagem da filha. Também é construído um muro para o isolamento da área da linha que se adensa muito após sua desativação

No final de 2002, faltando um mês para concluir o estágio do curso de auxiliar de enfermagem, Audrei tem uma filha, cujo pai é amigo de infância e mora na favela. Alguns meses depois, em março de 2003, Joana descobre que o companheiro a trai, e o expulsa de casa. A saída do companheiro desestabiliza completamente as estratégias familiares que organizavam o domicílio até então, e sozinhas, Joana e Audrei enfrentam dificuldades para sobreviver, inclusive fome. O quadro é agravado pelas necessidades da filha de Audrei, que precisa da compra de leite especial, e os poucos recursos provenientes do bar são dedicados em primeiro lugar a isso. Mas os recursos do bar também escasseiam, pela impossibilidade de reposição da mercadoria.

A barra pesou, tinha dia que tinha um ovo, acabou as mercadorias do bar, tive que vender um terreno que tinha no interior, pela metade do preço, porque não tinha mais nada aqui no bar, não tinha o que comer, não tinha nada e ainda com criança pequena. Teve dia de ter um ovo e com aquele vo fiz um caldo de farinha, sabe aqueles caldos que faz tipo

uma sopa? Só tinha dinheiro para comprar leite para a menina, que não podia tomar qualquer leite, teve época que ela tomou leite de 18 reais a lata. (...) Audrei ficou quase 6 meses desempregada. Eu ia no Ceasa com o carrinho de feira buscar frutas, aquelas coisas que ficam lá, né? Mas não tinha outro jeito, ela não ia deixar a filha passar necessidade, né? Antes dos pais o pai da menina dava, de vez em quando, um a lata de leite ou alguma coisa. Ela não falava mais com ele, mas eu falava e ele dava 10, 20 reais pra mim de vez em quando, mas depois não dava mais nada.

Após o nascimento da filha, Audrei chegara a trabalhar dois meses como atendente de loja em um shopping. Perdeu o emprego por faltar um dia ao serviço, dia em que teve uma discussão com o pai da filha. Desempregada, nos meses seguintes trabalhou no jogo do bicho, até desistir do trabalho ilícito e mal pago para distribuir currículos pelo Jaguaré – algo que fazia constantemente, assim como Joana. Não contaram com ajuda nesse momento, nem de vizinhos, nem da família. De fato, Joana teve vergonha de expor sua situação.

Eu não pedia. Tenho amigas, mas não contava para ninguém o que a gente estava passando, depois que passou foi que eu contei. (...) Nunca ninguém chegou aqui e falou ‘Toma uma xícara de arroz ou 1 kilo de açúcar’. Não tinha nada, sorte que a Audrei estava cansada de distribuir currículo e nada de ninguém chamar, então ela falou que o único jeito era ela trabalhar no jogo do bicho. Ai ela tinha que comprar lanche pra comer, mas trabalhou lá um bom tempo e depois ela falou que não tinha como sair para distribuir currículo e que estava passando fome porque não era todos os dias que tinha dinheiro para comprar lanche, tinha que pagar passagem e também tinha que sobrar dinheiro para comprar as coisas da menina (...) Ela saiu e já foi distribuindo currículo para todo lugar, ou seja, por aqui a pé, porque ela não tinha dinheiro para pagar condução, foi em todas as firmas aqui na região do Jaguaré, quando foi um dia ela passou em uma firma, a Bandeirantes (...) era uma transportadora e é aqui pertinho de casa, foi ela e uma amiga, deixaram currículo ai, foram no Rio Pequeno a pé, foram em todas as firmas, posto de gasolina, mas quando foi no outro dia aqui chamou ela, ai umas três firmas ao mesmo tempo. Foi com 15 dias certinho que ela tinha saído do jogo do bicho. (...) Auxiliar administrativo. Tinha uma vaga e 3 pessoas, mas ela chegou lá e desbuiou tudo para a gerente.

Ela abriu o jogo, falou tudo o que a gente estava passando, a necessidade que ela tinha de arrumar esse emprego pra e ajudar em casa e ajudar a menina.

A partir de 2003, a filha passa a assumir lugar central nas estratégias familiares e o grupo doméstico passa por uma verdadeira transição, com Audrei assumindo paulatinamente o papel de provedora, e principal membro mobilizado no mercado de trabalho. As ajudas provenientes de outros filhos, principalmente Adilson, o mais velho e que se encontra melhor de vida, são pouco frequentes. Audrei permanece na transportadora Bandeirantes durante cerca de três anos e então é demitida com outros companheiros. Segundo Joana, ali chegou a ganhar cerca de 3 salários mínimos, e em sua demissão recebe todos os direitos. Nesse momento, Joana decide voltar a trabalhar. Distribui currículos, mas é uma conhecida “*de vista*”, moradora dos prédios do Cingapura em frente à sua casa, que lhe indicará para trabalhar como ajudante de cozinheira em uma transportadora próxima – a Roari.

Não tinha intimidade com a mulher. A menina dela vinha pra escola e de vez em quando ela vinha pra reunião e passava aqui, a menina comprava aqui direto. Quando foi um dia eu perguntei pra menina onde a mãe dela trabalhava e ela falou que era em uma firma perto do posto. Ai eu falei pra ela dizer a mãe quequando estivesse precisando de uma pessoa lá ... E ai a menina falou: ‘Minha mãe falou pra mim que quando precisar ela vem aqui te chamar’. Mas não veio, lembro que ela chamou a vizinha, que foi trabalhar lá, mas não deu certo, ficou só 2 meses e saiu, depois foi a outra, mas quando a cozinheira ficou doente e saiu e a ajudante passou a ser cozinheira, ai ela veio me chamar.

Joana entra na transportadora, e conversando com a gerente de recursos humanos consegue indicar Audrei para trabalhar no setor administrativo. A filha ainda recebia o salário desemprego Permanece duas semanas na transportadora, pois não gostou do ambiente e segundo Joana percebia que a mãe era muito explorada no trabalho. Mas também decide sair porque queriam registrá-la por medo da fiscalização, e não quis perder as duas parcelas restantes do salário desemprego. Por meio da entrega de currículo, consegue emprego como auxiliar administrativo na Perdigão, no Jaguaré,

onde ingressou em finais de 2007, ganhando cerca de mil reais, com cesta básica e convênio. A família reequilibra o orçamento doméstico.

O excesso de trabalho e a descoberta de uma hérnia fizeram com que Joana decidisse pedir as contas na transportadora. Arrepende-se porque, doente, diz que legalmente a empresa não podia demiti-la; mas optou pelo acordo, prometendo – e cumprindo – não processar a empresa. Chegou a ter acesso ao auxílio doença, após perícia, mas por pouco tempo; após a demissão teve acesso ao salário desemprego. Como recebeu os dois benefícios concomitantemente, teve que devolver uma parcela do salário desemprego, para poder receber o resto. Com o dinheiro do auxílio doença, comprou um freezer para o bar, o que incrementou sua venda de sorvetes no estabelecimento.

Joana ainda volta a trabalhar no início de 2009 como faxineira em uma loja de móveis planejados, desta vez por indicação do filho Anderson, que trabalha na área, e conhece o circuito desse tipo de lojas. Mas é demitida após um mês, quando seus problemas de saúde também retornam. A decisão de trabalhar nessa fase, com 57 anos, se deve a que Andrei ingressa na Faculdade, no curso de Publicidade, e novamente o orçamento familiar torna-se “*apertado*”. Sua esperança agora é receber o quanto antes a aposentadoria. Com 57 anos, dificuldades para encontrar trabalho pela idade e pela situação de saúde, a crescente expectativa de poder contar com a aposentadoria por tempo de serviço faz com que considere o período do primeiro casamento como um período de oportunidades de trabalhar com carteira assinada em São Paulo e garantir a aposentadoria por tempo de serviço, num tempo de abundância de emprego.

Se não fosse esse cigano nesse vai e volta, vai e volta, eu já estava aposentada por tempo de serviço, porque o Anderson já tem 32 anos e eu comecei a trabalhar antes de ter o Anderson, registrada. Se não fosse esse vai e volta, vai e volta. Por que morando aqui eu fiquei poucos tempos sem trabalhar. Agora por último, depois que meu pai morreu, aquele tempo que eu fiquei parada, mas naquele tempo que eu era mais nova eu arrumava emprego facinho”.

Sair de São Paulo?

Projetos incertos, mesmo assim, projetos...

Em 2000, Joana aventava a possibilidade de sair da favela para morar em terreno legalizado na cidade – embora não tivesse recursos, nem esperança de que conseguiria – ou em Rosana, cidade onde tinha familiares e um terreno. Os motivos principais giravam então em torno da possibilidade de sua área ser despejada para construção de uma avenida. *“É porque a insegurança que a gente tem aqui porque não é da gente, o meu medo é esse, eu gosto daqui, moro há 12 anos nesse mesmo cantinho aqui, num tenho o que falar daqui, acho até que a dificuldade maior pra gente viver lá foram porque lá fora tudo é mais difícil, é mais caro, a energia da gente que usa é caríssima, a água é cara, aqui tudo é mais barato, mas minha vontade mesmo de sair daqui é que como não é da gente, não tem uma documentação, se fosse um documento meu dissesse assim, eu tenho a escritura disso daqui, jamais eu ia querer sair daqui, que não porque eu more aqui dentro que eu quero sair daqui por causa do preconceito, não é por isso, eu quero sair daqui porque eu tenho medo, muitas vezes eles falam que vão tirar a gente daqui (...)”* (2000)

Em 2009 o peso do estigma de ser favelada, o ambiente e o fato do filho mais velho ter vergonha de visitá-la faz com que reflexione de outra forma.

Tenho que sair pra procurar, tenho que ir nas imobiliárias pra ver como estão as condições porque eu estou por fora. Eu tinha que ver isso logo porque agora está fácil de vender aqui, tem muitas pessoas querendo comprar. De vez em quando passa pessoas perguntando se quero vender, se alguém quer vender... Não sei porque meu filho é assim, ele é completamente diferente de mim porque quando eu trabalhava e alguém fazia algum comentário de favelados eu brigava, ficava brava porque o caráter da pessoa não é porque ela mora aqui que é ruim, ou seja, aqui tem pessoas ruins, mas tem muito lá fora também. Mas

a gente é discriminado e é isso que eu não gosto. Por que a gente é discriminado se pago todas as minhas contas direitinho, nunca atrasei um pagamento meu. (...) Eu não gosto de coisa errada e fico danada quando as pessoas falam mal de favelado. Eu sempre fui, mas tenho fé em Deus que antes de morrer saio da favela. Todas as contas vêm escrito: Favela, eu tenho cartão da Renner, Pernambucanas, Marisa, Extra... E em todas as faturas ou em qualquer coisa que venha pra casa vem escrito: Favela Vila Nova Jaguaré. Eu fico morrendo de raiva. Por que eles colocam assim? Por isso que é bom urbanizar, mas será que depois de urbanizado ainda vai vir assim? Nesse prédio diz que vem tudo escrito favela. A maioria das pessoas lá fora, esses ricões, se a pessoa falar favela... Até pra arrumar um emprego você não pode falar senão não consegue, mas a gente tem essa dificuldade nesse ponto, mas não é que eu queira... Eu não ligo, porque sempre morei aqui, graças a Deus tenho meu nome, recebo propostas, quando fico um tempinho sem fazer uma compra nesses meus cartões começo a receber carta me chamando. Esses dias a Pernambucanas me ligou aqui falando que tem umas promoções do dia dos pais. (...) se eu tivesse condições de morar fora não moraria aqui por causa desse negócio das pessoas não verem a gente com bons olhos.

Nos anos seguintes, como se viu, Joana não deixou de investir na moradia, sobretudo em seu acabamento interno. Mas com a notícia do programa de urbanização da favela, seus temores voltaram, pois diz que “a política muda toda hora”. E apesar de procurar informar-se com assistentes sociais e técnicos em posto situado próximo a sua casa, não obteve informações certas do que ocorrerá com seu trecho, e se além de receber o apartamento, se será ressarcida pelo ponto comercial que possui.

Não saber em que condições vai morar nos edifícios, se vai manter seu ponto comercial, e o preconceito contra favelados são razões que estimulam a busca de uma alternativa. Não têm mais o terreno em Rosana, mas com a filha vem conjecturando a possibilidade morar no interior de São Paulo, depois que receber sua aposentadoria.

Acreditam que Audrei estando formada, poderiam conseguir moradia e trabalho em uma cidade do interior como Presidente Prudente.

Capítulo 6

Melhoria de Vida II

*“Eu continuo vivendo em uma situação de humildade,
de pobreza, mas eu já não preciso mais ir buscar
no Ceasa para comer, para matar minha fome,
porque agora tenho minha fonte de renda,
tenho meu trabalho.”*

Rosa

A situação de Rosa e de seu domicílio é o de uma mulher que decidiu, após desquitar-se, manter sua condição de chefia feminina junto a seus três filhos, dois dos quais saíram de sua casa há alguns anos para conformar seus próprios núcleos familiares. Mas, diferentemente dos casos anteriores, a família extensa sempre ocupou e ocupa um lugar importante em sua vida – não sem contradições. Morando hoje só, com um filho, num apartamento do conjunto Novo Jaguaré para o qual se mudou em 2008, Rosa mora próximo à casa de sua mãe, onde vivem vários irmãos, sobrinhos e sobrinhos netos. Trata-se de família extensa onde convivem diversos núcleos no mesmo terreno, partilham recursos – não sem conflitos –, e onde o papel da avó é central, inclusive para a sobrevivência do amplo grupo familiar. Rosa, no entanto, vive de forma relativamente independente, ajudando e contando por vezes com a ajuda desses familiares próximos.

Com uma história pessoal e familiar de dificuldades e muito sofrimento, permeada por altos e baixos advindos de crises familiares que se associaram a problemas de saúde, pode-se dizer que, apesar de tudo, Rosa avançou muito em relação a seu ponto de partida, o que se estendeu a sua filha Keyla, como se verá. Negra, a discriminação racial sempre esteve muito presente em sua vida, ao que se uniu o preconceito por ser também favelada e pobre. Mas de doméstica, com pouco estudo, Rosa tornou-se ADI e hoje, aos 50 anos, estuda Pedagogia em universidade particular, através de ensino à distância. Em sua trajetória de ascensão e melhoria de vida, vínculos e relações próximas – social e espacialmente – foram vitais, mas não sem sua

combinação com vínculos e relações em espaços organizacionais que lhe deram acesso a importantes recursos materiais e imateriais. Trata-se, portanto, de um percurso de vida muito revelador do acesso a vantagens comparativas que puderam, se não superar totalmente, ao menos compensar desvantagens de origem e abrir o caminho para conquistas pessoais. Sem considerar que saiu completamente da pobreza ou de uma situação de humildade, em relação a seu ponto de partida, considera-se “rica”.

“Eu não tive infância”

Rosa nasceu numa família enraizada em São Paulo desde os anos 40. O pai, João, migrara do interior de Minas Gerais, e a mãe, Ianiá, veio pequena do Interior de São Paulo. Casaram-se nos anos 1950 e moraram barracos até João receber uma indenização após demissão de uma empresa no Jaguaré, o que lhe permitiu comprar um terreno em área particular em frente à favela e construir uma casa com a ajuda de irmãos e primos. Rosa nasceu nessa casa, junto com três irmãs e dois irmãos, sendo ela a filha mais velha. Viviam em frente à Vila das Minas, como trecho da favela era conhecido, e onde lembra-se que em sua infância “tudo era mato”. Ali o pai a levava nos ombros e saltava o córrego abastecido por minas de água, para dormirem debaixo das árvores.

Pai amado, mas violento, a violência doméstica é trauma que permanece em sua memória, e que a seu ver está na origem da insônia que sempre a perseguiu ao longo da vida. Sua mãe apanhava muito do pai, e Rosa a defendia deixando de dormir à noite para velar pela sua mãe. Então, também apanhava. *Bebida na vida da família foi tragédia! As pessoas não têm qualquer motivo para confusão, mas brigam, fazem o diabo, fui criada para ser de família, ter família, e não entendia porque apanhava, porque tanta violência, não entendia, eu pensava 'vou fugir de casa', mas daí o pai mata a mãe, também pensava que a polícia botava as coisas em ordem, mas também tinha medo de sair e ser pega pela polícia. Tinha medo de fugir criança e ser pega pela polícia, eu via a minhas amigas que tinham coisas bonitas para contar, mas eu nunca tinha nada bonito para contar. Também não contava porque tinha vergonha de contar o que acontecia em casa.*

Por meio da autoridade do pai prevalecia uma visão muito rígida do lugar da mulher, e Rosa foi educada para casar-se. De pequena, cuidava dos irmãos, cuidava dos filhos de migrantes recém-chegados, em sua maioria nordestinos, que seu pai acolhia em casa e a quem ajudava mesmo a construir a moradia na favela, sem receber nada em troca, “só no peito”. Começou a trabalhar aos 11 anos como doméstica, junto com a

mãe, em casas de família onde esta trabalhava desde a meninice. Ajudando em casa com seu trabalho, mal remunerado, contribui para que a família contorne a pobreza – então, seu pai também ajudava seus irmãos mais novos, que viviam nos arredores.

Mas já na adolescência, percebeu que as amigas que se dirigiam ao trabalho nas fábricas locais tinham vantagens em relação ao que fazia. Seu pai, no entanto, a proibiu de trabalhar em outra situação que não o trabalho doméstico, no interior de dinâmicas patriarcais que representaram a seu ver obstáculo inicial para melhorar de vida. *“E quando ele brigava com minha mãe dizia que ela era empregada doméstica da classe mais baixa que tinha de trabalhadora. Falava. Mas trabalhar em fábrica não podia nem pensar porque tinha a vizinha do lado que trabalhava em fábrica e sempre conseguiram progredir, mas eu de empregada doméstica nunca saí daqui. Quem trabalha CLT, registrado, tem direito a aumento, tem todos os benefícios e a gente de empregada doméstica só tem aquele salário, mas não tem aumento, quer dizer, ao invés de você andar para frente, só anda para trás.”* Mas o olhar retrospectivo também se pauta pela linguagem dos direitos incorporada a partir de experiências que ao longo da vida alteraram seu equipamento cultural, como se verá; ao mesmo tempo que explicita a existência de opções de trabalho na juventude e a falta de liberdade para a escolha.

Como doméstica, seus rendimentos não alcançavam um salário mínimo e o abuso de algumas empregadoras prejudicaram mesmo seu processo de escolarização, o que se configura em outra desvantagem, desta derivada de relações de trabalho marcadas simultaneamente por um caráter pessoal e primário – são patroas que “criaram” sua mãe, e as incorporam como se fossem da “família” – e de forte assimetria. *“Ela trancava, eu ia passar roupa e ficava o dia inteiro trancada naquele quartinho, não saía de lá para nada. Ela fazia o que tinha que fazer, saía, voltava e eu lá trancada, ela só abria a porta para eu ir embora à tarde. E até essas duas últimas patroas atrasavam o relógio... Foi por isso que saí da escola, porque eu chegava atrasada na escola e você sabe como é jovem né? Os colegas começavam a pendurar na minha cara e eu era muito tímida para me defender, então, fiquei envergonhada e saí da escola.”*

Com 16 anos namora um rapaz conhecido de seu irmão e que frequenta um bar em sua rua, e é conhecido de seu irmão e meses depois casa-se com a promessa de que não apanhará mais do pai. Vão morar em casa alugada, próxima da casa dos pais, de propriedade de um primo do pai, onde nasce a primeira filha, Keyla, em 1978. Mas depois de um ano o marido perde o emprego na multinacional Roche, sediada no

Jaguaré, e sem condições de pagar aluguel são acolhidos pelos pais de Rosa, que cedem espaço na casa durante cerca de 3 anos. Nasce então Fábio e Eder. Nesse período, os filhos ficam aos cuidados da família extensa, especialmente sua mãe e irmãs, enquanto Rosa trabalha como doméstica.

Em 1981, Rosa e o marido compram à vista um barraco na favela, “propriedade” de um casal conhecido que então se mudava para uma área particular no Jaguaré, o que aparece na fala de diversos entrevistados como algo comum na época e que significa um ápice no acúmulo de recursos na cidade, além de um bem que continuamente ganha valor e representa fonte de segurança. Mas, segundo Rosa, após quatro anos de casamento o marido foi ficando “preguiçoso”, não trabalhava com regularidade e começava a traí-la. *“Nunca colaborou para ter casa própria”*. Vivem então numa situação habitacional muito precária, pois além do esgoto a céu aberto, havia muitos insetos e ratos entravam pelas frestas. *“Os ratos comiam o assoalho por baixo e ficava mole, comiam o cimento, e o cimento afundava. Morar num chiqueiro era mais confortável”*. Com a ajuda de um tio que morava com sua mãe o barraco é “remendado” inúmeras vezes. Nos anos seguintes a “casa própria” – ao menos o “barraco” de alvenaria – torna-se prioridade, mas um sonho difícil de realizar.

O Clube das Mães, a noção de direitos e a auto-estima

O final dos anos 70 e início dos anos 80 é um momento de efervescência nos bairros de São Paulo, como registrado nos estudos sobre movimentos sociais no período. Rosa é doméstica e uma prima a avisa das reuniões do Clube das Mães, no Externato Jaguaré, instituição dirigida por freiras da Congregação Santa Cruz onde são promovidas atividades para as mães pobres do bairro. Passa a participar de encontros. *“Vinha de uma infância de poucas amizades, de pouco tudo, quando comecei a ter contato com outras pessoas, a ver a vida, a política, ver o que se passava, foi muito bom. (...) A gente vai aprendendo a ver as coisas. Depois dos encontros vê como funciona a política, aprende a ver quem está do lado do povo, quem não está. Foi uma felicidade quando comecei a perceber que tinha direitos e não só deveres. (...) As mulheres que não trabalhavam fora tinham esse encontro uma vez por semana. Nesses encontros elas aprendiam a fazer crochê, bordado e era um momento delas conversarem, contar a rotina, ou seja, delas terem um momento porque a gente que é*

pobre não tem nem condição de pagar um psicólogo e essas coisas. Então, ali era um momento que a gente se abria e tinha a Maria Emília, que foi minha ex-diretora, ela era assistente social lá, então, estava lá toda semana para conduzir esses encontros. Era uma coisa legal, porque além da gente estar aprendendo a gente conversava, trocava, ouvia. Eu mesma falo que a Maria Emília me ensinou a pensar, abrir meus olhos para o mundo, então, agradeço muito nessa vida ter conhecido ela.”

O Clube das Mães abre-lhe espaço para troca com mulheres de sua condição, mas também é um espaço de relações diferenciadas, como a que mantém com a assistente social Maria Emília, marcada na memória de Rosa como fonte de informação e de aprendizado de um novo repertório onde direitos e valorização são centrais. “*Eu achava essa pessoa instruída, é uma pessoa que sabe o que está falando, que tem capacidade de abrir portas. Dentro de mim sempre pensei assim, que a pessoa que sempre teve acesso a educação é uma pessoa esclarecida, bem informada, porque a gente podia se matar de ouvir a Hora do Brasil que não estava entendendo patavina, então, o mundo da gente era aquilo: lavar, passar, cozinhar, limpar, apanhar... Só responsabilidade, mas a gente era assim, movida só a isso, não saía do quintal ou do portão da gente para fora.”*

Ligado à experiência do Clube das Mãe que a desperta para a importância dos direitos associados ao trabalho, em 1982 consegue o primeiro emprego com registro em carteira no próprio Externato Jaguaré, ao qual se sucede o segundo emprego registrada numa metalúrgica no Jaguaré, a Comerit, em 1987. Em ambos os casos são familiares que a indicam, pois trabalham nesses locais. Uma cunhada que trabalha como secretária no Externato a indica para cobrir uma licença maternidade, mas em seguida é contratada cozinheira. Junto com essa função, acaba também por cuidar das crianças como pajem. Registrada, garante o acesso ao sistema de saúde, que ainda não é universal – o marido recorrentemente está desempregado.

Na Comerit é seu pai quem a indica, pois trabalha ali há anos decide ir para a fábrica porque o salário é maior e há horas extras. Se depara com um trabalho muito desgastante e sem o ambiente de comunicação e troca do trabalho anterior. “*Lá [no externato] eu tinha contato humano, momentos pra me colocar. Se tivesse ido direto da casa de família para a COMERIT eu não ia saber o que fazer, ia ter de me virar, porque na casa de família eu simplesmente sabia o que tinha de fazer. Na firma [COMERIT] dá bom dia quem quiser, nem todo mundo anda de coração aberto, ninguém passa informação, nem de trabalho, nem de direitos, a encarregada passou só*

de horário, quando podia fumar (...)Era muito melhor, claro que era, porque dava para comprar bolacha recheada para minhas crianças, comprar alguma peça de roupa para mim, então, em termos de dinheiro foi melhor, mas infelizmente não deu para ficar porque o Eder era pequenininho e sempre torrou, se machucava, e eu precisava pedir para sair e levar ele, mas eles não perdoavam isso.”

Foi demitida da Comerit sete meses depois porque a escola onde Eder estuda exige que Rosa o leve a um psicólogo - é considerada uma criança rebelde e com problemas de desenvolvimento. Nos meses seguintes só consegue realizar atividades muito precárias: bicos como carregadora de caminhão em Barueri e limpadora de peixe na feira, pagos ao dia e obtidos por indicação de uma irmã que conhece um agenciador de trabalho – um “gato”. Também não dispensa bicos como faxinas e lavagem de roupa, acumulando trabalhos e tarefas, fora e dentro de casa.

Em 1989, por meio de um vizinho consegue seu terceiro trabalho com carteira, na Paulitubo, um escritório e depósito de tubos de aço no Jaguaré. Trabalha como cozinheira, embora seja registrada como copeira, pois o salário em carteira é menor. Emprego sempre lembrado com afeto, pois se sentiu reconhecida e a relação com o patrão era considerada como um canal de informações e apoio moral. *“Os patrões tratavam as pessoas como seres humanos, claro que sempre têm aqueles funcionários mais boca mole para serviço, que faz corpo mole, mas a gente sempre tinha incentivo, nunca éramos humilhados, era respeitado do jeito que era. Não tem aquilo de dizer: “Cada um é cada um?” Lá isso era respeitado. (...) Porque nos outros empregos as pessoas querem a gente enquanto a gente está em pé, mas quando a gente não está inteiro, não temos mais valor. Eles não querem saber se o funcionário está sofrendo, se sente dor. Mas lá não era assim, se o funcionário tivesse dor eles arrumavam um remédio para curar. Então, eu mesma sou muito grata de ter trabalhado ali”.*

Separação, abandono pelos filhos, mas trabalho estável

Juntamente com falta de apoio material e as traições, o marido de Rosa tornara-se violento. Nas vezes que tenta se separar, Rosa sofre ameaças; além disso, também tem dificuldade de conceber-se como uma mulher separada – como já dito, fora criada para “ser de família”. A situação se torna, no entanto, insuportável e em 1989 Rosa presta queixa na Delegacia da Mulher, depois de ter solicitado a policiais militares que

tirassem o marido de sua casa – para o que, mostrou marcas de faca nas paredes e no armário.

Decepciona-se com o atendimento na DM onde sugerem que deixe os filhos no SOS Criança; mas também é encaminhada ao Pró-Mulher, onde encontra apoio profissional e moral numa advogada. *“Essa advogada maravilhosa me tratou como um ser humano. (...) Eu fui para lá tão sofrida, mas quando cheguei ela me apoiou, cuidou de minha separação, nunca abriu a boca para me criticar, nunca abriu a boca para falar que só eu tinha razão..(...)É porque você chega lá [Delegacia da Mulher] e ela fala: ‘Por que você não matou ele?’ Como se a gente pudesse adivinhar o que vai acontecer com a gente na vida a dois. A gente já vai para lá numa situação humilhante porque eu me casei pensando em morrer casada..(...) então, quando chega lá o que a gente escuta são essas coisas, ou seja, por que a gente não fez isso, não fez aquilo, que eu já devia ter dado uma bica há muito tempo. Entende como é? Eles não entendiam que eu procurei fazer vida, acha que a gente tem que tomar providência antes. Tudo bem, eles até tem certa razão, mas não era de mim, de minha pessoa, então, acho que para você falar uma coisa para uma pessoa, primeiro você tem que ver o jeito dessa pessoa, conhecer, para poder tirar uma idéia mais ou menos, para ver como é o comportamento dessa pessoa antes de você julgar, ou antes, de falar qualquer coisa. Tem coisas que a pessoa fala e que fere a gente.”*

Após o desquite, os filhos decidem morar com os avós. *“A família acabou, e por causa da separação o Eder se destruiu”*. Rosa entra em depressão. Segue trabalhando, dá recursos à mãe para cuidar dos filhos. Sua depressão se agrava com a morte do pai, em 1991. Também é nesse ano que trabalha entra em falência – na esteira da crise do período Collor –, sendo demitida em julho de 1989. Período de crise, portanto, onde sobrevive com o salário desemprego. Mas três meses depois consegue aquele que será o trabalho mais estável de sua vida, vinculada a um espaço organizacional onde as relações terão múltiplos papéis positivos em sua vida. Ingressa no Sercom – Serviço Comunitário da Congregação Santa Cruz – indicada por uma vizinha que trabalha ali para cobrir a vaga da cozinheira titular que está em licença maternidade. *“Vizinha, conhecida, ela sabia como era minha luta para criar meus filhos, ela morria de pena de ver minha situação, ou seja, criando filho e desempregada, procurando emprego, então, essa colega dela ficou grávida, saiu de licença maternidade e ela me indicou sem dívida.”*

Trabalha como cozinheira, mas à tarde torna-se também monitora no então Centro da Juventude (CJ), no curso de iniciação em panificação e confeitaria oferecido em parceria com o SENAC. Nessa função, acompanha jovens a passeios e atividades externas. Como funcionária na Congregação seu salário sempre girará em torno de um salário mínimo e meio, com garantia de todos os direitos trabalhistas. Porém, mesmo com o emprego assalariado, não dispensa trabalhos extras, como faxinas e lavar roupa para fora, e mesmo crochê, para aumentar seus rendimentos. O trabalho na Congregação também se constitui um espaço de sociabilidade onde além de travar relações e contatos com pessoas em condições sociais similares – funcionárias como ela, moradores da favela –, encontra e conversa sempre com voluntários, em geral pais de alunos do Colégio Santa Cruz, escola de elite em São Paulo, mantido pela congregação, assim como pessoas ligadas a projetos implementados por empresas da região, de distinta posição social.

A importância dessas relações aparece ao longo de sua trajetória nessa instituição. Quando em 1992 é internada para ser operada de um aneurisma cerebral, uma voluntária é lembrada como apoio fundamental nesse momento. *“Fiquei uma semana lá, internada no corredor, mas aqui na Santa Luzia tinha uma voluntária chamada Eliana, era uma psicóloga, e ela foi me visitar, então, eu estava no corredor e ouvia em chamar: “Rosa, Rosa...” e aí eu abri os olhos e era a Eliana. Ela perguntou como eu estava e eu falei: “E minha mãe? Ela tem comida na casa dela? Ela está boa? Minhas crianças estão bem?” “Está tudo bem, agora falta você ficar bem.” “Então, tá bom, você manda cuidar direitinho deles para mim?” “Mando” Depois dessa visita dela me arrumaram um quarto, ela era esposa do diretor do Hospital das Clínicas.”*

Entre a depressão e as seqüelas da cirurgia, Rosa enfrenta recorrentemente gastos extras com remédios, o que em alguns momentos tende a comprometer um orçamento quase sempre apertado, mesmo com a ajuda dos filhos – especialmente da filha Keyla, sobretudo quando esta ingressa na Congregação em 1999. Também não serão poucas as vezes em que obterá ajuda monetária de colegas de trabalho ou mesmo da Congregação – neste caso, empréstimos descontados em folha. Mesmo que a mãe, aposentada, a ajude por vezes, o apoio de colegas de trabalho e os recursos provenientes da instituição onde trabalha serão vitais. Nas falas de Rosa, as relações no ambiente de trabalho, onde passa a maior parte do tempo e permanece de forma estável se destacam.

Formação educacional e mudança de barraco

Depois da doença, os dois filhos maiores, Keyla e Flávio, voltam a viver com Rosa. Na fase que se segue, junto com sua inserção estável na Congregação, onde além de cozinhar, passa a cuidar das crianças – como pajem -, ocorrem eventos centrais em sua vida: a retomada de sua formação educacional e melhorias nas condições de moradia. Como exigência do trabalho, dado que a Congregação tem como projeto central a educação de crianças e jovens, e por exigência da Prefeitura, que mantém convênio com a instituição, volta a estudar e, durante os anos 90 completa o fundamental e o ensino médio em escolas públicas do Jaguaré.

Mas os avanços mais significativos nos anos seguintes ocorrem em suas condições de moradia. Com a ampliação da creche Santa Luzia em 1993, que se estenderá sobre a área onde mora, a Congregação, por meio do padre Roberto, compra-lhe outro barraco, localizado no limite com a área particular. Sua fala mostra como desde muito tempo, um mercado imobiliário informal funciona na favela, a moradia constituindo fonte importante de rendimentos para alguns moradores. *“Era enorme, foi de minha colega de escola, chamada Rosinha. Quando os pais dela vieram do Nordeste fizeram um barracão de 4 águas, era enorme, com um quintal enorme, tinha árvore, tinha tudo. Aí ele vendeu, conseguiu comprar a casa própria em Osasco e a pessoa que comprou dividiu essa casa em 4, fez 4 casas e depois desse primeiro morador eu comprei. Acho que fui a 2ª ou 3ª moradora desse pedaço. Os outros 3 pedaços eu não comprei.”*

Já havia água canalizada desde meados dos anos 80, e o relógio de água permaneceu no quintal de Rosa, que dividia a conta com os outros três domicílios. Logo depois de instalar-se ali colocou a conta de água em seu nome, algo que lhe daria muitos problemas futuros, pois ao se consumir um grande volume de água não se pagava a tarifa social – diversas vezes teve que pagar a conta praticamente sozinha. Mas, durante alguns anos as condições de moradia continuaram sofríveis, pois foi levantando as paredes da casa paulatinamente, e apenas no final de 1999 conseguiu transformá-la num “barraco” de alvenaria – como sempre o chamou. *“Enfie o pé”*. Reuniu economias de bicos, 13º, abriu crediário em loja de materiais, solicitou a um cunhado que fizesse

empréstimo no banco, a quem pagou depois. Contratou seu tio, irmão da mãe, a preços módicos, e a filha Keyla trabalhou como servente de pedreiro – ambas saíam às 16:00 horas da Congregação e às vezes trabalhavam na obra até as 23:00 horas.

Tamanho investimento na casa não teria sido possível sem o vínculo estável de trabalho, seu e de sua filha – os outros filhos, Eder e Flávio, não se engajaram na mesma medida, também não tinham fontes estáveis de renda.. E mesmo tendo a família extensa próxima, não houve um esquema cooperativo segundo o modelo idealizado de “mutirão” – exceto o tio, não havia ninguém com essa experiência. E, mesmo assim, a casa de alvenaria permaneceria muito precária, devido à inadequada construção. *“Só quando a casa é particular [pode usar o fundo de garantia], na favela a gente se vira sozinha (...) Foi uma luta muito grande. Naquele barraco quando chovia, a ventania levava as telhas, era um horror”*.

Em 2000, Rosa planejava construir a laje. *“Encher uma lajezinha, a primeira da casa. Só precisa ver se as paredes agüentam”* (2000). Isso nunca ocorreu, pois os recursos nunca permitiram: anualmente os abonos eram usados para a troca de telhas; sempre precisou ajudar a mãe a “enterar” contas e mesmo ajudar com algum alimento, pois a família extensa crescera com os sobrinhos, e os gastos aumentavam, - especialmente a conta de luz, dado ser área particular. Alguns irmãos que viviam com a mãe também estavam recorrentemente desempregados. Além disso, sempre teve gastos extras com remédios – sem contar que, ao longo dos anos 90 foi aprendendo a comprar a prestação “coisinhas” para a casa, como geladeira, TV, etc.

Coragem para comprar a prestação veio com o apoio moral e material de um namorado, Anselmo, com quem decidiu que não moraria, mas cuja relação foi duradoura, de 1994 a 2004. *“Sabe, mas eu acho uma coisa tão, não sendo marido, eu acho uma coisa tão humilhante, ah, não sei eu tenho essa bobeira comigo, eu não sei explorar. Eu acho que com o que eu ganho já está suficiente, se quiser e dar presente, eu vou aceitar. Que nem, quando ele apareceu com esse presente, minha cara queimou, eu fiquei desconcertada, eu não sabia como eu reagia, nunca ninguém tinha feito isso. Ta bom, pagamos a televisão, pagou a televisão, aí foi ficando, ficamos juntos, aí depois ele falou, vai lá e compra a máquina, comprei a máquina, ele me ajudou, à prestação, me dava um parte e eu enterava com o resto, daí eu fui perdendo o medo. (...) E eu tinha medo. Ai eu pensava assim, oh meu pessimismo. Assim, porque nunca deu pra fazer reserva, mesmo que a gente aperte, esprema, não dá. Ai eu pensava, se acontece algum gasto diferente, vai faltar pagar prestação e eu vou sujar meu nome. Ai*

elem me ensinou a ficar corajosa (...) Ai comecei a fazer prestação de sapato pras crianças, pros meus filhos, porque eu só comprava com dinheiro, assim se fosse uma prestação era o mínimo do mínimo, sabe, não tinha jeito de fazer prestação, eu tinha medo, tinha, tinha muito medo. Ai depois dele que eu comecei a ter coragem. Ai ele foi embora pro Nordeste, ai peguei e comprei minha geladeira, ai não tive mais medo, paguei mil reais na geladeira, olha que tamanho de prestação.”

O namorado não se tornou efetivamente um membro do grupo doméstico de Rosa, o que poderia significar partilhar as despesas mais sistematicamente, mas o vínculo afetivo teve um papel positivo em sua vida, mesmo em termos de suas condições de vida, pelo apoio moral, e em alguma medida também material. Não houve uma reestruturação familiar, mas evidencia-se uma alternativa à conjugalidade, o que mostra como o domicílio de Rosa, chefiado por uma mulher, em fase de consolidação do ciclo familiar, revela uma situação de pobreza e vulnerabilidade mais amena pela conjugação de diversos fatores, alguns deles não previstos pela literatura.

Casa própria, finalmente?

Vida pessoal relativamente estável, as instabilidades advêm mais dos conflitos e dificuldades no interior da família extensa, do desemprego de parte de seus membros, do desemprego de seus filhos Eder e Fábio – só este consegue trabalhar nessa fase, em geral realizando bicos. Sofre com a depressão. Mas a filha Keyla está sempre ao seu lado e a apóia materialmente, afetivamente e moralmente – sua melhor amiga e confidente, junto com a mãe, Ianiá.

Trabalhando na Congregação e freqüentando as missas de Pe. Roberto, mantém-se bem informada do que será uma revolução em sua vida: o processo de urbanização, que atingirá sua área. Desde 2003, quando ocorre o cadastro, sabe que será removida. Em 2006 começam as reuniões com assistentes sociais e técnicos da Prefeitura e tem início o processo. Tem direito a um apartamento e opta por morar no conjunto habitacional, pois a indenização “*não dá para comprar um barraco*”. Em finais de 2006 é avisada de que deve procurar casa para alugar, e recebe o Bolsa Aluguel. Não encontra nada acessível por perto, pois a política de urbanização teve como efeito inflacionar o preço da moradia e dos aluguéis dentro e fora da favela. Decide alugar uma casa em Osasco, onde mora a irmã menor. “*Tentei, andei muito, mas... os*

primeiros que saíram conseguiram, mas quando o pessoal começou a saber que a Prefeitura estava pagando à vista, aumentaram o preço e a Prefeitura dá um x de valor. Eu saí porque não achei no valor.”

De fato, entre 2005 e 2007 diversos eventos contribuem para desestabilizar a vida de Rosa e mesmo sua saúde mental. Um deles, o início do curso superior de Pedagogia, que obrigada a abandonar por falta de recursos. A seguir, a acusação de maltratar uma criança na creche, pelo qual é processada. a decepção de não conseguir seguir o curso universitário de Pedagogia. E, finalmente, a remoção, que a afastou fisicamente da família extensa.

A continuidade do trabalho como educadora na creche passou a exigir o diploma superior – ou o de Magistério –, e inscreve-se numa faculdade, pagando a matrícula e as primeiras mensalidades, mas com a promessa de receber uma bolsa da Congregação. Esta não chega e abandona o curso com pesar, pois desejava continuar sua formação educacional. *“Por esse motivo que estou te falando, financeiro mesmo, no duro. Mas eu tentei, mas tem a mensalidade, o material, condução, roupa, sapato, comida, conta de luz, água, então, não deu para subdividir tanto assim. A maior parte ficou aqui no estudo e não deu. Tem uma época que você paga o dobro, mas eu não tinha de onde tirar isso, então, antes que minha conta aumentasse, saí, senão ia enforçar mais ainda. Você está me entendendo? Eu tentei. (...)A pessoa que ia dar essa bolsa acabou acontecendo tantos contratemplos que acabou caindo no esquecimento e aí eu me enforquei e não tive como me salvar.”*

Em 2005, antes da mudança para Osasco, um evento traumático no trabalho: é acusada de maltratar uma criança da creche e denunciada pelo pai desta. Indiciada, recebe apoio moral de colegas de trabalho e ex-alunos, e a Congregação providencia uma advogada. Mas os pais da criança não aparecem na audiência. *“Não, o problema de saúde, foi acumulando coisas na minha vida, aconteceu esse episódio eu fiquei assim, meia transpassada com tudo, sabe quando a gente não acredita mais em nada, porque uma para ter a coragem de fazer o que fizeram comigo, a humilhação que fizeram comigo, foi muito doído, eu achava que não era comigo que tava acontecendo, então sabe como é que eu resisti? Eu chegava de tarde do serviço, aí minha mãe tava deitadinha na cama dela, eu deitava no canto da cama da minha mãe, o único momento que eu me sentia assim, que eu podia ficar em paz, sem medo, eu não posso lembrar que eu tenho vontade de chorar (...) E depois desse tempo, eu não fui mais a mesma, eu não consegui, não consegui, não consegui, aí eu tive dificuldade de sair pro trabalho,*

to tendo ainda. Eu me levanto, me ajeito pra ir trabalhar, mas dá a impressão que eu vou sair e vou chegar no trabalho e vai acontecer ter qualquer tragédia, vai ter uma pessoa pra me maltratar do jeito que o homem me maltratou, pra reclamar do meu trabalho, sabe, é assim.”

Os meses anteriores à mudança, a mudança em si e o período vivido em Osasco, foram pontuados por momentos difíceis, de sofrimento. A remoção dos moradores da ‘Linha’ “desalojou” centenas de ratos que invadiram moradias como a de Rosa – um dos pesadelos de se morar em condições precárias de habitação na favela -, mesmo com as melhorias realizadas. *“Elas [assistentes sociais] ficaram sabendo porque quando começou a ter reunião a gente falou, mas era uma coisa que não dava para controlar, era uma coisa sem controle. (...) Eles sabiam, mas era uma coisa que não tinha como eles solucionarem, mesmo que quisesse. Porque é uma coisa infinita aqueles ratos. Nem te conto. Eu não estava dormindo mais, nem com os remédios. Foi durante 3 meses. Foi difícil.”*

A ida para Osasco significa a inserir numa nova vizinhança, mas Rosa sente-se desterritorializada, travando poucas relações e contatos com vizinhos. Meses depois sua filha Keyla, que também tem direito a um apartamento, muda-se para o bairro para não deixá-la só. A distância do trabalho a obriga a sair muito mais cedo de casa, e andar pelas ruas do novo bairro causa insegurança e medo. *“Ah, eu fiquei muito isolada, foi onde eu acho que piorei, eu sentia saudade dos meninos, que o Fábio falou que ia comigo depois não foi. Ai fiquei aborrecida, fiquei penalizada porque a Keyla foi fazer companhia pra mim. Fiquei chateada por ela se sacrificar por mim (...) E era assim, eu saía bem cedinho lá, e o bairro que eu fui morar lá perto da minha irmã, tinha umas baixadas, umas ruas assim, e um pessoal bem da pesada, então eu saía no escuro pra ir no ponto, sozinha, muitas vezes não tinha ninguém no ponto. Muitas vezes tinha gente que ia encarar a gente, ta me entendendo? Querendo tomar a gente, e eu ficava com muito medo.*

Durante parte do período que viveu em Osasco foi afastada do trabalho por indicação médica, e o atraso do INSS no depósito do auxílio doença pelo INSS a deixa sem recursos, e é a filha Keyla e seu marido que a ajudam nesse momento. Não pensa em pedir para outros familiares, especialmente a irmã que também vive em Osasco, dado sua escassez de recursos; a mãe também não poderia ajudá-la, pois fora internada após uma queda, perdendo em parte a memória. *“A médica queria que eu ficasse afastada seis meses, só que o povo do INSS não dá, e eu ficava recorrendo, indo atrás,*

eu ia na médica, eu ia lá, paga muito gasto com condução pra cima e pra baixo. Uma que não dá pra ir sozinha porque o remédio deixa a gente mole. Ai, foi difícil, ai até o Sandro meu genro, eu não tinha dinheiro pra comprar comida, nem pasta de dente eu tinha em casa, ai o Sandro e a Keyla tavam morando pra lá, ele pegou foi no mercado, e eu nem tinha comentado nada, ai ele foi no mercado e comprou de tudo pra mim, que bonitinho, agradeço o meu genro por isso. Não precisou pedir. (...) Eu tava tão assim, sabe, quando você ta só? Porque com quem eu podia contar era com minha mãe, eu longe da minha, e minha mãe não bem do juízo, né? A minha irmã Nancita tem o sofrimento dela (...) catando papelão e latinha e trabalhando por dia ainda, ela se mata, então eu não tenho coragem, porque, o que eu faço, em vista do que ela faz, é moleza, então eu não tinha essa coragem, eu acho que exploro, que to abusando.”

Começar de novo: Casa nova, a saída da Congregação, o sonho de formar-se na faculdade

Rosa mudou-se para o novo apartamento em julho de 2008. Na mudança realizada por serviço de transporte contratado pela prefeitura perdeu perdendo móveis e eletrodomésticos, que ficaram avariados - teve mesmo que comprar novo guarda-roupa, à prestação, entre outros objetos. A primeira vivência, negativa, deveu-se à localização do apartamento no térreo – não conseguira participar da reunião de escolha do apartamento –, o que provocou insegurança e medo. “Era meu sonho ter a casa própria, ainda não estou satisfeita porque não queria o térreo, não estou tão feliz, uma porque você sabe que sou uma pessoa medrosa, então, iria me sentir mais segura no primeiro andar. Eu tinha essa certeza dentro de mim. Quando falaram que ia ter perspectiva de ir para um apartamento pensei logo no primeiro andar, fiquei confiante, tão esperançosa, mas quando soube que eu ia ficar no térreo meu mundo caiu. Você sabe que o ambiente que a gente vive não proporciona tranquilidade para a gente...” Insegurança e medo que já a acompanhavam desde a última moradia, pois durante os últimos anos que viveu violência e mortes tinham se agravado. “Às vezes eu tinha medo porque a gente via tanta coisa feia, a gente fica meio abatido. Olha a gente ver assassinato, é coisa muito triste de ver. (...) Já mataram no meu portão, então, a Keyla até ficou meio assim, já mataram em frente do meu portão, mataram pra cima do meu

portão, mataram do lado do meu portão, quer dizer eu estava cercada de muita violência, acho que tudo contribuiu pra eu ficar assim, sabe.”

Outro elemento que contribuiu para a insegurança inicial foi um efeito do processo de mudança não só para outra área da favela como para um edifício de apartamentos foi a ausência de vizinhança e de a sensação de isolamento (Soares, 2008)

“Lá em cima a gente ainda conversava com alguma vizinha, como aquelas duas que ficavam de meu lado(...) Mas aqui não, até hoje eu não sei o nome de uma vizinha, só sei dessa porque eu me apresentei quando a gente foi em uma reunião. Eu estava preocupada porque ia mudar para cá e não conhecia ninguém porque é bom a gente sentir uma certa segurança né? (...) lá era beira de rua, mais aberto, mas eu estou em um lugar isolado, né? Lá tinha vizinhança, mas aqui não tem, lá tinha o bar perto e eu via homem, via a mulherada indo comprar as coisas, tinha padaria, eu via a criançada comprando as coisas, tinha a quitanda. (...) Lá já tinha pouco, mas aqui não tenho nada, porque para ter uma conversa era só com duas vizinhas e aqui com nenhuma.”

Mesmo mantendo relações restrosas na vizinhança da moradia anterior, pequenas trocas sustentavam a convivialidade com aqueles com quem podia contar em alguma eventualidade. No início de 2010, Rosa já tem pelo menos uma vizinha com quem restitui esse tipo de relação, embora se trate de conhecida de infância, o que facilitou o estabelecimento de confiança entre ambas. *“Agora tem a Maria, minha vizinha lá, porque outro dia, olha que pouca vergonha, tava sem café, levantei de manhã para trabalhar, não tinha pó, de manhã, bati lá pedi um pouco de café emprestado. A gente conhece desde menina, ela é nordestina, só que ela morava lá na linha e eu toda vida morei pra cima. Eu moro no térreo ela moro no primeiro andar, se ela precisa de alguma coisa eu empresto dinheiro, meus utensílios, mantimentos gente faz uma troca, eu preciso dela, ela precisa de mim.”*

Por outro lado, uma nova sensação de segurança adveio das mudanças nas condições de habitabilidade. A casa em alvenaria, que continuou a ser chamada de “barraco”, tinha uma construção precária que não protegia a família inteiramente das intempéries. *“Nossa, era muito sofrimento. Aqui para mim está uma tranquilidade, domingo passado choveu e eu só fiquei sabendo que estava chovendo por causa do barulho dos pneus na Marginal, aquele barulho que faz tschiiiiiii... Porque lá em cima era um trauma, quando o tempo armava para chuva eu já começava a sofrer onde estivesse.(..) Não tinha laje, era telha. Eu bem dormindo e a Keyla chegava da escola à noite e a goteira estava no meu travesseiro e eu com a boca aberta (...). Era muito*

sofrimento. Ah, não tem comparação... porque no barraco eu já contei pra você que eu e a Keyla a gente dormia no tempo, parecia tapume. Agora eu me sinto mais protegida, é essa a sensação... sabe por que? Porque a facilidade que tinha de entrar por cima, sabe, no corre, corre, naquelas bagunças que aconteciam lá, dava medo, dava medo. Mas lá embaixo eu tenho ficado até mais conformada dentro de lá, pelo menos que a gente se sente um passarinho numa gaiola, não é muito bom, mas tudo vai se acostumando.”

Se há desvantagens em morar na favela, a vantagem é especialmente a ausência de tarifas normais por serviços como água e luz. Se Rosa temia o peso de novos gastos, inclusive o do financiamento do apartamento por 20 anos, na prática considera que não houve aumento no peso do orçamento, pois deixou de compartilhar o relógio de água com vizinhos inadimplentes, o que diminuiu em muito sua conta de água. *“Ó, a única coisa que entrou da minha despesa mensal mesmo, só foi o condomínio, porque lá em cima eu pagava água e Então, pra você ter uma idéia, lá em cima no barraco eu pagava muito mais do que agora no apartamento.”* Também tinha estabilidade no emprego.

Porém, essa segurança foi colocada em xeque quando no final de 2010 é avisada do fechamento do CEI onde trabalha, dado que a demanda por educação infantil na favela é menor com a diminuição de crianças na faixa de etária até 4 anos – impacto da transição demográfica em curso. Após quase 20 anos vinculada à Congregação, foi demitida em dezembro de 2010. *Recebi FGTS, tempo de serviço direitinho, porque a gente foi mandado sem justa causa, então sai com todos os direitos adquiridos, fgts, férias, 13º, 1/3 das férias, sei lá, sai com todos os direitos direitinho. (...)Eu não ganhava dois salários mínimos, mas graças a Deus, sempre deu. Sai de lá com 810, mas sabe quando dá e você está feliz? Eu não sou uma pessoa extravagante, para ser feliz eu não preciso de muito, só que eu me sentia bem, a diferença é essa.*

No momento da demissão, vive com o filho Fábio que não tem trabalho estável. Mas o desemprego de Rosa dura apenas um mês. Após avisar conhecidos, entregar currículos em creches da região – um primo chega a entregar seu currículo numa creche em Osasco -, uma ex-colega de trabalho que trabalha como coordenadora no Externato Jaguaré na chama para cobrir uma licença maternidade na instituição. Em seguida, cobre outra licença maternidade na mesma instituição, quando então obtém um emprego numa creche do bairro dirigida pela igreja anglicana, onde entregara currículo e onde conhece a diretora, ex-coordenadora de uma das creches da favela. Apesar da

seletividade do mercado em quesitos como idade, a obtenção desse emprego em março de 2009 deve-se não só à sua experiência, mas ligada a esta, ao fato de que se tornou parte de um *métier* que lhe propiciou contatos e relações passíveis de serem mobilizadas nesse momento, contatos e relações também concentrados no espaço.

No entanto, é contratada como auxiliar de classe, posição inferior à de ADI, além de sentir-se reconhecida como no trabalho anterior. *“Ganho menos. Eu tiro 680 reais, com desconto do INSS... Ah é muito complicado o trabalho ali, uma que o sistema é diferente, outra a diretora é sem experiência, a coordenadora é sem experiência (...) É muito diferente, é muita vagabundagem, eu trabalho com umas moças muito vagabundas, não estou julgando, estou falando que eu vivo (...) Agora aqui a dificuldade é enorme, as moças são muito preconceituosas. Primeiro por causa da cor, depois por causa da idade, e depois por causa da função também.”* Apesar das discriminações sentidas – cor, idade, classe –, pertencer a um *métier* possibilitou superar obstáculos dessa natureza e evitar voltar ao que considerava suas outras opções plausíveis – e conhecidas – de trabalho: cozinheira e faxineira.

Em novembro de 2009, começa a realizar outro sonho, além do da casa própria. Entra na faculdade, no curso de pedagogia da Universidade da Cidade, na modalidade de ensino à distância com aulas *online*. Tem que comprar computador e se o peso no orçamento é grande, a indenização recebida da Congregação após 19 anos de trabalho torna-se seu principal apoio – e mesmo para seus familiares, pois nesse momento concede um empréstimo a um cunhado. *“Ai fia, porque olha, eu ganho 680 reais, tira os 247 pra pagar a faculdade, quase 150 do computador, 70 e uns quebrados da prestação do meu cafofo, depois tem a conta de luz que é quase 60 reais, tem a conta de água que eu consigo economizar mais, que é dez, 19 reais, e trinta reais que é do condomínio. Esses meses tá mais pesado que é para por o piso novo no portão, no corredor. Então tá pesado, quer dizer, não sobra nada. (...) E aí tem um trocadinho guardado, só que eu emprestei um trocadinho pro meu cunhado, vai fazer um ano em março e ele não me deu um centavo ainda, 6 mil e quinhentos. (...) Metade do dinheiro do meu curso. Então ainda tenho três e uns quebrados guardadinhos, da indenização tá lá. Tem 6 e pouco na mão do meu cunhado, e tenho 3 e 600, 3 e 500, no banco, pra ir inteirando o que vier. Mas não tá dando, não tá dando, tá apertado.*

Nas primeiras entrevistas de 2000, Rosa pouco falou sobre o desejo de realizar faculdade. Em 2010, disse que naquela época a prioridade era a casa. *“Mas sabe por quê? Você lembra o sofrimento que era, eu ficava tão traumatizada que fazia eu*

priorizar esse sonho porque a gente vai de acordo com... Dança conforme a música.” Hoje Rosa se esforça para avançar através do sonho de tornar-se professora, pois acredita que é um projeto possível.

Os caminhos dos filhos de Rosa

O percurso ascendente de Keyla, 32

As lembranças da infância de Keyla assemelham-se muito às de sua mãe: aprendeu cedo a cuidar dos mais pequenos, em especial seus irmãos. Keyla não foi à creche, não tão acessível em sua época, e ficou aos cuidados da família extensa, especialmente a avó quem praticamente a criou e que considera “mãe”. Depois de viver seu primeiro ano de vida em casa alugada pelos pais, em seguida na casa dos avós, aos 5 anos vai para o barraco “*caindo aos pedaços*” na favela, e que ficava ao lado de um córrego. Keyla estudou em escolas públicas do Jaguaré e repetiu um ano do ciclo fundamental por causa de doenças respiratórias. “*Repeti a segunda série porque tive três pneumonias no mesmo ano.*” Algo comum entre crianças que moram em habitações precárias na favela.

Chegou a freqüentar a recreação no Externato Jaguaré, que complementava seu horário escolar. E com cerca de 12 anos começa a trabalhar para ajudar a família, momento em que também retorna à casa dos avós, após a separação dos pais. Sucedem-se trabalhos mais ou menos precários, quase todos sem registro em carteira. O primeiro trabalho é um bico na vizinhança, na produção doméstica, terceirizada, de adereços de cabelo. “*Eu montava arquinhos de cabelo aqui na rua da minha avó com a Socorro, que pegava de uma moça chamada Fábria, e a gente fazia na casa dela*”. A seguir, indicada pela namorada de um “amigo da rua”, trabalha em um stand de calçados, ganhando cerca de um salário mínimo, sem registro. A mãe ou avó sempre vão buscá-la no local, pois sai do serviço ao anoitecer. No ano seguinte a mesma pessoa a indica para trabalhar como doméstica no edifício onde mora, no Jaguaré. Como doméstica, Keyla sente-se discriminada. “*Três ou quatro meses, ganhava muito pouco, não lembro quanto era o salário mínimo, acho que era na época do cruzado ou no comecinho do real. Todo dia era o mesmo serviço e o marido dela ficava me testando, deixando dinheiro em cima dos móveis, da geladeira para ver se eu pegava, eu hein, minha mãe*

nunca me ensinou a fazer isso, falei pra ela que tinha educação, que eu limpava e colocava o dinheiro no mesmo lugar, aí fui embora.”

Em seguida trabalha em Pinheiros como recepcionistas na loja onde são vendidos os arcos de cabelo que já ajudara a fabricar, ganhando um salário, sem carteira assinada. É em 1994 que obtém um salário melhor trabalhando por cerca de 10 meses na lavanderia de um Buffet no bairro da Pompéia, indicada por uma colega da escola – também sem registro em carteira.

Aos 17 anos, Keyla volta a viver com a mãe no barraco onde passou parte da infância para cuidá-la e não deixá-la só após sua cirurgia. De 1995 em diante não conseguiu mais um trabalho fixo, iniciando-se uma longa fase de desemprego. *“Fiquei um tempo parada, mais de ano, aí ia ajudar umas colegas que faziam faxina, eram colegas de escola, de vizinhança. Eu não procurava muito, me dediquei à escola, estava concluindo o colegial, terminei em 96/97.”* A conjuntura nesse momento não é favorável, mas também associa a falta de oportunidades à discriminação racial. *“Eu sei que não me aceitaram, mesmo sendo indicada, por causa da aparência, me chamavam até de insistente. Eu sempre andei arrumadinha, até no pagode eu ia social, todo mundo esporte e eu arrumada. (...) Na loja de calçados tinha gente que queria ser atendida por brancos e no ônibus as pessoas preferem ir em pé do que sentar ao lado de negros.”* Nesse olhar retrospectivo lembra que retornava aos locais para constatar que sempre contratavam uma pessoa branca e nunca uma negra.

Mas em 1998 sua trajetória ocupacional sofre uma transição quando consegue ingressar numa das creches dirigidas pela Congregação Santa Cruz na favela. Por indicação da mãe e de uma companheira de trabalho desta, cobre a licença maternidade de uma pajem de crianças e é contratada em seguida, naquele que é seu único emprego com registro em carteira até então. A partir desse momento, torna-se o grande apoio da mãe, pois os irmãos têm dificuldade em encontrar trabalho e vivem fazendo bicos. Com o dinheiro das primeiras férias ajuda a mãe a reconstruir o segundo barraco em alvenaria. *“Eu peguei o meu dinheiro das férias, eu e meu Tio Amadeu que fizemos lá, mas não ficou muito bom por causa da casa do vizinho, “era parede junto” e como ele fez um sobrado, atrapalhava nossa construção, mesmo depois da reforma ainda vazava água quando chovia, a gente tirava baldes de água. (...) Antes era tudo de madeirite, era aberto, a gente dormia lá no relento, eu e minha mãe, dava medo que entrasse alguém ou que um vento muito forte levasse tudo embora. (...) Era coisa de louco, rato com a gente, buraco, no dia de chuva, então ...(...) . Já segurei telhado com a unha.”*

Voltar a estudar não era algo almejado ou planejado. Mas ao ingressar na creche, e atuar na área de educação infantil, foi avisada, como sua mãe, da necessidade de formar-se na faculdade. Em seu caso, além do vínculo com uma instituição educativa, o processo que a levou a concluir o nível superior de ensino escolaridade foi amplamente sustentado pelas relações com superiores no trabalho e por recursos da própria instituição, que pagou boa parte das mensalidades. Em suas condições, entrar na faculdade era quase uma impossibilidade dado o custo monetário de todo o processo. Mas, também contou com sua mãe, que em parte sacrificou sua própria oportunidade de estudar para ajudar a filha. *“Depois, na creche, a coordenadora insistia pra gente ter a faculdade, que até 2011 todos teriam que ter, era exigência da Prefeitura. Quando eu era criança, queria ser professora, polícia e depois de adulta queria faculdade de música. Depois, para não perder o emprego, eu fiz Pedagogia. (...) Eu não queria muito não, era 2003, aí eu e a Luciene, que trabalha na creche, saiu da cozinha para ser professora, nós prestamos o vestibular e só ela passou, todo mundo fazia pouco de mim na creche, fiquei mal, até passei com a psicóloga, uma senhorinha ótima, ela me fez tentar de novo, aí eu fiz o vestibular e entrei, depois quis desistir por causa do dinheiro (...) Acho que era R\$ 459,00 e o salário R\$ 410,00, fora material, livros, cópias. Entrei em 2003, comecei e depois desisti, ia ficar muito pesado, o meu salário não dava para cobrir, minha mãe ajudava, depois o Padre conseguiu o desconto de 30% e ficou bem melhor, minha mãe continuava me ajudando com o material, apostilas, depois a congregação conseguiu mais um desconto, pagava somente 20%, melhorou bem. Paguei um semestre inteiro, depois ficou bem mais fácil. Eu não tinha tempo para correr atrás de uma bolsa da faculdade.”*

Em fins de 2004, Keyla reencontra um ex-namorado, Sandro, e unem-se. Também é com a mãe que conta nesse momento, pois os dois passam a viver na casa de Rosa. *“A gente dormia na sala, depois a gente foi comprando os móveis juntos, compramos uma moto que está no meu nome, ficamos na minha mãe um ano e pouco, quando eu engravidei do André eu fui embora.”* Em 2006 vão viver de aluguel na própria favela, em uma viela ao lado da casa de Rosa, em um quarto-sala com banheiro.

Para surpresa de Keyla, esse aluguel vai propiciar-lhe o direito a um apartamento no interior do processo de urbanização, pois acaba sendo cadastrada pelas assistentes sociais como moradora do local. *“Eles queriam o nome dos moradores para um novo cadastro, eu expliquei que a gente morava de aluguel, que a dona da casa era a senhora que morava na parte de cima, que a nora dela tinha alugado para nós. Eles*

disseram que aluguel na favela era proibido, a gente não sabia disso, que a gente teria direito ao apartamento, eu disse que não queria confusão, mas ele disse que eles deveriam ter se informado antes e que não teriam direito ao apartamento. (...) Falei que tinha falado que não era a dona da casa, que eu pagava aluguel, eles [locadores] diziam que eu tinha sido pilantra, aproveitadora, juro por Deus, pelo meu filho. Quem tinha que conversar com o pessoal da Schain eram eles, eles foram lá, bateram boca e ainda conseguiram tirar deles trinta e cinco mil, aí eles juntaram com o dinheiro que o filho dela tinha e compraram uma casa fora da favela.” Se Keyla e o companheiro conseguem um apartamento, os “proprietários” da casa na favela, apoiados em negociações no interior da política de urbanização, conseguem sair da favela para a casa própria....

A remoção de sua área ocorre em momento posterior à mudança da mãe, mas quando recebe o Bolsa Aluguel decide morar em Osasco para estar próximo de Rosa. O local é familiar para o marido, que sempre viveu nessa região. Ainda estudando, Keyla conta com uma “logística” familiar para realizar suas múltiplas tarefas: deixava diariamente o filho com a mãe, que o levava consigo para Osasco; aguardava na casa da avó o momento de ir para a faculdade; depois o companheiro a buscava às 22 horas e pegavam o filho na casa de Rosa. “*Aí eu ia fazer comida, meu marido leva marmita, eu ia dormir mais de uma e meia da manhã para acordar quinze para cinco*”.

Transição em sua trajetória habitacional com a mudança para o apartamento em outubro de 2009. “*Eu gostei, pra gente que morou em barraco caindo aos pedaços não tem nem comparação, não chove dentro, não tem rato dentro, o André tem o quarto dele, eu tenho minha liberdade com o pai dele.*” Em Osasco, viveu durante cerca de dois anos em casas de fundo de quintal, partilhando pátio, ambas casas com problemas higiênicos, em especial o mofo, o que provocava alergias no filho. Estranhou viver em Osasco no início, mas acabou por apegar-se à vizinhança, com a qual mantinha mais contato se comparado ao Jaguaré. Compartilhar o pátio não se evidenciou como situação de conflito, mas de troca. “*Sinto falta das pessoas de lá, do quintal, fiz amizades lá, eles me ajudaram muito, tinham o André como neto. O Jaguaré não, eu não tinha amigos na rua, prefiro ficar em casa, não gosto de ficar fofocando não, nem porta aberta eu deixo. Nem nas minhas comadres eu vou. No Jaguaré fiz amizades, mas não gosto de andar nas portas. Eu já conhecia algumas pessoas do nosso bloco, tem famílias de alunos, ex-alunos, não sei o nome de ninguém. Isso não me faz falta, estou feliz assim.*”

Mas a comparação entre viver no atual apartamento, no conjunto habitacional Nova Jaguaré, e a casa anterior não diz respeito apenas às condições de moradia, mas de segurança. Keyla viu morrer muitas pessoas conhecidas, em geral assassinadas por sua ligação com o tráfico ou por dívidas feitas pelo consumo de drogas. *“Lá era um horror, mortos no nosso portão, vi morrer um menino que judiava de mim na escola, o Pereira, o Levi, um menino que andava com um cavalo, o Jorjão, o Chicão, a Marinete, ela sempre foi amiga da nossa família, ela era muito amiga da Nanci, eu escutei tudo, ela era usuária de drogas e um casal vizinho queria tomar a droga dela, ela não quis dar e eles mataram ela. De manhã, a família dela bateu lá em casa, ela tava morta aqui na frente, quase caí quando vi, eu gostava dela. Eu tinha muito medo, lá o Fabio saía para tocar e enquanto ele não voltava, eu não dormia, eu ficava acordada e qualquer barulho me assustava, ficava olhando pela beirada da porta e corria para abrir a porta, nem dormia direito.*

Junto com a mudança de moradia, veio a saída da Congregação por vontade própria. Pediu para ser demitida, para cuidar mais do André que vivia doente, e para cuidar de si mesma, pois se sentia esgotada do trabalho no CEI. Recebeu todos os seus direitos por 11 anos de trabalho na Congregação e pensa na possibilidade de tornar-se funcionária pública na área de educação. *“Vou ficar em casa do meio do ano pra lá, quero descansar a minha cabeça, lidar com o público de lá não é fácil, foi um sofrimento, a família da criança não dá retorno e quem faz Pedagogia, fica biruta, quero dar um tempo, tô prestando concurso público para ser professora de educação infantil, aqui é auxiliar, mesmo que a sala seja sua, eu passei, agora tenho que esperar, tem dois anos para ser chamada, o salário é de R\$ 1.040,00 mais benefícios, condução, cesta básica, meio período, convênio, se for assim ou em alguma escola de meio período, eu volto. Tenho artrose nos dois joelhos, bursite do ombro até o cotovelo, fora as micoses por causa da creche (...) Como eu me formei, eu posso ser professora, de educação infantil, de primeira a quarta, até oitava, coordenadora, diretora e posso trabalhar com recursos humanos, por isso eu quero mudar de área. Meu TCC foi de RH e minha professora da área disse que sou inteligente e tenho tudo para trabalhar com isso. Estudar para continuar na mesmice eu não quero.”*

Para o casal, Rosa e Sandro, viver no apartamento não representa gastos arriscados neste momento. Ela recebeu seus direitos trabalhistas ao sair da Congregação, passou a receber seguro desemprego e, após concurso, aguarda ser chamada pela Prefeitura para trabalhar em escola pública. O marido há cinco anos

trabalha como autônomo para um cartório. Mobiliou a casa como queria, a que virá a ser sua casa própria. *“Por enquanto não está pesado não, meu marido está trabalhando e estou recebendo o seguro-desemprego, recebi a primeira parcela essa semana, estava escrito R\$ 707, mas veio R\$ 730, que alegria. Ele paga o carnê da sala e do armário da cozinha, as coisas de comer, eu pago água, luz e o carnê do quarto do André.”*

Se Keyla melhorou de vida, sua visão dos mais pobres na favela, especialmente o público que atendia no CEI sua visão é ambivalente. *“Ah, muita pobreza, a prioridade é sempre para o pessoal da Dracena e Diogo Pires. Na Santa Luzia, vem muita criança da Barão e da Praça Onze lá tem crianças bem menos pobres que as daqui, acho que não é nem o lugar e sim vem da família, condições de vida, emprego, desemprego, você vê tanta gente aqui sem sair pra trabalhar, está em casa dormindo, “batendo beira”, mulher que coça o dia inteiro”.*

Flávio, 31

A “ilusão” do futebol, o samba

E a busca de uma “carreira” em empresa

Quando Flávio nasceu, em 1979, sua mãe não tinha acesso ao INPS e deu à luz no Amparo Maternal – do qual Rosa se lembra como *“hospital da mãe solteira”*. Mas quando Rosa passou a trabalhar no Externato, ao lado dos cuidados no interior da família extensa, tanto Fábio, como Eder, freqüentaram até os seis anos a creche da instituição, e depois, após o período escolar, a recreação no CJ (Centro da Juventude) da Congregação, onde mais tarde Rosa viria a trabalhar.

Além de brincar na rua em frente à favela e nadar na mina de água que descia desde o Relógio do Jaguaré, jogar bola sempre foi uma paixão, e ele, o irmão, Eder, e os amigos sempre jogavam no “campinho” próximo ao barraco onde vivia. A paixão pelo futebol e pelo samba, a possibilidade de ganhar a vida e ascender no campo do esporte ou no mundo artístico o acompanharam desde a infância. Mas sob rígido controle da mãe, avós e tias, Flávio não deixou de estudar e começou a trabalhar aos 13 anos, sem abandonar a bola, nem a música. Seu primeiro trabalho coincide com o período de expulsão de seu pai de casa por Rosa, o que o entristeceu e o fez tomar a decisão, junto com os outros irmãos de morar na casa da avó.

Mas Rosa também precisava de sua ajuda, e enquanto trabalhou na adolescência, Flávio a ajudou. Aos 13 anos, seu primeiro trabalho foi de ajudante de um sapateiro da vizinhança. Em seguida, passou a trabalhar com um tio, cunhado de Rosa, carregando e descarregando caminhão. Trabalhar com seu tio Olímpio sempre foi atividade que exerceu de forma intermitente quando estava desempregado. *“É, ficava e saía, ficava um ano e depois ia procurar emprego, depois do Correio foi lá, eu fiquei muito tempo com o meu tio. Trabalhava e depois eu parava de trabalhar, às vezes eu procurava emprego e não achava, era difícil é porque tipo assim, esse negócio de jogar bola, essas coisa, e eu nunca procurei curso, aí era mais difícil eu arrumar emprego, sem curso, essas coisas. Aí eu sempre, eu jogava bola, aí fazia um biquinho com ele de novo, sabe? (...) Eu saía do meu Tio Olimpio, arrumava um biquinho, e depois voltava de novo, sempre foi assim. Procurava outro emprego, não achava, voltava pro Tio Olimpio.”*

O primeiro emprego com carteira e com o qual pode ajudar muito Rosa, foi obtido em 1993, com 15 anos, no então Centro da Juventude, pertencente à Congregação, onde sua mãe já trabalhava, e onde Fábio permanecia após o período escolar. Conseguiu a vaga por meio através de uma assistente que trouxe o projeto de oportunidades de trabalho para menores carentes para a Congregação. *“Recebia quatorze cruzados, era cruzado, né? Acho que é, vixe minha carteira até hoje, quando eu olho vejo os quatorze lá, aí, lá era bom, tinha cesta básica, tíquete, dava a cesta básica pra vó.(...) Lá era bom, comprei minha roupa de marca, era só roupa de marca, só na estica, rs,rs. Lá era bom pra trabalhar. (...) lá o meu contrato acabou com dezoito, faltava um mês pra completar dezoito anos.”*

Aos 18 anos ainda cursava o primeiro ano do Ensino Médio. Depois desse trabalho trabalhou para um vendedor de batatas, junto com o irmão, primos e amigos da rua. E, então, por volta de 1999-2000, voltou a trabalhar novamente com seu tio, que então passava por boa fase econômica. *“Ele tinha uma firma, uma firma terceirizada, trabalhava pra Bunge, que antes era a Santista, aí ele prestava serviço pra Bunge, só que era a firma dele, firma dele mesmo, aí depois da Bunge, ele saiu da Bunge e fez um contrato com a Perdigão. Quando ele trabalhava com a Perdigão ele me pagava certinho, não era registrado, mas era certinho, ele pagava sim. Eu falo, assim, que ele não pagou, mas quando ele trabalhava na Perdigão, sempre pagava certinho, ele pagava, ele deu um dinheiro a mais pra mim, pagava tudo certinho, sempre no final do ano dava décimo terceiro e um pouco mais, sabe? Lá era bom, lá era bom, ele tinha lá*

quatro caminhões. Ele primeiro trabalhou de empregado, mas depois um rapaz que é dono da ALS agora chamou ele pra fazer uma sociedade, aí ele fez sociedade com o rapaz e depois ele fez a própria firma dele.”

Nessa fase, concluiu o Ensino Médio, passando um longo tempo trabalhando de forma intermitente com o tio e realizando bicos no bairro. A conjuntura econômica de 2000 em diante, sobretudo o trabalho para jovens como Flávio, não é favorável. *“Quando eu saí do Correio, fui trabalhar na batata, foi quando eu saí, era difícil procurar emprego, meus amigos tinham curso, tinha gente que tinha SENAI e tudo e não arrumava emprego, aí eu via que nessa hora não era só eu, sabe? Eu ficava procurando e achava que era comigo, mas meus amigos tinham SENAI, tinham tudo e não arrumavam emprego também. Depois que eu saí do Correio foi quando eu comecei a procurar emprego, entregar currículo, essas coisa, aí foi que tava complicado, não achava emprego.”* Daí aproveitar a oferta quase sempre presente de bicos como servente de pedreiro em obras de pequena monta no bairro e mesmo dentro da favela. *“Bico sempre tem, sempre tem construção aqui, construir barraco, casa, no Jaguaré, aqui, a gente carregava areia, pedra pro pessoal, aqui assim mesmo, pro pessoal que ia construir casa, a gente fazia bico assim, tipo servente de pedreiro, sabe essas coisa assim? (...) Procurava, na caruda, tem que chegar: quem é o encarregado aqui? Pega você, fica uma semana, faz um teste, eu sempre peguei peso, só que o pessoal que via a gente meio magrelinho, não confiava, a maioria é esses baiano forte, pode ver, cara mais troncudo, mas foi indo assim. (...)”*

Nas conversas e entrevistas em 2010, além de apontar com veemência a necessidade de “cartucho” para conseguir trabalho, ou alguém que indique, e se experiência de trabalho torna-se mais difícil compor uma esfera de colegas de trabalho que, uma vez inseridos em algum emprego, possam indicá-lo. Também passa a enfatizar a importância da formação e o privilégio de poder trabalhar próximo de casa. E reconhece a tentação que era ficar jogando futebol. *“Tem que ter cartucho, você conhece alguém da firma, alguém que trabalhe lá já, trecho inaudível só assim que entra, só assim que entra. Sempre foi assim, antes era assim também, tem que ter cartucho. Teve um tempo que não, quer dizer tem firma que não, você vai lá, ou eles te pegam pelo seu currículo, pela sua experiência, pelo que você faz. Tem firma que é só com cartucho, você conhecer o dono, ou alguém que conhece o dono, o encarregado, ou alguém do RH, sempre foi assim, e a gente assim novão, sempre morou aqui, então*

não tinha, não conhecia ninguém que trabalhasse assim em firma grande, então pra gente sempre foi difícil. (...) Por aqui, as firmas que tem aqui sempre foi firma grande, Colgate, Bunge, nome inaudível, tudo grande, tem que ter cartucho, é só com cartucho. A gente sempre levou currículo, mas nunca foi selecionado, nenhum da gente. Direto na firma. (...) Era fazer curso, mas eu nunca fiz, tipo assim: CNC, máquinas de torno, essas máquinas que tem, e eu nunca fiz, nem o Lucas, o Luquinha, ele é torneiro-mecânico, só que é difícil de arrumar serviço de torneiro-mecânico, porque era só assim, tipo em multinacional, mais em Guarulhos, essas firma assim, sabe?

Numa conjuntura difícil para obtenção de um emprego, Flávio divide seu tempo entre os bicos, a busca de trabalho, jogar futebol e investir na carreira de músico. Desde 2000 integra um grupo de pagode, o Luz Divina, realizando apresentações que por vezes rende algum trocado. *“Nesse grupo que eu conheci casa grande, Carioca Clube, umas casa grande. É uma casa de show lá em Pinheiros, nós tocava direto lá, até o hoje o cara chama nós pra tocar lá, lá vai o Exalta Samba, Fundo de Quintal, Beth Carvalho, Zeca Pagodinho.”* E dado que considera o Jaguaré uma região favorável para a obtenção de trabalho, não vê vantagens em ir mais longe, conciliando assim todas as suas atividades no bairro. *“Vamos supor Guarulhos, esses lados assim, Penha, a gente não ia pra lá, só procurava emprego aqui, pra nós era tudo Jaguaré, tudo no Jaguaré, porque aqui é bom, sempre foi bom, assim, trabalhar perto de casa, a gente ficava nessa ilusão, trabalhar perto de casa, jogar bola, a gente queria ser jogador, a gente jogava e todo mundo sempre elogiou a gente. A gente não se preocupou muito, a gente ficou mais com esse negócio de futebol.”*

Apenas em 2006 consegue um emprego, sem carteira assinada, em uma empresa terceirizada voltada para a assistência técnica de aparelhos de ar condicionado. Foi indicado pela irmã da namorada. Permanece cerca de um ano e decide sair porque o dono da empresa não paga o combinado – 700 reais e não os 400 que recebe. *“Aí eu saí de lá e comecei a procurar emprego de novo, eu trabalhava com o meu tio e tinha vez que eu faltava para poder procurar emprego.”* Mas também não permanece muito tempo com seu tio Olímpio, que agora também não tem uma situação tão favorável e não paga seu salário regularmente. *“Com o tio, trabalhava muito e recebia pouco, ele me enrolava, tinha muita conta, ele tinha uma firma, aí fechou a firma e ele ficou devendo pra um monte de gente. Trabalha com os parentes, ele pensa: parente espera, né? Ganhava uns 500, mas o certo para mim era 700, a gente combinou 700, mas ele nunca dava, tinha vez que dava, tinha vez que não.”*

No final de 2008, Flávio, que decidira morar na casa da avó e não acompanhar a mãe em Osasco, muda com esta para o apartamento no novo conjunto na favela, o que aparece como uma profunda transição em termos habitacionais em comparação à situação anterior. *“Quando chovia tinha que pegar um caiaque pra dormir dentro, porque era feia a coisa. Aí quando desmanchou aqui começou o tormento dos ratos, os ratos eram grandes, isso em 2006 (...) Aqui foi bom, aqui a gente não se preocupa com chuva, com rato, com nada. Não tem barulho, é sossegado aqui, só pra dormir é meio quente, o calor aqui... não pode abrir janela que os outros passam e ficam olhando. No calor a gente não dorme. Falei pra mãe que é pra abrir a janela, mas ela tem medo.”*

Já a segurança contra a violência local tem mais a ver na percepção de Fábio com mudanças no interior das práticas criminosas, como, mais recentemente, a atuação do PCC na favela. A primeira metade dos anos 2000 aparece pontuada pelo assassinato de pessoas conhecidas em frente à sua casa, situação que seu ver teria sido bastante atenuada a partir de 2, 3 anos para cá. *“Aqui já vi, quando era pequeno, quando era adolescente, que eu vi mais morte aqui, agora matar uma pessoa aqui é difícil. Faz mais de dois anos, agora tá sossegado. (...) O cara pode dar dez murros na sua cara, ele tem que apanhar e depois vão resolver isso aí. Falar que o cara fez isso ou aquilo. Eles mandam até os caras deles matar. (...) Na época do Jorjão [traficante e vizinho na Rua Lealdade] ia pro pagode e só podia voltar de manhã, não podia voltar antes, uma vez vieram atrás da gente. Eu toco aqui. Ia pro pagode e só voltava de manhã, não podia voltar de madrugada. Tinha um mato grande e os caras se escondiam lá. Quando eu saía, só chegava de manhã.”* Logo, nova transição desse ponto de vista, porque em certa medida viver ficou mais sossegado, embora furtos, roubos ou mortes com balas perdidas continuem presente na favela e arredores.

É em 2009 que suas perspectivas em relação ao trabalho começam a mudar. Com 29 anos, tendo o trabalho no Correio como única experiência de emprego com registro em carteira, garante de direitos, ingressa em empresa terceirizada que descarrega bases de antenas de celular em prédios. Após 4 meses decide sair, pois não é registrado como prometido, e a empresa passa por dificuldades: *“Não recebi salário-desemprego, salário-desemprego acho que é cinco meses fiquei quatro meses, três meses e pouco, só que eles fizeram acordo, eles pagaram. Óh, a primeira vez que eu fiquei lá, fiquei dois meses, era um contrato, na carteira e tudo, quando acabou o contrato, me chamaram e falaram que depois de três meses iam me registrar, mas não me registraram”* Fábio quis processar judicialmente o dono, como outros fizeram,

inclusive com ameaças antes. *“Não adianta brigar, se um dia ele abrir uma firma maior pode me chamar”*.

No início de 2010 consegue emprego numa empresa de roupas infantis, a Tip Top, o que faz Flávio reavaliar seus projetos pessoais. É indicado pela amiga de uma prima que vive com a avó e que trabalha na Tip Top como secretária no setor de enfermagem. *“Ela é assistente da enfermeira, que faz assim, a agenda pra pessoa ir no médico, pra enfermaria, ela que arrumou pra mim, todo mundo gosta dela lá, ela levou meu currículo e perguntaram se eu era uma boa pessoa, tudo, aí me indicou lá dentro, aí no outro dia me chamaram, eu fiz exame médico e na segunda-feira comecei a trabalhar. (...)”*

Negro, Fábio é tratado como tal na empresa, sempre em brincadeiras entre os companheiros de trabalho. Mas não reclama do preconceito, leva em tom de brincadeira, embora a irmã e a mãe, e mesmo a namorada, sintam-se ofendidas por ele. *“Aí tem o Jacó, é o cara que dá a maior força pra mim, tipo assim, o serviço que eu não sei ele ensina, ele trabalha na elétrica também, ele é tiozinho, sabe? Gostou de mim desde que eu entrei lá, ele me chama de Mumu da Mangueira (rs, RS) é o Mussum que eles falam, sou o Mussum, lá tem um monte de apelido, Bochecha, Mumu da Mangueira, Neguinho, aí colocaram a foto, foi ele que pegou a foto, tava olhando o jornal: ó o Fabio aí! Chamou todo mundo pra ver, o chefe, todo mundo. O negão lá de peruca amarela, com os peitão lá, eles fica zuando, por causa do neguinho, preto e japonês é tudo igual, eles falam. Preto e japonês é tudo igual, preto é tudo irmão, tudo igual e japonês também, eles falam que é tudo da minha família.”* Mas para Rosa, sua mãe, isso é a expressão de uma única coisa: *“Preto não tem nome.”*

Se até então era na carreira de músico que Fábio contava para “subir” na vida, o emprego na Tip Top, primeiro no setor de manutenção, depois no setor de elétrica, abrem uma nova perspectiva. A empresa é grande, Fábio gosta do trabalho, do ambiente de companheirismo, foi incentivado a inscrever-se em cursos técnicos do SENAI, e já se inscreveu, para “subir na empresa”, não pensa abandonar a música, mas com o ingresso na Tip Top acha que pode “subir” de outra forma. *“Fazer o curso, subir na empresa, ganhar dinheiro, ter meu carro, não sei se eu vou casar, se vai ser com a Juliana. É isso, ter dinheiro, ter minha casa minha família. É, pra poder crescer lá, mas não é um curso só, não. Vixe, tem uns três cursos que eu quero fazer. (...) É, eu gosto de fazer isso e também dá dinheiro, né? Eu quero fazer o cursos, ganhar dinheiro, ter meu carro, minha casa, minha família, ser feliz, né?”*

Eder, 30***Um percurso dependente***

Eder foi o “filho-problema” de Rosa. Não se adaptou na escola, as professoras sempre diziam que tinha problemas de comportamento e mesmo de desenvolvimento. Eder não conseguiu permanecer em nenhuma escola e acabou por desistir de estudar. *“Com seis anos eu fui pro Henrique Dumont Villares, eu não sou fã de escola não, na maioria das vezes eu cabulava aula, comia a merenda e ia embora, a Keyla me deixava num portão e eu saía pelo outro, eu não gostava de estudar, não tinha paciência para ficar copiando, lendo e tinha dificuldade com a tabuada, a professora cobrava, mas eu não entendia, a gente ficava jogando bola, quando tocava o sinal, a gente ia embora (...) eu estudei em várias escolas, no Maria Eugenia era a mesma coisa, entrava, jogava bola e ia embora, só melhorei um pouco quando fazia supletivo no João Costa, minha mãe também estudava lá, depois enjoei e abandonei, até hoje estou sem estudar. Fiz só até a quarta. A minha mãe queria que eu estudasse, mas não deu.”*

Quando os pais se separaram decidiu, como os irmãos, morar com os avós. *“Era legal, sempre cheia, de vez em quando tinha uns conflitos entre os primos, mas a família é legal. Com 18 anos eu morava na minha avó, eu não gostava de morar com a minha mãe, ela punha ordem, tinha que jantar cedo, dormir cedo, às vezes a gente jantava às 6 horas, 8 horas tinha que dormir, a minha avó deixava ficar na rua até mais tarde, quando minha tia mandava, a gente entrava, era mais legal.”* Na casa da avó sempre haviam festas regadas a samba, uma paixão sua, como para Fábio – de fato, para toda a família extensa.

Mas, desde a infância foi desenvolvendo diversos medos e na adolescência começou a apresentar sintomas de síndrome do pânico, o que acabaria por comprometer enormemente seu ingresso no mercado de trabalho. O trabalho mais freqüente, sempre de forma intermitente, foi na empresa de distribuição do tio, carregando e descarregando caminhões, até entrar em conflito com uma prima e o próprio tio. No início dos anos 2000 realizou o mesmo tipo de trabalho desta vez com o marido de uma prima, que morava na vizinhança. *“Ela é sobrinha do meu finado avô. (...) Era ajudante geral, fiquei uns dez meses lá. Teve um boato que eu não queria trabalhar, eu entrei para tomar um café na minha avó e quando ele passou para me pegar, falaram que eu estava*

me escondendo dele. Aí ele pegou um chapa para trabalhar. Acho que foi desculpa porque eu nunca tava cano nele, só faltava se estava doente.” Mas a partir dessa época, seu estado de saúde piorou e aos poucos foi deixando de buscar trabalho. *“Minha mão formigava, doía minha cabeça e eu achava que ia morrer. Começou a me dar mal-estar, nem ia procurar emprego, tinha medo de ficar em casa sozinho.”* Durante a entrevista Eder tinha muita dificuldade de lembrar datas de quando trabalhou, e as referências sempre são diversos bicos que não duravam por vezes nem uma semana – como bicos servente de pedreiro, acompanhando um outro tio, filho de criação da mãe.

Em função de seus problemas de saúde teve um percurso de muita dependência familiar. Saúde que ficou ainda mais abalada, como lembra, pelo impacto emocional do assassinato de pessoas conhecidas onde morava, especialmente a morte de um amigo. *“Quando minha mãe morava na Lealdade morria gente de dois em dois dias, agora sossegou. Mataram um colega meu ali, tem uns cinco anos que ele faleceu, ele usava drogas, mas não mexia com ninguém, era sossegado, ia nos bailes com ele, ele era legal. Depois que mataram ele, fiquei com medo de sair, de ficar sozinho, tinha medo que quem matou ele quisesse me matar também. Queria ficar sozinho, isolado, chorando, não queria conversar com ninguém, nem com a minha mãe, piorou depois da morte dele.”*

Dos filhos de Rosa, Eder é o que decidiu ficar mais tempo morando com a avó, onde boa parte dos membros da família extensa – muitas crianças – dependia da pensão de dona Ianiá. Chegaram a passar fome em alguns momentos, especialmente quando não podiam contar com a ajuda do tio Olímpio, quando seu negócio não ia bem, como em finais dos anos 90. *“Ah, foi, tinha comida de noite, mas de manhã era difícil, minha avó tinha tontura, passava mal de fome, as crianças também. A gente fazia “toalha” com farinha, água e sal, a gente fRosava e comia com café, parece massa de panqueca, mas sem leite, com água. (...) Meu tio às vezes mandava pão para a avó, mas não era sempre, minha mãe deixava o pão pago por mês e a gente pegava lá no Mercado do Cobra, na Barão. Ela sempre ajudou, fazia compras para a minha avó, meu Tio Olimpio também, comprava o gás, quem ajudavam mais eram eles.”*

Mas em 2005 ocorre uma profunda transição em sua vida. Conhece Edna, 53, uma vizinha muito próxima, com quem pouco tinha contato. Conhecia seu filho, que de vez em quando lhe pedia emprestado o cavaquinho. *“Conheci ela no boteco, no Bar do Nardinho, em frente à casa da minha avó, no primeiro dia minha tia me tesourou, era aniversário dela, a gente se conheceu e fiquei interessado”.* Começaram a namorar,

primeiro escondido de sua mãe, mas logo Rosa ficou a par, através da filha Keyla, que não quis mentir para a mãe. Quando Rosa mudou-se para Osasco, Eder foi aos poucos levando suas coisas para a casa de Edna, na favela.

Quando Eder foi morar com Edna, todos os filhos desta trabalhavam. Em 2007 também foram removidos e conseguiram instalar-se em uma casa alugada, próximo à favela. (...) *“Melhorou um pouco, não se ouve que mataram fulano, beltrano, lá tinha muita gente ruim, onde a gente mora é sossegado, são quase todos vizinhos, conhecidos da gente, lá é mais organizado, a gente se dá bem.”*

Desde que mora com Edna, Eder conseguiu dois trabalhos. Permaneceu catorze dias em uma empresa que prestava serviços de forma terceirizada para o Tribunal Regional do Trabalho. do Trabalho, atuando no almoxarifado. *“Fizeram uma sacanagem comigo, disseram que a firma perdeu o posto e entrou outra empresa, mandaram a gente que era novo embora, fui até Mauá, no RH, e me disseram que eu não tinha direito a nada, fiquei chateado, fui no banco e tinha R\$ 129,00, saquei R\$ 120,00, depois fui no escritório tinha uma papel que dizia que eu faltei 7 dias, eu nunca faltei, ia no advogado, mas desisti, eles não pegam esses assuntos.”*

No início de 2008 conseguiu trabalhar quase durante um ano em uma empresa terceirizada que prestava serviços para o Compre Bem. Não chegava a receber um salário mínimo – 250 reais -, não foi registrado, mas se sentiu feliz no emprego. Foi um colega com quem jogava bola que o indicou. *“Ele conhecia um rapaz que tava precisando, ele me indicou pro Seu Felício, marcou o dia, comecei a trabalhar em 13 de janeiro de 2008, lá foi bom, era entregador de compras, levava na casa das pessoas, ia de perua, o Seu Felício dirigia, ele fazia bico lá também, prestava serviços pro CompreBem, mas não era contratado por eles. Ele ganhava por entrega, era por conta. Ele pagava R\$ 250,00, depois a esposa dele ajudava com R\$ 50,00 da cesta básica. Era falou que eu era educado, trabalhador e começou a me ajudar. (...) Era bico, fiquei lá um ano, dizem que o gerente que entrou era racista e ele mandou uma porção de gente embora, quem era moreno, a frente de caixa, o cartazista e também o Seu Felício. (...) Não fiz mais nada, lá eu não tinha crise, estava bem, o ambiente era legal, na hora do almoço, no refeitório, a gente ficava lá, tinha sala de jogos, ficava jogando com meus colegas, conversava com as meninas, quero arrumar um emprego desses de novo.”*

Vai praticamente todas as semanas, por vezes dias seguidos ao AMA, e apesar do acesso aos serviços de saúde, ainda não conseguiu resolver seu problema. Hoje, além da mãe Rosa e de sua extensa família, é Edna que cuida de Eder e lhe dá apoio em todos

os sentidos. *“A Edna e minha mãe me levaram no regional de Osasco, me fizeram passar com o psiquiatra, a médica me examinou, me deu remédio para dor, me deu as crises lá, passei no saúde mental, não me dei bem com os remédios. Depois eu ia no AMA, há uns dois anos, quase todo dia eu estava lá, me sentia mal, tinha palpitação, fazia eletro, não davam nada, só injeção, Voltaren, remédio para náuseas. Falaram que era para fazer acompanhamento no posto, mas demora muito para ter a consulta, o clínico não era bom, o funcionário me falou, passei com ele e ele parecia bobão, disse que eu tinha passado mal no jogo de futebol, ele me assustou, passei com outra médica, mas não gostei também. Não vou passar mais no postinho, não. No saúde mental eu não consegui porque o encaminhamento tinha que ser do posto de saúde do Jaguaré, passei por um psiquiatra, me indicou pro PS da Lapa, mas não consegui por causa do encaminhamento. O clínico me deu e eu estou esperando até hoje a ligação dele. Me deu uma crise, fui no AMA, passei com a assistente social, ela me disse que tinha que passar no clínico, ela tentou me ajudar mas não conseguiu. Às vezes, eu consigo me controlar nas crises, ontem fui jogar com o meu colega, comecei a passar mal (...) eu vou tentando, na comunidade da Santa Luzia, tem os psicólogos, não fui ainda porque tenho vergonha de ir sozinho. Eu tenho que buscar ajuda, mas sou meio sossegado, tenho vergonha, não sei falar direito, tenho vergonha de me tratar, de me cuidar, a Edna me dá apoio, mesmo tirando sarro de mim, mas ela está certa. Eu desencano, mas depois as crises voltam.”*

Além de Edna, em sua casa todos os filhos trabalham o que gera uma renda familiar de cerca de 3 mil reais. O sonho de Eder hoje é conseguir trabalhar. Atualmente conseguiu um bico no conjunto habitacional onde vive com Edna, limpar quinzenalmente as caixas de gordura, recebendo ao mês R\$ 60,00, neste caso, foi “contratado” pelo síndico. *“Maior dificuldade foi o ano passado, não fiz nada, minha mulher comprou a roupa e minha irmã, o sapato para eu passar o Natal, quando eu jogava e ganhava no caça-níqueis, sempre entrava algum, uma vez com 6 eu ganhei 60 reais, depois perdi tudo na mesma máquina. Faz dois anos que minha mãe, a Keyla e a Edna me ajudam, fico até com vergonha por não trabalhar. Se Deus quiser, vou me tratar, trabalhar e cuidar da minha família. (...) Arrumar um serviço, mesmo que fosse pra varrer rua, não quero me sentir mal, quero trabalhar, nem que seja de ajudante geral, mas quero registrado, bico não é vantagem, não. Algumas pessoas te olham diferente porque você não trabalha, não te chamam para baladinha porque você não trabalha, os próprios parentes.(...)”*

Elza, seu porto seguro

Elza é antiga moradora da Vila Nova Jaguaré. Chegou com um ano de idade, e viveu em várias localidades da favela. Casou-se, teve 4 filhos, separou-se, e conseguiu após morar em um pedaço do barraco dos pais, na “Linha”, conseguiu um barraco o início de uma área de encosta. O teto do telhado chegou a desmoronar num dia de chuva, mas ela e os filhos se salvaram graças à ajuda de vizinhos. Trabalha na mesma casa de família há 15 anos, em Cotia, recebendo um salário de 700 reais, com carteira e cesta básica. Conseguiu o emprego quando trabalhava em Osasco, como enfermeira em um hospital, e conheceu um casal de médicos que a convidaram para trabalhar em sua casa como babá. Oposto de enfermeira foi obtido depois de cursar enfermagem em curso básico oferecido pelo Externato Jaguaré, organizado por freiras da Congregação de Santa Cruz.

Capítulo 7

Melhoria de Vida III

Jorge e Ana

Vivendo no “centro” mais antigo da Vila Nova, o casal Jorge e Ana conquistou muitas coisas ao longo de suas vidas. Se não chegaram à casa própria, vivem em um bom sobrado, ampliando, e com melhorias tanto internas como externas. Ana já fez faculdade, assim como sua filha. E o filho caçula deve seguir o mesmo caminho. Todos, exceto Jorge, esperam aceder a boas posições ocupacionais, ganhando melhores salários no futuro. Jorge se adaptou a trabalhar em seu bar e realiza diversos bicos na própria Vila Nova Jaguaré, pois é muito conhecido. Ultimamente, vem trabalhando como segurança para equipes que vem rodar longa metragens na favela.

Jorge, 45

Nascido em 1964 em São João do Paraíso, Minas Gerais, Jorge passou sua infância com a família morando em sítio com os irmãos. Aos 13 anos começou a trabalhar em firmas de reflorestamento, com carteira assinada, pelo Funrural, até o período de alistamento militar, meses antes de completar 18 anos. Ao começar a trabalhar, interrompeu seus estudos na 7ª série do 1º grau. Quando completou a maioridade decidiu vir para São Paulo com irmãos. *“Viemos porque o custo de vida lá era muito difícil para a gente e aqui em São Paulo a gente ia tentar ter alguma oportunidade para tentar atingir nossos objetivos”*.

Na chegada à cidade em 1982, ele e os irmãos contam com o apoio da rede de conterrâneos por meio da qual Jorge encontra um lugar para morar – uma vaga em pensão no bairro de Perdizes – e o primeiro emprego, com carteira assinada, como porteiro de um edifício residencial no mesmo bairro. Se relações sociais primárias garantem num primeiro momento uma situação empregatícia estável, o contexto de trabalho permite a construção de relações pessoais diferenciadas que vão abrir-lhe caminho para rápida ascensão na cidade: no final de 1984, um dos moradores do edifício, proprietário de uma confecção de artigos infantis no Jaguaré, o convida para

trabalhar como *office boy* em sua empresa. “*Ele me conheceu, gostou muito de mim e me convidou para trabalhar com ele, então, entrei para trabalhar como office boy, mas fui desenvolvendo, troquei de cargo umas 4 a 5 vezes.*”

Transições: trabalho, casamento e moradia na favela

No primeiro ano na confecção Jorge é promovido e passa a trabalhar como auxiliar de almoxarifado. Conhece Ana, que trabalha no setor de produção, e depois de cerca de um ano de namoro, casam-se em 1986 e residem inicialmente no barraco dos pais de Ana, na favela Vila Nova Jaguaré. Ana e seus pais migraram ainda na década de 70, e estabeleceram-se na Vila Nova Jaguaré através do apoio de parentes que já viviam ali – em certo sentido, uma “comunidade transplantada” de paraibanos (Marques, 2010), que mais tarde de dispersariam na cidade, sem perder o contato. Logo, ao casar-se, Jorge passa a integrar uma nova família, extensa.

A baixa escolaridade não representa então um empecilho para uma carreira ascendente no setor administrativo da empresa, e seguem-se os cargos de encarregado de almoxarifado, auxiliar de compras, encarregado de compras e chefe de compras. Ainda em 1987 nasce a primeira filha, Daniela, e logo em seguida, com uma situação financeira confortável, o casal decide morar fora da favela, em casa alugada próximo ao centro comercial local. Mas a crise econômica dos anos do governo Collor atinge a empresa e optam por sair do aluguel e voltar para a favela. “*Moramos um tempo lá e achamos que naquela época tínhamos condições e alugamos uma casa, mas quando vi que a firma estava fracassando, que o negócio estava meio ruim, ao invés de ficar pagando aluguel decidi comprar esse barraco*”. Localizado na Pça. Onze, o barraco foi comprado à vista com a ajuda de um primo de Ana que empresta parte do dinheiro, logo devolvido. A configuração familiar extensa da qual Jorge passa a fazer parte sempre terá papel importante em suas condições de vida; mas é no interior de algumas relações diádicas dentro da família, como a que mantém com o primo de Ana, marcada pela

amizade – e, assim, pela confiança pessoal -, que podem contar com recursos maiores, em trocas sempre marcadas por reciprocidade imediata.

Jorge sai da confecção em janeiro de 1992 e conta durante alguns meses com o salário-desemprego, aguardando receber seus direitos trabalhistas. No final desse ano consegue outro emprego como porteiro de uma empresa de ônibus, por indicação de um primo que trabalha ali, um dos poucos familiares com quem mantém então contato, e que mora fora do Jaguaré. Na mesma época, Jorge e Ana trocam seu barraco por outro, situado em área maior, numa negociação comum entre moradores de favelas, dando início à construção da casa de alvenaria. Investe na casa o dinheiro da indenização recebida, dinheiro que por sua vez foi multiplicado pela oferta de crédito informal a colegas do novo trabalho, o que revela um encadeamento virtuoso de fatores favoráveis que começa pela sua ascensão na empresa, o longo período trabalhado e a garantia e recebimento dos direitos ligados ao trabalho, o uso de sua experiência de negociante e a confiança dos companheiros de trabalho. *“Hoje eles chamam de agiota, mas eu comecei a fazer os empréstimos e isso me ajudou bastante, ou seja, levantei um dinheiro bom com isso e aí foi na época que investi tudo aqui. Eu trabalhava como porteiro da empresa de ônibus, era a Ipojucatur, e comecei a fazer esses empréstimos para os funcionários de lá”*.

No período de construção moram por vários meses na casa do mesmo primo de Ana que emprestara o dinheiro para a compra do primeiro barraco. A obra é feita quase inteiramente com mão de obra contratada na favela. *“Foi tudo contratado, não tive ajuda, ou seja, houve algumas ajudas, mas foram indiretamente (...) mas para construir mesmo foi tudo contratado, houve algumas ajudas, mas foi para encher uma laje e essas coisas.”* Construíram num primeiro momento a parte térrea - sala, cozinha, banheiro e área de serviço – e mudaram-se; poucos meses depois deram sequência à obra, levantando o sobrado com mais dois cômodos e um banheiro no piso superior – um total de 180 m² de área construída. Na frente da moradia abriram uma mercearia, doravante um ativo central para garantir rendimentos e o bem estar da família.

Em 2008 a percepção de Jorge era a de ter visto “muitas evoluções” na favela daquele momento em diante. *“Aqui era muito feio, era tudo barraco de madeira, barro, mas hoje evoluiu bastante.(...) Não digo no saneamento, mas houve concretagem nas ruas e os moradores foram construindo suas casas devagarzinho.”* Quando chegou à favela, a água já havia sido canalizada pela Sabesp. Nos anos seguintes, viu chegar instalações elétricas e o serviço de coleta de lixo. *“A única coisa que a prefeitura*

melhorou um pouco foram as instalações elétricas, luz, água, que a Sabesp também teve uma participação para melhorar, porque antigamente nem água o pessoal tinha aqui. (...) Coleta de lixo aqui é excelente, eles fazem diariamente. [Hoje] O caminhão passa como se tivesse passando em Alphaville ou no Morumbi. Normal.”

Em suas lembranças e em sua experiência pessoal, o relato de Jorge converge com estudos que mostram melhorias nas condições sociais das favelas e o paulatino acesso a políticas públicas desde os anos 80, ainda que permaneçam importantes desigualdades, particularmente no que diz respeito à infra-estrutura sanitária (Torres, Bichir, Figueiredo, 2004; Saraiva. Marques, 2005): ainda não houve canalização do esgoto e este foi coberto por iniciativa dos próprios moradores. (...) *Para ter uma idéia essa nossa viela era um esgoto à céu aberto. Nós que fizemos a cobertura. Aprofundamos mais ou menos 80 cm, colocamos laterais de bloco de cimento, passamos cimento no fundo, no chão e cobrimos com placas e jogamos concreto por cima. Ficou como se fosse asfaltado. Mas foi feito por nós. Hoje você vê esgoto a céu aberto em poucos lugares. A maioria é coberto. Aqui é muito declinado, então quando pega um esgoto para baixo não tem como entupir. Só que tem outros lugares que às vezes entope que são esses lugares mais planos, que não tem caída. Mas aí os próprios moradores vão lá e desentopem.”*

Se há um salto nas condições de moradia, inclusive com a abertura de um comércio, ao longo da década de 90 a trajetória ocupacional de Jorge entra em descenso e estagnação se comparado aos cargos e ganhos recebidos no emprego na fábrica de confecção. Em parte isso é compensado pelo pequeno comércio, que nessa fase é um negócio lucrativo. De porteiro de empresa de ônibus, passa um ano sem trabalhar em firmas, e no final de 1994 volta a trabalhar, desta vez como forneiro em uma metalúrgica no Jaguaré, indicado por um vizinho que é empregado no local. Sai em 1996 e trabalha cerca de quatro anos apenas na mercearia, que então se torna a principal fonte de renda da família, complementada pelo rendimento do trabalho de Ana, que em 1995 também volta a ter um emprego.

Tempos difíceis, mas nem tanto

A partir de 1999, com a abertura de uma padaria e mercadinho quase ao lado de sua casa, Jorge começa a sofrer forte concorrência e seus rendimentos passam a cair. “Na época que não tinha padaria para mim era melhor porque eu tinha uma renda maior.

Depois que abriu a padaria acabei com a mercearia e fiquei só com o bar. Com o bar dá para se manter, mas o rendimento é bem menor.” Até esse momento, entre os ganhos da mercearia e o salário de Ana, que desde 1995 trabalha no Sercom – Serviço Comunitário da Congregação Santa Cruz –, a família não passa por dificuldades. Mas com a concorrência, Jorge decide incrementar a renda familiar buscando novo trabalho.

Novamente por indicação torna-se porteiro de um edifício residencial no bairro, onde permanece um ano. *“Só consegui arrumar porque fui indicado por alguém. Todos os empregos que arrumei sempre foi indicado por alguém. Minha amizade é muito grande, conheço muitas pessoas.”* Jorge é bem conhecido na Vila Nova Jaguaré e o acesso a oportunidades ao longo de sua vida liga-se a “vantagens relacionais” que se acumularam em sua trajetória devido a diversos fatores, inclusive seu perfil pessoal, empreendedor e participante. Por um lado, ter um comércio em um dos locais mais centrais e valorizados da favela, a Pça. Onze, favorece contatos frequentes. *“Às vezes influi, o comércio acaba sendo freqüentado por mais gente. Às vezes a pessoa está vindo do serviço e mora na Santa Luzia e vem aqui por cima e passa por aqui, aí resolve tomar uma cerveja e já fica me conhecendo, já começa a trocar idéia e já fica me conhecendo. O comércio influi bastante, mas de qualquer forma o morador antigo também conhece bastante gente aqui.”*

Por outro, porque constantemente se mobiliza em ações coletivas na favela, que sempre chama de “comunidade”, engajando-se em iniciativas organizadas pelo padre Roberto Grandmaison; o que se associou em sua trajetória à participação política, apoiando candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) para os quais sempre fez campanha na favela. *“Aqui na Vila Nova as únicas coisas organizadas são as feitas pelo Padre Roberto (...) O Padre Roberto com esse trabalho fez muitas melhorias. (...) Liderança tem como eu, por exemplo, pelo conhecimento. Mas não liderança que está agindo, fazendo algo pela comunidade. (...) Eu fiz uma campanha política e tirei 2 mil votos no Jaguaré. Essa é a liderança pelo conhecimento. A liderança da comunidade é a liderança que está agindo em benefício da comunidade, é uma coisa que não tenho tempo para fazer. A diferença é essa, eu tenho conhecimento, mas não faço o trabalho da comunidade. Tudo o que aconteceu aqui dentro foi trabalho do Padre Roberto. Fiz muita amizade por aqui, conheço bastante gente por aqui e através de conversa sou conhecido na favela inteira...”.* Pode-se dizer que Jorge acumula reconhecimento e prestígio entre os moradores por sua atuação, o que envolve um elemento geracional, dado que é um engajamento fundado em práticas associativas presentes na cidade nos

anos 1980, quando a atuação das associações de bairro, dos clubes de mães e diversos movimentos sociais ainda se destaca, ligado ao papel da Igreja católica e nas Comunidades Eclesiais de Base.

Assim, tanto o comércio – pelos encontros e contatos que propicia – como sua participação comunitária e política, sempre foram fontes importantes de informação, e podem ser considerados como vantagens comparativas em relação a outros moradores. Não obstante, ao longo dos anos 1990 e 2000, Jorge sente que, do ponto de vista de sua trajetória ocupacional, seu percurso é descendente. Tanto em 1999-2000 e 2008-2010 sua percepção é de ter conseguido acompanhar as mudanças por não ter continuado sua formação educacional. De qualquer modo, de um momento para o outro também vê melhoras nesse sentido com o crescimento de oportunidades para os que chegam à universidade e considerando uma realização ter propiciado isso aos filhos.

(2000) “(...) a única melhora na minha vida foi na confecção, mais oportunidades e mais salário, mas fui ficando atrás, ainda que eu tivesse muita experiência, eu fiquei atrás porque não tinha estudo, eu não dava conta porque a tecnologia foi avançando, avançando, essa fábrica começou com 10 funcionários e chegou a ter 60 funcionários, agora a coisa está ficando ruim. (...) A mercearia já foi melhor, mas de um ano para cá complicou, está muito pior ninguém tem emprego e as pessoas vão abrindo mais quitandinhas, no meu caso, foi mesmo a concorrência, abriu uma padaria, antigamente eu vendia 1300 pãezinhos e agora só 300.”

(2008) “O que vejo é que o mercado hoje se você for capacitado dificilmente fica desempregado. Tem espaço, em vagas de trabalho em vários setores. Para mim é difícil porque eu parei no tempo, não estou preparado, não sou uma pessoa qualificada. Mas se eu fosse e com a experiência que tenho com certeza estaria muito bem. O mercado de trabalho a meu ver de 5 anos pára cá melhorou muito, abriram muitas vagas. Antigamente você não via uma pessoa de baixa renda fazer uma faculdade, ter um curso superior. Hoje pessoas de baixa renda conseguem fazer uma faculdade e depois ter um bom emprego, uma vida mais digna. Naquele tempo não tinha condições, era mais difícil.(...) Se eu não tivesse sido tão cabeça-dura, se tivesse trabalhado e estudado hoje eu estaria muito bem. Mas como não fiz isso perdi tempo. Tudo bem que nunca é tarde para estudar, mas hoje não tenho mais pique para trabalhar e estudar. Mas vejo que graças a Deus vai dar para eu concluir os estudos de meus filhos.”

Em 2000, período de crise econômica, o núcleo familiar de Jorge e Ana, assim como os membros da família extensa que vivem na favela, se ressentiam do desemprego; particularmente do desemprego entre os jovens, como os irmãos de Ana, que tinham concluído o Ensino Médio, e que diferentemente dos pais, com baixos níveis educacionais, não viam perspectivas de mobilidade ascendente. Em 2008 a visão já era diferente: não só mais oportunidades de trabalho, mas melhores oportunidades para os que conseguiam enveredar pelo caminho da universidade. É o que se verá, especialmente na trajetória da esposa e dos filhos de Jorge, que ao contrário deste, passam a conhecer a mobilidade ascendente via educação, processo que, no entanto, relaciona-se estreitamente ao papel que vínculos e relações em ambientes organizacionais tiveram nessas trajetórias.

Jorge chegou a realizar um cursinho de vigilante em 2000, mas então não conseguiu trabalho na área. Nessa fase, oportunidades de trabalho chegam por meio de indicações angariadas não só entre parentes e amigos, mas também através dos contatos estabelecidos em seu comércio. *“Porque a partir do momento que você é indicado por alguém eles descartam a experiência. Se a gente é indicado por uma pessoa que é da confiança do patrão eles não exigem. É o caso dessa vaga de manobrista que consegui agora. Fui indicado por uma pessoa que é considerada por eles. Aí vai aumentando o meu currículo e a minha carteira, quer dizer, com profissões diferentes. (...) Inclusive esse meu último emprego eu nem estava procurando. Estava no bar e o Jailson chegou e me disse –“Olha Chico! Vai pintar uma vaga lá de manobrista. Você não quer trabalhar lá não?”. Fui lá, ele me apresentou para o cara, fiz o teste e o cara me aprovou. A referência é um ponto chave para você conseguir um emprego, ou seja, ter alguém que trabalhe lá dentro. (...) É uma pessoa que trabalhava lá faz mais de 12 anos, adquiriu a confiança de todos e estava precisando de um manobrista e como sou habilitado fui. É assim que funciona, tem que ter um padrinho.”*

O impacto da urbanização na percepção de Jorge:

Melhoria de vida na e da favela

O grupo doméstico de Jorge vive em um local da favela que não será, a princípio, objeto de remoção, mas apenas de melhorias urbanísticas previstas no

programa de urbanização em andamento. Desde 2003 está bem informado, não só por ter participado de reuniões, mas porque o processo ancorou-se na cooperação entre o poder público e a organização social dirigida pelo padre Roberto na favela – e Jorge, como Ana estão inseridos na rede de relações do padre. Espaços da congregação na favela foram usados para reuniões com moradores, até mesmo a igreja católica S. José, cujos párocos são da congregação. Jorge, que é católico, e Ana, que católica praticante e funcionária do projeto social da Congregação na favela, participaram ativamente desse processo. Jorge chegou a visitar moradores dos diversos setores da favela para informá-los acerca do programa de urbanização.

Para sua família o programa de urbanização representará um significativo avanço em relação à moradia, caso de fato se cumpra o previsto: regularização fundiária e título de propriedade da casa, além de benfeitorias como saneamento básico, asfalto e calçamento. Segundo Jorge, o cumprimento dessas metas no interior do programa o incentivaria a investir ainda mais na moradia – como diagnosticado, por exemplo, por Moser (1998). Se em 2000, Jorge calculava que sua casa – praticamente não fez reformas depois – valia 10 mil reais, em 2010 sua avaliação era de que poderia vendê-la por 40 mil – 20 mil a parte térrea, outros 20 mil o piso superior. É possível imaginar que a intervenção pública valorizaria ainda mais seu pequeno “patrimônio” imobiliário, fazendo-o convergir um pouco mais com o valor do entorno da favela – onde uma casa vale em média cerca de 100 mil; e que dentro da favela seria um dos imóveis mais valorizados, dado a localização e a área do terreno e da construção.

Mas enquanto o programa não chega a essa fase, teme realizar qualquer melhora, pois num eventual recuo da casa para alargamento da rua ou adequação de calçadas, perderia o investimento já feito. *“O que aconteceu naquela época é que eu quando investi aqui eu fiz alguns levantamentos, conversei com algumas pessoas, assim, mais informadas, inclusive o padre Roberto. E a gente sentiu, pelo número de pessoas que tinha aqui, que dificilmente ia ser retirado. Também observei que a minha área não era área de risco, vi que era uma área que não ia ter problema, daí construí. Só que depois que veio esse projeto, aí eu parei de investir, porque aí é um projeto de urbanização, e urbanização não mexe só em área de risco, urbanização se tiver que mexer, mexe em várias áreas, aí eu segurei um pouco, não investi mais, e até hoje eu estou segurando, enquanto não terminar o projeto não vou pensar em investimento.”*

Mas mesmo com a situação atual, se sente privilegiado na Vila Nova Jaguaré, por ter conseguido uma moradia relativamente boa em um dos melhores pontos da

favela, e um padrão de vida que considera estável. A antiga mercearia, transformada em bar e salão de jogos desde meados dos anos 2000, por causa da concorrência, continua sendo uma das principais fontes de renda da família, fonte estável junto com o salário da esposa – funcionária da congregação desde 1995. E, agora, o salário da filha que, no entanto, é preservado, pois ela está poupando para seu casamento e para a aquisição de moradia. É por conta de ter o comércio que Jorge desistiu do último emprego que teve: manobrista em conjunto residencial por indicação de um morador da Vila Nova que freqüenta seu bar. Ao considerar os prós e contras, vantagens e desvantagens de ficar um longo período de tempo fora de casa, concluiu que valia mais à pena ficar no bar do que trabalhar fora, e pode fazer essa escolha. *“Fiquei pouco tempo, era 12 horas por dia de trabalho mais 2,5 de transporte, ficava mais tempo fora de casa e tinha que pagar alguém para ficar no bar, comparando não tinha vantagem para mim. O fixo era R\$ 750,00, mas como era um período longo dava uns R\$ 1.400,00, com carteira assinada pelo fixo. No bar eu tirava uns mil reais. Não valia a pena, por que eu posso fazer outros trabalhos por fora, enquanto eu fico no bar, já fiz outros bicos (...) Não compensa para mim trabalhar fora e fechar meu bar, não vejo vantagem, no meu bar posso ficar com a minha família”.*

No ano de 2008, Jorge conseguiu realizar bicos inusitados dentro da própria favela. Sendo conhecido como é, foi indicado pela diretora do CEI situado na Pça. Onze para “garantir” a entrada de equipes de filmagem que têm realizados curtas e mesmo longas metragens tendo por cenário a favela Vila Nova Jaguaré. Jorge ficou responsável por montar equipes de segurança e avisar os moradores dos horários de gravação, especialmente se ocorre de madrugada e inclui cenas de violência, como tiroteios. É o que aconteceu, por exemplo, no longa ainda não lançado no mercado ***Família Vende Tudo***: *“No filme da Globo, montamos uma equipe de 8 pessoas (...) Quando é um dia só de gravação, é outro esquema. Se for à noite, o grupo tem que ser maior, eu participei de todos, é cansativo, tem que ajudar, pedir silêncio, fazer a segurança, impedir que as pessoas passem. A cena do assassinato começou às quatro da tarde e acabou às oito da manhã, a gente tem contrato, cobramos por dia, independe da quantidade de horas. (...) Tem filmes com cenas que rodam a noite inteira, com polícia, o clima fica desagradável. A gente conversou com todo mundo, estavam cientes do que ia acontecer, as pessoas ligadas ao crime, ficamos preocupados com a segurança do filme, avisar todo mundo, três horas da manhã dando tiro, por isso o pessoal procura a gente. O trabalho deles fica tranquilo acho que por isso fazem aqui. Tinha cenas de policiais*

matando adolescentes, mas estava tudo programado, todo mundo estava avisado, sabiam dos tiros. Deu tudo certo, acho que por causa disso. (...) Conversei com o pessoal aí, inclusive com um cara que é traficante, uns caras que mexem com essas coisas erradas aí, e abriu as portas. Eles me pediram para arrumar cinco pessoas daqui de dentro para trabalharem como seguranças deles. Montei uma equipe de cinco pessoas, conversei com todo pessoal, desde o noíinha até o chefão do tráfico... É que conheço todo mundo... (...)”

Para Jorge a fase que vive hoje é boa. Considera que filhos estão bem encaminhados: Daniela já fez faculdade, tem emprego; Douglas está terminando o 2º grau, e começa a trabalhar; e pagou mesmo as mensalidades da faculdade cursada por Ana – Pedagogia – com a renda obtida no bar. *“Agora referente à mudança de trabalho, a meu ver, hoje está muito melhor que antigamente. Não para mim, mas para as pessoas aí. Não tem mais aquele número de pessoas desempregadas como naquela época, melhorou muito hoje. Para mim, no caso, o meu padrão de vida praticamente continua a mesma coisa. Na época eu estive um pouco melhor porque eu tinha um bom salário, foi na fase em que trabalhei na Baby Bag, eu era encarregado de compras e ganhava 10 salários mínimos. Foi nessa época que consegui comprar um carro, fiz minha casa aqui, construí minha casa, abri meu comercio. Foi tudo com esse dinheiro da Baby Bag. Por um lado houve uma diminuição na minha renda, mas por outro lado também não foi muito ruim porque abri meu comércio que me dá muita força para sustentar minha família, ajudar minha filha a pagar a faculdade dela, minha esposa também se formou, eu pagava a mensalidade dela, precisava ajudar ela. Então, não tenho o que reclamar.”*

Sua percepção das mudanças na favela e no padrão de vida de seus moradores é a de que nos últimos anos houve muita melhoria de vida, definida entendida a partir de sua expressão “crescimento baixo”. *“Crescimento baixo que falo é o de uma pessoa que vivia em uma situação difícil e hoje tem uma situação melhor, que vive bem, trabalha durante a semana e pode passear nos finais de semana, tem seu carrinho para ir à praia, tem um sitiozinho, uma chacinha para passar o fim de semana. Antes não existia isso. Vou dar um exemplo, quando mudei para cá tinham duas pessoas aqui que possuíam carro, era eu e um rapaz que morava ali. Lembro até hoje que sempre tinha gente batendo na minha porta para levar o filho para o hospital porque estava passando mal. Tinha dois carros aqui na comunidade, hoje tem mais de mil...”. E, segundo Jorge, quem leva e traz para hospitais hoje, são ambulâncias.*

Em meio a altos e baixos, Jorge considera que realizou conquistas na cidade, e melhorou de vida.

Ana, 43

Nascida em 1966, em Colina, no Paraná, Ana é filha de pais paraibanos oriundos da mesma cidade, Imaculada, que primeiro migraram para trabalhar em atividades rurais no Sul do país com o apoio da rede de parentesco. Retornaram para a Paraíba e voltaram a migrar, desta vez para São Paulo, diretamente para a Vila Nova Jaguaré, onde também contaram com o apoio de parentes que já viviam na favela. Quando chegaram, em 1970, viveram no barraco de uma irmã de sua mãe. O pai se estabeleceu como trabalhador da construção civil e a mãe como trabalhadora doméstica. Após um ano na cidade, compraram um barraco na Rua Assum Preto, próximo à Pça. Onze, onde nasceram um irmão e uma irmã de Ana.

Na infância Ana ficou aos cuidados da avó enquanto os pais trabalhavam. Matriculada em escola pública do bairro, com cerca de 12 anos passou a estudar à noite para poder cuidar do irmão e de uma criança da vizinhança, *“ganhando algum trocado para ajudar a família”*. Com 15 anos obteve seu primeiro emprego com carteira em uma tecelagem, no setor de embalagem, onde permaneceu dois anos, pois a fábrica faliu. Conseguiu a mesma ocupação em uma fábrica de meias na Lapa. *“Naquela época a gente saía na rua batia na porta das firmas pra procurar emprego, aí eu consegui, foi direto, não foi indicação não, trabalhei lá uns dois anos, aí depois eu trabalhei numa fábrica de meia, na Lapa, aí depois da fábrica de meia trabalhei uns dois meses num supermercado, aí foi quando eu arrumei outro emprego. Eu não gostava [do supermercado] porque trabalhava de fim de semana, aí no dia da folga, eu saía procurando emprego. Na época tinha muitas placas nas portas, não pegava currículo, colocava placa na porta da firma, eu mesma consegui.”* Nessa fase decidiu parar de estudar.

Saiu da fábrica de meias porque a firma não lhe pagou duas férias vencidas. Em 1985, conseguiu emprego na firma de confecção *Baby Bag*. Descobriu a vaga diretamente, mas coincidiu em encontrar uma vizinha trabalhando no mesmo local, quem intercedeu junto ao dono, o que para Ana contribuiu para obter o emprego. *“Fui num dia de folga, que eu tava procurando emprego, daí eu perguntei pro guarda e tinha*

uma pessoa, uma senhora que morava aqui, uma vizinha nossa que me conhecia desde pequena. Eu fui procurando, nem sabia que ela trabalhava lá. Aí eu perguntei, ela me viu e falou pro dono que me conhecia. Eu fui lá sozinha, mas quando eu cheguei lá, falou de mim, deu a referência, disse que me conhecia.” Ana se beneficia do que parece ter sido a lógica imperante de acesso a emprego no Jaguaré dos anos 70 – e em bairros contíguos e tradição industrial, como Lapa: não depende tanto do “quem indica”, pois a oferta de trabalho é abundante.

Ali conheceu Jorge ali e casaram-se. E vivendo no barraco dos pais com o marido teve a primeira filha, Daniela. Ao voltar para o trabalho pode contar membros da família extensa – como uma tia - para cuidarem do bebê. Em seguida a filha adoeceu e decidiu sair da empresa até seu restabelecimento, mesmo período em que vão morar em casa alugada. Após dois anos, compraram um barraco e retornaram à favela, e Ana decidiu voltar a trabalhar na *Baby Bag*, o que não foi difícil, pois além de já ter trabalhado ali, o marido tinha um bom cargo na empresa. Ganhando cerca de 2 salários mínimos, decidiu incrementar seu rendimento participando como alfabetizadora no programa MOVA, da Prefeitura, implementado durante a gestão de Luíza Erundina, e que na favela atende os moradores em uma pequena igreja instalada pela Congregação na Pça. Onze. Em 1992 decide sair da confecção para trabalhar apenas no MOVA, à noite. E quando na gestão municipal de Paulo Maluf as verbas são cortadas, passa a ajudar Jorge na mercearia.

Em 1993 nasce o segundo filho, Douglas, e então decide ficar em casa. Como católica praticante, e vivendo em frente à recém inaugurada unidade do Sercom – Serviço Comunitário – da Congregação Santa Cruz, em frente à sua casa, é convidada periodicamente pelo padre que dirige o projeto social na favela para tornar-se cuidadora infantil. Mas apenas em 1995 volta a trabalhar, no momento em que o Sercom passa a abrigar uma creche em convênio com a prefeitura. Ana decide participar da seleção, ingressando como funcionária no projeto social da Congregação no posto de “pajem”.

Enquanto a filha começa a estudar em escola pública e fica aos cuidados de Jorge – que nesse momento trabalha na mercearia –, o filho pequeno é atendido na mesma creche em que Ana trabalha. Como para os demais funcionários – a maioria mulheres e moradoras da favela –, o espaço organizacional dirigido pela Congregação, onde atuam voluntários, em geral pais de alunos do Colégio Santa Cruz, colégio católico de elite na cidade –, e onde também são implementados projetos sociais em parceria com empresas locais –, é um espaço de novos contatos e trocas, especialmente

de informações. Em relação aos filhos, será um local de oportunidades, particularmente no caso da filha Daniela, que encontrará em um dos projetos a porta de entrada para o mercado de trabalho.

E para Ana, espaço também de recursos. Como pajem de uma creche conveniada com a Prefeitura, em finais de 1990 é exigida a conclusão do Ensino Médio por parte das funcionárias que se ocupam das crianças. Ana havia abandonado os estudos para trabalhar, e conclui por meio de supletivo o Ensino Médio em 2000. Mas poucos anos depois, surge a exigência da formação em Magistério ou em Pedagogia, quando o cargo de pajem é extinto e passa-se a ser ADI – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Em 2003 o salário de Ana gira em torno de 500 reais, e faculdade custa 350 reais. Inicia o curso, mas desiste meses depois. *“Todos tinha a mesma dificuldade, ganhar pouco e ter que pagar a faculdade, aí a diretora conseguiu com a congregação, conversamos com o Padre, ele foi atrás, eles começaram a pagar pra gente, no caso a gente tinha 30% de desconto por causa do convênio da entidade com a faculdade, aí eles pagavam 50%, aí deu certo, eu pagava 30%.”*

Ana se formou em Pedagogia em 2007. A princípio, para não perder o trabalho. Mas, a exemplo de companheiras de trabalho que com o diploma saíram da instituição por conseguirem empregos melhor pagos, apesar da fidelidade ao padre Roberto, também deseja avançar e ganhar melhor atuando na área de educação. O exemplo também veio da irmã, que ao formar-se conseguiu emprego em abrigo dirigido por outra instituição católica, ganhando o dobro de Ana, e que inclusive chegou a convidá-la para trabalhar na mesma instituição. *“A minha vontade é ficar, como eu moro aqui eu gostaria de ficar, para estar acompanhando mesmo, mas eu vou esperar um pouco, porque assim: a gente quer, mas têm as condições da gente, eu terminei a faculdade, quero tentar uma coisa melhor..., a gente não pensa só com o coração, também tem a razão, a gente tem que sobreviver. As diretoras mesmo do projeto já falaram na última reunião que a gente teve com o Padre que o pessoal tá cobrando, todo mundo tá estudando, tá formado, a maioria, e já teve outras pessoas que foram embora, prestaram concurso, foram chamados e vão embora. Pra mim, se for pra eu sair daqui, eu vou sofrer muito, é o lugar que eu estou vendo crescer, mas eu acho que não adianta querer ficar num lugar, eu vou ficar até o último momento, até esgotar todas as possibilidades.”*

Ana quer melhorar de vida, e segue nisso a mesma percepção do marido, Jorge. Isso transparece, por exemplo, na fala em que comenta a trajetória de uma ex-colega de

trabalho que saiu da favela e do trabalho na Congregação, e já conseguiu comprar terreno para construir uma casa na praia. *“Ela mora em Cotia, mas já morou aqui, saiu há uns 5 anos, ela comprou casa lá e queria o lugar dela, com documentos e tudo, ela tinha filhos e queria um lugar melhor, o marido dela também, ela gosta de lá e ela continuou a trabalhar aqui, saiu no ano passado, fez faculdade, mas largou no último ano porque foi mandada embora, depois arranhou emprego e terminou o curso (...) Ela me ajuda muito, dá conselhos, disse para eu pensar bem, que não é porque ela saiu que eu tenho que sair também, disse pra eu escutar a proposta, pensar direito. (...) No caso, ela recebeu FGTS, seguro-desemprego e agora que ela está trabalhando, vai construir na praia, o terreno é perto da cunhada dela, todo fim de ano eles vão para lá. O marido dela é motorista e faz muitos anos que ele trabalha lá na USP.”*

Sair da favela não é parte dos projetos de Ana. Em 2010, ganhou aumento da Congregação após negociação, e seu salário passou de 800 a 1.200 reais. Não quer sair da favela também para continuar vivendo próxima aos pais. A irmã mais nova vai casar-se e chegou a pensar em comprar casa fora da favela, mas optou pelo “puxadinho” para cuidar dos pais idosos. A família extensa é unida, e hoje praticamente todos estão bem de vida – ambos os pais vivem com aposentadoria. *“A gente nunca teve necessidade de ela pegar [mantimentos], nem eu lá. Acho que é mesmo o apoio, de estar perto, que nem, eu cresci e nunca saí de perto dela. Nem meus irmãos, nem para viajar, pra ficar longe. Minha mãe fala de voltar para a Paraíba, mas ela não ia deixar a gente aqui, meu pai não quer voltar, nem para passear ela vai. Ela nunca ia deixar os filhos aqui, nunca voltaram, eu brinco que só vou quando tiver metrô. (...) A família do meu marido já é diferente da minha nessa questão., porque foi criado de modo diferente (...) Agora que a gente casou, melhorou o contato com os irmãos, mas antes ele morava sozinho, tinha irmão casado, ele podia morar com eles pra não ficar sozinho, mas não tinha isso. Também tem muitas famílias que é como a minha, mesmo que mude ou case, de bairro, que more em Osasco você vê que vem de final de semana, sabe? Casou, morou mais longe, mas não perdeu aquele contato. Eu tive a sorte de estar perto, mas tem gente que pode morar perto, mas se perdeu. E tem outros que mora perto, mas que não é de ir muito na casa da mãe, a gente sabe.”*

No entanto, sair da favela pode ser uma escolha da filha Daniela, que aos 22 anos já tem um percurso marcado por avanços e que a partir das trajetórias educacional e ocupacional vê no trabalho um leque de possibilidades.

Daniela, 22

Na infância Daniela ficou aos cuidados da família extensa e dos pais, quando pelo menos um destes não trabalha fora. Com cinco anos ingressou no Sercom, Serviço Comunitário da Congregação Santa Cruz, localizada em frente ao barraco, e que oferecia um serviço de pré-escola que tinha por objetivo dar início à alfabetização das crianças da favela. Aos seis anos entrou na 1ª série do Fundamental em escola pública nas imediações da favela. Até completar o Ensino Médio transitou por diversas escolas públicas, em um momento em que as escolas passaram a diferenciar-se pelos níveis educacionais ofertados. Em cada escola Daniela conheceu uma experiência diferente do ponto de vista relacional.

Da 1ª à 3ª série do Fundamental, os colegas de escola confundiam-se com moradores da favela e a maioria das amizades era com crianças da vizinhança. Mas na 4ª série teve que mudar-se com diversos colegas para outra escola pública, mais distante da favela. Ali, sentiu pela primeira vez o peso das diferenças sociais, pois se o novo espaço escolar possibilita o contato com crianças do bairro que não moram na favela, as diferenças sócio-econômicas – o maior poder aquisitivo dessas crianças reparado pela posse de roupas e objetos mais caros – e o estigma de ser favelada operam como mecanismos de separação e mesmo auto-segregação. A mistura social na escola não dá lugar a trocas. *“Era estranho você estudar numa escola três anos, e chegar num lugar completamente diferente, porque lá já é mais afastado da comunidade, então lá não tinha quase ninguém que era da comunidade, era uma coisa diferente. Eu nunca tive problema, sempre consegui comprar as coisas pra levar pra escola, mas era outro padrão de vida. (...) Eu acabei me fechando no grupo de amigos que eu tinha daqui, eu nunca cheguei a convidar, também porque eles eram crianças, talvez os pais não deixassem, mas eu não tinha amizade mesmo, não porque eu não quisesse.”* A homofilia prevalece ainda que se trate de um ambiente heterofílico.

Ao retornar para a escola anterior, desta vez para ingressar no 2º ciclo do fundamental, a diferença sentida foi quanto à idade. Havia saído na 3ª série como parte das “maiores” e volta para iniciar a 5ª série como parte das “menores”. Então, reencontrou a “comunidade”, mas tinha medo das meninas mais velhas. *“Eu lembro que não ia pro pátio, eu lembro que tinha uma escadaria pra subir. Eu ficava da sala pra escada, eu era medrosa, as pessoas botavam medo, porque as meninas eram mais*

bravas, maiores. Eu acho que nem era tudo isso, mas... Briguinhas sempre tem, entre elas, mas eu não ficava sabendo, ficava eu e minhas amiguinhas menores sentadas lá na escada.”

Ao concluir o Fundamental tem que mudar de escola e aconselhada pela mãe Daniela decide experimentar uma escola localizada em área mais nobre, onde o ensino é considerado de melhor qualidade, e onde em sua percepção poderia conhecer novas pessoas. Novamente o peso das diferenças sociais se faz presente, mas considera ter aproveitado o diferencial que a escola oferecia em termos de qualidade do Ensino. Em sua fala, vários aspectos se destacam dessa experiência, entre eles as desigualdades de acesso no plano da política educacional, pois a escola localizada em área mais nobre possui recursos diferenciados em termos da qualidade de ensino. Durante o ano que permanece ali chega a ter uma interação maior com alunos de condições sócio-econômicas dissimilares. Mas manterá apenas um único vínculo em sua rede pessoal, graças também à possibilidade de inseri-lo em sua rede virtual no Orkut. *“Eu achava uma ótima escola, a metade de tudo do que eu aprendi no colegial eu aprendi lá, é do Estado, só que é um padrão diferente, parece que os professores são mais interessados, os alunos são diferentes, os alunos moram no Alto da Lapa, também tem a questão financeira. Ali a gente tinha que comprar livro, aqui nunca teve isso, era o livro que o Estado dava, e pronto, lá a gente teve que comprar livro, a gente usava os livros, não era só comprar, o trabalho era mais puxado, eu gostei muito de lá. (...) Comecei conhecendo o pessoal da minha sala, aí pelas meninas da minha sala acabei conhecendo umas outras, mas assim, amizade mesmo que ficou até hoje tem uma, que desde que eu sai de lá, que eu só fiquei um ano, a gente não se viu mais, a gente se conversa, eu tenho ela no Orkut (...) Pelos assuntos eu acho que ela tem o mesmo padrão de vida que eu, eu sei que ela não morava em comunidade, mas pelos assuntos, pelos lugares que ela freqüentava, a gente era bem parecida, aí a gente acabou se aproximando.”*

De qualquer modo, dinâmicas de homofilia ainda tendem a operar, e o fato de morar em favela torna-a reticente na disposição de relacionar-se; aproximando-se dos “mais simples”, como ela, busca evitar a discriminação, particularmente por ser moradora de favela – o peso do estigma territorial operando como obstáculo à construção de relações diferenciadas (sobre esse estigma ver LK, 2009 e Wacquant, 2008). *“Teve um caso lá de uma vez uma menina contando o caso dela dizer ‘Lá era muita bagunça, o pessoal ficava gRosando, correndo, parecia um bando de favelado’;*

ai eu falei, eu não vou fazer amizade com essa menina, pelo papo dela, eu não vou enfiar na cabeça dela que a favela não é o que ela pensa, eu não vou ficar me desgastando. Ai eu comecei a fazer amizade com o pessoal mais simples, tinha até uma pessoa que morava na Heitor Penteado, que era uma pessoa com um pouco mais de grana, só que era uma pessoa super humilde, e eu me aproximava mais dessas pessoas que eu sabia que não iam me excluir”.

Em 2004, Daniela inicia o 2º ano do Ensino Médio. Mas fica a par, não só através da mãe, como de amigos e vizinhos, da existência de um curso profissionalizante inserido no projeto social da Congregação e patrocinado pela empresa Cavo do Grupo Camargo Correia. Como o curso profissionalizante é no período da tarde, volta a estudar em uma escola pública no entorno da favela para conjugar as duas atividades. Por isso, volta para a primeira escola onde havia estudado, reencontrando amigos que foram ou são moradores da favela. No curso, durante um ano, tem aula de informática, reforço de português e matemática, ética e cidadania, relacionamento interpessoal e grupal, e arte e educação. *“Eu achei fantástico o projeto, eu acho que não devia ter acabado, era muito bom, você perde a vergonha de falar em público, você sabe como se comportar em um a entrevista, você sabe como montar um currículo, você conhece pessoas diferentes de você.”*

Em 2005, participa de outro projeto organizado no nível do bairro, mas também divulgado no projeto social da Congregação na favela. Trata-se de um curso de assistente de processos comerciais e logística oferecido pela empresa Rilisa, distribuidora da Ripasa - fábrica de papel – em tempo integral, durante todo ano. Recebe uma bolsa de meio salário mínimo e um vale que dá direito a uma cesta básica. E conclui o Ensino Médio estudando à noite. Passou por várias etapas para conseguir uma das 16 vagas: inscrição na empresa, em seguida prova; uma conversa da assistente social com os pais e avaliação sócio-econômica; finalmente, entrevista com assistente social e a gerente de RH na empresa.

Para Daniela representa uma experiência rica e diferenciada, capaz de funcionar como possível ponte para oportunidades de trabalho. *“O foco era área comercial e logística, só que a gente tinha noções de RH, de administração, aulas de ética e cidadania, higiene, saúde e segurança, a gente aprendeu várias coisas sobre CIPA dentro da empresa, a gente teve aula de inglês, e era diferente da escola, não era só o verbo to be (...) Depois nos últimos meses a gente fez estágio, ai a gente foi pras áreas, ajudar o pessoal, pra ver como é que era, eles davam algumas tarefas pra gente fazer,*

em todas as unidades da empresa. (...) Eles não prometeram emprego pra ninguém, ‘vocês tão fazendo um curso que não garante que vocês vão trabalhar aqui’, mas quando você está fazendo um curso profissionalizante é igual o Projeto, não tem emprego garantido, mas você sabe que se você se dedicar e a empresa pedir indicação eles vão indicar quem se destacou. Então, lá todo mundo tinha esperança, não tem vaga, mas se aparecer, quem sabe eles não chamam?”

Quando estava terminando esse curso, a Cavo, empresa que havia patrocinado o curso anterior, solicita ao projeto social da Congregação currículos de ex-alunos para uma vaga na empresa, e seu currículo é enviado com o de outras ex-colegas. Com a vantagem de ter feito os dois cursos. É selecionada e entra em 2005 como mensageira – *office boy* –, recebendo 522 reais. No ano seguinte trabalha como recepcionista sem alteração salarial e, depois, torna-se assistente da secretária do diretor-presidente e do diretor da Cavo. Seu salário sobe pouco nesse período e chega a 600 reais, apesar da promessa inicial de salário maior.

Em 2006 decide fazer faculdade. Se na escola, entre as amigas, partilhava informações sobre como e onde realizar vestibular, quase sempre era ela que tinha mais informações por estar mais bem conectada, não só pelo trabalho da mãe, mas agora pelo seu próprio trabalho – Daniela chegou mesmo a indicar amigas para trabalhar. É no trabalho que descobre uma informação preciosa para si e para as amigas: a isenção da taxa de vestibular. *“Eu tinha que ler o diário oficial no meu serviço, eu odiava ler o diário oficial, ai um dia eu tava lendo, e vi na primeira página a isenção da taxa para o vestibular”*. Entre serviço social, psicologia e letras, opta por letras: é mais rápido (três anos), caso se arrependa pode iniciar outro curso, e também gostaria de trabalhar como professora. Com a isenção da taxa de vestibular e tendo feito o Enem, presta várias faculdades – inclusive a USP, onde não passa. Chega a conseguir um desconto de 50% pelo Prouni para estudar em uma universidade que considera mais conceituada – mas onde o curso custa quase 900 reais, mais que seu salário –; opta por ficar sem o desconto e estudar em uma faculdade mais próxima – para não gastar com transporte e alimentação, e onde a mensalidade é mais barata – 600 reais –, podendo ainda contar com a ajuda financeira do pai.

Adora estudar na faculdade e o ambiente relacional aparece como muito diferente das experiências de estudo anteriores. O peso das diferenças sociais também aparece, mas em seu caso não se torna empecilho para trocas importantes. Por um lado porque a interação em uma sala com poucos alunos – cerca de 18 – tende a ser mai

intensa e envolver todo o grupo; pó outro, porque os interesses são comuns. *“E para você ver, era diferente a atenção, quando eles começaram a passar e-mail, teve professor que deu número de celular, eu falei, nossa, onde é que eu vi isso, meu Deus? Com o tempo você faz amizade de conversar coisas particulares, mas quando junta a sala toda para conversar e você vê todo mundo no mesmo caminho, é diferente da escola, porque na escola cada um quer uma coisa. Ai logo no começo do ano eu conversava com todo mundo, porque eu queria me encaixar em algum lugar, e eu acabei me encaixando em um grupo, um mora em Osasco, uma mora em Itaquaquecetuba, os outros dois na Zona Leste, um em Sapopemba, outro em Cidade Tiradentes, todo mundo mora longe. E eu comecei a conversar com eles e o pior é que eu acho que acaba caindo na questão social ainda, conversando com eles, dois deles eram do Prouni, não pagavam faculdade, fizeram o ENEM, o padrão de vida deles também é parecido, então acabou sendo um pouquinho o social também. (...) E é isso que foi minha faculdade, a turma que eu fiz de amigos, a gente acaba se encontrando, os papos são os mesmos, não tem jeito você acaba indo para o lado que é mais parecido com você. Mas como a turma era pequena a gente conversava com todo mundo, tinha que conversar. E quando tem concurso a gente manda e-mail para a turma toda”.*

A educação superior em seu caso implica mecanismos de trocas que opera entre pessoas diferenciadas e que podem representar pontes (Marques, 2010) e aquisição de novos repertórios [nota Small]. *“Teve uma menina que morou nos Estados Unidos e outra fez intercâmbio em Londres, em inglês ela sempre ajudava todo mundo, a gente sempre trocava idéia. No meu TCC mesmo, uma delas fez a correção do meu Asbtract, ela corrigiu para gente antes de entregar a versão final. (...) Para conversar sobre assuntos pessoais você acaba tendo afinidade com algumas pessoas, mas a troca mesmo de sala de aula, dúvidas sobre matéria, era geral, todo mundo se conversava. (...) Algumas já davam aula, então essa experiência com sala de aula a gente acaba tendo com outras pessoas, do grupinho que eu ficava mesmo ninguém tinha dado aula, mas do grupo geral da sala de aula, acho que umas cinco pessoas já davam aula. Então elas falavam para a gente como é que era na sala de aula. (...) Se sabia de alguma vaga eles falavam na sala.*

No segundo ano da faculdade, Daniela decidiu cursar inglês, já que essa foi sua opção em Letras, junto com o português. Mas seu salário ficava aquém não só do pagamento da faculdade como do curso de inglês. Solicita aumento, mas não lhe dão e

seu diretor decide dar-lhe 100 reais mensais, como ajuda pessoal. Todo mês Daniela o avisa por e-mail para que se lembre de dar o dinheiro, e ele o deixa em um envelope em sua mesa. Após seis meses, a empresa decide pagar as mensalidades que faltam para completar o curso básico de línguas e no final da faculdade tem que fazer um estágio, e também negocia com a empresa que adianta suas férias para que conclua a faculdade. Forma-se em 2007, quando já está registrada como auxiliar administrativo na Cavo, mas, a seu ver, ainda ganhando abaixo do que fora prometido - cerca de 700 reais em vez de mil.

A partir de 2009 toma a decisão de que precisa engajar-se para procurar trabalho em sua área de formação, como professora. Pensa em sair do trabalho já que buscar emprego em sua área, sem ter indicação, significa bater na porta das escolas, levar currículo e conversar diretamente com os coordenadores de ensino. Tem na cabeça as dicas que aprendeu durante a faculdade, junto a colegas e professores. *“Tem uma professora minha, ela dava aula de inglês, ela falava ‘gente, professor ganha mal, ganha, mas tem que saber trabalhar’ Ela disse ‘se vocês fizerem inglês, por exemplo, uma escola bilíngüe paga muito mais que uma escola normal, ela sempre foi dando dicas para a gente, entendeu. Ela falava que em termos de salário, depende do bairro onde a escola está, às vezes é uma escola particular que paga pouco, porque está em um bairro mais humilde, já num bairro melhor, e ela ia dando essas dicas para a gente. (...) Agora, eu estou pensando assim, se eles me mandarem embora, eu vou ter que ir de escola em escola, entregando currículo, porque pelo que eu converso com o pessoal, para você conseguir emprego em escola, é você indo lá. E eu não conheço ninguém que trabalha em escola, fora essas minhas amigas.(...) . E, trabalhando não dá, eu já cadastrei currículo pela internet, só que é uma coisa que eu não acredito muito. Na Catho é pago, mensalidade, vou esperar para desapertar um pouquinho para ver se eu consigo alguma coisa pela Catho”*.

Em 2010 surge uma oportunidade nova em termos profissionais. A irmã do namorado fica a par de que o Externato Jaguaré abriu cursos de formação profissional na área de administração, em parceria com o Senac, e entrega seu currículo. Daniela é logo chamada, e começa a dar aulas à noite, duas vezes por semana; nas demais noites e fins de semana, prepara as aulas. Surge assim uma nova alternativa, tornar-se instrutora do Senac: *“Eles estão pagando 23 reais por hora, aí dá 71 por dia. Eu vou parar de trabalhar, só vou dar aula! Estou sentindo um pouco de dificuldade, vai começar a parte de matemática financeira, estou pegando o caderno do meu curso que eu fiz lá na*

Rilisa pra lembrar, ai eu olho a apostila. Ai foi bom para mim porque eu percebi que é o que eu quero mesmo, eu gosto. Só que não é o específico da faculdade. Só que a parte de didática eu uso o que eu aprendi na faculdade, é super bacana. Ai eu preciso fazer o curso para instrutor, se eu não fizer eu não posso pegar a próxima turma.”

Uma possibilidade que descobriu e experimentou recentemente são concursos públicos. *“Fiz um concurso da prefeitura, mas é tão difícil. Falei para a minha mãe que eu só vou fazer inscrição para outro se eu tiver certeza que eu vou estudar (...) Da próxima vez eu vou ter que ligar para a APEOESP para ver se eles dão curso para eu poder fazer, se não. (...) O concurso, o da Prefeitura mesmo foi pessoal da minha sala que falou, mandou e-mail, no ano passado a gente já sabia que ia ter um concurso em março do estado, a gente ficou sabendo na faculdade pelos alunos mesmo.”*

Se no percurso de vida de Daniela, certamente bem sucedido até aqui, a educação universitária teve papel fundamental, obtê-la e ter experimentado a partir dela um processo de mobilidade social intergeracional não foi um caminho linear, mas pautado por contatos e relações que representaram importantes mediações e mesmo recursos em si. Neste caso, estar conectada a pessoas conectadas sempre foi central para Daniela. Assim como espaços marcados por heterogeneidade social e contatos com outros grupos sociais também permitiram acessos a informações e mesmo recursos. O engajamento pessoal de Daniela também é característico de um processo de socialização marcado por vantagens comparativas em termos relacionais ao longo de seu percurso de vida. Seu percurso tem um sentido de mobilidade social, mesmo para quem sente que não partiu do zero, e sempre viu melhoras em seu entorno e em seu próprio domicílio. *“Eu não tenho o que reclamar, porque dentro do padrão que tinha aqui, o meu sempre foi muito bom, os meus pais sempre tiveram condições de dar as coisas pra gente (...) Melhorou porque hoje eu trabalho, comparado ao pessoal, eu não ganho mal. Eu acho que eu ganho mal pela história minha dentro da empresa, mas ai é uma coisa de lá, mas se for comparar com os outros aqui, eu ganho até bem. Eu sou solteira, não tenho muita despesa porque moro aqui, minha mãe também está ganhando melhor, meu pai tem o bar que sempre deu para viver, meu irmão está trabalhando, então, graças a deus, a gente está bem nessa questão financeira, dá para a gente comprar as nossas coisas. Então eu acho que melhorou por conta disso, eu acho que fui crescendo, tenho o meu dinheiro, tem o deles. Vai sobrando mais dinheiro pra gente fazer outras coisas, pra viajar, a gente sempre viajou, mas coisa pequena, todo o ano a gente vai pra praia,*

vai para algum sitio, sempre a gente saiu. Mas melhorou nessa parte financeira, nessa parte, ta todo mundo trabalhando.”

Daniela namora há 7 anos, está cansada de namorar, já é noiva, quer casar logo. O noivo também trabalha, tem carro, e estão poupando para comprar a casa. Pode ser o “puxadinho” que seu pai está construindo em cima da casa, se Jorge decidir dá-lo ou vende-lo para a filha. Pode também ser uma moradia fora da favela, porque pelo custo de uma moradia nesta – cada parte da casa do pai vale hoje 20 mil -, poderia dar uma entrada fora e seguir pagando. *“Tem um rapaz que vendeu uma casa aqui por 60 mil. Eram duas, uma de três cômodos embaixo, uma de dois em cima, e nem é tão grande assim, são três cômodos, mas pequeninhos. E não tem como financiar casa aqui, eu particularmente, daria entrada em uma casa melhor e financiaria o resto.”*

Daniela nasceu em favela. Lembra-se de que na infância havia muitos barracos de madeira, mas que logo transitaram para casas de alvenaria. Continua sendo um lugar “não tão organizado”, mas “é melhor do que antes”. Em relação a seus pais, claro, essa mudança foi mais rápida e intensa no tempo. Também viu amigos saírem da favela com os pais para viver ora em outra “comunidade” ora em “lugarzinho melhor”. Muitos moradores da favela, em sua percepção melhoraram de vida, algo expresso não só pelas casas em alvenaria, como pelos inúmeros carros que roubam o espaço das ruas semi-urbanizadas. *“Tem gente que tem uma casa para morar, outra para alugar. O pessoal conseguiu fazer umas coisas.”*

Trabalhar em sua área, sair do atual emprego e usar o FGTS para comprar a moradia, casar, e realizar um mestrado, quem sabe, em Literatura, fazem parte de seus projetos. *“É melhor eu começar a trabalhar, sentir mais ou menos o que precisa mais. Mas eu queria entrar na área para eu ver se vale à pena seguir por esse caminho de literatura ou outro caminho. Porque tem a área de lingüística, que é legal também.”*

À Guisa de Conclusão

Centralidade da família e do grupo doméstico

Quando se trata de pensar a integração e as formas de pertencimento social do indivíduo, um ponto comum na literatura sobre pobreza e vulnerabilidade é a ênfase conferida à família, mas, sobretudo o grupo doméstico, pensado como unidade econômica e social básica e fundamento do pertencimento social. Trata-se de grupo primordial de socialização, proteção e reconhecimento, e intermediário central entre o indivíduo e a sociedade mais ampla (BERTAUX, 2006, CABANES, 2002, PAUGAM, 2008). Como visto no primeiro capítulo, o grupo doméstico é uma unidade dinâmica, e não só pelas alterações ao longo do ciclo familiar. É cada vez mais reconhecido que seus arranjos, historicamente, sempre foram múltiplos no Brasil (CABANES, 2002).

Além disso, na atualidade reconhece-se que as famílias monoparental feminina tem uma participação crescente nos arranjos familiares, em parte pela crescente independência econômica da mulher decorrente de sua cada vez maior participação no mercado de trabalho. Por outro lado, a situação de chefia feminina foi considerada nas últimas décadas como um condicionante da pobreza, uma vez que o trabalho feminino entre os segmentos populares costuma ser pior pago, mas sabe-se que a “feminização da pobreza” acompanha situações onde a chefia feminina, devido à estrutura do grupo doméstico, a fase do ciclo de vida e capacidade de mobilizar membros jovens e adultos no mercado de trabalho, pode representar uma situação mais amena de pobreza ou mesmo sua superação.

Entre os membros dos grupos domésticos entrevistados há variedade de arranjos, mas, sobretudo, no tempo. Uma família que foi conjugal no primeiro momento, é hoje monoparental; no caso de outra família, ocorre o contrário. Para dois grupos, a família extensa mantém-se próxima social e espacialmente, e há trocas recíprocas com frequência. Em outros casos, distância física e social, ou apenas física, com contatos esporádicos. No entanto, as diversas trajetórias familiares são pontuadas por muitas mudanças, e mesmo “fases de conjugalidade” com distintas consequências em termos das condições de vida e do bem estar da família. Ao longo dessas trajetórias observam-

se diversos fatores e mecanismos relacionais que atuam como vantagens e desvantagens. Como estas imbricam-se intimamente com as relações dos membros com o mercado de trabalho, neste item as relações familiares são tratadas em primeiro relevo, e o trabalho secundariamente, pois será desenvolvido na seção seguinte.

Tratando-se basicamente de entrevistas que levantaram informações de duas gerações nos domicílios, em quatro deles a primeira geração é migrante, de origem rural, e o processo de migração, definitiva ou pendular, é uma janela privilegiada para se olhar o papel das relações de parentesco, assim como as transformações na organização familiar e na ordem de pertencimentos do ponto de vista das relações pessoais primárias. A migração, como mostra a literatura, está tradicionalmente ligada à busca de melhoria de vida e de oportunidades de ascensão social (Durham, 1973, Fontes, 2008). Num mundo monetarizado o trabalho assalariado encontra-se na cidade, onde também se depende inteiramente da obtenção de renda. Jovens ou crianças, quase todos vieram em função dessa motivação, e pelas dificuldades enfrentadas localmente. Mas outra motivação encontrada, no caso particular das mulheres, também foi a fuga da violência doméstica por parte do companheiro.

Há um único caso de um “pioneiro”, que logo depois se torna o apoio para a vinda de outros familiares. Nos demais casos de migração conta-se com parentes próximos, em especial irmãos, mas também amigos conterrâneos que num primeiro momento oferecem apoio em hospedagem e busca de ocupação – seja na cidade de São Paulo ou, e um caso, nas tentativas anteriores de fixar-se em ambiente rural. Não são todos os migrantes da primeira geração que provêm de uma família conjugal estável – parece algo excepcional, mas há o abandono por parte da esposa em um caso; e, em outro, a criação pelos avós. De qualquer forma, nesse momento há primazia das relações primárias, e a migração, como aponta a literatura, parece sempre encontrar no âmbito das relações socialmente mais próximas, o principal apoio para que se realize, pelos custos e pela confiança que necessariamente envolve (MARQUES, 2010).

Nos diversos relatos a persistência ou não das relações pessoais primordiais dos que migraram envolve um conjunto variado de fatores e mecanismos. De fato, em qualquer caso os vínculos mais próximos nunca se romperam inteiramente, e isso ainda reitera a importância e intensidade desse vínculo de filiação (PAUGAM, 2008). Foram especialmente conflitos que distanciaram e tornaram essas relações latentes por mais tempo, embora reatadas em alguma medida por eventos dramáticos, mesmo apesar da distância física. Isso envolveu, por exemplo, um “projeto” recente de volta para a terra

natal, quando a cidade de São Paulo passou a tornar-se ambiente inóspito e de grande vulnerabilidade familiar. Em outros casos em que se tentou voltar, houve sempre a dimensão afetiva de retorno à família de origem e à terra natal.

Mas o que se observa é que no processo de vinda e de estabelecimento na cidade de São Paulo, por razões e por formas variadas, a maior ou menor persistência desses laços pessoais primordiais ocorre simultaneamente a processos de dispersão ou aquisição de novas relações, seja de vizinhança – envolvendo ou não amizade –, mas também de outros os espaços de participação e convivência, em especial o trabalho. Isso ocorre, como os relatos sobre o período mais recente mostram, de forma mais ou menos estável.

Quando a geração de migrantes chega, os que os recebem são, como já demonstrado por Durham (1973), “intermediários” ou “cabeças de ponte”. Ou na linguagem da sociologia das redes, “pontes” que dão acesso a um novo ambiente, inclusive a colocações de trabalho, por terem mais conhecimentos e mais experiência no mundo urbano. Pode-se dizer que, se a migração para a cidade de São Paulo a partir do mundo rural já é um movimento ascendente em si, a possibilidade de encontrar posições ocupacionais diversas, mas assalariadas, mesmo que transitórias, depende dessa ponte que invariavelmente é uma relação pessoal primária. E com essas relações pode-se contar a princípio para quase todas as necessidades.

Mas os relatos mostram que, com o tempo, parentes e vizinhos próximos mudam-se e tentam a vida em outro lugar; ou saem da favela porque melhoraram de vida, ascenderam socialmente, e passam a ter vergonha do lugar e mesmo da situação de seus familiares próximos. Isso também envolve claro o mecanismo da economia de vínculos (Marques, 2010), mas este pode associar-se ao distanciamento social – isto é, à maior heterofilia no interior dessas relações. Outro fator: a saída pela violência do tráfico, que por vezes envolve parentes.

Quando essas separações e distanciamentos ocorrem, perdem-se apoios importantes, e que no início envolviam simultaneamente ajudas e recursos diversos em trocas que pela intensidade dos vínculos tornavam-se menos custosas: o cuidado infantil, apoio na construção da moradia, empréstimos em dinheiro, etc. Mas também há eventos inerentes à trajetória familiar que, nas experiências observadas, implicam pouca linearidade. Em apenas um caso a família conjugal é estável, e ainda conta com a família extensa no local. Em outros, há separações, seguidas de uniões, isto é, recomposições familiares significativas que também implicam transformações do grupo

de relações pessoais primário mais primordial. Quando esse grupo se transforma ou mesmo se reduz, observa-se que parte do apoio social é substituído por relações mais monetarizadas. Por um lado, nos relatos que englobam os anos 1980 até hoje, a necessidade do dinheiro aumentou, dada a associação entre o custo de vida e a diversificação das necessidades sociais. “Ninguém faz nada de graça” é a expressão comum.

Possivelmente ligado ao processo de entrada mais intensa das mulheres no mercado de trabalho, o cuidado infantil tende não só a ser pago, mas contar com pessoas – em geral jovens –, que o prestam de forma instável, pois estão sempre à busca de trabalho. Quem o necessita, como no caso daquelas pessoas que não tem parentes próximos com quem contar, especialmente mulheres que trabalham fora, e por baixos salários, esse pagamento é esgotador de seus poucos recursos assalariados. Nesse caso, a expansão do serviço público de creches tornou-se fundamental, e, diferentemente da leitura dos anos 70 em que vínculos com a burocracia eram pouco presentes, o acesso à creche, à escola, e a possibilidade da recreação, mostram-se fundamentais para as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, ou para as famílias conjugais em que os dois cônjuges buscam inserir-se no mercado para garantir melhores rendimentos e maior bem estar.

As condições de vida e o bem estar das famílias, como atestado pela literatura, estão ligados à estrutura e arranjos familiares e aos momentos de seu ciclo de vida. Foi observado que estes não são necessariamente lineares e podem repetir-se. O caso das mulheres entrevistadas é particularmente ilustrativo a esse respeito. As mulheres que conheceram a separação do primeiro casamento experimentaram grande liberdade, liberando-se de dinâmicas patriarcais. Sozinhas, suas condições de vida variaram em função de suas carreiras ocupacionais. Mas a decisão de reproduzir nova situação conjugal apareceu muito ligada à possibilidade de conviver com um cônjuge que contribuísse materialmente e não fosse violento. Mesmo no caso em que se decidiu pelo não estabelecimento de uma relação conjugal com o companheiro coabitando, um longo namoro foi fonte de recursos materiais e emocionais. As novas fases de conjugalidade são percebidas como “cooperação” e duas dessas mulheres encontraram condições para obter recursos não só para investir no bem estar cotidiano, compra de bens, investimentos na moradia, e mesmo na educação dos filhos. Nesses casos, ambos os cônjuges trabalhavam e o cônjuge masculino tinha ocupação estável.

Fases conjugais “virtuosas” traduzem-se, assim, em vantagens comparativas, especialmente quando o domicílio encontra-se definitivamente em fase de consolidação, e os jovens podem ser mobilizados para o mercado de trabalho. Quando esse aumento no bem estar a partir de uma nova relação conjugal não foi possível, isso deveu-se ao acúmulo de desvantagens ligadas a reprodução de um ciclo de vida de expansão, com o nascimento de crianças, associado à precária inserção ocupacional dos cônjuges. Para o único homem migrante da primeira geração, a separação significou descontrole sobre seus recursos pessoais, e uma nova fase de conjugalidade reinstalou a “ordem” em sua vida.

Novas relações de conjugalidade podem implicar simultaneamente conflitos com a família do cônjuge anterior e a entrada de uma nova família na vida do indivíduo. Observou-se que entre alguns irmãos e cunhados, unidos pela afinidade e amizade, trocas e ajudas ocorrem. Se são muito pobres, quem tem mais condições não nega alguma pequena ajuda.

A dinâmica entre aqueles entrevistados que mantêm família extensa próxima mostrou-se significativamente distinta. Aqui, prevalece a obrigação das trocas pela natureza do vínculo; mas em um caso, elas praticamente não são necessários, porque avós estão ambos aposentados, e irmãos tem situação confortável em termos de renda e inserção ocupacional – exceto um, que estava desempregado, mas contava com ajuda. No outro caso, um domicílio monoparental chefiado por uma mulher nascida em São Paulo e que convivia atualmente com só um dos três filhos – outros dois formaram suas próprias famílias conjugais e mudaram-se –, a família extensa formada por adultos mais velhos e vários jovens, mulheres, constantemente desempregadas, todos dependendo principalmente da pensão da avó, revela-se de forma ambivalente como esgotador de recursos materiais, mas fonte de apoio moral e emocional. Tem um irmão que a ajuda, pois é pequeno empresário, mas este dedica a maioria dos recursos para seu próprio grupo doméstico, embora empregue periodicamente alguns jovens membros da família.

Em síntese, para a primeira geração entrevistada, há um processo de dispersão relativa de parte – ou mesmo da totalidade – das relações socialmente mais próximas de origem, e onde permanecem, são virtuosas ou não dependendo da inserção dos membros no mercado de trabalho. O trabalho, ou seria melhor dizer, a sucessão de ocupações e empregos, traz novos espaços de convivência que podem gerar relações, mas elas se mantêm enquanto o indivíduo persiste na ocupação, ou se as relações são simultaneamente de vizinhança, isto é, próximas espacialmente. No primeiro caso, isso

tem a ver com a economia dos vínculos. Com o enraizamento na cidade, e especialmente na favela, além de vizinhos, as relações pessoais podem porventura ser incrementadas em razão de vínculos com instituições locais, o que será melhor discutido em seção abaixo.

No caso da segunda geração, na infância, os pais, irmãos e o grupo de parentesco social e espacialmente mais próximo é o grupo de referência. Assim, as mesmas dinâmicas apontadas acima com relação aos pais impactaram seu círculo de relações mais próximo. Desde o nascimento, viveram todos na favela, ou chegaram muito pequenos e, assim, os amigos de vizinhança também são importantes na infância. A frequência à creche, mas especialmente a escola pode trazer novas relações, mas nos relatos boa parte dos colegas nas escolas públicas da região são moradores da favela e vizinhos. Em um caso, a mudança para uma escola marcada por mais heterofilia durante um ano, no sentido de contatos com crianças e adolescentes moradores do entorno de classe média, não propiciou o estabelecimento de vínculos mesmo na escola, em função das diferenças sociais. Infância e adolescência são muito marcados por relações próximas espacialmente e socialmente.

A chance de expandir e diferenciar essas relações tem a ver com a participação em ambientes institucionais e organizacionais diferenciados, mas os relatos que falam da adolescência e sua transição mostram que a difícil inserção no mercado de trabalho em finais dos anos 1990, até meados dos anos 2000, não propiciou uma expansão e diversificação relacional, e fala-se sempre de amigos e parentes que convivem na vizinhança. Excetuando-se um jovem que buscou paralelamente a carreira na música, como sambista, e que mantém há longo tempo sua participação nesse grupo – a namorada mora fora da favela – a maior diversidade de relações e contatos, sobretudo socialmente, ocorre quando conseguem inserir-se mais estavelmente. Mas a saída do trabalho tende a interromper tais relações, se não são próximas socialmente.

Foi observado que quando alguns membros saíram da casa dos pais para formarem seu próprio grupo doméstico, as obrigações com relação ao domicílio original tenderam a mudar rapidamente para que se possa assumir as responsabilidades do próprio grupo doméstico. Mas, sobretudo, nas relações entre mães e filhas, quando conflitos não interrompem a relação, trocas recíprocas continuam relativamente intensas – quando há recursos.

Em um caso, mãe e filha juntas lograram, ambas trabalhando, pagar pelas melhorias da moradia, contratando inclusive um parente pedreiro para ajudá-las. Dividir

gastos também permitia que cada uma adquirisse amenidades para si. No entanto, quando ambas decidiram - e foram constrangidas pelos ambientes organizacionais de trabalho – entrar na faculdade, a mãe sacrificou-se pela filha para ajudá-la a pagar o curso e materiais. No caso em que filha permaneceu com a mãe, ocorreu importante transição: a filha tornou-se a provedora do domicílio quando a mãe não logrou encontrar trabalho ou só obteve ocupações de baixos rendimentos. Para esta mãe, idade (mais de 50 anos) e saúde física foram comprometendo suas chances de inserção; sempre se preocupou em ajudar a filha nos estudos e mesmo na melhoria da aparência, sobretudo com a ajuda do terceiro cônjuge. A filha de certa forma retribui hoje se responsabilizando pela maior parte o orçamento, mas também decidiu ingressar na faculdade, o que compromete grande parte do salário.

Centralidade do trabalho

Os relatos mostram que a subsistência básica do indivíduo e mesmo as melhorias de vida são em grande parte dependentes e promovidas a partir do núcleo familiar que se confunde com o domicílio doméstico.⁹ No entanto, a subsistência entendida no limite como a possibilidade de evitar ou lidar com situações de crise – a irrupção da fome, doenças –, dificilmente pode ser garantida se pelo menos um membro desse núcleo não se insere de forma estável no mercado. Assim, a capacidade de evitar a instabilidade do trabalho e da renda é fundamental e se mostrou uma das principais vantagens comparativas. A vulnerabilidade do domicílio está intimamente ligada à imbricação das dinâmicas domiciliares – sua capacidade de mobilizar seus membros no mercado de trabalho –, a estrutura de oportunidades presente, as relações mobilizadas e, também, as características dos próprios indivíduos (*frame*). Assim, não só as trajetórias

⁹ A sobrevivência significa garantir a alimentação, o vestuário e/ou pagamento das contas básicas. Na prática isso varia, pois na extrema pobreza e em uma situação de maior precariedade habitacional, taxas básicas de água e luz, por exemplo, sequer existem. As melhorias incluem bens e amenidades para a casa, como uma TV maior, um DVD, já que parte significativa do lazer se dá em âmbito doméstico. Mas o mais fundamental em termos das melhorias de vida segue sendo, na favela, melhorar as condições de habitabilidade, porque a precariedade tem impacto direto na saúde e na segurança – umidade, frio, calor intensos, ratos, etc. Porém, investir nessas melhorias depende de vários fatores: normalmente o dispêndio imediato tem que ser maior, diferentemente do crédito disponível para as parcelas mais miúdas na compra de bens domésticos; por outro lado, dependendo da localização na favela, não há garantia da permanência ou a situação local é impeditiva, como o caso da “Linha”, e gastar aí significa jogar dinheiro fora. Para os que passarão pelo processo de remoção, e não têm esperança de ficar em São Paulo, bens como geladeira, fogão, TV, DVD serão levados para a terra natal como o pequeno “capital” acumulado na cidade; a moradia será simplesmente derrubada.

ocupacionais dos indivíduos em si – suas “carreiras ocupacionais” – e suas qualificações, mas a adequação com as aceleradas mudanças na estrutura de oportunidades em termos da oferta e tipos de trabalho disponíveis, inclusive os vieses seletivos do mercado, se mostraram importantes, mas os mecanismos relacionais observados parecem fundamentais.

Inicialmente, para a primeira geração, e em parte para a segunda geração, a carreira ocupacional é condicionada pela experiência ocupacional do entorno relacional mais próximo. Para os migrantes, de fato são parentes próximos e conterrâneos amigos, ou mesmo conhecidos e amigos destes, que dão suporte para a primeira indicação no mercado de trabalho – exceto nos casos observados de trabalhos temporários agenciados por empreiteiros. No entanto, a sequência da trajetória ocupacional não necessariamente segue um caminho condicionado pela primeira inserção e pelo primeiro tipo de trabalho, e o que se observa nos relatos é que as mudanças no mercado de trabalho, e em um bairro de origem industrial como o Jaguaré, que sofreu fortes impactos das transformações econômicas, interfere na organização do domicílio e nas trajetórias ocupacionais de seus membros, como postulado por González de La Rocha (2007). Isso ocorre particularmente a partir dos anos 1990, quando se inicia a abertura econômica e processos de reestruturação e a maior participação do setor de serviços e processos de terceirização geram intensa precarização das condições de trabalho.

Na comparação dos diversos percursos ocupacionais é perceptível como parte da primeira geração se beneficiou da fase “áurea” do emprego fabril, com carteira assinada e benefícios, enquanto outros chegaram já na fase dos serviços e da precarização do trabalho, o que rompeu com o trabalho “direto” – e que na percepção da maioria, comparado com o emprego terceirizado, pagava melhor e garantia direitos.

Para os que chegaram pela primeira vez em meados, trabalhar em fábrica foi um ponto alto da carreira, o trabalho melhor pago. Não necessariamente totalmente seguro, porque há relatos de fábricas que enganam o trabalhador, ao não depositar por exemplo, FGTS. Mas para esses entrevistados que aproveitaram a “fase fabril”, inclusive a maior permanência no trabalho garantiu o recebimento de indenizações que foram investidas em amenidades e mesmo em pequenos comércios na frente da moradia – o que ocorreu em dois casos, um homem e uma mulher. Assim, os que vieram nos anos 70, até meados dos anos 80, tiveram a possibilidade de inserir-se no mundo fabril que, comparativamente a outros segmentos do mercado de trabalho de baixa qualificação – um dos piores então, o trabalho doméstico sem registro –, pagavam salários mais altos,

horas extras, FGTS, 13º, férias, cesta básica, recursos que foram investidos em melhorias no consumo doméstico ou que foram essenciais para as melhorias das condições de habitabilidade.

Nestes casos, se relações pessoais primárias, como parentes próximos e vizinhos, aparecem como veículo da informação ou da vaga em si, por indicação também se encontra trabalho na porta de fábricas que anunciam oportunidades nas “placas”. É comum nos relatos ouvir que a proximidade das oportunidades de trabalho então faziam com que a informação circula-se facilmente, dada a sociabilidade mais intensa da favela, e de que desemprego então não era uma questão tão candente. Logo, a densidade de relações e contatos, associado à oferta abundante de trabalho próximo parece uma vantagem de se morar em favela como a Vila Nova Jaguaré, no coração de bairro industrial.

Finda a fase “áurea” para os menos escolarizados e agora mais velhos, é no setor de serviços que se começa a buscar trabalho, ao lado de períodos de desemprego prolongado. O momento atual, no entanto, é melhor do que o primeiro momento das entrevistas em 2000. Então, a desesperança era maior, até porque essa inflexão do mercado era mais recente, e o período era de mais alto desemprego. Com a exceção de duas entrevistadas que estão vinculadas aos CEIs mantidos pela Congregação Santa Cruz, a inserção no mercado dos demais entrevistados ocorre de uma pluralidade de formas, mais ou menos instáveis, mais ou menos precárias, formas que em alguns casos se intercalam, em percursos pontuados por períodos de desemprego.

Nos melhores casos, em dois domicílios, as mulheres lograram inserir-se na “estrutura de oportunidades” da própria favela: os empregos ligados à ação assistencial e educacional da Congregação Santa Cruz, iniciando como pajens, mas depois ingressando na carreira educacional. Chegaram ao trabalho, em um caso pela proximidade espacial de uma das creches – morava em frente –, mas também provavelmente pelo fato de ser católica praticante, sempre em contato com membros da Congregação na Igreja. No segundo caso, domicílio monoparental, a chefia feminina, negra, entrou como cozinheira, por indicação de vizinha que trabalhava ali, vindo-se a tornar-se pajem; alguns anos depois, conseguiu indicar a filha. É importante salientar que neste caso tais mulheres lograram adentrar um métier – a área de educação – sobretudo quando por conta de exigências burocráticas da prefeitura tiveram que completar a formação no Ensino Médio via supletivo e depois ingressar na faculdade. Quando duas dessas mulheres, mãe e filha saíram do trabalho, logo conseguiram

colocações na área, pois mesmo localmente havia uma “rede” de colegas inseridos nesse tipo de trabalho.

Em um caso, a saída da fábrica foi seguida de boa indenização, ainda no início dos anos 90 e em investimento em uma mercearia em salão da própria moradia. Embora tenha seguido trajetória ocupacional pontuada por trabalhos diversos e transitórios, o entrevistado desenvolveu a percepção de que ganha mais estando em seu comércio e realizado bicos, ocasionais, do que emprego fixo com horário e retorno financeiro não compensador. O cônjuge masculino de outro domicílio, apesar de analfabeto transitou do trabalho na produção fabril para a limpeza, mas considera que a empresa terceirizada, “multinacional”, não é “pé de chinelo”, como a maioria. Trabalha estavelmente há quase dez anos alocado em uma mesma empresa. Em seu caso, após certa transitoriedade, também ocasionada por eventos familiares – a vontade da primeira esposa de retornar à terra natal - conseguiu manter relações e contatos com ex-colegas de trabalho que se mantiveram empregados em firmas locais. A proximidade física do trabalho e o fato de fazer bicos diversos na região, também propiciou contatos.

Para outros, a precariedade e instabilidade marcaram as trajetórias ocupacionais. Há uma percepção unânime entre todos os entrevistados de que a falta de escolaridade e a idade pesam muito, além da aparência, e são claramente filtros de seleção; por outro lado, se esses atributos individuais pesam, e tendem a restringi-los a trabalhos mais precários, para obtê-los também afirmam unanimemente que a informação e a indicação por parte de alguém é fundamental. De fato, informações podem chegar através de relações sociais primárias, mas nem sempre o trabalho chega por aí. O fato, por exemplo, de se possuir um pequeno estabelecimento, contribui para maior densidade de contatos e informação, mesmo com pessoas pouco conhecidas. Mas outras alternativas são procuradas ao mesmo tempo quando a necessidade é grande: falar com desconhecidos na rua, “fazer ficha” em agências, ou contatos em outros espaços locais, como igrejas.

Um dos entrevistados, analfabeto, tem uma trajetória ocupacional de extrema precariedade e instabilidade. Sua inserção ocupacional na cidade deu-se a princípio, pela rede de familiares e conterrâneos, trabalhando para empreiteiros que construíam casas em Alto de Pinheiros. Sempre buscava ganhar algum dinheiro e voltar para a cidade natal, pois não gostava de São Paulo, em razão dos assassinatos corriqueiros. Assentou na cidade quando se uniu à cônjuge, 9 anos mais velha que ele, com quem teve dois filhos. Passou a trabalhar em empresas terceirizadas especializadas em alocar

trabalhadores em hipermercados, e normalmente, quando está empregado, trabalha no Extra no setor de carrinhos. Para obter vagas nas terceirizadas que o alocam aí, “cultiva” o contato com encarregados das empresas terceirizadas que atuam nessa rede de hipermercados, e outras terceirizadas que conheceu nos supermercados, para que o avisem de alguma vaga. Isto é, nem relação primária de parentesco ou vizinhança, nem colega de trabalho estável, mas um modo de relacionamento condicionado pelo tipo de trabalho.

Na medida em que os domicílios reúnem pessoas que acumulam atributos individuais crescentemente evitados pelo mercado de trabalho e que não tem acesso a relações ou contatos que propiciem inserções mais estáveis – em especial pessoas que tenham uma inserção ocupacional ou quem conheçam alguém nessa situação -, há grande probabilidade de se adentrar um circuito de acúmulo crônico de desvantagens que encerram o domicílio e seu membros na extrema pobreza.

O ingresso na universidade, especialmente para os mais jovens, e pobres, parece estar se tornando uma via por excelência para a mobilidade social. Como apontado na literatura, além de melhorar atributos individuais, o espaço de convivência na universidade, mais do que outros espaços educacionais propiciam contatos mais diversificados, que podem ser canais de recursos diferenciados. O único caso cujo relato permitiu observar esse fator mais profundamente mostra que mesmo nesses ambientes dinâmicas homofílicas que aproximam os “iguais” atuam; mas que o ambiente universitário possibilita sim contatos e encontros com outros grupos sociais que trazem recursos diferenciados – os professores, os alunos, e mesmo a instituição.

Casa e o lugar da moradia

Desde os anos 1970 a literatura tem apontado a importância da obtenção da casa própria. No caso da favela, a casa própria não é condição possível em função da situação ilegal de ocupação do terreno. Mas não por isso deixa de apresentar para seus moradores algumas das vantagens da tradicional casa própria na periferia. Isso entretanto não ocorre da mesma forma para todos, e dentro da favela há heterogeneidades locais, diferenças em termos da maior ou menor precariedade do local, mesmo a existência de riscos e maior ou menor insalubridade. É possível mesmo afirmar que se, da perspectiva do morador externo, a favela é um lugar da “desordem” e

mesmo da criminalidade (KOWARICK, 2009), dentro da Vila Nova Jaguaré há também distinções que classificam os moradores. Como comentou um dos entrevistados, na favela também há a oposição entre “centro” e “periferia”. Na verdade, as situações encontradas são bem diversas, e as trajetórias do ponto de vista da construção da moradia condicionadas por diversos fatores.

A casa própria, mas neste caso, a casa melhorada, em alvenaria, e situada em uma favela como o Jaguaré, não deixa de ter vantagens apreciadas pelos moradores. Construída aos poucos, ao substituir o barraco torna a moradia mais segura, e dependendo de sua localização na favela - na verdade, até nos piores lugares - , pode ser vendida e mesmo alugada, tornando-se fonte de renda, se não se trata do único lugar para se viver. Ao não se pagar aluguel, também oferece uma vantagem em relação a quem tem que pagá-lo, pois o aluguel pode levar uma importante parcela do orçamento; e se advém o desemprego, o aluguel não se torna uma preocupação e nem ameaça de despejo. Mesmo na favela não deixa de ser uma poupança, e o investimento na casa de alvenaria não deixa de valorizar, claro que bem menos que o entorno, mas seguindo a valorização de um bairro como o Jaguaré. A moradia, em qualquer caso, torna-se poupança.

Assim como na periferia, o processo de “auto-construção” na favela segue um percurso parecido. De fato, nos relatos há muito mais trabalho pago do que propriamente ajuda mútua na construção mesmo do barraco (KOWARICK, 2010). Um dos entrevistados realiza bicos nas horas vagas construindo e reformando barracos. O grau de investimento na casa da favela está muito atrelado à disponibilidade de recursos, o que implica na situação do orçamento doméstico do grupo familiar. Os maiores avanços se deram entre aqueles moradores que lograram utilizar, por exemplo, indenizações de trabalho após demissão ou recursos provenientes de direitos sociais como 13º salário e férias. Nem todos podem fazê-lo. Além disso, nem toda localização incentiva grandes investimentos, sobretudo em locais de extremamente precários e insalubres.

Em 2006 entra em cena um evento no nível da favela com impactos para todos os moradores. Todos os domicílios entrevistados participam. Em quatro casos – desta vez incluindo membro da segunda geração que após conformar seu próprio domicílio, vivia de aluguel na favela - tiveram direito a serem cadastrados para receberem um apartamento no lugar do barraco, sendo as outras opções uma indenização de cerca de 8 mil reais e a possibilidade de permuta. Todos esses domicílios optaram por ficar com o

apartamento, e dois já se mudaram. Outros dois tiveram o processo acelerado por terem perdido o barraco em um incêndio ocorrido em outubro de 2009. Os demais domicílios serão beneficiados pela prometida urbanização da favela e, assim, seus sobrados, com bom acabamento serão ainda mais valorizados.

A política de urbanização representa de fato um vínculo de tipo burocrático que tende a afetar profundamente aquele que é um dos ideais mais almejados entre a população: a casa própria. Uma vez consolidado o processo, e pagando parcelas de financiamento no valor de 75 reais, mais contas normais de água e luz, incorre em custos. Se aparentemente do ponto de vista da moradia a política tende a “equalizar” as situações, a nova condição não deixa de se inserir em trajetórias marcadas por diferenciado acúmulo de vantagens e desvantagens. Que tipo de clivagens poderia criar na prática? Isto é, em que medida representa uma vantagem ou uma desvantagem?

O lugar das relações

O que define a pobreza e a vulnerabilidade é a contingência, a instabilidade, a insegurança e imprevisibilidade que permeiam diferentes âmbitos da vida dos indivíduos e suas famílias. A capacidade, ao longo da vida, de evitar circunstâncias dessa natureza está na base de situações mais ou menos intensas de pobreza e vulnerabilidade. Uma das dimensões chave envolvidas é relacional, e diz respeito ao papel que vínculos e relações exercem no provimento de bens, serviços e diversos apoios diretamente ligados a suas condições de vida.

A análise das relações mobilizadas, ao longo das trajetórias de vida, em circunstâncias e eventos cruciais ligados às condições de vida mostra que relações pessoais primárias, particularmente as relações mais próximas social e espacialmente, continuam presentes e são importantes nas práticas ligadas à sobrevivência e melhoria de vida. No entanto, não são sempre as únicas relações ou as mais relevantes em situações chave, e o que vemos são verdadeiras configurações de vínculos e relações de diferente natureza, que se combinam, e cujo encadeamento com diversos fatores, processos e mecanismos levam a situações mais ou menos intensas de pobreza e vulnerabilidade.

Destacam-se a importância dos vínculos institucionais e organizacionais, em alguns casos, vínculos *nas* instituições e organizações, em sua relação com as práticas sobrevivência. Neste caso, vínculos mais fracos, mas que dão acesso a recursos muitas vezes vitais. Por outro lado, as relações com Estado, se podem propiciar maior

previsibilidade e estabilidade, também podem montar intensas clivagens entre os mais pobres, como no caso da política de urbanização da vila Nova Jaguaré, com o risco de intensificar a pobreza e a vulnerabilidade dos que se encontram nas situações que acumulam, sobretudo, desvantagens.

Na literatura, tradicionalmente, as relações pessoais primárias, próximas social e espacialmente, são vistas como importantes recursos para a sobrevivência, enquanto relações e contatos diferenciadas, marcados pela heterofilia, sobretudo de classe, permitiriam acesso a recursos diferenciados. Estudos mostram que relações primárias podem cumprir tal função, assim como a heterogeneidade no plano das relações é importante.

Bibliografia:

ALMEIDA, R. e D'ANDREA, T. "Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo" In: MARQUES, E. e TORRES, H. **São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social**. São Paulo, Ed. Senac, 2005.

ALMEIDA, R. e D'ANDREA, T. "Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana". **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 68: 94-106, 2004

BALTRUSIS, N. "O mercado imobiliário informal nas favelas de Guarulhos". **Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – Anpur**. Salvador, 23-27 de maio, 2005.

BERTAUX, André. **L'Enquête et ses Méthodes – L'Ê Récit de Vie**. Paris: Armand Colin, 2006.

BILAC, E. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. A organização da vida familiar em uma cidade paulista**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

BOURDIEU, P. "Le capital social: notes provisoires". **Actes de Recherche en Science Social**, n. 31, 1980.

BRANT, V.C. [ET ALLI]. (1976) **São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Loyola.

BICHIR, R. "Determinantes do acesso à infra-estrutura urbana no município de São Paulo". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 24 (70), p. 75-89, 2009.

BICHIR, R. **Segregação e acesso a políticas públicas no município de São Paulo**. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP. Departamento de Ciência Política, Dissertação de Mestrado, 2006.

BLOKLAND, T. e SAVAGE, M. **Social capital and Networked urbanism**. London: Basil Blackwell, 2008.

BLOKLAND, T. **Urban Bonds**. Londres, Basil Blackwell, 2003.

BÓGUS, L. e TASCHNER, S. "São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada". **Cadernos Metrôpole**, 1: 43-98, 1999.

BOLTVINIK, J. **Poverty measurement methods: an overview**. Poverty Elimination Programme, UNDP, 1998.

BONDUKI, N. e ROLNIK, R. "Periferia da Grande São Paulo – Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho". In: MARICATO, E. **A produção**

capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial. 2. ed. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1982, p. 117.

BOURDIEU, P. (Coord.) **A Miséria do Mundo.** São Paulo: Editora Vozes, 1998.

BRIGGS, X. “Bridging networks, social capital and racial segregation in America”. Cambridge, KSG **Faculty Research Working Paper Series**, 2003.

CABANES, R. (2002). **Travail, famille, mondialisation – Récits de la ouvrière,** São Paulo, Brésil. Paris: IRD Éditions et Karthala.

CABANES, R. e GEORGES, I. (org.) **São Paulo, debut de siècle: La ville d'en bas.** Paris: L'Harmattan, 2009.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros.** São Paulo, Ed. 34, 2000.

CAMARGO, C. (org.) **São Paulo, 1975 – Crescimento e pobreza.** São Paulo, Ed. Loyola, 1976.

CAMPBELL, K. e LEE, B. “Sources of Personal Neighbor Networks: Social Integration, Need, or Time?” **Social Forces**, vol. 70 (4): 1077-1100, 1992.

CASE, A. e KATZ, L. **The Company You Keep: The Effects of Family and Neighborhood on Disadvantaged Youths.** Princeton, Nber Working Paper W3705, 1991.

CASTEL, R. (1998) **As Metamorfoses da Questão Social – Uma Crônica do Salariado.** São Paulo: Editora Vozes.

CEM. **Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo.** São Paulo, CEM/Cebrap; SAS/PMSP; SESC, 2004.

COLEMAN, J. “Social Capital in the Creation of Human Capital”. **The American Journal of Sociology**, Vol. 94, 1988: 95-120.

DE LOMNITZ, Larissa. **Como sobreviven los marginados.** México: Siglo Vientiuno editores, 1975.

DEWILDE, C. A life-course perspective on social exclusion and poverty. **British Journal of Sociology**. Vol. No. 54. Issue No. 1. London School of Economics and Political Science, 2003.

DOMINGUES, S. “Estrategias de movilidad social: el desarrollo de redes para el progreso personal”. **Redes**, vol.7 (1), out-nov, 2004. Internet http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol7/vol7_1.pdf.

DUBET, F; LAPEYRONNIE, D. **Les Quartiers D'Exil.** Paris: Éditions du Seuil, 1992.

DURHAM, E. R. "Viewing Society From the Periphery". **Brazilian Review of Social Sciences, special issue**, São Paulo: n. 1, 2000.

_____. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURHAM, E. "A sociedade vista da periferia". In: KOWARICK, L. **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

DURSTON, J. "Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en America Latina y Caribe". In: ATRIA, R.; SILES, M.; ARRIAGA, I.; ROBISON, L. e WHITEFORD, S. Capital social y reducción de la pobreza en America Latina y Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago do Chile, Cepal, 2003, p. 147.

ELDER, G. H. [ET ALLI] (2006). "The Emergence and Development of Life Course Theory". MORTIMER, J. T.; SHANAHAN, M. **Handbook of the Life Course**. Nova York: Springer, 2006.

EMIRBAYER, M. "Manifesto for a relational sociology". **American Journal of Sociology**, 103 (2): 231-317, 1997.

ESPING-ANDERSEN, G. "Towards the good society, once again?" In: _____ **Why we need a new welfare state?** Oxford University Press, 2002.

ESPING-ANDERSEN, G. (1999). **Social Foundations of Postindustrial Economies**. **Oxford**: Oxford University Press.

ESPINOZA, V. "Capital Social, redes y evaluación de programas públicos". Acesso: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/8/13428/Panel2_SPS31.pdf

ESPINOZA, V. "Social Networks Among the Urban Poor: Inequalities and Integration in a Latin American City". In **Networks in the Global Village**, edited by Barry Wellman. Boulder, CO: Westview Press, 1999.

FARIA, V. **Social Exclusion in Latin América: An annotated bibliography. Discussion Paper, Series n. 70**. Geneva: IIET/OIT, 1994.

FARIA, V. "A Conjuntura Social Brasileira: Dilemas e Perspectivas". **Novos Estudos Cebrap**, 33:103-114, 1992.

FELTRAN, G. "'Travailleurs' et 'bandits' dans La meme famille: manières de dire et signification politique" In: CABANES, R. e GEORGES, I. (org.) **São Paulo, debut de siècle: La ville d'en bas**. Paris: L'Harmattan, 2009.

FELTRAN, G. “Notes sur les ‘debats’ du ‘monde du crime’” In: CABANES, R. e GEORGES, I. (org.) **São Paulo, debut de siècle: La ville d’en bas**. Paris: L’Harmattan, 2009.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Unicamp: Tese de doutorado, Campinas, 2008.

FERRAND, A. “Las comunidades locales como estructuras meso”. **Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, vol. 3(4), set-nov., 2002. Internet: <http://revista-redes.rediris.es>.

FIGUEIREDO, A.; TORRES, H. e BICHIR, R. “A conjuntura social brasileira revistada”. **Novos Estudos Cebrap**, 75:173-184, 2006.

FILGUEIRAS, F. Una mirada critica al “assets-vulnerability approach”. Santiago do Chile, Cepal, mimeo., 2004.

FONTES, Paulo.(2008) **Um Nordeste em São Paulo – Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. São Paulo: FGV.

FONTES, B.; EICHNER, K. (2004) “A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda”. **Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, vol. 7 (2), out-nov., 2004. Internet: <http://revista-redes.rediris.es>

FONTES, B. e EICHNER, K. “A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda”. **Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, vol. 7 (2), out-nov., 2004. Internet: <http://revista-redes.rediris.es>

GOMES, S. e AMITRANO, C. “Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao emprego e desemprego”. In: TORRES, H. e MARQUES, E. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**, São Paulo, Ed. Senac, 2005, p.169.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes. “Espirales de desventajas: pobreza, ciclo vital y aislamiento social”. In: SARAÍ, G. **De La pobreza a la exclusión: continuidades y rupturas de la cuestión social en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo Libros., 2007

_____ (2000). Private Adjustments: Household Responses to the Erosion of Work. Seped Conference. Paper Series #6. UNDP, 2000. Disponível em: http://www.undp.org/seped/publications/conf_pub.htm.

GONZALEZ DE LA ROCHA, M. “From the resources of poverty to the poverty of resources? **The erosion of a survival model**”. *Latin American Perspectives*, 28, 2001: 72-100.

GRANOVETTER, M. “The strength of weak ties”. **American Journal of Sociology**. vol. 78 (6)., 1973

GUIMARÃES, N. “Transições ocupacionais e formas de desemprego em São Paulo e Paris”. **Trabalho apresentado no Seminário Estrutura Social e Segregação: São Paulo, Rio de Janeiro e Paris**. CEM/Cebrap, 2004.

GUIMARÃES, N. **À procura de trabalho: instituições do mercado e redes**. Belo Horizonte, Ed. Argumentum, 2009.

GURZA LAVALLE, A. e CASTELLO, G. “Benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica”. **Novos Estudos Cebrap**, 68: 73-93 2004.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. e BICHIR, R. “Redes y Capacidad de Acción en la Sociedad Civil. El caso de São Paulo, Brasil”. **Redes - Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, 12: 1-38, 2007.

KAZTMAN, R.; FILGUERA, F. (2006). As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

KAZTMAN, R.; Filgueira, Carlos (1999). **Marco Conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades**. Montevideo: CEPAL.

KAZTMAN, R. **La dimensión espacial en las políticas de la superación de la pobreza urbana**. Montevideo, mimeo., 1999.

KAZTMAN, R., e RETAMOSO, A. “Spatial segregation, employment and poverty in Montevideo”. *Cepal Review*, 85: 125-142, 2005.

KOWARICK, L. **Viver em Risco – Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo, editora 34, 2009.

KOWARICK, L. (2009) “Olhares cruzados: Estados Unidos, França e Brasil”. **Viver em Risco – Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo, editora 34, 2009.

_____ (2009a) “Sobre a vulnerabilidade em bairros populares: sociologia, história e etnografia”. **Viver em Risco – Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo, editora 34, 2009.

_____ (1979). *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAHIRE, B. “Do habitus ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual”. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 34, 2: 7-29, 2003.

LAMMONT M. e SMALL, M. “How culture matters for the understanding of poverty: enriching our understanding”. In: HARRIS, D. e LIN, A. **The colors of poverty**. Nova Iorque, Russell Sage Foundation, 2008, p. 1.

LOTTA, G. Saber e poder: **Agentes Comunitários de Saúde Aproximando Saberes Locais e Políticas Públicas**. Fundação Getúlio Vargas, Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2006.

MARICATO, E. “Metrópole, legislação e desigualdade”. **Estudos Avançados**, vol. 17(48): 151-166, 2003.

MARQUES, E. C. **Redes Sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Edusp, 2010 (no prelo).

MARQUES, E. “Leis gerais, explicações e mecanismos – para onde vão nossas análises?” **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 22 (64), 157-161, junho, 2007.

MARQUES, E. e SARAIVA, C. “As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade”. In: _____ e TORRES, H. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo, Ed. Senac, 2005, p 267.

MARQUES, E. e TORRES, H. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo, Ed. Senac, 2005

MARQUES, E.; BICHIR, R.; PAVEZ, T.; ZOPPI, M.; MOYA, E. e PANTOJA, I. “Personal Networks and Urban Poverty: Preliminary Findings”. **Brazilian Political Science Review**, vol. 2(1): 10-34, 2008.

MARQUES, E.; GONÇALVES, R. e SARAIVA, C. “As condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990”. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, (73): 89-108, 2005.

MARQUES, E; SCALON, C. e OLIVEIRA, M. “Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo”. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.51 (1): 215-238, 2008.

MARTES, A. e FLEISCHER, S. **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

MERCKLÉ, P. **Sociologie des réseaux**. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

McPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L. e COOK, J. “Birds of a feather: homophily in social networks”. *Annual Review of Sociology*, 27: 415-444, 2001.

MINGIONE, E. “Life strategies and social economies in the Postfordist Age”. **International Journal of Urban and Regional Research**, Vol 18 (1), 1994: 24-45.

MINGIONE, E. **Urban poverty and the underclass**. Nova Iorque, Blackwell Publishers, 1996.

MINGIONE, E. Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates. In: _____ **Urban poverty and the underclass**. Nova Iorque, Blackwell publishers, 1996, p. 3.

MOSER, C. "The asset vulnerability framework: reassessing Urban Poverty Reduction Strategies". **World Development**, vol. 26(1): 1-19, 1998.

MOYA, E. **Repensando a questão social: trajetórias de algumas interpretações nos Estados Unidos, França e Brasil**. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, Departamento de Ciência Política, Dissertação de Mestrado, 2003.

MOSER C. (1998) "Reassessing urban poverty reduction strategies: The Asset Vulnerability Framework". **World Development**, 26 (1). Washington: The World Bank.

PAUGAM, S. **Les formes élémentaires de la pauvreté**. Paris, UF, 2005.

PORTES, A. "Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea". **Revista Sociologia**, Problemas e Práticas, Nº 33, 2000.

PUTNAM, R. "Bowling Alone: America's Declining Social Capital" **Journal of Democracy**, January 1995, Volume 6, Number 1.

ROCHA, S. "Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na Pnad 2004". **Nova Economia**, vol. 16, (2): 265-299, 2006a.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro, FGV Ed., 2003.

ROCHA, S. **Renda, Mercado de trabalho e escolaridade: alguns aspectos sobre o papel de São Paulo no contexto do país**. Rio de Janeiro, IETS, mimeo., 2006b.

RODGERS, G.; GORE, C; FIGUEIREDO, J. (Orgs.). **Social Exclusion: Rethoric, Reality, Response**. Genebra: International Institute for Labor Studies (OIT), 1995.

ROSANVALLON, P. **La nouvelle Question Sociale – Repenser L’État-providence**. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

SAKO, M. e MURIE, A. (ed.) The spatial dimensions of urban social exclusion and integration. Amsterdam, 2002. www.frw.uva.nl/ame/urbex.

SANTOS, W. dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SARAIVA, C. e MARQUES, E. A condição social dos habitantes de Favelas. In: MARQUES, E. e TORRES, H. **São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdades sociais**. São Paulo, Ed. Senac, 2005, p.143.

SARAVÍ, G. **De La pobreza a la exclusión: continuidades y rupturas de la cuestión social en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SCALON, C. e MARQUES, E. “A dinâmica dos grupos sociais em São Paulo na década de 1990”. **Trabalho apresentado no XXXII Encontro da Anpocs**, 2008.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. Social Exclusion: Concept, Application and Scrutiny. Social Development Papers, n. 1, Office of Environment and Social Development, Asian Development bank, 2002.

SILVA TELLES, V. e CABANNES, R. (org.) **Nas tramas da cidade, trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

SIMMEL, G. “El cruce de los círculos sociales”. In: _____ Sociología, 2. **Estudios sobre las formas de socialización**. Alianza Universidad, 1972 [1908], p. 41.

SMALL, M. “Lost in Translation: How Not to Make Qualitative Research More Scientific.” In: LAMONT, M. e WHITE, P. **Report from Workshop on Interdisciplinary Standards for Systematic Qualitative Research**. Washington, DC, National Science Foundation. Internet: <http://home.uchicago.edu/~mariosmall/Documents/Lost.pdf>.

SMALL, M. e NEWMAN, K. “Urban poverty after the Truly disadvantaged: the rediscovery of the family, the neighborhood and culture”. **Annual Review of Sociology**, 27, 2001: 23-45.

SMITH, H. “Housing networks in San Jose, Costa Rica”. **Habitat International**, 27, 2003: 83-105.

SOARES, R. **Estado, segregação e desigualdade: Um estudo sobre o impacto das políticas de habitação a partir das redes sociais da favela Guinle, Guarulhos**. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, Departamento de Ciência Política, Dissertação de Mestrado (<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03112009-162339/>), 2009.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo, Educ, 1996.

PASTERNAK, S.. A favela que virou cidade. **Urban Research Symposium**. Acessado em: www.worldbank.org/urban/symposium2005/.../Pasternak.pdf, 2005

TASCHNER, S. **Favelas em São Paulo, censos, consensos e contra-sensos**. Cadernos Metrôpole. São Paulo: Educ, n. 5., 2001.

TASCHNER, S. “Espaço e população nas favelas de São Paulo”. **Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional da Abep**, 2002.

TASCHNER, S. “Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo”. **Revista Brasileira de População**, vol. 7(1): 3-34, 1990.

TILLY, C. "Mechanisms in political processes". **Annual Review of Political Science**, vol. 4: 21-41, 2001.

TILLY, C. *La desigualdad persistente*. Madri, Manatial, 2000.

TORRES, H. "A fronteira paulistana". In: MARQUES, E. e _____. **São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdades sociais**. São Paulo, Ed. Senac, 2005 a, p.101.

TORRES, H. "Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana". In: MARQUES, E. e _____. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais**. São Paulo, Ed. Senac, 2005b, p. 297.

TORRES, H. e BICHIR, R. "Residential Segregation in São Paulo: Consequences for Urban Policies" In: R. Roberts e Robert Wilson (org.) **Urban Segregation and Governance in the Americas**. Austin, Texas: Palgrave MacMillian, 2009: 145-165.

TORRES, H. e MARQUES, E. "Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 4: 49-70, 2001.

TORRES, H., FERREIRA, M. e GOMES, S. "Educação e segregação social: explorando os efeitos das relações de vizinhança". In: MARQUES, E. e _____. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais**. São Paulo, Ed. Senac, 2005, p. 123.

TORRES, H.. "Medindo a segregação". In: MARQUES, E. e _____. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais**. São Paulo, Ed. Senac, 2005c, p.81.

TORRES, H.; ALVES, H.; APARECIDA DE OLIVEIRA, M. "Sao Paulo peri-urban dynamics: some social causes and environmental consequences". **Environment and Urbanization**, v. 19, p. 207-223, 2007.

TORRES, H.; BICHIR, R. "Consequências da segregação residencial para as políticas públicas: o caso do atendimento básico de saúde em São Paulo". **Cadernos do CRH (UFBA)**, v. 20, p. 245-259, 2007.

TORRES, H.; BICHIR, R. e PAVEZ, T. "Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda". **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 74: 17-22, 2006.

VALLADARES, L. P. (2008). **A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FVG.

VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. "Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca". In: QUEIROZ, L. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, Observatório/Ed. Revan, 2000.

VALLADARES, L. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 49.

VALLE SILVA, N. do. “Prefácio”. In: RIBEIRO, C. **Estrutura de classes e mobilidade social no Brasil**. São Paulo, Edusc/Anpocs, 2007.

VÉRAS, M. P. B. *Por uma sociologia da exclusão social*. São Paulo: Educ, 1999.

VILLARES, Henrique Dumont. **A indústria em São Paulo** (Estudo para sua localização). Centro Industrial Jaguaré, São Paulo, 1939.

WACQUANT, L. *Parias Urbains – Ghetto, banlieus, État*. Paris: La Découverte.

_____. “L’Underclass urbaine dans l’imaginaire social et scientifique américain”. In PAUGAM, S. **L’Exclusion – L’État des saviors**. Paris: La Découverte, 1996.

WACQUANT, L. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. Berkeley, 2007. Internet:
http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/LW-ESTIGMATIZACAOTERRITORIAL.pdf.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2001.

WILSON, W. J. **Expanding the domain of policy-relevant scholarship in the social sciences**. Londres, Case/LSE, Case paper, 52, 2002.

WILSON, W.J.W. **The Truly Disadvantaged – The Inners City, The Underclass and Public Policy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.